

CLAUDIONOR ROCHA

DEMANDA PUNITIVA E RESPOSTA PARLAMENTAR: AÇÕES DOS DEPUTADOS
FEDERAIS SOBRE CRIMES HEDIONDOS ENTRE 2002 E 2013

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gomes dos Santos Filho

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Brasília

2014

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Rocha, Claudionor.

Demanda punitiva e resposta parlamentar [manuscrito] : ações dos deputados federais sobre crimes hediondos entre 2002 e 2013 / Claudionor Rocha. -- 2014.

231 f.

Orientador: Nelson Gomes dos Santos Filho.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2014.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Meios de comunicação de massa, aspectos políticos, Brasil. 3. Cidadão, participação política, Brasil. 4. Atuação parlamentar, Brasil, 2002-2013. 5. Crime hediondo, Brasil. I. Título.

CDU 342.532:316.77(81)

DEMANDA PUNITIVA E RESPOSTA PARLAMENTAR: AÇÕES DOS DEPUTADOS
FEDERAIS SOBRE CRIMES HEDIONDOS ENTRE 2002 E 2013

Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo

Aluno: Claudionor Rocha

Banca Examinadora:

Nelson Gomes da Silva Filho
Presidente – Cefor

Antônio Teixeira de Barros
Examinador Interno – Cefor

Arthur Trindade Maranhão Costa
Examinador Externo – UnB

Brasília, [dia] de [mês] de [ano]

Agradeço a salutar integração com os professores e colegas, que nos proporcionou valiosa troca de experiências, em especial o seguro direcionamento do digno Orientador, Prof. Dr. Nelson Gomes da Silva Filho.

Pelo incondicional apoio de meus familiares, meus mais sinceros agradecimentos e escusa pelo tempo que me privei de sua essencial convivência, razão porque lhes dedico este trabalho.

“Abandonais os jovens, desde tenra idade, a uma educação ociosa e a um contágio progressivo com o vício; quando chegam à idade adulta, dais-lhes severos castigos, em nome do Senhor, pelos mesmos crimes que impunemente cometem desde a infância. Que fazeis deles senão ladrões, para em seguida os enforcardes?”

Thomas More, *A Utopia*.

“As injustiças sociais, geradas pela brutalidade egocêntrica, não podem ser sanadas por uma brutalidade sociocêntrica”.

J. Herculano Pires, filósofo brasileiro.

RESUMO

Demanda punitiva é a repercussão do senso comum oriundo da sociedade civil no sentido de extrair dos legisladores normas destinadas a reforçar a doutrina de lei e ordem. É um conceito que interessa ao parlamento na medida em que é este o canal adequado para positivar as demandas populares dessa natureza, as quais são necessariamente vazadas na forma de normas legitimamente adotadas após regular processo legislativo. Uma das formas de a sociedade influenciar a ação parlamentar é por intermédio da ação midiática, atuando a mídia como mediadora, seja repercutindo, seja engendrando o sentimento da sociedade, tomada pelo pânico moral difundido por empreendedores morais que muitas vezes se manifestam pela própria mídia. Consistiu o objetivo dessa pesquisa investigar se há influência da mídia na ação parlamentar e de que forma tal ação se manifesta no sentido de atender à demanda punitiva. O tema é relevante a partir da constatação de que o sentimento de insegurança perpassa o cotidiano da população, sendo a segurança pública uma das necessidades que figuram como mais importantes. A profusão de normas que compõem o ordenamento jurídico brasileiro seria reflexo do senso comum segundo o qual ‘a mídia pauta a política’. Para averiguar a veracidade de tal hipótese adotaram-se recortes, temático, institucional e temporal. Assim, foram estudadas as proposições legislativas referentes à temática dos crimes hediondos em tramitação no período de 2002 a 2013 na Câmara dos Deputados. Adotou-se uma relação de eventos criminosos com repercussão na mídia, com os quais foi comparada a tramitação e a apresentação de proposições, o proferimento de discursos e as ações requeridas pelos deputados que tinham afinidade com as proposições e os eventos. As ações parlamentares foram categorizadas como de baixo, médio e alto impacto, tendo como critério a duração de seus efeitos. Adotaram-se como paradigmas de cada categoria o discurso, a audiência pública e a proposição, respectivamente. O resultado da pesquisa indicou que as ações de baixo impacto foram as preferidas pelos deputados como resposta imediata à demanda punitiva, uma vez que se exaurem em si. As ações de médio impacto figuram como residuais, enquanto as de alto impacto tiveram relativo emprego quanto à iniciação do processo legislativo, com alguma influência dos eventos na apresentação e pouco efeito na tramitação das proposições. A ideia de que ‘a mídia pauta a política’ se mostrou, portanto, parcialmente verdadeira, visto que ações características de tomada de posição e de publicização da reputação pessoal foram bastante utilizadas. A efetiva alteração do ordenamento jurídico mostrou-se, portanto, em grande medida infensa à influência midiática, revelando uma faceta conservadora dos parlamentares, a responder de forma paradoxalmente reflexiva à demanda punitiva de parcela conservadora da sociedade.

Palavras-Chave: Demanda punitiva. Mídia. Crimes hediondos. Câmara dos Deputados. Reação parlamentar.

ABSTRACT

Punitive demand is the claim of civil society's common sense aiming at making lawgivers to create rules to strengthen the doctrine of law and order. It is a concept that points out straightly to the legislative power, considering that this is the most suitable channel to materialize popular demands on this matter, which are necessarily shaped as legitimate rules adopted pursuant a regular lawmaking process. Society has a great influence on the legislative process by means of media actions, having this media as a mediator, be it echoing, be it manipulating society's feeling, which is taken by a moral panic broadcasted by moral entrepreneurs that often express themselves by the very media. This work aims at investigating if the media has any influence over the legislative action and, if so, how this action answers to a punitive demand. The issue is quite relevant, considering that an insecurity feeling grows among society, and its public safety is one of its most important needs. The profusion of rules that make up Brazilian legal system would be a reflection of a common sense, under which 'media shapes politics'. In order to verify this hypothesis, this article has made some issue, institutional and timing cutouts. Thus, there have been studied legislative propositions concerning heinous crimes cases that have being judged from 2002 to 2013 in The Brazilian Chamber of Deputies. Criminal events shown up in the media were enrolled in a list to have process, presenting of propositions, utterance speeches and actions required by representatives with interest in those events compared. Legislative actions were categorized as having low, medium and high impact. Their effect duration was the criterium applied. The paradigms adopted for each category were speech, public hearing and proposition, respectively. This survey results have indicated that representatives pointed out that low-impact actions were the best option for they are an urgent answer to the punitive demand, once they end up in themselves. Those of a medium impact are residual, while the high-impact actions were applied, mostly, in the beginning of legislative process, with some influence of events in their presentation and only a few effect in the processing of propositions. The sentence 'media shapes politics' proved to be partially true, for typical actions in decision taking and publicization of personal reputation were highly applied. The effective alteration of law system proved, thus, contrary to the media influence, revealing a conservative side of legislative members, that respond paradoxically reflexive to the punitive demand of a conservative part of society

Keywords: Punitive Demand. Media. Heinous Crime. Chamber of Deputies. Parliamentary Reaction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo da demanda punitiva	24
Figura 2 – Pesquisa sobre eventos críticos na internet	73
Figura 3 – Interface visual do aplicativo Sileg	75
Figura 4 – Módulo de pesquisas de discursos no Portal/CD	76
Figura 5 – Pesquisa de discursos no Portal/CD	77
Figura 6 – Descrição do tema do discurso	79
Figura 7 – Seleção dos tipos principais de proposições no Sileg	81
Figura 8 – Seleção do período, argumento textual e campos no Sileg	82
Figura 9 – Geração do resultado na pesquisa do Sileg	83
Quadro 1 – Referências a crime hediondo nos discursos	98
Quadro 2 – Audiências e seminário associados aos Eventos e proposições	122
Gráfico 1 – Quantidade de proposições, discursos e requerimentos analisados ao longo do período 2002/2013	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Discursos alusivos aos Eventos, proferidos de 2002 a 2013 na CD	95
Tabela 2 – Quantidade de discursos por ano segundo os Eventos e por legislatura	96
Tabela 3 – Projetos de lei sobre crimes hediondos em tramitação de 2002 a 2013 na CD	101
Tabela 4 – Outras proposições sobre crimes hediondos em tramitação de 2002 a 2013 na CD	103
Tabela 5 – Natureza dos projetos de lei sobre crimes hediondos em tramitação de 2002 a 2013 na CD	104
Tabela 6 – Proposições em tramitação, apresentadas, aprovadas, arquivadas e transferidas em cada ano e legislatura	105
Tabela 7 – Comparação das proposições apresentadas em cada trimestre e até três meses após cada Evento	107
Tabela 8 – Proposições relacionadas aos Eventos apresentadas na CD no período 2002/2013	109
Tabela 9 – Proposições geradas pelos Eventos	110
Tabela 10 – Distribuição dos requerimentos por ano e vinculação	121
Tabela 11 – Quantidade de proposições, discursos e requerimentos analisados no período 2002/2013	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMS	Assembleia Mundial de Saúde
BC	Breves Comunicações
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
CD	Câmara dos Deputados
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Cedi	Centro de Documentação e Informação
Cefor	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CP	Comunicações Parlamentares
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.
CSPCCOVN	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
DCD	Diário da Câmara dos Deputados
DCN	Diário do Congresso Nacional
DEM	Democratas
DOU	Diário Oficial da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GE	Grande Expediente
LCH	Lei dos Crimes Hediondos
MPV	Medida Provisória
OCR	<i>Optical Character Recognition</i>
OD	Ordem do Dia
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCT	<i>Public Choice Theory</i>
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pequeno Expediente
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLS	Projeto de Lei do Senado
PLV	Projeto de Lei de Conversão
PP	Partido Progressista
PRC	Projeto de Resolução da Câmara
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RCT	<i>Rational Choice Theory</i>
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
SGM	Secretaria Geral da Mesa
Sileg	Sistema de Informações Legislativas
TEP	Teoria da Escolha Pública
TER	Teoria da Escolha Racional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	PERSPECTIVAS TEÓRICAS	31
2.1	Comportamento desviante e controle social	31
2.2	Pânico moral e empreendedores morais	33
2.3	Demanda punitiva	37
2.4	Influência da mídia	38
2.5	Reação parlamentar	41
2.5.1	Teoria da decisão	42
2.5.1.1	Regra da maioria	43
2.5.2	Escolha racional e escolha pública	43
2.5.3	Barganha e consenso	47
2.5.4	O neoinstitucionalismo	49
2.5.4.1	Neoinstitucionalismo histórico	52
2.5.5	À busca de um modelo explicativo	54
2.6	Violência e crime	59
2.6.1	Comportamento violento	59
2.6.2	Efeito da violência	60
2.6.3	Morte violenta	61
2.6.4	Violência urbana	62
2.6.5	Distinção entre crime e violência	63
2.6.6	Vítimas da violência	64
2.6.7	Controle dos meios violentos de expressão	65
3	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	69
3.1	Categorização das ações parlamentares	69
3.2	Unidades e subunidades de análise	71
3.3	Eventos críticos	72
3.4	Técnicas de pesquisa	73
3.5	Discursos	76
3.6	Proposições	80
3.7	Outras ações	85
4	TEMÁTICA DOS CRIMES HEDIONDOS	87

5	APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO	91
5.1	Mapeamento dos discursos	91
5.2	Análise das proposições	100
5.2.1	Fluxograma de tramitação das proposições	111
5.3	Ligação entre os eventos críticos e as proposições	116
5.3.1	Análise das proposições por período	117
5.3.1.1	Proposições em tramitação e apresentadas no período 2002/2005	117
5.3.1.2	Proposições em tramitação e apresentadas no período 2006/2009	118
5.3.1.3	Proposições em tramitação e apresentadas no período 2010/2013	119
5.4	Requerimentos e outras ações	120
6	CONCLUSÃO	125
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005	141
	APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009	151
	APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013	163
	APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS	175
	APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS	189
	APÊNDICE F – REQUERIMENTOS	205
	ANEXO – CRIMES QUE ABALARAM O BRASIL	221

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade, a violência e a desordem estão na ordem do dia do que Harvey (2003) chamou de pós-modernidade. Nesse cenário, multiplicam-se as teorias criminológicas que buscam explicar a etiologia do crime, ao tempo em que as instituições responsáveis pelo controle social, sempre um passo atrás das chamadas organizações criminosas, empenham-se em implantar técnicas e métodos diversos na tentativa de possibilitar o efetivo controle.

Não obstante as diferenças existentes entre os sistemas de repressão criminal, oriundos da tradição da *common Law*, de origem anglo-saxã, ou da *civil Law*, de procedência romano-germânica (GARAPON; PAPAPOULOS, 2008), observa-se, ao longo da história das penas, um abrandamento daquelas de caráter corporal, para privilegiar, numa espécie de exaustão das possibilidades, a opção pelo encarceramento.

Seguindo essa tendência, é comum a associação do crime à resposta social imediatamente consequente, a prisão. Embora seja realidade a adoção paulatina das formas alternativas de punição, intensifica-se a opção pela pena de prisão (GARLAND, 2008). As formas de se administrar a execução da pena varia, entretanto, segundo o sistema adotado. Alia-se à corrente moderna de individualizar a pena, tornando-a proporcional à gravidade do ato lesivo, o estabelecimento de mecanismos de compensação para a ressocialização do condenado, no intuito de que este retorne à convivência pacífica com a sociedade ordeira.

No embate midiático derivado do excepcional avanço tecnológico que propiciou a mobilidade de pessoas e dados, sobressai para a sociedade a sensação crescente de insegurança, que superdimensiona o fenômeno criminológico. Entretanto, como demonstrou Garland (2008) em relação aos Estados Unidos e ao Reino Unido, o que ocorreu foi mais encarceramento, causando, senão a redução absoluta dos eventos criminosos, pelo menos sua diminuição paulatina em relação ao incremento histórico (GARLAND, 2008, p. 436-438).

Na dimensão nacional, poder-se-ia acrescentar como fatores fomentadores da escalada do crime a ineficiência das instâncias de poder e agências de controle para manejar os instrumentos institucionais repressivos, o que levaria a um grau de impunidade pernicioso, estimulante de condutas desviantes que, num círculo vicioso demonstra, afinal, o desgaste do modelo de controle social, que segundo Costa (2004) é a “capacidade de uma sociedade se auto-regular de acordo com princípios e valores desejados” (COSTA, 2004, p. 38).

Não é inusitado, portanto, que haja, de fato, uma onda de pânico moral (COHEN, 1972; TONRY, 2004), advindo do sentimento de impotência dos indivíduos diante da possibilidade de ter seus valores materiais e morais agredidos a qualquer momento.

Do confronto dialético entre os que propugnam por penas mais brandas ou por maior rigor punitivo, resulta como vencedora a lógica do etiquetamento ou *labelling approach* (BECKER, 2008) e, portanto, uma consistente demanda no sentido do recrudescimento da pena.¹

A geopolítica assimétrica criada por potências com aspirações hegemônicas, entretanto, se reproduz na instituição de seus sistemas repressivos, de regra rigorosos, situação mimetizada pelos países em desenvolvimento, não obstante o desejo dos povos por regimes humanitários e democráticos, o que se afigura contradição de difícil explicação.

As teorias acerca do crime, da violência e do controle social indicam que o chamado pânico moral (COHEN, 1972; TONRY, 2004), surgido com a diversificação da delinquência, gerou uma consequente demanda punitiva para os infratores.² Tal demanda punitiva é oriunda de parcelas conservadoras da sociedade que se mantêm firmes no propósito de preservar os valores que cultivam, sacrificando, se preciso for, as liberdades dos indivíduos considerados desviantes e a própria possibilidade de seu reconhecimento social. Os empreendedores morais (BECKER, 2008), buscam validar e garantir o *status quo* por intermédio de mecanismos formais e informais de controle, buscando soluções nas casas legislativas, que detêm a competência para alterar o ordenamento jurídico repressor. Isso ocorre porque os sistemas repressivos são, de ordinário, instituídos segundo procedimentos legiferantes legítimos, o que torna os parlamentos instâncias privilegiadas a darem vazão aos reclamos da sociedade. Desta forma o parlamento foi alçado à condição de ator relevante, configurando as instituições legislativas em lócus adequado para semelhante discussão.

Nessa perspectiva, observa-se um movimento de recrudescimento penal, na forma de propostas por novas tipificações criminais, exasperação de penas ou criação e alteração de institutos processuais tendentes a conferir mais rigor à repressão.

Resta verificar, portanto, se a influência dos chamados empreendedores morais, que se manifestam pela mídia³ seria um dos fatores dentre as variáveis que afetam o processo legisla-

¹ A teoria do etiquetamento (*labelling approach*) sugere que a criminalidade não é qualidade de uma conduta, mas o resultado de um processo de estigmatização, oriundo da reação social ao crime, como subproduto do controle social. Foi proposta por Frank Tannenbaum (sociólogo austríaco) e Edwin Hardin Sutherland (criminologista estadunidense, autor da expressão ‘crime do colarinho branco’) e desenvolvida principalmente por Howard Saul Becker (sociólogo estadunidense, autor de *Outsiders*). O fenômeno do etiquetamento equivale, *mutatis mutandis*, ao conceito usado em Psicologia denominado ‘profecia auto-realizadora’.

² Com esopeque no referencial teórico do presente trabalho entende-se por ‘demanda punitiva’ a repercussão do senso comum oriundo da sociedade civil no sentido de extrair dos legisladores normas destinadas a reforçar a doutrina de lei e ordem. Embora utilizada aqui no singular, assume-se que haja, na verdade, demandas punitivas plurais, heterogêneas, distintas, de origens diversas.

³ Neste trabalho simplificou-se a denominação (genericamente, no singular), derivada do inglês *mass media* (meios de comunicação de massa), que por sua vez foi tomada do latim *medium*, meio, centro.

tivo, no sentido de transformar essa eventual demanda punitiva em inovação no ordenamento jurídico seja mediante criação, seja pela alteração das normas de controle social positivadas.

Vislumbra-se o sistema de persecução criminal brasileiro a refletir, igualmente, a tendência mundial das últimas décadas, no sentido de buscar as soluções para a sensação de insegurança por meio do atendimento a uma persistente demanda punitiva, tornando o processo legislativo pertinente agenda prioritária perante as demais aspirações populares.

A pesquisa desenvolvida pretende contribuir para a geração de conhecimento necessário à compreensão da temática, visando a colaborar com o aporte de soluções para o progresso da sociedade brasileira, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico do país, em especial o relacionado à repressão criminal, tão carente de respostas, senão definitivas, ao menos integradoras do modelo adotado no país.

Destarte, a principal questão a responder é: de que modo se expressa a resposta parlamentar à demanda punitiva sobre crimes hediondos transmitida pela mídia? Para tanto se adotaram recortes temporal, institucional e temático. O primeiro definiu-se por quatro Legislaturas, 51^a, 52^a, 53^a e 54^a, a primeira e última incompletas, cobrindo o período de 2002 a 2013.⁴ O recorte institucional limitou o local de análise à Câmara dos Deputados, enquanto o temático concentrou-se no processo legislativo afeto aos crimes hediondos. Outro ponto a esclarecer é em que medida ou extensão ocorre o atendimento às demandas e quais as respectivas espécies de respostas legislativas, isto é, assumindo-se que os parlamentares são os atores que eventualmente respondem às demandas, quer saber-se como respondem.

Considerou-se, visando a responder a questão, o seguinte caminho hipotético: há uma demanda punitiva da sociedade, manifestada pelos empreendedores morais, principalmente por intermédio da mídia, que se reflete nas ações parlamentares. Tais ações são assumidas como sendo de baixo, médio ou alto impacto, conforme descrito nas considerações metodológicas.⁵ Os parlamentares adotam, então, determinado tipo de ação, de forma reativa, no sentido de responder à demanda punitiva oriunda de parte da sociedade.

O ciclo da demanda punitiva não possui um início objetivamente considerado, mas pode ser desencadeado de forma mais visível diante de um evento crítico, assim considerado qualquer crime grave sobre o qual haja repercussão midiática de grande proporção.⁶ A notícia

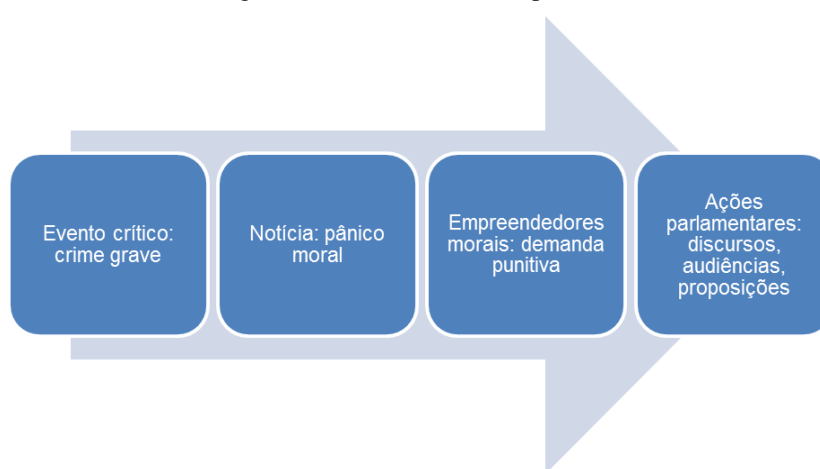
⁴ A legislatura transcorre de 2 de fevereiro do ano seguinte ao ano eleitoral até 1º de fevereiro do próximo ano seguinte ao ano eleitoral parlamentar. No presente trabalho foram consideradas, para efeito prático, como coincidentes com os quatro anos civis. Para fins de rápida apreensão mnemônica, a legislatura dura quatro anos, inicia-se sempre por ano ímpar e o último ano eleitoral, último da legislatura, coincide com a realização da Copa Fifa de futebol.

⁵ Vide subitem 3.1 (p. 69).

⁶ Sobre os eventos críticos, vide subitem 3.2 (p. 71).

do crime gera o chamado pânico moral, que é potencializado pelos empreendedores morais, ou seja, representantes da ala conservadora da sociedade que estimulam a preservação dos valores tradicionais, muitas vezes apelando para o sensacionalismo ou para a adoção de medidas repressivas radicais, que representa a essência da demanda punitiva. As ações parlamentares são desencadeadas a seguir, como resposta à demanda punitiva, consistindo, exemplificadamente, em proferimento de discursos, realização de audiências públicas e apresentação de proposições, dentre outras ações possíveis. A Figura 1, a seguir, representa o caminho hipotético sugerido.

Figura 1 – Ciclo da demanda punitiva.



Fonte: Elaboração própria a partir da revisão bibliográfica.

Adotada a delimitação descrita a seguir, a pesquisa buscou avaliar, portanto, em apertada síntese, se a atividade parlamentar legiferante é influenciada pela demanda punitiva, se a mídia é um dos atores envolvidos na formulação dessa demanda e em que extensão ela se reflete na atividade típica do Poder Legislativo.

Para delimitar o escopo da pesquisa foi preciso estabelecer recortes temporal, institucional e temático, sendo que o terceiro condicionou o estabelecimento do primeiro.

O conteúdo temático limita a pesquisa às proposições⁷ que pretendem alterar o ordenamento jurídico quanto aos crimes hediondos, para tanto considerados paradigmáticos em relação ao objetivo da pesquisa, uma vez que, intentando alterar o ordenamento jurídico no seu mais alto grau de repressão no tocante ao controle social, mais bem representam o furor punitivo de certos segmentos da sociedade.

⁷ O art. 100 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), aprovado pela Resolução n. 17, de 22 de setembro de 1989, dispõe que “proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara” e, em seu § 1º, que “as proposições poderão consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle” (BRASIL, 2011). O art. 59 da Constituição federal dispõe que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções (BRASIL, 2004).

Pretendia-se que o recorte temporal coincidisse com o histórico das proposições atinentes ao tema, tendo sido estabelecido previamente como limite inicial o ano de 1989. Nesse ano ocorreu a apresentação da primeira proposição tendente a regulamentar o inciso XLIII do art. 5º da Constituição, que trata dos crimes hediondos. Entretanto, apesar da abrangência pretendida para o período, talvez não fosse representativo da atualidade que envolve inúmeras transformações da sociedade, nos campos econômico, político e social, o que certamente influencia o perfil de atuação dos parlamentares.

Optou-se, portanto, por definir o recorte temporal entre os anos de 2002 e 2013, que compreende duas Legislaturas completas, a 52ª (2003/2006) e a 53ª (2007/2010), além de parte da 51ª (1999/2002) e da 54ª (2011/2014). Considerou-se esse período, de doze anos, suficiente para a análise pretendida, em razão da razoável abrangência, além da atualidade que envolve a temática. Tal presumida suficiência encontra respaldo no estudo de Santos (2008), segundo o qual a média aritmética da extensão das séries históricas dos estudos sobre o legislativo brasileiro não passa de 10,7 anos (SANTOS, 2008, p. 18-19). Há até um *outlier* nessa amostra, que impactou a média, um estudo de Figueiredo e Limongi (1994), o qual analisa uma série de 48 anos, sem o qual a média cai para 9,67 anos. Dos 45 estudos analisados por Santos, 47% cobriam duas legislaturas e 22% apenas uma.⁸ Santos pondera que mesmo considerando tímida a média, ela condiz com a falta de tradição de pesquisa empírica da área no Brasil, de pouco mais de uma década, aliada à dificuldade de obtenção de dados nos órgãos públicos.

O período corresponde a três legislaturas completas, embora diluída em quatro incompletas. Não é analisada totalmente a atual legislatura, obviamente, porque a pesquisa se encerra antes de seu término e, mesmo sendo possível compilar dados parciais pertinentes a 2014, estes, embora pudessem ensejar visão mais atualizada a respeito, seriam incompletos, comprometendo a sistematização. Assim, a análise respectiva deve ser relativizada em razão da incompletude dos dados pertinentes em relação às demais legislaturas. Por outro lado, a análise da produção legislativa de parlamentares de quatro legislaturas distintas permite verificar eventual diferença de pensamento advinda da razoável renovação que ocorre no parlamento a cada eleição (BACKES, 2010). Essa perspectiva permite, ainda, comparar a quantidade de proposições que foram definitivamente arquivadas ao final de uma legislatura com aquelas que retomam a tramitação na legislatura seguinte.

⁸ Adotou-se neste trabalho a sistemática de grafar por extenso os números constituídos por apenas uma palavra e em algarismos os demais, salvo quando, presentes no mesmo período e visando a clarificar o contexto, todos são grafados em algarismos.

Como marco inicial do recorte temporal é analisado apenas o último ano da 51ª Legislatura (1999/2002). Uma das razões é que o próprio Portal da Câmara dos Deputados na internet (Portal/CD) alerta, na identificação de proposições, que “as informações anteriores a 2001, ano de implantação do sistema e-Câmara, podem estar incompletas”. A análise de detalhes da tramitação das proposições anteriores seria muito dificultada, portanto, dado o volume de dados a serem compulsados, nesse caso, mediante manuseio de avulsos impressos de todas as proposições da amostra selecionada.

Outra razão relevante é que no ano de 2002 foi criada a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), cobrindo espaço oportuno de discussão de políticas públicas para combate à violência.⁹ Aqui já se observa certo delineamento do recorte institucional. Isso porque as proposições atinentes ao tema são apreciadas, de regra, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e por vezes pela CSPCCO, nos termos das respectivas competências, conforme dispõe o art. 32, incisos IV e XVI do RICD.¹⁰ A importância dessa Comissão se percebe pela redação do § 2º do art. 26 do RICD¹¹, dada pela Resolução n. 30, de 24 de fevereiro de 2005.¹²

Figuram necessariamente como *loci* principais de análise, portanto, três instâncias de decisão. Duas são comissões permanentes: a CSPCCO e a CCJC, órgãos da Câmara dos Deputados por onde tramita a maioria das proposições tendentes a alterar o ordenamento jurídico de natureza criminal no aspecto substantivo (penal) e adjetivo (processual penal).

⁹ Criada pela Resolução n. 27 de 20 de fevereiro, atendendo a uma das principais recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, recebeu o nome de Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico (CSPCCOVN), que foi reduzido pela Resolução n. 20, de 17 de março de 2004, assim como a composição, de 35 para 18 membros.

¹⁰ “Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade: [...] IV – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania: a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões; [...] e) matérias relativas a direito constitucional, eleitoral, civil, penal, penitenciário, processual, notarial; [...] XVI – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado: a) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas; b) combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana; [...] f) sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da segurança pública;” (BRASIL, 1989).

¹¹ Adotou-se, no presente trabalho, a notação da referência apenas na primeira menção à norma ou proposição legislativa, a fim de não tornar o texto poluído. Proposições não analisadas poderão ser obtidas pela consulta à página da Câmara dos Deputados na internet (<<http://www.camara2.leg.br>>), no módulo ‘proposições’, bastando selecionar a espécie e digitar o número e ano (BRASIL, 2014).

¹² “Art. 26. [...] § 2º Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de (1) uma Comissão Permanente, ressalvada a Comissão de Legislação Participativa e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.” Essa peculiaridade deve ser relativizada, porém, pois se aplica, também, transitoriamente, a toda nova Comissão criada ou desmembrada.

A terceira é o Plenário¹³, por onde tramita a maioria das proposições objeto da pesquisa. A ordem de apreciação das matérias nas instâncias mencionadas constitui a sequência regimental do rito de apreciação de proposições dessa natureza, muitas das quais nem tramitam pela CSPCCO. Algumas proposições, contudo, podem tramitar por outras comissões permanentes, ao envolverem temática afim cujo mérito deva ser por elas apreciado, a exemplo das Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Seguridade Social e Família (CSSF), além da análise de conteúdo orçamentário-financeiro, feita pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) se o tema envolver despesa pública.

No recorte institucional, portanto, levou-se em conta a produção legislativa no âmbito da Câmara dos Deputados e, de forma específica quanto às ações de médio impacto, isto é, audiências públicas, as ocorridas no âmbito das Comissões. Foram analisadas as audiências públicas e ações afins referentes às proposições sob análise e aos eventos críticos selecionados¹⁴.

Embora Câmara dos Deputados (CD) e Senado Federal (SF) sejam as instituições onde se desenvolve o processo legislativo das normas federais de caráter repressivo, isto é, de natureza penal e processual penal, a Câmara dos Deputados é a casa legislativa que naturalmente representa o povo das unidades da Federação, segundo suas populações, tendo em vista que os senadores representam tais entes em si, razão de sua alicação paritária. Nesse contexto, enquanto ao Senado Federal cabem as iniciativas estruturantes definidas no art. 52 da Constituição, tomando-se em conta a participação das unidades da Federação na preservação da soberania do país e consolidação do pacto federativo, à Câmara dos Deputados acorrem as demandas de natureza mais pontuais e presentes no urgente cotidiano do corpo social. Noutro aspecto, as proposições que não sejam de iniciativa dos senadores são apresentadas na Câmara dos Deputados.

Consiste a pesquisa, portanto, de análise em cinco dimensões. A primeira, tendo como unidades primárias de análise as proposições, em tramitação e apresentadas, apreciadas ou não, no âmbito dos recortes adotados, visando a atender à demanda punitiva mediante alteração ou inovação do ordenamento jurídico em nível constitucional e da legislação penal, processual penal e legislação extravagante correlata. A segunda, atinente à repercussão na mídia dos eventos críticos e consequente influência no ânimo dos parlamentares, mediante análise dos pronunciamentos selecionados que lhes façam referência, doravante designados como

¹³ Doravante as referências a Comissão e a Plenário serão grafadas com inicial maiúscula, para individualizá-las como *loci* de análise.

¹⁴ Sobre os eventos críticos, vide subitem 3.2 (p. 71).

discursos, os quais serão cotejados com alguma pertinente ação parlamentar imediatamente posterior.¹⁵ A terceira consiste em análise dos requerimentos que façam referência às proposições e aos eventos críticos. A quarta analisa as audiências públicas e ações afins realizadas que igualmente tenham associação com os eventos críticos ou proposições em tramitação dentre as unidades de análise adotadas.

Por fim, interligando essas ações, a averiguação da existência de associação entre os eventos críticos e a ação parlamentar decorrente, ou seja, sua consequente repercussão nos discursos e, concomitantemente ou não, a apresentação de novas proposições, a retomada de tramitação daquelas cujo andamento esteja suspenso, bem como a eventual aceleração ou retardamento da tramitação em curso ou retomada, mediante formulação dos requerimentos pertinentes.

Não constitui escopo da pesquisa, portanto, a análise de outras ações parlamentares, por mais relevantes que possam ser, nem a reação do parlamentar a outras formas de expressão da demanda punitiva, como a ação dos grupos de interesse e de pressão e o contato direto com o eleitorado.

Delineada a questão-problema, verifica-se a importância de se dirimi-la, dada a possibilidade de ocorrência do fenômeno aventado, o que viria a confirmar, por exemplo, ser a crescente taxa de encarceramento percebida no Brasil e em outros países (GARLAND, 2008; WACQUANT, 2007; ABRAMOVAY; BATISTA, 2010), uma das prováveis consequências da lógica de atendimento à demanda punitiva.

Cientistas políticos nacionais e estrangeiros têm abordado as questões relevantes quanto ao sistema político brasileiro, como os brasilianistas Ames (2003) e Mainwaring (2001). No atinente ao impacto das demandas populares e a consequente ação parlamentar, o tema foi abordado por vários autores, dentre os quais se podem mencionar: Bourdieu (2005), que discorreu sobre a relação entre as vontades individuais e a vontade coletiva; Dahl (1971), com a multiplicidade da participação política do que chamou poliarquia; Mayhew (1974), quanto à conexão eleitoral que direciona a ação parlamentar; e Olson (2012), ao desenvolver a lógica da ação coletiva. Dentre os autores brasileiros que abordam a agenda político-eleitoral e o funcionamento do Poder Legislativo, há trabalhos importantes como os de Nicolau (2004), Avelar e Cintra (2004), Carvalho (2003), Santos (2008), além de inúmeros trabalhos de Argelina Figueiredo, Fábio Wanderley Reis, Fernando Limongi, Wanderley Guilherme dos Santos e outros. No tocante à inegável influência da mídia no estabelecimento da agenda política,

¹⁵ No banco de dados os pronunciamentos são referidos, genericamente, como discursos (v. subitem 3.5, p. 76).

ressaltam-se os trabalhos de Miguel (2002), Rodrigues (2002), Ramos e Paiva (2007) e Budó (2013). No âmbito do próprio legislativo destacam-se trabalhos recentes, frutos dos programas de doutorado e mestrado promovidos pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, como os de Nicolau e Braga (2011), Martins (2012) e Gomes (2013). Entretanto, esses autores não abordaram o tema sob análise, tampouco enfocaram a mídia. Dessa forma o ineditismo do tema, no sentido de associar a demanda por punição à ação parlamentar e nomeadamente à produção legislativa, justificaria a incursão exploratória pretendida. O estudo que mais se aproximou da temática em apreço parece ter sido o de Frade (2008), que investigou a visão do parlamento brasileiro sobre a criminalidade, cuja análise permite, porém, novas investigações. Outros trabalhos que abordaram a relação da mídia com o sistema penal, de menor abrangência, porém, foram os de Batista (2002) e Sontag (2007). Pretende-se, portanto, associando a demanda punitiva à ação parlamentar, averiguar a aplicabilidade do senso comum segundo o qual ‘a mídia pauta a política’, especificamente no tocante ao controle social em seu nível mais estrito e, especificamente, no que concerne à ação legiferante dos deputados.

Tem-se como objetivo geral analisar as possibilidades de resposta parlamentar à demanda punitiva sobre crimes hediondos expressa pela mídia. Especificamente, traduzindo hipóteses prévias de pesquisa, objetiva-se: identificar formas de atuação parlamentar que possam sugerir respostas à demanda punitiva; caracterizar o papel da mídia como mediadora da demanda punitiva; e investigar a existência de vínculos entre eventos críticos divulgados pela mídia e as ações parlamentares.

O foco na ação parlamentar leva em conta a natureza dessa ação, quando os deputados representam a sociedade, como atores dos processos, expositores das políticas públicas ou arautos das demandas. Isso ocorre em razão da dificuldade de participação direta da sociedade na tomada de decisão, pois, no dizer de Bourdieu (2005) os governados preferem utilizar um porta-voz para isso, visto que o engajamento direto no processo vai além dos obstáculos biológicos ligados aos limites temporais e espaciais da corporeidade dos indivíduos (BOURDIEU, 2005, p. 30).

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Importa salientar, previamente, que não obstante o essencial constar deste capítulo, o referencial teórico pertinente à temática abordada está também diluído pelos demais capítulos do trabalho.

2.1 Comportamento desviante e controle social

Sem receio de erro grave pode-se intuir algo em torno da evolução do comportamento desviante das normas de conduta impostas pelo controle social.

Sendo o homem um animal gregário, isto é, que vive em sociedade, essa característica, não exclusiva da espécie, impõe a fixação de regras para o convívio societal, além daquelas intuitivas que dirigem a ação coletiva das demais espécies gregárias. Tais regras, se inicialmente foram impostas pela vontade do mais forte, segundo alguns, ou do sacerdote que se tornou rei (COULANGES, 1971), com o evoluir dos agrupamentos humanos, requereu arranjos consensuais perpetuados pelas elites hierárquicas. Fatores diversos que engendraram o nascimento dos protoestados, para atuar em nome dos indivíduos que os formara, propiciaram o surgimento das normas de conduta social, inicialmente de tradição oral, depois escritas e, posteriormente, emanadas de instituições especializadas na elaboração de normas, os parlamentos.

Normas de conduta podem ser, genericamente, permissivas, obrigatórias (preceptivas) ou proibitivas (FERRAZ JÚNIOR, 2003). As primeiras quase sempre supõem a necessidade de satisfação de algum requisito, segundo o princípio de que tudo o que não é condicionado é permitido. Algumas dessas condutas são estimuladas, com o que são criadas as chamadas sanções positivas ou premiaias, que reforçam o comportamento ‘conforme’ ou desejado (BENEVIDES FILHO, 1999). As normas de conduta obrigatórias e as proibitivas, porém, quando descumpridas, ensejam sanções negativas ou repressivas diante do comportamento desviante, visando a inibi-lo – ou preveni-lo em relação aos demais indivíduos –, as quais são aplicadas pelos órgãos especializados da estrutura governamental, inseridas no vasto sistema de controle social.

Assim, há certas condutas que, impostas e não realizadas ou proibidas e perpetradas, geram para o Estado, atuando em nome da sociedade, ou para a pessoa prejudicada em razão da conduta comissiva ou omissiva, o direito subjetivo de exigir reparação do infrator.

No dizer de Wacquant (2007) “as sociedades contemporâneas dispõem de pelo menos três estratégias principais para tratar as condições e as condutas que julgam indesejáveis, ofensivas ou ameaçadoras”: socialização, medicalização e penalização, as quais são formas distintas de controle (WACQUANT, 2007, p. 20-21).

O comportamento desviante varia, contudo, num extenso gradiente, que vai desde a simples reprovação pelo olhar até as sanções mais aflitivas, de que a pena capital é o exemplo mais contundente. As sanções repressivas mais rigorosas estão afetas a um conjunto de condutas que se denominam tecnicamente crimes, delitos ou contravenções, as quais integram o arcabouço normativo de natureza criminal ou penal, configurando, pois, a penalização decorrente da criminalização (tipificação) da conduta desviante.

Não obstante, o controle social se exerce por diversas formas menos drásticas e até mais desejadas, o que de certa forma atenua a carga semântica negativa da expressão. Uma dessas formas se dá mediante a extração tributária necessária para custear o funcionamento do governo, responsável pela condução do aparato estatal, incluindo as medidas a serem tomadas para a proteção dos indivíduos e a preservação do grupo e, por conseguinte, do próprio Estado. Outra forma de controle social, com forte conteúdo positivo, consiste na assistência aos necessitados, o que inclui inaptos para o trabalho, além de crianças, idosos e valetudinários em geral. O controle social atenuado se dá, ainda, por intermédio da regulação de certas atividades, do registro da propriedade, da vigilância quase sutil sobre os deslocamentos das pessoas e bens, dentre outras formas.

Para tanto, a lei, forma paradigmática em que é vazada a norma ou regra de conduta, protege certos bens ditos jurídicos, visto que tais bens são passíveis da proteção do Estado e podem ensejar mesmo o próprio exercício da autotutela dos indivíduos no sentido de preservá-los. Bens jurídicos, nesse contexto, são entendidos não apenas os bens materiais e até os imateriais, mas, a integridade física, psíquica e moral da pessoa e, além, de forma essencial, o bem maior sem o qual o próprio indivíduo deixa de existir, que é a sua vida.¹⁶ Dessa forma, a agressão ao bem jurídico ‘vida humana’ é tida como um dos desvios de conduta mais reprováveis, a ele correspondendo, ao longo da história, as espécies de punição mais gravosas. Ainda hoje, em certos lugares ou circunstâncias, a punição pode exigir até o sacrifício da própria vida do agressor.

O enfoque da presente pesquisa se volta, pois, para aquele controle social mais rigoroso mencionado, que gera uma espécie de punição caracterizada por sua natureza criminal ou penal. Tal controle pressupõe um caráter normativo estrito, dada a garantia constitucional consubstanciada no princípio da reserva legal, segundo o qual “não há crime sem lei anterior

¹⁶ A legislação penal brasileira privilegia a proteção dos bens materiais, o que é bastante criticado por aqueles que veem o modo capitalista de produção como criminogênico. Na Itália, por exemplo, o crime de latrocínio é considerado contra a vida e não contra o patrimônio, como no Brasil (SZNICK, 1993, p. 18). O efeito disso é que o latrocínio, no Brasil, é julgado por juiz singular e não por pessoas oriundas da sociedade civil, compondo o tribunal do júri, como ocorre no crime de homicídio.

que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, nos termos do disposto no art. 5º, inciso XXXIX da Constituição (BRASIL, 2004).

2.2 Pânico moral e empreendedores morais

Visando à melhor compreensão de como os mencionados empreendedores morais engendram o pânico moral, é preciso elaborar ligeira digressão.

O século XX foi marcado por profundas transformações no cenário mundial. Duas guerras de alcance global, entremeadas por sentimentos nacionalistas latentes, o holocausto, a subsequente Guerra Fria que polarizou a disputa armamentista e, por fim a derrocada do comunismo e a descolonização da África, o que propiciou o surgimento de vários países livres no concerto das nações. Ao mesmo tempo, a corrida espacial e o avanço tecnológico derivado do esforço de guerra e da astronáutica impuseram transformações sem precedentes nos transportes e comunicações do planeta.

Ao lado do crescente desejo dos povos por regimes humanitários e democráticos, vicejaram governos ineptos, ora manipulados pela geopolítica assimétrica criada por potências com aspirações hegemônicas, ora estimulados pela criminalidade transnacional, de que o narcotráfico e o financiamento do terrorismo são as facetas menos controláveis, não obstante sua visibilidade e crueldade. Isso se deu, especialmente, pelo surgimento de novas modalidades do crime, facilitadas pela mobilidade em todos os sentidos. As transações lícitas e ilícitas ganharam velocidade com o uso da comunicação por satélites, o transporte aeroviário e a internet, em que as mais infames ações criminosas estão ao alcance do pressionar de uma tecla.

No dizer de pensadores modernos, como Sen (2006), há uma tendência de a ciência e a tecnologia constrangerem as escolhas morais, vez que perpassam de forma definitiva a economia de mercado, base do hegemônico sistema capitalista de produção. Essa constatação pode explicar o desprezo de princípios éticos mundo afora, com o que a extensão, a variedade e os efeitos de ações malévolas são facilmente identificáveis não apenas em facínoras considerados o ‘inimigo público número um’, mas também em atores e segmentos societários outrora insuspeitos.

Todos os países estão, pois, sujeitos a tais atrocidades, não mais restritas a ações truculentas de grupos mafiosos sanguinários apenas, o que foi demonstrado pelo ataque ao *World Trade Center* de Nova York, em pleno limiar do século XXI, como que a alertar para a necessidade de se definir como será lembrado este século.

Conceitos como modernidade tardia (GARLAND, 1990; GIDDENS, 2001), modernidade líquida (BAUMAN, 2003) e pós-modernidade (HARVEY, 2003), dão o tom da perplexidade a que muitos desses estudiosos chegaram ao refletirem sobre o ligeiro século XX. Nes-

se século, em que a tecnologia alcançou patamares jamais imaginados, proporcionando o encurtamento das distâncias, pela facilidade dos transportes e comunicações, a humanidade experimentou um desenvolvimento só comparado com a diversidade com a qual teve de se acostumar a conviver.

Assim, sistemas econômicos e políticos foram experimentados e descartados, como que apressando a natural marcha do processo civilizador (ELIAS, 1990), para se ater a uma das vertentes teóricas que tentam justificar o *iter* histórico. Nesse passo, o capitalismo neoliberal saiu vitorioso quando a economia de mercado substituiu a utópica economia de comando e a globalização se firmou de forma inescapável. A consequência indesejada foi a escalada da criminalidade transnacional, proporcionada pelas relações em rede (CASTELLS, 1999), quando novas formas de controle se impuseram, diante da permeabilidade das fronteiras, que estimulam novos medos e intolerâncias, raciais, étnicas, xenófobas, promovendo reações radicais como o terrorismo.

Não admira, portanto, o surgimento de legislações repressivas cada vez mais severas ao redor do mundo. Essas legislações mais duras, na medida em que funcionem como mecanismo de prevenção geral, visam a garantir a aplicação de políticas públicas de controle social estrito. Daí surgem políticas oportunistas de feitiço conservador ou reacionário, geralmente apoiadas por parcela considerável da sociedade, que se tornam medidas preferenciais entre os formuladores de políticas públicas de controle social repressivo (GARLAND, 2008, p. 57).

Assim, diversas ondas surgiram, na esteira da ‘guerra contra o crime’ (*war against crime*), da ‘guerra contra as drogas’ (*war on drugs*), do modelo de ‘lei e ordem’ (*law and order*), da premissa de que ‘a prisão funciona’, da regra ‘*three strikes and you’re out*’, do ‘rigor nas sentenças’, da ‘redução da maioria penal’ e das práticas de policiamento conhecidas como ‘tolerância zero’ (*zero tolerance*) e janelas quebradas (*broken windows*), a maioria capitaneadas pelos Estados Unidos.¹⁷ Tais políticas, contudo, não obstante a existência de várias teorias criminológicas surgidas nesse período, que buscam explicar a etiologia do crime, atenuar a lógica da ideologia da defesa social (BARATTA, 2002) e reduzir o impacto das ações de empoderamento repressor na aplicação da lei (*law enforcement*), acabaram por gerar um incremento sem precedentes do encarceramento.

¹⁷ A expressão *three strikes and you’re out* alude a um dos momentos mais emocionantes do beisebol, no qual o rebatedor de um time é eliminado se o arremessador (*pitcher*) do time adversário consegue contabilizar três *strikes* (arremesso de bola do *pitcher* para o *catcher* em condições de ser rebatida sem, porém, que o seja). Em âmbito penal, utilizou-se a metáfora para batizar a lei aprovada com pioneirismo pelo estado da Califórnia, em 1994, segundo a qual a terceira condenação (cada qual equiparada a um *strike*), dependendo do crime, pode gerar prisão perpétua automática (GARLAND, 2008, p. 85. Nota 25, do tradutor).

Os trabalhos dos autores selecionados se interpenetram e se complementam, corroborando a tese de que a construção dos saberes é um processo contínuo (FOUCAULT, 2009). Assim, a divisão das funções como pressuposto do desenvolvimento da sociedade, antevista por Durkheim (2010), por exemplo, foi retomado por Elias (1990). As relações em rede que o mesmo Elias (1990) vislumbrara como agregadoras e desagregadoras do tecido social, possibilitando forjar o poder social, foram reconsideradas por Castells (1999) como essenciais para a configuração da sociedade atual.

Visando a explicar a etiologia criminosa, a teoria estrutural-funcionalista proposta por Durkheim (2010), em substituição à lógica positivista, em que vigorava o paradigma causal, foi desenvolvida por Merton (1974), conforme análise crítica das teorias criminológicas, elaborada por Baratta (1999). Segundo Merton (1974), do embate entre os meios e os fins culturais surgiriam os comportamentos conformes e os desviantes. O crime, então visto como desvio, foi objeto de considerações de Becker (2008), que propõe a relatividade da avaliação acerca do indivíduo desviante, a qual é convenientemente formulada pelos detentores do poder. Entretanto, na visão do desviante assim rotulado, *outsider* – título do trabalho de Becker – seria também quem o etiquetou.

A superação do paradigma causal e da teoria do etiquetamento (*labelling approach*) buscou, então, nova explicação da etiologia do crime. Segundo esta nova concepção a delinquência medida pelos mecanismos de controle social não residiria, pois, na ação individual inexoravelmente vinculada ao livre-arbítrio, nem no perverso resultado de um etiquetamento determinístico, ou na reação social à conduta tida como desviante (LARRAURI, 2000). Estaria fundada na formulação dos fatos típicos – as condutas consideradas criminosas – pelas elites governantes, já que os tipos penais e a própria rotulação dos desviantes seria meramente uma convenção social, pois “o crime não existe” (CHRISTIE, 2011, p. 17).

Ao pensarem a evolução da punição, desde a obra pioneira de Beccaria (1998), esses autores ora abordaram sua necessidade, intensidade e efetividade (DURKHEIM, 2010), ora investigaram suas representações sociais (BECKER, 2008), ora questionaram sua validade como instrumento de controle social (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004).

Desde as três últimas décadas do século XX, principalmente, tais indagações adquiriram um significado instigante, na medida em que procuraram compreender as elevadas taxas de encarceramento das nações ocidentais, com os Estados Unidos à frente (GARLAND, 2008; WACQUANT, 2007; ABRAMOVAY; BATISTA, 2010). O foco dessas investigações seria buscar, parafraseando Gustav Radbruch, em vez de ‘punições alternativas’, ‘alternativas à

punição’, esta representada pela espécie paradigmática do direito penal moderno, o cárcere (BARATTA, 2002).

Entretanto, como a punição corporal propriamente dita tornou-se exceção, não obstante a prisão ser também denominada ‘pena corporal’, vez que confina o corpo do apenado, a prisão continua sendo a punição mais utilizada nos sistemas de repressão criminal.¹⁸ Tanto isso faz parte do cotidiano que é comum ouvir-se pela mídia que, ocorrido um evento criminoso, o autor ‘não foi preso’, como se essa fosse a única medida disponível ou a mais adequada à reação da sociedade. Não por outra razão as prisões costumam ser locais inabitáveis no mais das vezes, concerníveis ao que Rusche e Kirchheimer chamam princípio da *less eligibility*¹⁹ “ao qual, até este momento, o sistema penitenciário tem obedecido: as condições dos detidos devem ser mantidas mais baixas do que as dos estratos mais baixos do proletariado ‘livre’” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, *apud* BARATTA, 2002, p. 248, nota 3).

A análise do punitivismo moderno foi abordada mais profundamente por Garland (2008), na qual o sociólogo escocês busca explicar as mudanças havidas no aspecto do controle social. Evoca o retorno a um previdenciário penal²⁰ (*penal welfarism*), com enfoque na ressocialização, mediante a atuação de um poder-saber específico (FOUCAULT, 2012). Garland (2008) o justifica com quatro componentes: o crime como fato; a repressão criminal como decorrência da necessidade de afirmação da soberania estatal, donde a onda de ‘lei e ordem’; os riscos advindos com as mudanças sociais; e a reconsideração acerca da ‘criminologia do outro’, que esquece a condição de sermos todos falíveis.

Essas investigações, entretanto, praticamente se mantêm no nível jurídico e sociológico, não tendo seus resultados atingido, com suficiente profundidade, o espectro político ou dos formadores de opinião em geral, como jornalistas, empresários e profissionais liberais. Dentre esses atores, aliás, está a maior parte dos empreendedores morais, aos quais se refere Becker (2008), que são os indivíduos que formulam as demandas punitivas, após serem influenciados pelo pânico moral, tornando-se seus arautos (COHEN, 1972; TONRY, 2004). Talvez por essa razão não se deram conta do fenômeno – ou não o quiseram – o que, em tese, os isentaria de compreendê-lo.

¹⁸ A noção de que a prisão é uma punição corporal está subjacente no instituto do *habeas corpus*, remédio constitucional destinado a livrar alguém da prisão, que em seu significado original em latim significa ‘tenhas o corpo’.

¹⁹ Elegibilidade mínima, em tradução do pesquisador.

²⁰ Política estabelecida tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos nos anos 1970 cujo axioma básico era o de que medidas penais devem, sempre que possível, se materializar mais em intervenções reabilitadoras do que na punição retributiva (GARLAND, 2008, p. 104).

2.3 Demanda punitiva

A discussão a respeito da demanda punitiva perpassa o trabalho de vários pensadores, entre juristas, cientistas políticos e sociólogos de renome nacional e internacional. Dentre os principais autores estrangeiros, recordam-se os que em algum momento de sua produção intelectual se debruçaram sobre temática congênere que informa a reflexão a respeito, a saber: o crime como evento inevitável, espécie anormal da divisão do trabalho social (DURKHEIM, 2010); a visão marxista da punição (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004); o bem-estar penal (GARLAND, 2008); a competitividade selecionando os vencedores (ELIAS, 1990); a violência da punição (FOUCAULT, 2009); a miséria das penas (WACQUANT, 2001); o medo (BAUMAN, 2008); o abolicionismo penal (CHRISTIE, 2011); as instituições totais (GOFFMAN, 2003); além de outros, igualmente importantes como, por exemplo, os que abordaram a etiologia criminal sob o enfoque de uma criminologia crítica (BARATTA, 1999; LARRAURI, 2000; ANIYAR DE CASTRO, 2005).

O conceito de demanda punitiva, entretanto, é difuso, embora perpassasse as obras de vários autores que estudam o crime e a violência, como Becker (2008), Christie (2011), Garland (2008), Wacquant (2007) e Young (2002). Garland (1999, 2008), por exemplo, utiliza com frequência o termo ‘punitivismo’, assim como Wacquant (2007), que usa expressão semelhante, ‘onda punitiva’, no próprio subtítulo do trabalho.

Essa demanda se consubstancia em criação de novos tipos penais, exasperação das penas dos crimes já positivados, assim como criação ou alteração de institutos processuais de natureza penal, tendentes a restringir direitos ou o acesso a institutos benéficos ao acusado, tornando a repressão criminal mais rigorosa.

Paralelamente, os movimentos sociais visando à inclusão dos *outsiders*, o protagonismo que os direitos humanos exercem em favor das minorias ou classes estigmatizadas e o movimento em defesa da democracia (BOBBIO, 2000) propugnam por um ordenamento jurídico mais consentâneo com o humanitarismo, a resolução pacífica dos conflitos e a descriminalização de condutas tidas como desvios sociais indesejáveis das ‘classes perigosas’, em busca de um direito penal mínimo.

Consequência direta da demanda punitiva é o incremento da taxa de encarceramento em vários países (GARLAND, 2008). O oposto à demanda punitiva, o abolicionismo penal (CHRISTIE, 2011), tenderia ao desencarceramento progressivo, reduzindo investimentos na

chamada prevenção secundária, estimulando a reinserção social dos delinquentes, derrogando a lógica do etiquetamento e, por consequência, os níveis de reincidência criminal.²¹

O Brasil não foge à regra: criminalidade difusa gerando violência indiscriminada e insegurança endêmica, apesar do encarceramento crescente. O sistema de persecução criminal brasileiro reflete, portanto, uma tendência mundial das últimas décadas, no sentido de buscar, por meio do atendimento a uma persistente demanda punitiva de certos segmentos da sociedade, as soluções para as crescentes taxas de criminalidade, violência e desordem.

No Brasil o tema foi objeto de estudos mais recentes, não tendo sido localizada referência à demanda punitiva sob o enfoque ora proposto, de resposta parlamentar, na literatura de origem nacional. Dentre os autores que trataram do tema, sem associá-lo, contudo, à atividade legiferante, foco da pesquisa, estão Adorno (1988), Caldeira (2000), Paixão (1987), Porto (2010) e outros que, estudando o crime, a violência e a desordem, acabam necessariamente por abordá-lo tangencialmente.

2.4 Influência da mídia

Um ator essencial em toda essa lógica é a mídia, especialmente a que outrora se chamou de meios de comunicação de massa (MCM), representada essencialmente pela televisão e, em menor grau, pelo rádio, imprensa, a chamada nova mídia²² (eletrônica e digital), isto é, as páginas pessoais, partidárias, de movimentos sociais, assim como redes sociais em voga, como *Facebook*, *Twitter* e outros.

A importância da influência da mídia se justifica na medida em que os jornalistas atuam como uma oligarquia profissional que detém o monopólio moral de moldar a construção discursiva da prosa no mundo político. Exercem um poder simbólico afeto à noção primária de noticiabilidade, isto é, o poder de selecionar e hierarquizar os temas que devem integrar a pauta como relevantes para a opinião pública. A visibilidade dos temas manejados pela mídia é pré-determinada por critérios de cultura profissional, estrutura que define a escala de valores de relevância para o enquadramento jornalístico.

Destarte, além de constituir observatório da vida pública, a mídia constrói uma autoimagem de ‘agência de vigilância moral’, cuja função é denunciar os desvios e ‘pecados políticos’. Nessa lógica, instrumentaliza sua performance espetacular para o reconhecimento público de que constitui uma eficiente ‘delegacia moral’. No papel de policial a representação polí-

²¹ Segundo a criminologia, a prevenção primária atua na sociedade como um todo, a secundária nos segmentos mais vulneráveis, incluindo os indivíduos já envolvidos com o crime, enquanto a terciária pressupõe a ressocialização do criminoso. Cronologicamente viriam antes, durante e depois do crime.

²² A ‘nova mídia’ engloba internet, CD-ROM, livros eletrônicos e TV segmentada (FONSECA JÚNIOR, 2006, p. 287).

tica, tida como escusa, exerce o papel de representação moral, fazendo diagnóstico e apontamento procedimentos corretivos. Essa imagem positiva é reforçada pelo ciclo em que a mídia se apresenta como um dos empreendedores morais por excelência, não obstante exercer outros papéis além do de elemento de pressão.²³

A mídia usa a violência, portanto, para construir diferentes narrativas. Os parlamentares, ao responderem as demandas punitivas, tentam agenciar essas narrativas.

Especula-se que a influência da mídia, portanto, tende a se refletir no poder de agenda dos atores envolvidos no processo legislativo, em especial dos presidentes de comissão, líderes partidários e presidentes das casas legislativas, todos eventuais protagonistas na definição da pauta, encaminhamento das deliberações, condução dos trabalhos legislativos, enfim.

É o que se depreende do trabalho de Ramos e Paiva (2007), as quais, analisando vários casos similares, exemplificam que o brutal assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieites, de seis anos, em 2007, “arrastado até a morte por um grupo que havia roubado o carro de sua família, provocou enorme comoção nacional e motivou a votação, a toque de caixa, de [projetos de] leis que há muito aguardavam o exame pelo Congresso Nacional” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 68).²⁴

Alguns autores já analisaram a influência da mídia no parlamento, como Rodrigues (2002), por exemplo. Entretanto sua análise abrangeu o parlamento como um todo e, particularmente, o enfoque do trabalho priorizou os discursos parlamentares, genericamente, como reflexo da agenda midiática.

A divulgação de eventos criminosos ou violentos na mídia exerce forte apelo popular ou são por eles repercutidos. Whitaker (2003) informa que apenas dois projetos de lei de iniciativa popular foram apresentados ao Congresso em catorze anos: um criando o Fundo Nacional de Moradia Popular, apresentado em 1991; e outro, acerca de corrupção eleitoral, transformado na Lei n. 9.840, de 28 de setembro de 1999 (Lei da Corrupção Eleitoral).

Efetivamente o primeiro projeto mencionado, PL 2710/1992, transformado na Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005, tramitou tendo como autor o Deputado Nilmário Miranda (PT/MG), descaracterizando sua natureza de proposição de iniciativa popular. O mesmo ocor-

²³ O pesquisador agradece ao Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros a lembrança do perfil dos profissionais da mídia, incorporado ao trabalho, assim como ao Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, pelas generosas e úteis observações durante o exame de qualificação.

²⁴ Quanto à temática dos crimes hediondos, poucas proposições podem ser consideradas como tido aceleração na tramitação em função do evento. Uma delas é o PL 6793/2006, de tramitação então recente que, no entanto, tratava da progressão de regime. Entretanto, tendo o evento ocorrido em janeiro, houve a apresentação de várias proposições envolvendo crimes hediondos em fevereiro e março de 2007, inclusive prevendo restrições no tratamento dos adolescentes infratores, lembrando-se que os havia entre os autores do crime mencionado. A aceleração de outras proposições com a mesma motivação não foi objeto do presente estudo.

reu com o PL 1517/1999, que originou a Lei n. 9.840/1999, cuja autoria consta como sendo do Deputado Albérico Cordeiro (PTB/AL).²⁵

Outros dois projetos (na verdade anteprojetos), inspirados em iniciativa popular, versavam sobre crimes hediondos. O primeiro, liderado pela telenovelistas Glória Perez, após o assassinato de sua filha Daniela Perez por colegas atores; o segundo, após o sequestro e assassinato de Ives Ota, uma criança de oito anos, por policial militar de São Paulo em 1999 (WHITAKER, 2003, p. 189). À falta de processo seguro de conferência das assinaturas, porém, o primeiro projeto foi encampado pelo Poder Executivo (PL 4146/1993) e transformado na Lei n. 8.930, de 6 de setembro de 1994 e o segundo aguarda encaminhamento, após a mobilização dos pais de Ota, que lograram coletar três milhões de assinaturas, acervo que foi resgatado por sua mãe, a Deputada Federal Keiko Ota (PSB/SP), no início da 54ª Legislatura (2011/2014).

Ambos os eventos tiveram forte divulgação pela mídia, gerando iniciativas que bem representam a demanda punitiva de segmentos da sociedade, encampada ou estimulada pela mídia, com a consequente resposta parlamentar, cuja ação, que se denominou de alto impacto, consiste na alteração do ordenamento jurídico de caráter repressor.²⁶

Segundo Garland (2008) “o melhor estudo sobre este assunto é o de K. Beckett, *Making Crime Pay* [...]. Os dados recolhidos por Beckett sugerem que a opinião pública e a preocupação para com o crime seguem as manchetes dos jornais e as iniciativas políticas [...]” (GARLAND, 2008, p. 352, nota 21).

Ao se considerar a televisão como o meio de comunicação de massa por excelência, Garland (2008) lembra que “o ato de assistir televisão surgiu como fenômeno de massa mais ou menos na mesma época em que as altas taxas de criminalidade começaram se tornar um fato social normal, isto é, entre aproximadamente 1950 e 1970” (GARLAND, 2008, p. 337). E mais adiante esse autor comenta:

Os medos e revoltas parcialmente subconscientes, típicos da vida nas sociedades de alta criminalidade, encontram uma válvula de escape na tela da televisão. Eles são dramatizados na forma de histórias de vingança, de contos sobre moralidade, de narrativas de crime e castigo, de histórias de criminosos levados às barras dos tribunais e de notícias sobre atrocidades que disparam a indignação e demandam catarse (GARLAND, 2008, p. 338).

Assim é que a mídia influencia até a denominação das leis. Mimetizando o fenômeno estadunidense de designar as leis com os nomes das vítimas que as motivaram, como Lei Me-

²⁵ Tanto a designação de norma jurídica, após a primeira menção, quanto a de proposição, segue o formato ‘número do documento/ano’, que pode estar abreviado nos elementos gráficos.

²⁶ Vide subitem 3.1 (p. 69).

gan, Lei Jenna, Lei Brady (GARLAND, 2008, p. 55), no Brasil ocorreu situação semelhante no caso da Lei n. 11.340, de 22 de setembro de 2006, conhecida como ‘Lei Maria da Penha’, assim denominada em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica em razão de agressões praticadas pelo marido.

Não é escopo do trabalho, porém, estabelecer se a mídia repercute a opinião da sociedade civil ou a engendra. Assim, ao se associar a demanda punitiva à sociedade, não se está assumindo que a mídia reproduz o sentimento da população, embora possa exercer o papel de mediadora. Entende-se que a população como um todo ou parte dela externa essa demanda, seja por meio da mídia – ainda que provocado por ela –, seja por outras formas, como pelas redes sociais, pelas pesquisas de opinião, pelo contato dos eleitores com os parlamentares e pelas manifestações públicas, dentre outras formas de expressão possíveis. Enfim, a inquietação acerca da influência da mídia no parlamento é uma das facetas de sua atuação e uma das formas de a sociedade se manifestar, por meio dela, sendo esse recorte o objeto da pesquisa.

2.5 Reação parlamentar

O grande empecilho, entretanto, às mudanças racionais ou mesmo ao estabelecimento de normas consideradas adequadas parece ser aquele observado por Downs (1999), segundo o qual todos os legisladores levam em conta seu interesse imediato, que é a própria reeleição, com o que contam com a opinião pública – e não com o devido julgamento público –, segundo Tonry (2004), fazendo com que toda tentativa nesse sentido dependa, praticamente, das sensibilidades, nunca das razões dominantes.

Entretanto essa posição não é unânime, havendo muita discussão em torno da ação parlamentar, se de natureza essencialmente reativa, nesse caso motivada pela mídia ou outras formas de manifestação societal; ou proativa, protagonizando a alteração ou a manutenção do *status quo* mediante formulação de políticas públicas adequadas a seus interesses passíveis de serem satisfeitos. Os interesses factíveis seriam aqueles oriundos do equilíbrio entre os de caráter particularista e os construídos consensualmente mediante cooperação entre os atores.

Garland (2008), por sua vez, ao comentar a função legiferante do Estado, visualiza uma estruturada ambivalência de sua resposta, ora negando o dilema entre abdicar de ser o provedor primário e eficaz de segurança e controle do crime e assumir os custos políticos dessa decisão, ora retraindo-se a uma atuação expressiva simbólica – “um Estado que não se preocupa tanto com o controle do crime, mas sim em expressar a raiva e indignação que o crime provoca” (GARLAND, 2008, p. 249-250). É a caracterização da natureza reativa do parlamento.

2.5.1 Teoria da decisão

A reação parlamentar está estreitamente ligada à teoria da decisão, que admite várias abordagens explicativas de como os indivíduos realizam suas escolhas.

Com efeito, há um ditado do senso comum segundo o qual o ser humano só está infenso a duas fatalidades: a morte e a necessidade de fazer escolhas. A se considerar válida a proposição, justificável se torna o problema que aflige muitos cientistas, no sentido de explicar como as escolhas são feitas. Várias teorias surgiram com esse intuito, resumidas no que se chama ‘teoria da decisão’. Obviamente as escolhas individuais se amoldam com pouca variação aos interesses do indivíduo, desde que tais escolhas respeitem o mesmo alheio direito de também escolher. Havendo controvérsia ou conflito, os atores envolvidos podem superá-los mediante negociação ou imposição da vontade de um sobre a do outro. Tal imposição, porém, quase sempre é ilegítima, dada a noção contratualista que reserva ao Estado o monopólio do uso da força. Já as escolhas coletivas padecem da dificuldade de se conciliar interesses diversos e mesmo contraditórios.

Pode-se especular que o progresso da humanidade proporcionado pela superação das amarras medievais, com o Iluminismo e as Revoluções que deram nova face ao mundo – a Francesa e a Industrial –, antigos paradigmas foram afastados. Assim, não era mais o chefe tribal que decidia, nem os oráculos, pitonisas, áugures, xamãs, xoguns, nem processos fundados em pretensos determinismos divinos, como ordálias, inquisições, pajelanças ou a espada dos nobres de estirpe ou, ainda, mais recentemente, governos ditatoriais ou crenças pueris e superstições subsistentes. A difusão do conhecimento permitiu que mais pessoas e grupos decidissem como fazer suas escolhas, baseados nos princípios de liberdade e igualdade.

No âmbito individual o método de fazer escolhas foi paulatinamente objeto de constrangimentos impostos pelos Estados, dada a necessidade de coerção sobre os súditos, segundo a mencionada concepção contratualista teorizada por Hobbes, Locke e Rousseau. Dessa forma, as escolhas individuais só encontram limites na lei e nas crenças e valores particulares de cada indivíduo. A concepção hegemônica é a de que o indivíduo realiza suas escolhas segundo uma lógica utilitarista, ou seja, no sentido de maximizar as vantagens e minimizar os custos.

O problema se torna mais complexo quando as escolhas têm caráter coletivo, vez que, tirante os ditames legais coercitivamente impostos – aos quais nem todos aderem, ficando sujeitos a sanções como incentivos e punições –, as preferências individuais é que passam a constranger as escolhas coletivas.

As escolhas coletivas podem ser de interesse privado ou de interesse público. No caso das primeiras parece prevalecer o paradigma formulado por Olson (1999), por exemplo, segundo o qual associações organizadas de indivíduos seriam responsáveis por prover benefícios coletivos, segundo interesses comuns, a seus filiados, que suportariam os custos desses benefícios. Para Olson, apenas pequenos grupos logram obter benefícios para seus integrantes, uma vez que nos grupos médios (latentes) e nos grandes o indivíduo não se integra no processo de contribuir para a obtenção do benefício.

Escolhas coletivas de interesse público não teriam a mesma motivação que as de interesse privado, fundadas na maximização dos lucros, conceito fundamental do modo capitalista de produção, que perpassaria a conduta individual. Tanto as regras do mercado quanto as da esfera pública, onde as escolhas coletivas são manejadas, têm como elementos limitadores do acesso aos bens os constrangimentos impostos pela sua relativa escassez (SOUZA, 1996), assim como a incerteza quanto a cenários futuros.

Destarte, assim como no mercado, onde dificilmente há situações de concorrência perfeita, na esfera pública as demandas são variáveis, dada a desigualdade reinante, donde a impossibilidade de se obter um nível ótimo de benefícios. O nível ótimo pressuporia capacidade infinita de extração tributária, por exemplo, a fim de prover recursos suficientes para atender à demanda crescente. Daí surge a necessidade de se hierarquizar prioridades segundo métodos de escolha coletiva.

A conformação ideal da sociedade atual, especialmente a dita ‘ocidental’, pressupõe a existência de Estados que apresentem razoável equilíbrio das funções econômica, social e política. Da função econômica se espera a garantia dos contratos que envolvem relações de troca entre os indivíduos, segundo o modelo prevalecente, o capitalismo, o qual se baseia na propriedade privada, na livre iniciativa e na lógica do mercado, isto é, relações de trocas submetidas às flutuações entre a oferta e a procura. Já a função social se funda na noção de justiça ou equidade, mais comum e singelamente definida como a garantia de se dar a cada um o que lhe é devido, com os corolários da busca da igualdade e do bem comum. Igualdade, no caso, vista como nivelamento das oportunidades de aquisição e manutenção de uma vida digna. O equilíbrio da função política está presente na preferência por regimes democráticos, estruturados segundo a prevalência da regra da maioria, cujas instituições modeladoras asseguram a existência de regras para a formulação das regras de escolha (SOUZA, 1996, p. 14).

2.5.1.1 Regra da maioria

Dadas as idiossincrasias que dificultam as decisões de caráter coletivo fundadas nas preferências individuais, a solução para as decisões coletivas em geral é a regra da unanimi-

dade. Como tal regra é de remota aplicação em grandes colegiados, adotou-se a quase unanimidade, ou maiorias qualificadas (2/3, 3/5).

Afinal, é o princípio majoritário (mais de 50%)²⁷ que acaba por definir a maior parte das decisões, não obstante sua instabilidade (LIMONGI, 1994, p. 13). Entretanto, a regra da maioria pressupõe uma minoria insatisfeita e às vezes é preciso conceder-lhe algo, especialmente se a maioria for obtida por pequena margem. Dessa circunstância surgem as decisões que geram benefícios subótimos, dada a dificuldade de se obter uma decisão considerada ótimo de Pareto²⁸ que no limite seria aquela tomada por unanimidade, o que pressupõe resultado relativo nas votações por maiorias propriamente ditas. Destarte, as minorias tendem a restar sempre sub-representadas nas decisões, especialmente quando estas se aproximam de uma relação próxima do equilíbrio, o que acaba por provocar a chamada ‘tirania da maioria’.²⁹

2.5.2 Escolha racional e escolha pública

As ações dos legisladores podem, porém, ser analisadas segundo diversas perspectivas. Considerando-se que a economia de mercado perpassa os saberes-fazeres atuais (FOUCAULT, 2009), fundados na hegemonia do modo capitalista de produção, alguns autores associaram o comportamento político à lógica econômica.

Trata-se da aplicação da concepção utilitarista que, com o surgimento dos governos constitucionais, dos regimes democráticos e dos parlamentos, transpôs o problema da decisão coletiva da esfera privada para a arena da esfera pública, onde aspectos substanciais da vida das pessoas são decididos. Aliás, a própria escolha dos representantes, apesar de individualmente exercida, tem sugestivo componente de decisão coletiva.

Sob essa perspectiva pensadores modernos engendraram a Teoria da Escolha Racional – TER (*Rational Choice Theory* – RCT), segundo a qual o comportamento decisório dos indivíduos possui o mencionado caráter utilitarista, submetendo-se, porém, às chamadas ‘regras do jogo’. Não por acaso a TER tem pontos tangentes com a teoria dos jogos, um dos modelos que buscam explicar os processos decisórios.

²⁷ É incorreto dizer 50%+1, pois numa amostra de três indivíduos, 50%+1 daria 1,5+1=2,5 que, por aproximação – conceito inapropriado para pessoas –, configuraria a unanimidade. O correto, portanto, é dizer mais de 50% ou mais da metade. No caso sob exemplo, mais de 1,5, ou seja, 2. Se para números pares é intuitivo obter-se a maioria (3 em 4, por exemplo), para uma amostra de cinco indivíduos, 50%+1=3,5 enquanto mais da metade é 3.

²⁸ Situação em que não é possível obter nenhuma ‘melhoria de Pareto’ (melhorar a situação de alguém sem piorar a de ninguém). O conceito é devido ao economista italiano Vilfredo Pareto, o qual formulou também a chamada Lei de Pareto (ou princípio 80-20), segundo a qual, para muitos fenômenos, oitenta por cento das consequências advém de vinte por cento das causas.

²⁹ Lembre-se, a propósito, o mencionado ‘equilíbrio de Nash’.

Destacaram-se como teóricos da TER os economistas James McGill Buchanan Junior³⁰ e Gordon Tullock, além de trabalhos do cientista político Anthony Downs (1999), e os de Olson (2012) e William Riker, também economistas.³¹ Outros nomes ligados à teoria são Schumpeter (1984), Kenneth Joseph Arrow e Lars Udhen.

Uma das vertentes de análise da escolha coletiva no âmbito da esfera pública é justamente a Teoria da Escolha Pública (TEP), ou *Public Choice Theory (PCT)*, que estuda a política utilizando o instrumental analítico da economia, sob a óptica de comportamento racional e autointeresse que definiriam a espécie *homo oeconomicus*. No dizer de Borsani (2004) a TEP tem vínculos com a TER, a qual possui, porém, uma abrangência mais ampla, podendo ser aplicada a qualquer fenômeno social. A formulação da TEP, portanto, segundo Peres (2008), resultou da dificuldade de transposição do modelo da escolha nacional do plano individual/micro para o coletivo/macro (PERES, 2008, p. 62).

Identificando como pressupostos básicos de análise da TEP o comportamento racional, o interesse próprio e o conjunto de regras e instituições políticas, Borsani (2004) argumenta que, embora inspirada pelos ideais keynesianos³² que formataram o Estado de Bem-Estar (*Welfare State*), bandeira da ala socialdemocrata do espectro político, sua diferenciação da economia neoclássica mais tradicional se deve à ênfase na relevância das regras e instituições sob as quais as decisões políticas são tomadas, as ‘regras do jogo’.

Tais regras teriam sido apropriadas de forma mais intensa por parte de uma nova direita, surgida em meio à crise do keynesianismo socialdemocrata. Borges (2001) informa que a expressão ‘Nova Direita’ foi cunhada por Patrick Dunleavy e Brendan O’Leary para rotular o trabalho de economistas com raízes nas tradições da filosofia conservadora empenhados em renovar a economia política clássica e neoclássica. Segundo o mencionado autor, é mais comum a utilização do termo ‘neoliberalismo’ para caracterizar este corpo de pensamento no qual os autores identificam quatro correntes principais dentro da Nova Direita: o monetarismo de Milton Friedman, a escola austríaca de Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, a teoria da escolha pública e a teoria das expectativas racionais (BORGES, 2001, p. 159).

Considera-se que a fundação da TEP ocorreu simultaneamente com a edição das obras dos fundadores da TER. No entanto, Schumpeter pode ser visto como precursor da análise política da TEP e, num contexto mais abrangente, Arrow. A preocupação da Teoria da Escolha Social (*Social Choice Theory*), porém, é com a determinação de quais são, ou deveriam

³⁰ Prêmio Nobel de Economia em 1986, pela contribuição na área da Escolha Pública.

³¹ Tullock, Olson e Downs, dentre outros, integram a chamada Escola de Virgínia.

³² Alusão às teorias formuladas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946).

ser, os procedimentos democráticos que garantem escolhas do conjunto da sociedade (escolhas sociais), sobre diversos assuntos (BORSANI, 2004).

Os estudos realizados permitem especular se tanto na arena eleitoral quanto na parlamentar, a TER³³ e, particularmente, a TEP poderiam explicar os resultados do processo legislativo. Algumas variáveis, contudo, afetam tais resultados, como, por exemplo, as condutas de *logrolling* e *rent seeking*, principalmente, as quais têm forte motivação na ação dos grupos de interesse e de pressão. Como efeitos dessa lógica, surgiriam problemas afetos à regra da maioria, ao teorema do eleitor mediano e ao paradoxo do voto, que poderiam alterar preferências na discussão de políticas públicas. Igualmente presentes nas instâncias decisórias que afinal definem as políticas públicas estariam o voto estratégico nas suas variantes.

O teorema do eleitor mediano – considerando como eleitor o parlamentar que vota numa proposição –, estabelece que numa eleição majoritária o resultado constitui a preferência do eleitor mediano, cuja opinião pode aproximar-se bastante de uma das preferências situadas nos extremos do espectro, excluídas pelo consenso gerado, em razão de sua característica de radicalização. Assim, considerado o espectro de preferência por determinada política, entre as opções A, B e C, a votação entre A e B resultará na opção por B, pois o optante de C também escolherá B. Entre B e C, o resultado também é B, pois o eleitor da opção A escolherá B. Donde a evidência de que a opção B, do eleitor mediano, será sempre a vencedora.

Já as limitações do paradoxo do voto foram descobertas pelo matemático francês Marquês de Condorcet (Marie Jean Antoine de Caritat), no século XVIII, que demonstrou nem sempre resultar na opção preferida pelo grupo a decisão entre mais de duas opções, num processo de escolha dentre pares de alternativas (BORSANI, 2004, p. 106-9). Essa distorção é chamada, também, de ‘paradoxo de Condorcet’ ou ‘teoria das escolhas cíclicas’. Como exemplo, se houver três opções de políticas públicas, A, B e C, sendo votadas duas a duas, pode ocorrer de a escolha recair em uma dessas opções em cada par apresentado, isto é, A entre A e B; B entre B e C; e C, entre C e A. Dessa forma o poder de agenda de um presidente de casa legislativa ou de comissão pode interferir nessas escolhas, ao incluir na pauta para apreciação os pares temáticos adrede selecionados e considerados adequados a um resultado pretendido. O paradoxo do voto lembra o ‘teorema da impossibilidade’ de Arrow³⁴, segundo o

³³ Udehn (1996), *apud* Borges (2001, p. 161), estabelece uma importante distinção entre a Teoria da Escolha Pública e a Teoria da Escolha Racional, no sentido de que, se ambas valem-se do método individualista de análise, a última ainda admite a ocorrência do comportamento altruísta.

³⁴ Autor de *Social Choice and Individual Values*, New Haven, Yale University Press. [extraído da bibliografia citada por Limongi, 1994]

qual a decisão social entre três opções pode ser não-transitiva, resultando na impossibilidade de uma decisão social única e estável (LIMONGI, 1994, p. 5).

O paradoxo do voto facilita o entendimento do poder de agenda, uma vez que a ordem das votações pode significar a aprovação ou a rejeição de determinada proposição ou parte dela, ou, ainda, a aprovação de matéria específica em relação a outra, similar, cuja apreciação restaria prejudicada, ou vice-versa. Dessa observação é simples constatar que o poder de agenda dos *veto players* (AMES, 2003) tem peso considerável na apreciação de matérias legislativas.

O poder de agenda remete a uma contribuição dos neoinstitucionalistas, que é o chamado ‘teorema do caos’ ou ‘teorema do tudo é possível’, formulado por Richard Drummond McKelvey³⁵, para quem, entre três eleitores pode haver opções situadas em pontos ideais que satisfaçam as preferências de dois deles, por mais distante que a opção esteja de todas as preferências e independentemente da direção (LIMONGI, 1994, p. 6). Similar ao paradoxo do voto, o teorema de McKelvey pressupõe um menu de opções num plano, com foco nas preferências da maioria e não da forma linear proposta pelo teorema do eleitor mediano, com foco na exclusão dos extremos.

As limitações da escolha racional podem ser resumidas na percepção de que na política, a ação individual racional leva a resultados coletivos irracionais (LIMONGI, 1994, p. 19).

2.5.3 Barganha e consenso

O voto estratégico pode ensejar a determinação do destino de certa proposição, ao incluir em sua lógica as trocas de favores, ou *logrolling*, fortemente associada à vertente distributivista do comportamento do parlamentar, situação na qual este pode abrir mão de matéria cara à sua própria estratégia, em favor de outra não prioritária, ao garantir que sua matéria preferida terá sucesso mediante a incorporação dos votos de seus pares, irmanados na mesma dinâmica.

Mesmo essa dinâmica, contudo, está associada aos incentivos seletivos (*by-product theory*), alocados como subprodutos de um objetivo mais geral ou voltado ao bem coletivo, que visa a evitar o comportamento *free rider* (carona), problema entrevisto por Olson em sua análise da ação coletiva (OLSON, 1999). O comportamento *free rider* consiste na omissão em ações de grandes grupos, significando que muitos indivíduos simplesmente se apropriam ou se beneficiam das conquistas obtidas pelos ativistas sociais, sem participar nos custos transa-

³⁵ Autor de *Intransitivities in Multidimensional Voting Models and Some Implications for Agenda Control*, publicado no *Journal of Economic Theory*, n. 19, pp. 472-82. [extraído da bibliografia citada por Limongi, 1994]

cionais pertinentes. A fim de evitar tais comportamentos, tanto o governo como os grupos de interesse ora impõem a participação coercitivamente (exigindo o pagamento de impostos ou de taxas de adesão, por exemplo), ora oferecem incentivos seletivos apenas para aqueles que cooperam (BORSANI, 2004). Tais incentivos seletivos poderiam configurar, por exemplo, na arena eleitoral, recursos consideráveis para o financiamento de campanha, destinados aos parlamentares que hajam se comportado de acordo com as expectativas dos grupos de interesse ou de pressão que os tenham financiado no último pleito.

Outro comportamento passível de ser observado na arena parlamentar é o *rent seeking*, expressão de difícil tradução em português³⁶, dado ao comportamento que visa a obter privilégios de mercado, mediante atuação lobista nas diversas instâncias de governo, composto por várias formas de ação, como a contratação de advogados e outros especialistas, a veiculação de propaganda, a realização de entrevistas e doações em campanhas eleitorais, o financiamento de palestras e viagens (BORSANI, 2004, p. 116).³⁷

Rent seeking se diferencia, entretanto, da atividade de expressão equivalente, *profit seeking* (busca do lucro), comum na atividade empresarial e que quase sempre redunde em benefícios aos consumidores, pelo efeito da concorrência. *Rent seeking* seria, portanto, quase o oposto de *rent creation* (criação de renda), pois, nas palavras de Buchanan, “o termo *rent seeking* descreve comportamentos dentro de determinados âmbitos institucionais, nos quais os esforços individuais em maximizar ganhos geram um custo social adicional” (BORSANI, 2004).³⁸

Tendo por origem a base conceitual proposta por Downs e Schumpeter, Nordhaus aplica o enfoque racional à política, segundo o modelo de ‘ciclos eleitorais oportunistas’, para o qual os partidos políticos não ganham eleições para formular políticas, mas formulam políticas para ganhar eleições (BORSANI, 2004, p. 121).³⁹

O comportamento dos legisladores poderia, portanto, ser adotado segundo a teoria da escolha pública, ou, em certos casos, a teoria da escolha racional. Tal racionalidade, em qualquer dos casos, considera o poder de maximização de votos que cada conduta propiciaria,

³⁶ Pereira (p. 434) traduz a expressão como ‘procura de rendas’. Borges (p. 164), como ‘caça-à-renda’.

³⁷ Segundo o mesmo autor, o primeiro a desenvolver o conceito foi Gordon Tullok (*Some problems of majority voting*. *Journal of Political Economy*, n. 67, p. 571-79, 1959). Anne Krueger (*The political economy of the rent-seeking society*. *American Economic Review*, n. 65, p. 291-393, 1974) cunhou o termo e o relacionou com esse problema.

³⁸ BUCHANAN, James *et al.* (Eds.). *Rent seeking and profit seeking*. In: *Toward a Theory of the Rent Seeking Society*. College Station: Texas A & M University, 1980.

³⁹ NORDHAUS, William. *The political business cycle*. In: *Review of Economic Studies*, n. 42, p. 169-90, 1975. DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. Nova York: Harper and Row, 1957. SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York: Harper, 1942. [reproduzido de notas de BORSANI, 2004, p. 121, e bibliografia, p. 543, 531 e 549]

segundo a lógica mayhewiana da conexão eleitoral.⁴⁰ Essa vertente do pensamento entende que o que motiva os parlamentares é a expectativa da reeleição, não só para o mesmo cargo, mas, e quase sempre, visando a voos mais altos (CARVALHO, 2003).

E quanto a esse ponto Garland (2008) arremata:

As iniciativas políticas são frequentemente reativas, disparadas por eventos específicos e deliberadamente parciais. Consequentemente, elas tendem a ser urgentes e passionais, motivadas por casos chocantes porém atípicos e mais preocupadas em se afinar com a ideologia política e com a percepção popular do que com os postulados do saber especializado ou com a capacidade provada das instituições (GARLAND, 2008, p. 251).

Numa eventual análise do perfil decisório dos presidentes da Câmara dos Deputados, que atuam na direção dos trabalhos em Plenário, assim como dos presidentes de Comissão, que não é escopo da presente pesquisa, há de se considerar, portanto, alguns fatores que podem alterar tais resultados, como as que afetam as regras de decisão e as condutas de *logrolling* e *rent seeking*.

Constrangimentos vários, porém, de natureza normativo-institucional podem atenuar a mencionada característica do parlamentar imediatista, maximizador de lucros e minimizador de custos, segundo a orientação neoinstitucionalista.

2.5.4 O neoinstitucionalismo

Ao estudar as instâncias de escolha coletiva, a ciência política debruçou-se sobre alguns tipos de abordagens distintas. O estrutural-funcionalismo e o positivismo são correntes teóricas que buscavam explicar o funcionamento das instituições, sendo que os estudos acerca da atividade parlamentar tiveram considerável impulso com as teorias formuladas por pesquisadores estadunidenses, os quais abordavam as peculiaridades dos parlamentos dos Estados Unidos. Em meados do século XX alguns autores utilizavam a abordagem institucionalista, de caráter positivista, segundo a qual as instituições preponderam na formulação das políticas públicas.

Posteriormente surgiu a abordagem comportamentalista (behaviorista), iniciada na Psicologia. Segundo essa abordagem, as decisões tinham nascedouro no comportamento das pessoas, individualmente e em interação com outras. Abordagens pluralistas e marxistas conviveram com o *behavioralism*. Segundo Rocha (2005)

apesar de se colocarem em lados opostos do debate, o pluralismo e o marxismo unem-se na ênfase analítica centrada na sociedade. Para ambas as perspectivas, a ação estatal é sempre resposta a estímulos vindos da sociedade” (ROCHA, 2005, p. 13).

⁴⁰ MAYHEW, 1974.

Em seguida, buscando escoimar os radicalismos das duas correntes, as teorias institucionalistas e comportamentalistas (behavioristas) evoluíram para o chamado neoinstitucionalismo, que intentava integrá-las, num sentido sistêmico. Segundo o neoinstitucionalismo, as instituições importam e, portanto, exercem constrangimentos sobre os indivíduos, de forma a atenuar suas tendências às decisões particularistas. O neoinstitucionalismo albergou, contudo, três vertentes distintas, o neoinstitucionalismo histórico (teoria da regulação), o sociológico (economia das convenções) e o da escolha racional (nova economia institucional) (HALL; TAYLOR, 2003; PERES, 2008; ROCHA, 2010; THÉRET, *apud* JUSTEN ET ALII, 2012).

Tais noções estavam presentes em campos distintos e mais precisamente na Ciência Política, na Sociologia e na Economia, respectivamente (RHODES, 2008), ciências sociais ávidas por obter reconhecimento como disciplinas com possibilidades epistemológicas de conteúdo empírico. Isto é, tais ciências estavam inseridas num movimento de busca por reconhecimento das ciências sociais como capazes de fornecer respostas mais definitivas aos pesquisadores, a exemplo das ciências exatas e naturais.

Théret (2003) informa que as três vertentes possuem características coincidentes e influências mútuas, mais convergindo que divergindo, rumo a um ‘holindividualismo’ que recupera o pensamento institucionalista original (THÉRET, 2003, p. 226).

Essas vertentes estariam afetadas pelo cálculo estratégico, de natureza instrumental, no caso do neoinstitucionalismo da escolha racional; pelas preferências e certa visão interpretativa orientada pelo entendimento mútuo, no caso do sociológico (ou normativo, também referido como teoria das organizações); e uma mescla dos dois, no caso do histórico (ANDREWS, 2005, p. 279).

Hall e Taylor (2003), por sua vez, no tocante às relações entre as instituições e indivíduos, consideram o ‘enfoque de cálculo’ presente apenas no institucionalismo da escolha racional, e o ‘enfoque cultural’, nas demais vertentes. A concepção cultural estaria baseada em níveis de percepção e em comportamentos rotineiros (THÉRET, 2003, p. 228). O neoinstitucionalismo histórico apresenta um conteúdo tipicamente normativo, enquanto o conteúdo do neoinstitucionalismo sociológico é de natureza cognitiva.

Tais abordagens do neoinstitucionalismo coincidiram com aquelas incursões de cariz econômico nas discussões da ciência política, com os trabalhos de Schumpeter, Arrow, Downs, Buchanan e Tullock. Esses estudos facilitaram especulações acerca da aplicabilidade da escolha racional às modalidades de escolha coletiva, segundo um modelo explicativo-dedutivo tendo como fundamento axiomático o comportamento ‘maximizador de utilidades’ (PERES, 2008, p. 62).

Um ponto relevante de discordância, contudo, é que a escolha pública considera as escolhas individuais essenciais para a formulação das políticas públicas. A dificuldade enfrentada pela TER, por sua vez, reside na premissa de que os indivíduos que integram um colegiado decidirão segundo suas preferências pessoais, o que geraria impasses insanáveis no processo de decisão. Embora se partindo do pressuposto de que a escolha racional pode variar no tempo, tal como variam as preferências e mesmo os valores que animam os indivíduos, ela não explicaria, portanto, como as decisões são tomadas nessas circunstâncias, vez que trabalha com a rigidez de condições dadas.

Outro aspecto a ser considerado é que a aplicação da TEP não permite adequada conformação distributiva, no sentido de conferir equidade entre regiões e pessoas e de dotar instituições públicas da capacidade de atuação além da mera instrumentalidade.⁴¹ Entretanto, como o próprio Buchanan afirma, a coerção é necessária, não obstante a apologia à liberdade irrestrita da doutrina liberal (SOUZA, 1996, p. 29).

Para Buchanan⁴² a vertente da escolha racional é a mais adequada à ciência política (SOUZA, 1996). Outros autores, porém, ressaltam suas limitações, propondo novas abordagens no sentido de torná-la consentânea com os resultados observados que permitam supor certo equilíbrio entre as injunções de caráter individualista e os constrangimentos impostos pelas estruturas institucionais. A abordagem neoinstitucionalista buscou resolver os impasses referentes à dificuldade de explicação, pela TEP e pela TER, acerca das decisões na esfera pública.

A profusão de autores que discorrem sobre o neoinstitucionalismo demonstra a efervescência em que se encontra a discussão acerca do tema. A propósito outras vertentes foram propostas, como a construtivista (ideacional, discursiva), a de trabalho em rede (*network*), a sistêmica e outras, assim como as abordagens de matriz econômica e mesmo o retorno ao velho institucionalismo. Perpassando todas essas ‘neoabordagens’ a abordagem sistêmica busca, enfim, congregar as vantagens de cada uma, de modo a superar as limitações respectivas, no intuito de promover uma síntese de modelo explicativo para a existência, criação, funcionamento e transformação das instituições.

Dentre as visões inovadoras cita-se o caso de Andrews (2005), que preconiza uma abordagem habermasiana, com base na teoria da ação comunicativa do pensador alemão da chamada Escola de Frankfurt, Jürgen Habermas, segundo uma ação orientada para o entendi-

⁴¹ O comportamento distributivista é aquele no qual o parlamentar busca benefícios particularistas para seu eleitorado. O sentido de equidade ausente da TEP significa que, sendo de natureza instrumental, essa teoria tenta igualar a todos, pois não leva muito em conta os fins, mas os meios.

⁴² Autor, com Gordon Tullock, de *The Calculus of Consent*.

mento mútuo, em oposição à ação orientada para o ‘sucesso’, apanágio da ação estratégica. Segundo a autora, a ação estratégica trata-se de uma relação ‘sujeito-objeto’, no sentido de que o outro é considerado objeto para o ator, enquanto a ação comunicativa supõe uma relação ‘sujeito-sujeito’.

A autora busca dialogar com as características do neoinstitucionalismo da escolha racional e o sociológico, incorporando conceitos defendidos por Ellen M. Immergut, por exemplo, segundo a qual a busca de resultados justos se contraporiam às assimetrias de poder. Aborda, também, a crítica ao institucionalismo de escolha racional elaborada por Elinor Ostrom, para quem o problema se resume à metáfora da tragédia dos comuns que a ação maximizadora da escolha racional provoca ao depedrar recursos escassos. ‘Tragédia dos comuns’, expressão criada por Garrett Hardin, é semelhante ao ‘dilema do prisioneiro’, modelos que buscam demonstrar as limitações da escolha racional, a qual estaria sempre sujeita aos interesses individualistas.

Destarte o processo cooperativo, conduzido segundo uma racionalidade completa, estratégica, típica do neoinstitucionalismo da escolha racional, necessitaria incluir relacionamentos centrais (confiança, reciprocidade e reputação) rumo a uma racionalidade limitada, comunicativa. Assim, as variáveis estruturais exógenas, que informam a escolha racional, seriam contrabalançadas, pela perspectiva habermasiana, em que a comunicação tornaria aspecto central da cooperação na ação coletiva (ANDREWS, 2005, p. 292).

2.5.4.1 Neoinstitucionalismo histórico

Contrariando Buchanan, outros autores consideram o neoinstitucionalismo histórico fonte segura de explicação do funcionamento do campo político. Dentre as várias definições de instituição, a proposta pelo neoinstitucionalismo histórico considera que o termo designa simplesmente instituições formais – ou ‘organizações’ – como as instituições políticas, incluídos aí os procedimentos burocráticos, estruturas governamentais, aparelhos estatais e normas constitucionais. Embora tenham impacto decisivo sobre o comportamento dos agentes do sistema político, como legisladores, eleitorado e grupos de interesse, as instituições – regras formais, normas tácitas e especialmente estruturas políticas –, ‘importam’ em medida a ser estipulada pela pesquisa histórica (CODATO, 2009).

Quanto à gênese das instituições, o neoinstitucionalismo histórico opõe-se aos demais, que a veem como um problema de coordenação, enquanto aquele a vê como questão de regulação de conflitos de interesses. Nesse caso, aproxima-se do institucionalismo da escolha racional, ao considerar o cálculo estratégico dos atores, em que as instituições, então, possuem

duas dimensões, a de constrangimento, mas também a de libertação da ação individual (THÉRET, 2003, p. 231).

Segundo Fernandes (2002), o neoinstitucionalismo histórico surgiu como reação à teoria comportamentalista (behaviorismo) e sua variante, o pluralismo – ou teoria de grupos de interesse –, assim como à teoria estrutural-funcionalista e sua corrente derivada, o neomarxismo (FERNANDES, 2002, p. 81). Do pluralismo o neoinstitucionalismo histórico herdou o pressuposto de que no centro da política está o conflito entre grupos rivais por recursos escassos. Avança, porém, na pesquisa sobre as diferenças existentes nos resultados da política nos diversos países. Do estrutural-funcionalismo teria herdado a noção de integração da estrutura política (*polity*), rejeitando, porém, a ideia de que o funcionamento do sistema seria responsável pelas condutas e traços sociais, psicológicos e culturais dos indivíduos. Vincular-se-ia em maior grau, contudo, ao estruturalismo, que privilegia a organização institucional como geradora do comportamento coletivo.

O neoinstitucionalismo histórico pretende construir teorias de alcance médio, em que as unidades de análise sejam países ou entes mais restritos, utilizando instituições intermediárias como variável independente, segundo uma trilha de escolha dos atores ao longo do tempo. Ainda no dizer de Fernandes (2003), autores como Skocpol, Evans e Rueschemeyer⁴³ propõem considerar o Estado como ator independente, dotado de relativa autonomia, rompendo a abordagem sociocêntrica – fundada no comportamentalismo e no estrutural-funcionalismo –, e adotando uma abordagem histórica de investigação segundo uma perspectiva weberiana acerca do Estado em ação.

Conforme essa corrente, o comportamento racional dos indivíduos, para além de um mero cálculo instrumental, requer uma interpretação de natureza histórico-estrutural que leva a uma estratégia de decisão, sendo esta de conteúdo endógeno e não exógeno, como na teoria da escolha racional, expoente da maximização de cunho utilitarista (FERNANDES, 2002, p. 82).

O neoinstitucionalismo histórico tem pontos de interseção com as vertentes sociológica e da escolha racional. Quanto à última, aproxima-se da abordagem mais recente denominada ‘narrativa analítica’ (*analitic narrative*), que combina instrumentos analíticos comumente empregados na economia e na ciência política, com a forma narrativa típica da história. Seus trabalhos são dirigidos pelo problema e não pela teoria, perspectiva mais comum na escolha racional (FERNANDES, 2002, p. 83).

⁴³ Autores de *Bringing The State Back In* (1985).

Normas formais e informais, segundo Douglass Cecil North⁴⁴ (*apud* Fernandes, 2002) determinam a índole total da *politics* (jogo). Legados políticos impactariam, entretanto, escolhas políticas subsequentes, o que, segundo Hall e Taylor (2003) configuraria uma das principais perspectivas de análise do institucionalismo histórico, a *path dependence* (dependência da trajetória). Assim, não apenas as instituições contam, mas a história conta (Junko Kato⁴⁵, *apud* Fernandes, 2002). Entretanto, Margaret Levi⁴⁶, citada por Fernandes (2002), diz que não apenas a história conta, mas a *path dependence* significa, mais que a existência de outros pontos de escolha ao longo da trilha escolhida, que certos arranjos institucionais constituirão barreiras a uma reversão fácil da escolha inicial. *Path dependence* é um conceito com origem na economia, onde é chamado de retornos (ou rendimentos) crescentes (*increasing returns*), descritos como auto-reforços ou processos de *feedback* positivos (Paul Pierson⁴⁷, *apud* Fernandes, 2002). Esse conceito se aproxima do chamado ‘equilíbrio de Nash’⁴⁸, segundo o qual “os indivíduos aderem a esses modelos de comportamento porque o indivíduo perderá mais ao evitá-los do que ao aderir a eles” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 198).

O conceito de *path dependence* é sincrônico, no sentido empregado por Arthur Stinchcombe⁴⁹ (*apud* Fernandes, 2002), o que significa que um efeito de uma causa torna-se causa, por sua vez, num processo de *loop* causal só alterado por momentos críticos (*critical junctures*) que exigem escolhas cruciais, no dizer de Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan⁵⁰ (*apud* Fernandes, 2002), o que justifica a noção de North de que as instituições são estáveis e mudanças se dão apenas de forma incremental, salvo nos momentos revolucionários (FERNANDES, 2002, p. 85).

Do exposto acima, suspeita-se que o neoinstitucionalismo histórico possui características que o credenciam a contribuir decisivamente para o modelo-síntese que mais bem explique o funcionamento das instituições políticas, em especial o parlamento.

2.5.5 À busca de um modelo explicativo

Tais considerações implicam a necessidade de aquilatar que fatores emulam as ações parlamentares no atendimento das demandas da sociedade, aí incluídas as de natureza punitiva. Pode-se especular, por exemplo, qual teoria explicaria a atuação parlamentar, se a TER ou sua variante, a TEP, ou, ainda, se alguma das correntes neoinstitucionalistas.

⁴⁴ Autor de *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*.

⁴⁵ Autor de *Path dependency as a Logic of Comparative Studies: Theorization and Application*.

⁴⁶ Autora de *A Model, a Method and a Map: Rational Choice in Comparative Analysis*.

⁴⁷ Autor de *Increasing Returns, Path Dependency, and Study of Politics*.

⁴⁸ Devido ao matemático estadunidense John Forbes Nash Junior, que estudou a teoria dos jogos, cuja vida e luta contra a esquizofrenia foi retratada no filme *Uma Mente Brilhante*.

⁴⁹ Autor de *Constructing Social Theories*.

⁵⁰ Autores de *Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction*.

Tem-se a impressão de que a TEP melhor explica a obtenção dos resultados no atinente à elaboração de normas de controle social de conteúdo repressivo. Entretanto, quanto ao processo de escolha das políticas públicas, seja pela via normativa, seja por outras instâncias ou meios, os estudos a respeito levam a crer que o neoinstitucionalismo histórico perpassa o saber-fazer legislativo de forma inexorável. Veja-se cada uma *per se*.

Numa primeira abordagem, volta-se à indagação se a TEP é adequada à formulação das políticas públicas de caráter repressivo visando ao controle social estrito.

Sabe-se que as próprias instâncias de controle são mimetizadas pelos grupos desviantes, uma vez que estão sempre sujeitas ao risco, ao imponderável e às incertezas. Daí as estratégias, táticas e condutas operacionais padronizadas, permeadas por rígidas conformações hierárquicas, regras informais de fidelidade e, às vezes, interações espúrias entre ambos os segmentos, cujas causas, embora não justificáveis, são explicáveis. Tidos como inimigos, por atuar em sentidos opostos, tais segmentos são subordinados, porém, a uma lógica positivista que entremeia as regulações estritas, tão comuns às chamadas ‘instituições totais’, nas quais se incluíam (GOFFMAN, 2003). Como características diferenciadoras essenciais, a exigência de respeito à lei pelas agências de controle e o radicalismo sancionatório dos segmentos desviantes.

Não por outra razão, possivelmente considerada de forma empírica, é que Bobrow e Dryzek associam a TEP com a escola de pensamento positivista (BOBROW; DRYZEK, 1987, p. 186). Ainda nessa perspectiva pode-se sugerir que o caráter conservador da TEP se conforma ao perfil comportamental dos atores legislativos que formulam as políticas de controle social em seu grau máximo, isto é, a repressão criminal. Geralmente tais atores são oriundos do próprio segmento social repressivo. A associação com o mercado, portanto, é inevitável, visto que o mercado é representado pela tendência liberal-conservadora da sociedade, cujos valores estão assentados no modo capitalista de produção.

Tendo em vista que a TEP leva em conta a substituição da lógica de mercado pelas estruturas de decisão mediante raciocínio dedutivo, parte-se do pressuposto de que é o quadro de referência preferido para o estabelecimento das políticas públicas de controle social estrito (BOBROW; DRYZEK, 1987).

Como o controle social destina-se a conter comportamentos e atitudes num contexto considerado adequado e não-desviante, presume-se que o comportamento racional individual maximizante, isto é, centrado nos próprios interesses (OLSON, 1999), é aquele que permite maior desvio em relação à conduta esperada.

No campo de atuação do Estado no controle social não se espera, também, que este seja benevolente, como apregoa a teoria do bem-estar, visto que o controle se dá, quase sempre, por meio de sanções repressivas. Nesse tocante o bem comum a ser buscado seria a punição dos infratores, objetivo que coincide com o sentimento comum da opinião pública, segundo o enfoque da demanda punitiva que permeia o presente trabalho.

Outro ponto relevante é que a escolha pública considera as escolhas individuais essenciais para a formulação das políticas públicas. Como os indivíduos ‘votam com os pés’ (BOBROW; DRYZEK, 1987), há uma contradição de difícil superação no tocante à aplicação das normas de controle social no Brasil. Enquanto as normas de caráter penal e processual penal são aplicadas por instâncias federais e estaduais, segundo diplomas de origem federal, há uma demanda por dotar instâncias locais dessas atribuições, de aplicadoras da lei, como é o caso de tentativas de transformar guardas municipais em polícias municipais ou, ao menos, atribuir-lhes competências de segurança pública. Essa tendência explicaria, em parte, a distância que separa os cidadãos dos formuladores de políticas de segurança pública ou políticas públicas de segurança, a cargo de leis genéricas de origem federal e ações de cunho estadual, restando ao município aguardar que as agências de aplicação da lei – federais e estaduais –, tragam segurança aos munícipes.

É que o conteúdo normativo nessa seara tende a ser de feitio centralizado, como consequência da reserva constitucional da iniciativa legislativa à União quanto às matérias penais e processuais. Entretanto a execução de tais políticas tende à descentralização, na medida em que a aplicação da Justiça, no âmbito da persecução penal como um todo, se dá em maior grau nos âmbitos regionais das unidades da Federação. No mesmo sentido, a atuação das forças repressivas, representadas em maior número pelas polícias militares e civis, que são de caráter estadual. A descentralização, contudo, não atinge o nível dos municípios, cujas guardas limitam-se à proteção dos prédios públicos municipais.

Entretanto, as políticas públicas de controle social têm um caráter de aplicabilidade de duplo sentido, isto é, seus destinatários são tanto aqueles a serem controlados quanto aqueles que demandam o controle, no sentido de segregar ou castigar os primeiros. Resultado disso é que os primeiros destinatários nem sempre são vistos como cidadãos plenos, vez que muitos estão mesmo com os direitos políticos suspensos, no caso dos condenados a pena privativa de liberdade. Noutras vezes não são sequer vistos como cidadãos, pois são os ‘outros’ a que se refere Garland (2008), destinatários da repressão que ‘nós’ formulamos.

Por fim, o fato de a legislação de caráter penal e processual ser interpretada por uma audiência essencialmente reduzida e técnica, composta por juristas (delegados, advogados,

defensores públicos, promotores, juízes), torna a explicação da política pública decorrente – a referida legislação – bastante razoável pela TEP, na medida em que a aplicação de tal política pública pode ser infensa à crítica de ser acessível a poucas pessoas, sob essa perspectiva (BOBROW; DRYZEK, 1987).

A teoria explicativa alternativa do funcionamento das instituições políticas seria o neo-institucionalismo histórico.

Parte-se da premissa de que o parlamentar autointeressado atua dentro de um contexto institucional que o constrange a adotar certos cursos de ação. Assim, a conformação institucional pode tanto aportar recursos que viabilizem a satisfação dos interesses individuais dos parlamentares, como constrangê-los a atuarem segundo regras próprias do ambiente parlamentar. Essas regras formais – além das informais – constituem paradigmas institucionalizados da ação parlamentar segundo o referido conceito de *path dependence*.

Componente relevante nessa análise é a especialidade do ente legislativo. Um dos aspectos característicos da decisão coletiva na esfera pública é a organização de instâncias delimitadas institucional e espacialmente para a tomada das decisões. A clássica divisão de poderes atribuída a Montesquieu implica a existência de tais instâncias em cada esfera de poder.

Na organização dos parlamentos, portanto, uma das providências primárias é garantir a existência de instância de decisão colegiada, geralmente configurada pelo plenário, onde se reúnem todos os parlamentares. Aí é que se materializa o aspecto deliberativo da representação, consistindo nos debates que integram a discussão acerca das matérias legislativas, visando a consecução de uma das funções típicas do Poder Legislativo, que é formular as normas que regularão as relações do corpo social.

No caso brasileiro, embora não haja um corpo legislativo temático exclusivo, a existência de comissões temáticas no âmbito do Poder Legislativo confere razoável técnica às decisões pertinentes. Como exemplo, há, na Câmara dos Deputados, a CSPCCO, a CDHM, a CSSF e a CCJC, as quais ensejam a necessária avaliação informacional do conteúdo normativo voltado para o controle social de caráter repressivo (CARVALHO, 2003).

No tocante à importância das comissões, é preciso reconhecer que da teoria da escolha racional originaram-se os modelos de organização legislativa, chamados de distributivista, partidário e informacional. O modelo distributivista tem como premissa a lógica da conexão eleitoral formulada por Mayhew (1974), segundo a qual os parlamentares objetivam a reeleição ao menor custo possível. O modelo partidário privilegia a atuação dos partidos políticos que, por intermédio de seus parlamentares, controlariam a agenda e o ritmo da produção legislativa. *Loci* privilegiados dessas relações seriam instâncias reduzidas de decisão coletiva na

arena parlamentar, as comissões. Comissões são instâncias temáticas estruturadas segundo a lógica da divisão do trabalho, para facilitar o processo legislativo e, de certa forma, propiciar a atuação segundo os modelos distributivista e partidário.

Carvalho (2003) observa que a vertente do comportamento parlamentar segundo o modelo informacional é aquela em que os parlamentares se valem de sua experiência profissional anterior visando a utilizar sua *expertise* no curso do mandato, ao discutir as políticas públicas. Para tanto, os *loci* adequados seriam as comissões temáticas das casas legislativas.

Entretanto, segundo Rocha (2010), o modelo informacional tem também nas comissões seu local propício ao compartilhamento de um recurso escasso e desigualmente distribuído, a informação. O uso não estratégico da informação seria, portanto, componente essencial do processo deliberativo, não obstante seu aspecto competitivo que às vezes provoca conflitos e dissensos. A informação compartilhada, no entanto, reduziria as possibilidades de atrito e incrementaria a tendência ao consenso, senão ao próprio convencimento, na formação e transformação das preferências num ambiente essencialmente argumentativo (ROCHA, 2010).

Sendo temáticas, as comissões agregariam integrantes com *expertise* no tema em questão, oriunda de seu *background* profissional e não a autosseleção, como propõem os distributivistas (ROCHA, 2010, p. 130; RICCI; LEMOS, 2004, p. 124). No caso da Câmara dos Deputados brasileira verifica-se, empiricamente, que se mesclam a autosseleção e a indicação partidária que, aliás, prevalece segundo regra regimental.

A existência das comissões temáticas, a par de constituir recurso estratégico na estrutura parlamentar para efeito da divisão do trabalho, configura instrumento institucional de constrangimento dos interesses e preferências dos parlamentares. Consultando-se o portal da Câmara dos Deputados na internet, na aba ‘atividade legislativa’, chega-se à composição atual de cada comissão. As composições de anos anteriores constam dos relatórios anuais disponíveis na página de cada comissão sob exame. Observa-se que, não obstante o interesse partidário e individual dos parlamentares em comporem comissões estrategicamente consideradas, a regra institucional do quociente partidário impõe a alocação de deputados em comissões totalmente alheias a seu *background* profissional. Essa característica constitui outro constrangimento relevante que possibilita aos experts de cada Comissão temática conduzirem o processo legislativo relativamente à revelia dos membros temporários ou bissextos.

Outro constrangimento institucional importante se origina da própria natureza temática da Comissão. Assim, ao se considerar a dicotomia liberal/conservador, verifica-se a busca do equilíbrio entre progressistas e tradicionalistas e, por outro, a prevalência da bancada conservadora, historicamente majoritária na CSPCCO, por exemplo, o que pressupõe a tendência à

aprovação de matérias de conteúdo tipicamente de controle social repressivo. Ao contrário, tais matérias encontrariam óbice semelhante na CDHM, de perfil mais progressista.

Em qualquer das situações, porém, resta nítida a estrutura institucional a induzir, condicionar ou constranger as escolhas. Essa perspectiva permite especular que as instituições importam, e muito, para a formulação das políticas públicas na arena parlamentar, configurando o neoinstitucionalismo histórico vertente explicativa robusta para a ação parlamentar.

2.6 Violência e crime

2.6.1 Comportamento violento

Há certos comportamentos desviantes que se tornam especialmente intoleráveis quando eivados de violência. No imaginário popular violência implica danos materiais e lesões à integridade física das pessoas, geralmente com cenas cruentas, isto é, que geram sangue, cuja representação mais nítida é a morte violenta.

O conceito de violência, para o qual às vezes se usam sinônimos como ‘maus tratos’ e ‘abusos’, refere-se aos processos, às relações sociais interpessoais, de grupos, de classes, de gênero, ou objetivadas em instituições, quando empregam diferentes formas, métodos e meios de aniquilamento de outrem, ou de sua coação direta ou indireta, causando-lhes danos físicos, mentais e morais (BRASIL, 2005).

Violência, segundo os dicionaristas, seria constrangimento físico, moral, coação e uso de força. Implica intencionalidade, exigindo, assim, inteligência, razão por que os animais não são considerados violentos, mas agressivos e ferozes. Já agressão é a conduta direcionada visando a prejudicar ou ferir outro indivíduo.

Por ocasião da 49^a Assembleia Mundial de Saúde (AMS), em 1996, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

Segundo o documento da OMS, a tipologia da violência pode ser caracterizada pelas seguintes espécies: física, psicológica, sexual, e negligência.

Outras formas de violência poderiam ser o abandono, a violência financeira ou econômica, a autonegligência, a violência medicamentosa e a violência emocional e social. Haveria, ainda, a violência política, a cultural e a institucional, como facetas mais ‘invisíveis’, dada sua manifestação de caráter difuso, cuja percepção é muito subjetiva. A violência que deixa marca é, ainda, chamada de violência vermelha, enquanto a sutil e insidiosa, como violência branca.

A violência interpessoal, portanto, está compreendida no conceito de violência social, seja entre desconhecidos ou entre conhecidos, nesse caso incluindo a violência doméstica.

Para a Lei n. 11.340/2006, conhecida como ‘Lei Maria da Penha’, as formas de violência são a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral (art. 7º, incisos I a V).

2.6.2 Efeito da violência

Como resultado da violência, portanto, sempre restará um dano ou lesão. O dano pode ser considerado como a medida que define a severidade ou intensidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso, que pode envolver perda humana, material ou ambiental, física ou funcional. Tem-se por lesão a mudança característica em um órgão, provocada por um agente biológico, físico ou químico (BRASIL, 1998). Juridicamente, dano pode ser o mal ou ofensa pessoal, prejuízo moral ou material causado a alguém pela deterioração ou inutilização de bens seus, enquanto lesão é ofensa, injúria, ultraje ou qualquer violação de um direito.

No senso popular, dano se relaciona com os bens materiais, enquanto lesão tem um sentido mais vinculado à violência física. Tanto o dano como a lesão é de mais fácil apreensão, por serem visíveis ou fisicamente percebidos, portanto, nas chamadas violências interpessoais. Não obstante, é comum a referência a dano psicológico, que pressupõe algo de mais difícil caracterização.

Donde se poderia reduzir o conceito de violência interpessoal, sob esse enfoque, à situação conflituosa em que, tendo alguém sofrido dano ou lesão, ocorra uma das seguintes hipóteses, sucessivamente: 1) o dano ou lesão é irreversível; 2) sendo o dano ou lesão reversível, não houve a imediata composição ou integral restituição ao estado anterior; 3) tendo havido imediata composição ou integral restituição do dano ou lesão⁵¹, ela foi imposta ilegalmente ou consistiu em novo dano ou lesão.

Em todas as hipóteses mencionadas, a vítima ou ofendido espera a resolução do conflito, seja pela autotutela entre as partes (negociação), seja pela mediação de um terceiro, que interfira (argumento de autoridade do líder, do ancestral comum), ou que, eleito pelas partes, solucione a questão (autoridade do argumento do especialista, pela arbitragem) ou, ainda, que, como representante do Estado, resolva a querela (por intermédio do juiz, agente da tutela estatal do Poder Judiciário), hipótese última que, em se tratando de direitos indisponíveis, é inafastável.⁵²

⁵¹ Hipótese de mais difícil ocorrência no caso da lesão.

⁵² Direitos indisponíveis são aqueles que gozam de especial proteção do Estado, por concernirem ao interesse público e, não podendo ser constituídos ou extintos por ato de vontade, são irrenunciáveis.

Raros conflitos em que o dano ou lesão seja de monta são resolvidos pela autotutela, poucos o são pela mediação privada e a maioria o é pelo Estado. O esgarçamento do tecido social tornou as possibilidades de autotutela e mediação cada vez menos buscadas, desaguardando a maioria dos conflitos nos órgãos do Poder Judiciário. Décadas de dificuldades econômicas geraram demandas dos cidadãos contra medidas dos sucessivos governos, assoberbando ainda mais os foros judiciais, com o que os crimes de menor monta e as contravenções foram deixando de ser objeto das demandas pessoais e, por conseguinte, de resposta judicial.

Dessa forma, uma providência legal que veio a dar nova feição ao Poder Judiciário foi a edição da Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995). Com o intuito de acelerar a resposta às demandas judiciais envolvendo ‘pequenas causas’, segundo a antiga terminologia, apesar de alargar as hipóteses de eventos a ela sujeitos, a lei criou novas demandas. Além disso, exigiu uma série de alterações nas leis de organização judiciária, com o direcionamento dos poucos magistrados existentes para as novas funções, o que, ao cabo, não sanando as dificuldades, apenas trouxe certa racionalidade ao sistema.

2.6.3 Morte violenta

A noção de segurança pública está quase sempre relacionada à pouca incidência – pois que impossível a extinção – de violência, criminalidade e desordem, ou seja, de ocorrência de danos materiais e lesões à integridade física das pessoas, cujo exemplo mais grave é a morte violenta.

A forma mais explícita da violência, portanto, é a que envolve lesão física, isto é, quando se refere a ‘mortos e feridos’. Especificando um pouco mais, a forma extrema da violência se dá, então, com a morte violenta. Considera-se morte violenta aquela oriunda de causas externas (externalidades), ou seja, que não decorre de colapso do próprio organismo, seja em decorrência de moléstias, de complicações pós-traumáticas como as infecções ou da simples debilidade oriunda da velhice. Naturalmente se as moléstias ou infecções foram provocadas ou são resultado da ação de terceiros, passam a integrar as externalidades.

Enfim, a morte violenta é aquela produzida por colapso instantâneo ou rápido de algum órgão ou função do organismo, sem o qual este sucumbe. Quase sempre é produzida por meio físico, isto é, variações bruscas ou extremas de temperatura ou pressão (por impacto ou deslocamento), introdução no organismo, de forma abrupta ou em grande quantidade, de corpo ou substância (sufocação, soterramento, afogamento) ou, ainda, eliminação rápida de elemento essencial para o seu funcionamento (hipovolemia). Dessa forma, a morte por meio químico ou biológico geralmente é insidiosa e não violenta, salvo a mencionada hipótese de ingestão ou exposição do organismo, em curto período, a grande quantidade de corpo ou subs-

tância nociva, seja ela tóxica (envenenamento), infectante ou radioativa.

Entretanto, uma das características da morte violenta que a torna relevante sob o ponto de vista da segurança pública é a existência de interpessoalidade em sua ocorrência, isto é, a morte provocada pelo conflito entre pessoas.

A morte violenta pode ser, genericamente, então, aquela causada por terceiro – onde há a interpessoalidade –, a resultante de acidente e a provocada pela própria pessoa, no caso de suicídio.⁵³ Embora a autoeliminação (suicídio) seja classificada como morte violenta para efeitos periciais, por exemplo, não estaria compreendida no conceito, por não ter origem interpessoal. Os que pressupõem interpessoalidade são, portanto, o homicídio e o latrocínio, este de mais rara ocorrência. O signo mais representativo da violência interpessoal, então, é o homicídio. Por conseguinte, o indicador comumente utilizado para quantificá-la é a taxa de homicídios, representada na proporção de eventos para cada cem mil habitantes.

O homicídio pode ser doloso ou culposo e nesta espécie se incluem os acidentes de trânsito, visto que os acidentes em geral podem ter origem na culpa por imprudência, negligência ou imperícia da própria vítima ou de terceiro. Tanto homicídios, quanto latrocínios e outros acidentes que eliminem a vida, em grande parte são consumados com o uso de armas de fogo, vetor importante na perpetração e fator de especial consideração nas políticas de redução da violência.

Há, ainda, os acidentes naturais, que podem causar multiplicidade de vítimas. Alguns acidentes tidos como naturais, atualmente, são vistos como de natureza antrópica, a exemplo daqueles comuns no Brasil, em relação aos assoreamentos de vias fluviais e ocupação de encostas e terrenos instáveis, com os periódicos episódios de enchentes e deslizamentos que deixam milhares de pessoas desalojadas e desabrigadas.

2.6.4 Violência urbana

A violência é atualmente um fenômeno essencialmente urbano. Violência urbana está radicada na concepção de urbe, o espaço urbano, visto que o êxodo rural verificado no Brasil a partir da década de 1960 inverteu a relação percentual entre população urbana e rural. Num

⁵³ Embora se refira na linguagem cotidiana a ‘acidentes e desastres’, estes últimos constituem resultados de acidentes e se caracterizam quando os aparatos públicos e privados de socorro são insuficientes em razão de diversos fatores, como número excessivo de vítimas, difícil acesso ao local, fatores climáticos adversos e outros [o pesquisador agradece ao colega Luiz Henrique Horta Hargreaves pelo esclarecimento]. Não obstante, o art. 2º, inciso II do Decreto n. 7.257 de 4 de agosto de 2010, que regulamentou a Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que “dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências”, traz a seguinte definição: “desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”.

crescendo que ainda não terminou, cuja precipitação se deu com a inscrição dos direitos sociais dos trabalhadores rurais na nova ordem constitucional, há pouco mais de vinte anos, portanto, o fenômeno ainda está em fase de consolidação.

A expressão ‘violência urbana’ denota uma realidade que, às vezes, abarca a ‘violência no campo’, no dizer de Budó (2013), visto que esta é carregada de liames indissociáveis daquela. Assim, os eventos ligados aos movimentos sociais pelo direito à terra, como ocupações, pistolagem e repressão estatal não fogem, totalmente, do conceito de violência urbana (BUDÓ, 2013, p. 24).

A abrupta alteração, em menos de meio século, de uma estrutura que se perde nos tempos, trazida pelo colonizador europeu, levou às cidades problemas antes inexistentes. Daí surgiram o adensamento populacional, a ocupação irregular do espaço urbano, a demanda exponencial pelos serviços e equipamentos públicos, aliada à falta de política de acolhimento dos milhões de então desempregados e seus filhos carentes de escola e lazer.

O mercado viu, nessa massa populacional, um excelente veio de consumidores a ser explorado, mediante publicidade alienante, que aos poucos e ainda hoje, tornou produtos e serviços até então tidos como supérfluos em gêneros de primeira necessidade. Daí a luta de muitas famílias, trabalhando o dia todo, ora o casal, ora apenas a mulher, cada vez mais presente como líder de famílias monoparentais, para prover a subsistência e algo mais à prole. Crianças e adolescentes vagando sozinhos pelas imediações, sem escola e sem lazer, foram presas fáceis da crescente criminalidade organizada, principalmente o narcotráfico, que teve nos bolsões de miséria sem a presença efetiva do Estado o caldo de cultura favorável à sua expansão.

Não obstante a mobilidade social havida no período e proporcionada pelos últimos governos, persiste a sensação de que novas gerações tenham se apropriado do novo *modus vivendi*, em que o individualismo, o hedonismo, a lógica do ganho fácil supera quaisquer tentativas do poder público de resgatar os valores tradicionais da harmonia familiar, do valor social do trabalho e da salutar convivência comunitária (ZALUAR, 2002).

Tal realidade suscitou, com o aumento da criminalidade, o incremento das demandas por maior repressão, originando o conceito de demanda punitiva.

2.6.5 Distinção entre crime e violência

Nem todo crime ou atividade ilícita em geral, porém, constitui violência, segundo o senso comum, assim como nem toda violência é crime. Entretanto, o conceito de violência é elástico, permitindo entrever que atrás de toda infração penal há alguma espécie de violência. Isto é, conduta que malfira o interesse individual ou coletivo, sem que o autor da violência

disponha de um mandato, que é a legitimidade conferida pelos indivíduos ao Estado para restrição das liberdades, ainda que usando a força, sob o manto do interesse público.

Da mesma forma, até a violência legalmente admitida, como a exercida sob amparo das excludentes de antijuridicidade (legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito, e estrito cumprimento do dever legal) causa certo desconforto na sociedade e, no mais das vezes, danos irreparáveis e revolta àqueles que a sofrem, direta ou indiretamente.

Costuma-se dizer que a violência não tem uma causa precisa. Sequer seria uma, mas várias causas. Aliás, as causas da violência teriam natureza estrutural, na medida em que as condições de vida da população é que determinariam ser uma sociedade mais ou menos violenta.

Outros autores como Viapiana (2006), na esteira de Becker⁵⁴, alegam que, tirante a questão estrutural, o que estimula a violência não são causas, mas fatores. Seriam os preditores da violência, estando entre os mais comuns o desemprego, a baixa renda, a insuficiente escolaridade e o uso de drogas e álcool. Para reduzir a influência desses fatores os estudiosos apontam a educação e a redução da desigualdade social como soluções de longo prazo e efeito certo.

O iter lógico-histórico seguido nessas linhas demonstra que, se a lei não traz soluções definitivas, tais soluções, ainda que parciais, perpassam o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico. Nessa óptica releva de importância a atividade legislativa, como a principal atribuição do corpo parlamentar no sentido de contribuir de forma efetiva, mediante o exercício da atividade legislativa racional e responsável, para a redução da violência que tanta aflição causa à sociedade.

Tal desiderato, porém, não pode ser atingido sem um compromisso moral dos agentes políticos, em todos os níveis e esferas do Poder, no sentido de torná-lo política pública de Estado e não de governos. O alegado pacto federativo proposto implicitamente pelo constituinte de 1988 no art. 18, não conduz, necessariamente, a resultados efetivos no campo social, de modo a tornar factível o princípio da solidariedade federativa insculpido no art. 241 do texto magno.

2.6.6 Vítimas da violência

No contexto da análise da violência urbana é preciso identificar a clientela, na qual vislumbra-se duas dimensões preditoras da vitimização ou da delinquência. Uma é a composta pelas potenciais vítimas propriamente ditas, que são os sujeitos dos direitos afetados pelo cri-

⁵⁴ Gary Stanley Becker (1930-2014), economista estadunidense, que estendeu os domínios da análise microeconômica para comportamento e interação humana.

me. Aí estariam a população em geral, como vítimas das violências interpessoais, em especial as que agredem a integridade física. Num grupo mais seletivo estariam as vítimas dos crimes contra o patrimônio que, se por um lado, pode atingir qualquer um, em decorrência da existência do crime como fenômeno social inafastável (DURKHEIM, 2010), por outro, tende a priorizar os que possuem bens. Num grau mais sofisticado, estariam as vítimas de grandes ações criminosas, desfalques milionários, além dos alcances ao erário como consequência da corrupção.

A outra dimensão leva em conta os cooptados pelo crime, muitos dos quais se tornam também vítimas, na qualidade de reféns da delinquência. Esse grupo compreenderia um considerável contingente de jovens e adolescentes, os quais são facilmente aliciados pela cantilena do ganho fácil. Essa facilidade pode ser explicada, em parte, porque tal grupo se situa numa fronteira perigosa da vida. Castells (1999b) aborda a questão remetendo à obra *Notícia de um sequestro*, do romancista colombiano Gabriel García Márquez, como descrição objetiva do que chama ‘cultura da urgência’, que leva os jovens a viver no limite da aventura, obtendo bens e prazeres em grande quantidade, rapidez e desconsideração pela continuidade da própria vida.

É o mesmo fenômeno notado por Zaluar (2002), segundo a qual o crime-negócio permeia o “*ethos* do lucro a qualquer preço que os dominou e que criou um poder baseado no medo e no terror em alguns bairros populares de várias cidades brasileiras” (ZALUAR, 2002, p. 78 e 80).

2.6.7 Controle dos meios violentos de expressão

Assume-se que a agressão resulta em algum prejuízo ou dano para o titular do bem jurídico protegido.⁵⁵ Inconformado com o dano sofrido, diante da reparação insuficiente ou revoltado com a sensação de injustiça, o indivíduo pode passar a se expressar de forma violenta. Tal expressão pode dar-se em momentos distintos do pós-dano ou até concomitantemente com o dano. Se o ofendido não se sentir suficientemente amparado pelas instituições formais de resolução de conflitos, sua irresignação pode revelar-se na tentativa de autotutela de seu suposto direito, mediante incontinência verbal ou gestual. Essa circunstância pode ocorrer mesmo sob influência emotiva do evento, isto é, anteriormente à busca da tutela jurí-

⁵⁵ Dano aqui é utilizado em seu significado genérico, não o específico correspondente ao crime de dano, tipificado no art. 163 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal): “**Dano** Art. 163. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa. **Dano qualificado** Parágrafo único. Se o crime é cometido: I – com violência a pessoa ou grave ameaça; II – com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave; III – contra o patrimônio da União, de Estado ou de Município; IV – por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima; Pena – detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência”.

dica estatal. A situação de agressão resultante tende a afirmar ou reafirmar o direito à reparação plena, à indenização ou à satisfação. A solução consiste, quando possível, na restituição ao estado anterior (*status quo ante*), mas, diante dessa impossibilidade, especialmente na hipótese de dano moral, pode ensejar composição, seja ela de conteúdo econômico ou meramente honorífico, como na retratação.

A evocação do direito geralmente pressupõe a exigência da reparação, a qual, não atendida, seja processualmente, seja por composição interpartes, pode ensejar o uso da força. A força física natural nem sempre é suficiente, entretanto, razão porque se buscou a utilização de apêndices na forma de artefatos que potencializassem a força débil do oponente mais fraco fisicamente. Esses artefatos evoluíram com a tecnologia, podendo ter sido inicialmente, numa licença poética, o simples fêmur do primata adversário derrotado, na visão retrospectiva do filme *2001: Uma Odisseia no Espaço* (KUBRICK, 1968). Depois vieram os artefatos de madeira, combinados com pedaços de pedra ou osso, daí o segmento metálico, em forma de lanças e espadas para, com o surgimento da pólvora, permitir o lançamento de projéteis a altíssimas velocidades, configurando o que se convencionou chamar armas de fogo e explosivos.

Mesmo com a avocação, pelo Estado, do monopólio do uso da força (WEBER, 2002), porém, as pessoas não se conformaram com a exclusividade estatal, restando que um dos instrumentos mais utilizados para o cometimento de crimes contra a pessoa, com o intuito de feri-la ou eliminá-la é a arma de fogo. Uma das linhas de ação para o controle social envolvendo restrições à opção de autotutela informal, portanto, tem a ver com o controle intensivo da posse, porte e uso de armas de fogo que, no entanto, é relativamente recente. Sua ênfase se deu a partir da edição da Lei n. 9.437, de 20 de fevereiro de 1997 (BRASIL, 1997).

Pode-se exemplificar a lógica da demanda punitiva por outra óptica ao se analisar a legislação de controle de armas de fogo. Tal controle pressupunha a restrição aos delinquentes de um de seus instrumentos mais caros. Mal editada a lei, no entanto, considerações de cunho ideológico passaram a exigir sua reformulação, de modo a tornar a norma mais restritiva. O movimento culminou com a edição da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), cognominado ‘Estatuto do Desarmamento’, que revogou a Lei n. 9.437/1997. A restrição pretendida, que incluía a proibição da comercialização, esbarrou, porém, na férrea alegação do direito de defesa por parte dos segmentos conservadores, cuja pressão no decorrer do processo legislativo ensejou a previsão na própria lei de um referendo popular como requisito de validade da proibição. Realizado o referendo, em 5 de outubro de 2005, a maioria dos eleitores optou pela não proibição, com 63,94% de votos (BRASIL, 2005).

Desde então, o Estatuto foi objeto de várias propostas de alteração, a maioria visando a estender o direito ao porte de arma a determinadas categorias. Destarte, a discussão acerca do recrudescimento penal, por um lado (GARLAND, 2008), ou tendente à vertente abolicionista (CHRISTIE, 2011), arrefeceu, aparentemente, no tocante ao controle de armas de fogo.

O que se observa, atualmente, é a continuidade da profusão de proposições que buscam estender o direito ao porte de arma a categorias diversas. Esse comportamento dos legisladores, não obstante configurar nas justificativas das proposições a garantia do direito de defesa aos cidadãos, deixados à própria sorte pelos órgãos repressivos, em última análise constitui, portanto, uma forma de recrudescimento penal. Assim, o cenário de uma boa parte da população armada transmitiria aos delinquentes a mensagem simbólica de que nem todos estão sujeitos à predação. Tal perspectiva reflete o conceito de Garland (2008) acerca da ‘criminologia do eu’ e da ‘criminologia do outro’. Ou seja, segmentos conservadores exigem mais rigor para os outros e mais liberalidade para eles próprios.

Essa breve incursão remete ao estudo de Frade (2008) e visa a apontar que há outras abordagens em relação à demanda punitiva, as quais, entretanto, não são escopo do presente trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa que resultou no presente trabalho é de natureza exploratório-descritiva e consiste em revisão bibliográfica da temática envolvendo a ‘demanda punitiva’, bem como a análise documental em primeira mão das normas legais e do processo legislativo pertinente, segundo os recortes temático, temporal e espacial adotados. Tem, portanto, caráter qualitativo-quantitativo, na medida em que trabalha com mensuração das unidades de análise e, ao mesmo tempo, busca relacionar essas unidades entre si, interpretando fenômenos subjacentes. Utiliza como método de abordagem o raciocínio indutivo e como método de procedimento o comparativo (GIL, 2012, p. 9, 15). Não se pode descartar que de certa forma, nesse tocante, houve a utilização de métodos mistos, especialmente na utilização da técnica de triangulação na obtenção dos dados, algo de *process tracing* na comparação da tramitação das proposições, assim como certa dose do método estatístico, ao se analisar dados quantitativos.

3.1 Categorização das ações parlamentares

As ações parlamentares foram categorizadas pelo autor, para efeito desta pesquisa, como sendo de baixo, médio ou alto impacto. O critério relevante para a categorização foi a influência que a ação exerce quanto à alteração do arcabouço normativo vigente. Dessa forma, as ações de baixo impacto não afetam o ordenamento jurídico; as de médio impacto tendem a afetar, pelo debate que suscitam; e as de alto impacto efetivamente visam a alterar o Direito positivado.

Assim, classificaram-se como de baixo impacto as ações que se limitam a repercutir o sentimento da sociedade. Tal sentimento foi entendido como aquilo que a mídia divulga, sendo influenciada ou influenciando a opinião pública, assim como a manifestação dessa opinião por outros canais sensíveis à captação pelos parlamentares. Esses canais podem ser os institucionais ou político-partidários, inclusive pelas redes sociais, mas todos consistindo o que se convencionou chamar ‘a voz rouca das ruas’. São considerados como de baixo impacto, portanto, as entrevistas concedidas e os artigos publicados de autoria dos parlamentares, além dos discursos proferidos em Plenário, de regra veiculados pelos órgãos de comunicação institucionais e registrados nos repositórios da casa legislativa. Trata-se do que Carvalho (2003) denomina tomada de posição (*position taking*) dos parlamentares acerca de determinado tema.

De médio impacto seriam as ações tendentes a discutir com a sociedade suas demandas, mediante a participação em audiências públicas e seminários, promovendo, interna ou externamente à casa legislativa, o diálogo com os grupos de interesse e de pressão.⁵⁶ Tais

⁵⁶ Não foi possível apontar esses grupos, pois são diferentes em cada caso, além do que tal tarefa refoge ao escopo do presente trabalho.

ações podem ocorrer institucionalmente, no âmbito da casa legislativa ou durante as visitas semanais dos parlamentares às suas bases eleitorais, podendo se efetivar por iniciativa destes ou dos mencionados grupos. Essas ações vão além da mera tomada de posição, pois que implicam o desejo de os parlamentares protagonizarem a busca de soluções para os problemas que os envolvem, tornando-se o canal de comunicação preferido com o parlamento como um todo, ao buscarem representar proativamente tais grupos. Podem ter, igualmente, certa carga de publicização da reputação pessoal (*advertising*) dos deputados (CARVALHO, 2003, p. 35).

As ações de alto impacto seriam aquelas voltadas para a intervenção no processo legislativo especificamente, tais como a autoria ou relatoria de proposições, assim como a apresentação de emendas e requerimentos de destaque, que objetivam alterar o conteúdo das proposições. Englobariam os votos em separado, que intentam influenciar o resultado de uma votação. Incluiriam, também, ações orquestradas no âmbito das siglas partidárias, frentes parlamentares formais ou temáticas informais tendentes a favorecer o diálogo acerca de políticas públicas ou marcos regulatórios específicos, visando a aprovação ou rejeição de determinada matéria. Abrangeriam a postergação das discussões, como o pedido de vista e a obstrução, medidas que, dentre outras, integram, ainda, o conceito de não-decisão. Compreenderiam, por fim, o oferecimento de emendas ao orçamento visando a financiar determinada política pública específica que atenda à demanda; o acompanhamento do Poder Executivo, via apresentação de projetos de fiscalização e controle; o requerimento de instauração de comissões parlamentares de inquérito; assim como o encaminhamento de indicações àquele Poder, no sentido da tomada de alguma providência concreta. Essas ações estariam mais afetas à reivindicação de crédito pela alocação de benefícios (*credit claiming*). Assume-se que ações voltadas para a obtenção de benefícios específicos, como as emendas orçamentárias efetivamente aprovadas e autorizadas tenham mais afinidade com essa faceta do modelo distributivista. Entretanto, consistindo o objetivo da pesquisa em avaliar o efeito da demanda punitiva na seara legiferante, não poderia para tanto adotar como paradigma outra ação que não aquela envolvendo o próprio processo legislativo.

A classificação acima descrita resume em linhas gerais as categorias do comportamento legislativo, isto é, tomada de posição, elaboração de políticas públicas e relação com a sociedade. Levou em conta, também, a amplitude do efeito dessas ações, inclusive no tocante à sua divulgação pela mídia. Assim, o efeito de um discurso (baixo impacto) é, em tese, efêmero, se comparado à promoção de uma audiência pública (médio impacto). Mais ainda se comparado a uma iniciativa legislativa cujo eventual sucesso implica a edição de uma norma jurí-

dica (alto impacto). A norma passa a ser aplicada a um sem número de situações, podendo, a depender de sua natureza, sujeitar até toda a população a suas disposições, dadas suas próprias características de generalidade e permanência. A segunda característica pressupõe que a norma seja criada para vigor indefinidamente, até que seja revogada. Noutra perspectiva, o critério para a categorização adotada leva em conta, também, a duração da ação, vez que, num espectro de duração crescente das ações de baixo para as de alto impacto, o discurso é instantâneo, a audiência ou seminário pode durar dias, a fiscalização e a indicação pode demandar providências durante meses, enquanto a proposição pode, no limite, tramitar por décadas.

3.2 Unidades e subunidades de análise

Nem todas as ações, porém, são passíveis de registro sistemático. Para conferir fidedignidade ao banco de dados, buscou-se respaldo nos repositórios informacionais da própria Câmara dos Deputados, disponíveis nos sítios institucionais na rede mundial de computadores, interna e externamente à Casa. Decidiu-se analisar uma espécie de ação de cada uma das categorizadas como de alto, médio e baixo impacto.

A opção adotada foi analisar como unidades básicas de análise, portanto, as ações interventivas no processo legislativo, tanto por considerá-las de alto impacto – e, portanto, tendentes a gerar resultados efetivos –, como pela possibilidade de registro de todos os momentos pertinentes. Tratam-se das proposições em andamento e apresentadas no período considerado que tratam dos crimes hediondos.

Como unidades de análise secundárias foram selecionadas ações de baixo e de médio impacto, segundo a tipologia elaborada.

Assim, em relação às ações de baixo impacto são analisados discursos parlamentares que se refiram aos eventos críticos e, paralelamente, às proposições, a veículos midiáticos e a crimes hediondos. Embora classificados como de baixo impacto, os discursos podem ter direta relação com as intervenções legislativas. Supõe-se que consistem, no mais das vezes, em instâncias de reforço das intervenções efetuadas ou pretendidas ou, ainda, medidas prévias a essas ações, haja vista a imediatidade de sua adoção, aliada às características de individualidade e inequivocidade das manifestações. Acessou-se a base de dados por meio de pesquisa no submenu ‘Discursos e Notas Taquigráficas’, do primeiro menu do sítio, ‘Deputados’. Utilizaram-se como argumentos de pesquisa termos ou expressões que se associem aos eventos críticos selecionados.

Fechando o ciclo são analisadas algumas medidas de médio impacto, dentre as audiências públicas e congêneres, como seminários e fóruns, segundo os mesmos critérios, ou seja, alusão aos eventos críticos e às proposições. No caso dessas ações, contudo, o *locus* de análise

passa a ser a Comissão temática e, mais especificamente, a CSPCCO e a CCJC e, em menor grau, a CDHM e a CSSF, por onde tramitam as proposições associadas ao tema e apresentam, portanto, afinidade com as proposições e os eventos críticos selecionados.

A interferência na tramitação das proposições assim como as medidas tendentes à adoção das ações de médio impacto foram medidas, ainda, pela análise dos requerimentos que as tenham proposto ou originado. Os requerimentos são considerados, entretanto, como medidas meramente instrumentais, para a efetivação daquelas ações.

3.3 Eventos críticos

Por fim, como liame entre as espécies de ação selecionadas, buscou-se identificar banco de dados que relacione os principais eventos críticos ocorridos no período delimitado da pesquisa e associados ao crime, quer pela violência utilizada, quer pela quantidade ou qualidade das vítimas, quer, ainda, pelo modo de agir dos autores ou outra característica que os tenham tornado tema recorrente na mídia.

Não tendo sido localizado banco dessa espécie no ambiente acadêmico, o pesquisador optou por não criar sua própria lista de eventos críticos, cujo critério teria alto grau de subjetividade. Recorreu-se então à internet, mediante busca no sítio Google com o argumento ‘crimes’, na suposição de que algum outro vocábulo surgisse nos resultados como qualificativo de crime, a exemplo de ‘famosos’, ‘que abalaram...’ e semelhantes, o que de fato ocorreu. Tais eventos críticos funcionam, então, como fatos cronologicamente situados, de modo a favorecer a análise acerca da intensidade da intervenção legislativa, tanto com referência à apresentação de novas proposições, quanto em relação à eventual influência na velocidade de tramitação das existentes. Adotou-se a cautela de assegurar que os eventos críticos elencados o tenham sido segundo algum critério razoável, ainda que não necessariamente científico. Para tanto, indagou-se dos gestores dos portais localizados durante a pesquisa na rede mundial de computadores (internet) acerca do critério utilizado, não havendo qualquer resposta.

Optou-se, portanto, pela base constante do portal Terra (www.terra.com.br), o mais organizado, que apresenta 33 eventos criminosos de repercussão na mídia, com ligeira descrição e disposição cronológica entre os anos de 1992 e 2011. Desse banco de dados foram selecionados, portanto, os eventos críticos de numero 10 em diante, ocorridos a partir de 2002. Essa opção fundamenta-se no que Hall *et alii* (1999) denominam valores-notícia, isto é, eventos inesperados, singulares, extraordinários, dramáticos, trágicos, com consequências negativas, envolvendo pessoas de elite, enfim fatos fora do comum que possuem ‘noticiabilidade’ em alto grau (HALL ET ALII, 1999, p. 225). Segundo os autores esse modelo de divulgação da mídia é completamente aplicável aos fenômenos envolvendo a violência.

Figura 2 – Pesquisa sobre eventos críticos na internet.



Fonte: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/crimes-que-abalaram-o-brasil/>>.

3.4 Técnicas de pesquisa

Pretendeu-se que a pesquisa fosse executada indiretamente, mediante revisão bibliográfica da temática envolvendo a demanda punitiva, bem como de análise documental, sobre dados existentes, portanto. Os dados existentes, segundo Laville e Dionne (1999) não admitem, *a priori*, existência de variáveis, tampouco associações entre causas e efeitos, de sorte que a análise de fatores intervenientes nos fenômenos estudados é que permitirão extrair conclusões válidas (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 133 e 141).

Procedeu-se à pesquisa utilizando linguagens de natureza jurídica, sociológica e de ciência política, uma vez que os saberes de tais ciências perpassam a matéria sob estudo. Assim, a óptica do Direito Constitucional se faz sentir mediante análise das propostas de alteração das normas legais e do processo legislativo pertinente das proposições apresentadas, discutidas ou aprovadas, que abordem a temática da hediondez criminal, tenham ou não sido transformadas em norma jurídica. Engloba, portanto, as que estejam em tramitação e as arquivadas, aí incluídas as devolvidas ao autor e as consideradas prejudicadas. Não só a linguagem normativa, tipicamente de caráter jurídico, remete a esse campo, como o arcabouço de feitiço constitucional que lhe dá legitimidade.

O enfoque sociológico se evidencia pelo fato de a temática ter estreita relação com a etiologia dos fenômenos criminogênicos, da violência e da desordem. Destarte a investigação acerca dos fenômenos sociais dessa natureza não dispensa conceitos de matriz sociológica.

Por fim, a ciência política é o próprio objeto da pesquisa, na medida em que pretendeu investigar relações interinstitucionais entre segmentos da sociedade civil e representantes dela, isto é, integrantes da sociedade política por excelência. A preponderância da linguagem da ciência política se consubstancia, em consequência, ao se fundar na argumentação dos autores de base que compõem o referencial teórico manejado. Por fim, o próprio ambiente institucional em que se desenvolveu a pesquisa, onde o pesquisador exerce suas funções profissionais, permite a integração teórica com a prática oriunda da observação empírica das ações parlamentares.

Há uma interseção entre a linguagem sociológica e a da ciência política na medida em que pela primeira, de origem nitidamente europeia e latinoamericana, se vislumbrou o problema, isto é, se existe uma demanda punitiva e como ela se manifesta; enquanto pela segunda, de ascendência estadunidense, se buscou compreender a reação parlamentar no sentido de atender à demanda punitiva e como se manifesta a ação parlamentar.

O cerne da pesquisa situa-se, portanto, na abordagem da criação ou alteração de institutos de caráter penal ou processual penal, tendentes a intensificar a repressão criminal, especificamente no tocante aos crimes hediondos. A análise da lógica da resposta parlamentar pode indicar as soluções preferenciais que os deputados adotam para atender à demanda punitiva, no atendimento aos atores que a protagonizam.

A temática abordada permitiria antever como resultado da demanda punitiva – a ser ou não confirmado pela pesquisa –, a inclusão no rol de crimes hediondos de novas tipificações penais, a exasperação das penas dos tipos penais hediondos preexistentes e a relativização dos direitos fundamentais no tocante a essa tipologia criminal, como as restrições processuais à defesa dos infratores e o alargamento dos instrumentos processuais colocados à disposição do aparato repressivo.

Alguns estudos acerca da atividade parlamentar durante a formulação de políticas públicas de segurança e controle do crime levam em conta o posicionamento do parlamentar durante as votações das proposições pertinentes. Carneiro, Mignozzetti e Moreira (2011), por exemplo, efetuaram seu estudo mediante análise dos votos nominais durante a votação de requerimentos relacionados às matérias pertinentes à temática da segurança e criminalidade, com foco em algumas proposições. As ações decorrentes por parte dos deputados não ficariam claras pela simples aferição da votação nominal que permitiria a tabulação dos votos a

favor ou contrários, restando que a possibilidade de contagem dos votos nem sempre é possível no próprio Plenário e quase inexistente no âmbito das Comissões, pela expressiva utilização da votação simbólica. Entretanto, como em geral não há votação nominal na maioria das proposições votadas, mesmo tal tabulação parcial tornaria o estudo incompleto e fragmentário.

Assim, buscou-se respaldo nos repositórios informacionais da própria Câmara dos Deputados, disponíveis nos sítios institucionais na internet, de acesso facultado ao público interno e externo à Casa.

Como técnica de pesquisa, analisou-se, portanto, numa vertente, o conteúdo dos discursos parlamentares proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, associados à temática do controle social repressivo durante o período considerado, isto é, de 2002 a 2013 (51ª à 54ª Legislaturas). Uma vez que os eventos críticos selecionados constituem os elementos de conexão entre a demanda punitiva e as ações parlamentares legiferantes (alto impacto), mediados pelos discursos dos próprios parlamentares (baixo impacto) e audiências e seminários (médio impacto), a alusão aos eventos críticos tem por base a pesquisa envolvendo termos ou expressões que lembrem os aludidos eventos.

Figura 3 – Interface visual do aplicativo Sileg.



Fonte: Aplicativo Sileg/CD.

Noutra vertente, a análise de proposições utilizou a base de dados no módulo de pesquisa do Sistema de Informação Legislativa (Sileg), aplicativo desenvolvido na Câmara dos Deputados que contém o repositório de proposições e outros documentos pertinentes ao processo legislativo, permitindo a pesquisa mediante utilização de vários argumentos previstos como *default* (padrão, na linguagem informática), além de possibilitar a utilização de descritores diversos como palavras-chave. O Sileg replica o módulo de pesquisa de tramitação das

proposições sendo, contudo, mais completo, por permitir a pesquisa por dados agregados pela filtragem utilizando argumentos combinados.

3.5 Discursos

Os discursos estão classificados na base de dados como ‘Grande Expediente’ (GE), ‘Pequeno Expediente’ (PE), ‘Ordem do Dia’ (OD), ‘Breves Comunicações’ (BC) e ‘Comunicações Parlamentares’ (CP), que se abreviaram conforme siglas entre parênteses. Essa classificação segue o disposto no art. 66 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) (BRASIL, 1989).

O art. 81 do RICD (BRASIL, 1989) dispõe que “o tempo que se seguir à leitura da matéria do expediente será destinado aos deputados inscritos para breves comunicações, podendo cada um falar por cinco minutos, não sendo permitidos apartes”. Como esse artigo integra a sessão que trata do pequeno expediente, a praxe determina o prazo de cinco minutos para os discursos realizados nessa fase da sessão, na modalidade de pequeno expediente. Os discursos durante o grande expediente têm duração expressamente prevista de vinte e cinco minutos (art. 87), limitados a três por semestre para cada deputado, sendo uma por sorteio e duas por cessão da vaga, garantida a preferência para o semestre seguinte ao que não tiver sido sorteado (§§ 2º e 3º).

Figura 4 – Módulo de pesquisas de discursos no Portal/CD.⁵⁷

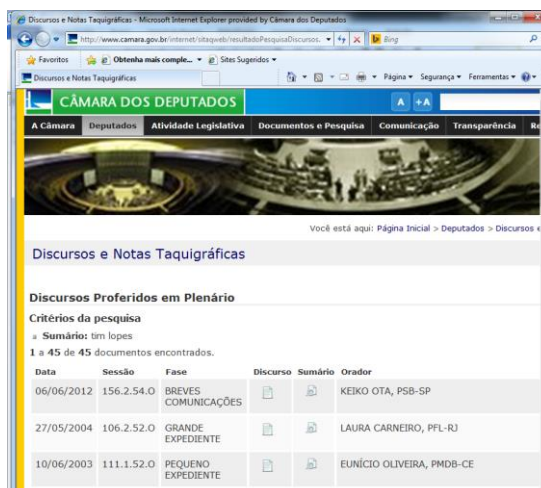
The image shows a screenshot of a web application for searching speeches. The browser window title is 'Discursos e Notas Taquigráficas — Portal da Câmara dos Deputados'. The page has a header with the 'CÂMARA DOS DEPUTADOS' logo and a navigation bar with links: 'A Câmara', 'Deputados', 'Atividade Legislativa', 'Documentos e Pesquisa', 'Comunicação', and 'Transparência'. Below the header is a banner image of the Brazilian flag and the Chamber of Deputies. The main content area is titled 'Discursos e Notas Taquigráficas'. On the left, there is a sidebar with a 'Pesquisa' dropdown menu, 'Pesquisa Básica', 'Pesquisa Avançada', 'Como pesquisar', 'Plenário' dropdown, 'Discursos em tempo real', 'Registros das sessões', 'Íntegras das sessões', 'Sumário das sessões', 'Comissões' dropdown, 'Registros das reuniões', and 'Fale Conosco'. The main search area is titled 'Pesquisa no Banco de Discursos' and contains several input fields: 'Orador' (Nome, Partido, UF), 'Período' (Data Inicial, Data Final), 'Texto Integral', and 'Assunto'. At the bottom, there are 'Opções de Pesquisa' for 'Pesquisar em' and 'Ordenar por'. The status bar at the bottom indicates 'Concluído' and 'Intranet local | Modo Protegido: Desativado'.

Fonte: Aplicativo Sileg/CD.

⁵⁷ Portal da Câmara dos Deputados na internet.

Na pesquisa avançada do banco de discursos, entretanto, há as categorias ‘discurso’, ‘fala do presidente’ e ‘questão de ordem’, classificados como ‘tipo de fala’. Já como ‘tipo de intervenção’, há várias outras que são categorizadas conforme ocorram nos eventos críticos selecionados.

Figura 5 – Pesquisa de discursos no Portal/CD.



Data	Sessão	Fase	Discurso	Sumário	Orador
06/06/2012	156.2.54.O	BREVES COMUNICAÇÕES			KEIKO OTA, PSB-SP
27/05/2004	106.2.52.O	GRANDE EXPEDIENTE			LAURA CARNEIRO, PFL-RJ
10/06/2003	111.1.52.O	PEQUENO EXPEDIENTE			EUNÍCIO OLIVEIRA, PMDB-CE

Fonte: Aplicativo Sileg/CD.

O regime dos discursos permite, portanto, na maior parte das intervenções substanciais, que o deputado se inscreva para proferir discurso em grande expediente ou pequeno expediente, fazendo uso das breves comunicações o líder ou deputado por ele indicado. Durante a ordem do dia a palavra é concedida pela ordem, pelo Presidente da Mesa, aos deputados que se inscrevam para falar em cada fase ou os que exerçam a prerrogativa de solicitar esclarecimentos regimentais sobre apreciação de matéria, por meio de questão de ordem.

Afigura-se, portanto, de relevante interesse ao parlamentar a oportunidade de fazer seu pronunciamento principalmente no pequeno e, se possível, no grande expediente. Nessas ocasiões o parlamentar pode abordar vários assuntos ou concentrar-se no tema de destaque geral ou de seu interesse particular. É comum o parlamentar fragmentar seu discurso, tratando, portanto, de temas diversos, de forma a extrair o melhor resultado em termos de visibilidade na mídia em geral, em especial nas transmissões da *TV Câmara*, o que lhe confere excelente oportunidade para dirigir-se diretamente à sua base eleitoral. É praxe o parlamentar solicitar que seu discurso, escrito mas não proferido, seja publicado ou, ainda, que sua fala seja veiculada pelo programa radiofônico *Voz do Brasil*, transmitido pelas estações de rádio de todo o país em dias úteis.

Outro expediente comum e presente nos discursos analisados é o aparte, solicitado e geralmente concedido reciprocamente pelos parlamentares, especialmente durante discursos do grande expediente, ocasião em que o aparteante faz uso da palavra, às vezes induzido pelo

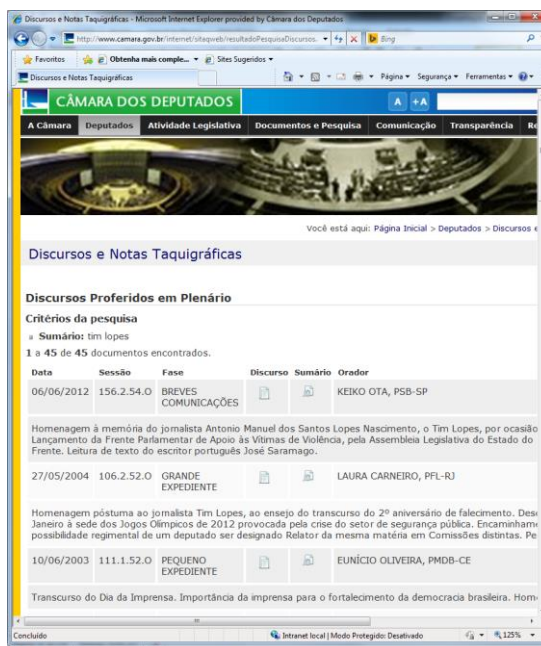
próprio orador. Pode-se ventilar a hipótese, a ser confirmada por pesquisa específica, que não só os discursos, mas também os apartes configuram oportunidade de o parlamentar reforçar sua conexão eleitoral. Indício dessa tentativa de reforço da conexão eleitoral é o fato de o orador dirigir-se no início da fala aos telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, assim como o pleito pela consignação do discurso na *Voz do Brasil*.

Os apartes geralmente ocorrem durante discursos proferidos no grande expediente, em razão do tempo que o orador dispõe para tratar do tema escolhido e interagir com os colegas parlamentares. É a ocasião propícia, também, para o parlamentar que não tenha sido inscrito como orador externar sua opinião sobre fato relevante que tenha ocorrido no dia ou de véspera. Não é incomum o presidente da sessão cumprimentar o orador ao final de sua fala, aproveitando para também emitir opinião acerca do fato relevante em discussão. Apartes são frequentes entre correligionários do mesmo partido e mesmo entre colegas de bancada do mesmo Estado, principalmente quando o tema lhes é afim. O mesmo ocorre com colegas que atuem na mesma Comissão, partilhando de conteúdo informacional similar, no sentido de agregar informações ao discurso. Não obstante, ocorre aparte de leigo no assunto, visando ser esclarecido acerca de algum ponto do discurso que não haja compreendido. Embora comum o aparte favorável ao orador e mesmo o de caráter panegírico, há aqueles mais raros em que o apartante discorda do orador, especialmente quando se opõem opiniões situadas nos extremos do espectro político-ideológico.

No início da legislatura é comum o discurso em que o parlamentar se apresenta e agradece ao eleitorado, buscando abarcar extensa pauta temática com sua fala, ocasião em que são comuns os apartes de boas-vindas.

Como critério de influência da sociedade, por intermédio dos formadores de opinião, foi adotada a quantificação das menções específicas a veículos de imprensa (jornais, revistas), além de rádio e televisão. Partiu-se da premissa de que a repercussão do que é veiculado pela mídia afeta a conduta não só dos parlamentares, mas de toda a sociedade. O interesse, para o objetivo da pesquisa, porém, é tal repercussão no ânimo dos parlamentares. Considerou-se que embora os parlamentares não citem a fonte com frequência, tal circunstância não desfigura o caráter indutor do veículo midiático na atividade parlamentar que, no presente trabalho, é medido por meio da manifestação oral dos deputados no ambiente formal institucional da Câmara dos Deputados, ou seja, no âmbito dos discursos feitos no Plenário, segundo a mencionada classificação. Para efeitos práticos, contudo, foram computados apenas os discursos em que haja a referência expressa a algum veículo de comunicação e/ou os que aludem a crime hediondo.

Figura 6 – Descrição do tema do discurso.



Fonte: Aplicativo Sileg/CD.

Outras manifestações havidas mesmo em Plenário, mas não incluídas no banco de discursos, além daquelas ocorridas nas Comissões, foram desconsideradas por não serem devidamente categorizadas, circunstância que dificultaria sobremaneira eventual necessidade de replicação da pesquisa que as utilizasse.

No caso das Comissões, verificou-se, preliminarmente, que são restritas as manifestações ali proferidas que constam do banco de dados mencionado e sua compilação pouco agregaria à amostra, razão porque não integram a análise procedida, dada sua inexpressividade diante do conteúdo informacional referente ao Plenário presente na base de dados adotada.

Neste trabalho optou-se, portanto, pela análise dos discursos buscando associá-los às ações referentes à tramitação de proposições abordando os crimes hediondos. Essa opção vincula-se à própria finalidade do estudo, que é buscar associar a demanda punitiva oriunda da sociedade, manifestada especialmente por intermédio da mídia, que a repercute ou engendra.

Releva informar que a partir de 26/10/2000, segundo o banco de dados adotado, há informações mais precisas acerca dos discursos, os quais são codificados, trazem o horário aproximado de seu pronunciamento e permitem o acesso imediato ao documento. Os discursos anteriores a essa data só trazem a data e a página do *Diário da Câmara dos Deputados* (DCD) em que foram publicados. Essa publicação, em formato de imagem, limita a indexação e, às vezes, possui baixa resolução, o que dificulta até a simples leitura. Assim, é possível que algumas informações referentes às proposições em data anterior à mencionada não tenham

sido registradas no sistema. Entretanto, como não integra o escopo da pesquisa a análise qualitativa do conteúdo dos discursos, essa circunstância provavelmente tem reduzido impacto no tamanho da amostra, pois que se limita a cinquenta unidades.

Os discursos estão tabulados por data, orador e partido, a menção a veículos midiáticos e a crimes hediondos, separados por eventos críticos, conforme os termos e expressões respectivos utilizados como argumentos de pesquisa. Em seguida, os dados tabulados são comparados com as demais ações dos deputados, tanto as classificadas como de médio quanto as de alto impacto.

3.6 Proposições

No tocante às proposições observa-se empiricamente que as normas de controle social, especialmente as que tocam ao sistema repressivo penal e processual penal são oriundas de projetos de lei ordinária, em sua grande maioria, donde ficariam excluídas, em princípio, espécies normativas como decretos legislativos, medidas provisórias, leis complementares e outras. O fenômeno se repete quanto às iniciativas legislativas referentes aos crimes hediondos, salvo as que propõem alterar o dispositivo constitucional pertinente (art. 5º, inciso XLIII), objeto de proposta de emenda à Constituição. Dessa forma, a via ordinária é a preferencial para essa espécie normativa, ficando as vias constitucional e complementar como opções residuais e aplicáveis de forma específica.

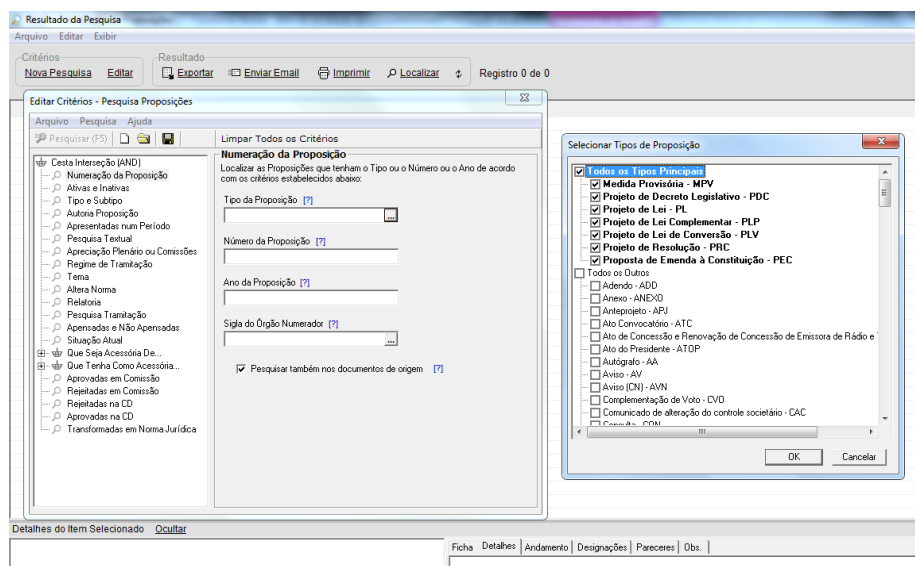
Para efeito de filtragem da quantidade e situação das proposições, portanto, primeiramente foi adotado o critério de categorizá-las como autônomas e acessórias. Para os fins da pesquisa, foram consideradas como autônomas apenas as proposições que podem ser transformadas em norma jurídica que trate de crimes hediondos, após o devido processo legislativo, como medida provisória (MPV), projeto de decreto legislativo (PDC), projeto de lei (PL), projeto de lei complementar (PLP), projeto de lei de conversão (PLV), projeto de resolução da Câmara (PRC) e proposta de emenda à Constituição (PEC).⁵⁸ Estas são exatamente as proposições tidas como principais no novo módulo de pesquisa avançada do aplicativo Sileg.

As demais proposições são, portanto, acessórias, vez que acompanham outra proposição ou não possuem as características apontadas, razão porque não foram incluídas no objeto de estudo. As proposições acessórias são as seguintes: emenda, indicação, parecer e requerimento, além de outros documentos, como complementação de voto, discurso, mensagem, relatório, substitutivo, sugestão e voto em separado.

⁵⁸ As siglas entre parênteses são aquelas utilizadas no Congresso Nacional para designação abreviada das proposições. Os projetos de lei ordinária originários do Senado são designados como PLS e nessa Casa os originários da Câmara são designados como PLC.

Em tese as MPV – que requerem os pressupostos de urgência e relevância – assim como seus dobramentos, os PLV, não deveriam tratar do tema, mas foram incluídos na pré-seleção porque as restrições a que estão sujeitas as primeiras não têm caráter absoluto, na prática. Já quanto aos PLP, que se destinam a regulamentar a Constituição, o tema poderia ser inserido em lei complementar já editada.

Figura 7 – Seleção dos tipos principais de proposições no Sileg.



Fonte: Aplicativo Sileg/CD.

Para delimitação da pesquisa das proposições no aplicativo Sileg definiu-se, portanto, como limite de apresentação das proposições a data final ‘31/12/2013’, para que as proposições sujeitas a análise tivessem sido apresentadas em anos completos.⁵⁹

Inicialmente, selecionou-se apenas o campo ‘ementa’, da proposição, supondo-se de antemão que os campos ‘íntegra’ e ‘legislação citada’ fossem gerar proposições que apresentassem a alusão meramente circunstancial a algo conotativamente ‘hediondo’, especialmente na justificativa.

Posteriormente foi preciso acrescentar outros campos para que proposições essenciais constassem da amostra. Esse cuidado visava a incluir na amostra o PL 5405/1990⁶⁰, que originou a Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos – LCH), uma vez que o vocábulo ‘hediondo’ não constava da ementa, sendo necessário incluir o descritor ‘explica-

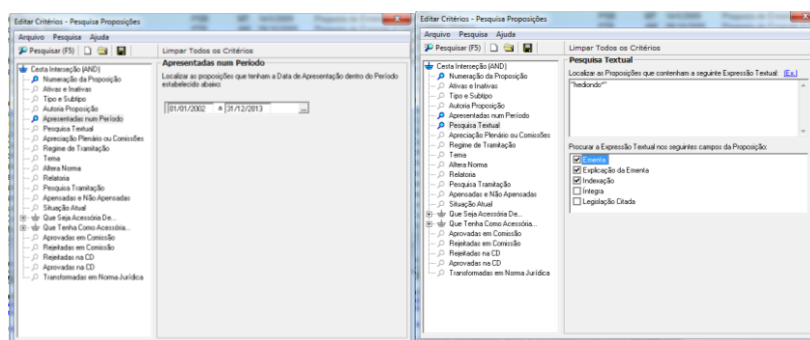
⁵⁹ As datas foram consignadas no formato dd/mm/aaaa, isto é, dois dígitos para designar os dias e meses e quatro dígitos para o ano, podendo o ano ser consignado com dois dígitos finais, especialmente em elementos gráficos.

⁶⁰ Para fins de simplificação, optou-se pela exclusão da referência a número (n.) e do ponto indicativo de milhar (1.234, por exemplo).

ção da ementa’.⁶¹ Por fim, algumas proposições conexas ao tema não continham o vocábulo selecionado na ementa ou explicação, de modo que se incluiu o campo ‘indexação’, como tentativa de abarcar tais proposições, gerando, de fato, amostra maior.

Foram escolhidos, portanto, os descritores ‘ementa’, ‘explicação da ementa’ e ‘indexação’, e os ‘tipos principais’ de proposições (MPV, PDC, PL, PLP, PLV, PRC e PEC), utilizando-se como argumento o vocábulo ‘hediondo*’, que abrange o plural. Esse conjunto de parâmetros gerou 367 proposições, correspondendo a 7 PDC, 15 PEC, 6 PLP, 1 PRC e 338 PL, sendo que nessa filtragem não houve qualquer resultado para MPV ou PLV.

Figura 8 – Seleção do período, argumento textual e campos no Sileg.



Fonte: Aplicativo Sileg/CD.

Com o resultado obtido considerou-se a amostra bastante representativa e se presumiram exauridas as possibilidades de localização das proposições que tramitaram na Câmara dos Deputados cujo conteúdo aborde a temática selecionada. O tamanho da amostra atende ao que Laville e Dionne (1999) recomendam, pois segundo os autores, “quanto maior o tamanho da amostra, mais forte é sua representatividade, pois as peculiaridades são diluídas na massa” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 171).

Entretanto, quanto aos discursos foram utilizados argumentos específicos relacionados a cada evento crítico, como os nomes das vítimas, os nomes dos autores, além de termos e expressões que representassem circunstâncias fáticas relevantes que pudessem integrar as manchetes do discurso midiático e das próprias alusões dos parlamentares ao evento específico. No Anexo ao trabalho, que relaciona os eventos críticos selecionados, são designados os argumentos utilizados para cada evento ali descrito. Em referências posteriores os eventos são identificados mediante utilização de termo ou expressão que os caracterizem univocamente.

⁶¹ Ocorreu que, sendo oriundo do PLS 50/1990, o PL 5405/1990 tinha por ementa: “estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de sequestro e extorsão mediante sequestro, e dá outras providências”. A explicação da ementa era: “reputando-se hediondo o crime de sequestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal grave ou estupro; aumentando a punição e incluindo multas”. A nova ementa da Lei consigna: “dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo quinto, inciso XLIII, da Constituição federal, e determina outras providências”. Entretanto, no Sileg só consta a ementa original.

Os bancos de dados das proposições e dos discursos não foram cotejados, uma vez que a base constante do Sileg não existe em outro repositório. Os dados são os mesmos disponíveis, respectivamente, no módulo ‘Proposições’ da página principal e mediante pesquisa no submenu ‘Discursos e Notas Taquigráficas’, da primeira aba do sítio (‘Deputados’), no portal da Câmara dos Deputados na internet.

Para a apresentação dos dados referentes ao fluxo de tramitação das proposições, foi adaptada a forma apresentada por Gomes (2013), o qual dispôs em planilhas o fluxo de tramitação das proposições que analisou, inserindo signos ao longo do fluxo para caracterizar momentos marcantes do processo legislativo respectivo. Não houve categorização em grupos como a utilizada pelo autor mencionado uma vez que tal categorização não apresenta relevância para o foco da pesquisa.

Figura 9 – Geração do resultado na pesquisa do Sileg.

Proposição	Documento	Origem	Ementa	Autor	Partido	UF	Apresentação	Tipo	Regime	Apreciação
PDC 1896/2002			Dispõe sobre a realização de plebiscito, concomitantemente às eleições para prefeito de 2004, a propósito da instituição das penas de prisão perpétua para crimes considerados hediondos, quando não seguidos de morte, e pena de morte para os casos de crimes hediondos, quando seguidos de morte, para os reincidentes.	Cunha Bueno	PPB	SP	29/5/2002	Projeto de Decreto Legislativo	-	-
PDC 1414/2004			Dispõe sobre a realização de plebiscito acerca da alteração do inciso III do art. 5º da Constituição Federal.	Luz Antonio Fleury	PTB	SP	11/2/2004	Projeto de Decreto Legislativo de Referendo ou Plebiscito	-	-
PDC 1579/2005			Dispõe sobre a realização de plebiscito acerca da alteração do inciso III do art. 5º da Constituição Federal.	Luz Antonio Fleury	PTB	SP	17/3/2005	Projeto de Decreto Legislativo de Referendo ou Plebiscito	Prioridade	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PDC 72/2007			Dispõe sobre a realização de plebiscito para manifestar o voto popular sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Ademir Camilo	PDT	MG	14/2/2007	Projeto de Decreto Legislativo de Referendo ou Plebiscito	-	-
PDC 2994/2010			Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Paulo Piau	PMDB	MG	30/11/2010	Projeto de Decreto Legislativo	-	-
PEC 327/2004			Da nova redação ao art. 228 da Constituição, para prever a possibilidade de o Presidente da República, no exercício de suas funções, ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.	Amnau Gasques	PL	SP	27/10/2004	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PEC 521/2006			Da nova redação ao art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal.	Ciro Nogueira	PP	PI	15/3/2006	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PEC 525/2006			Altera a redação do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal.	Luz Antonio Fleury	PTB	SP	23/3/2006	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PEC 364/2009			Da nova redação ao inciso XLIII, do art. 5º da Constituição Federal.	Valter Pereira	PSB	MT	14/5/2009	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PEC 421/2009			Altera a alínea "b" do inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal.	Sabino Castelo Branco	PTB	AM	28/10/2009	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PEC 30/2011			Altera o art. 201 do texto constitucional para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Fernando Francischini	PRB	PR	18/5/2011	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PEC 229/2012			Acresce novo inciso ao art. 5º da Constituição Federal.	Keiko Ota	PSB	SP	12/12/2012	Proposta de Emenda à Constituição	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 684/2002			Para fins processuais, define como crime político o crime de lesa pátria.	Jorgeinho Mello	PR	SP	20/2/2002	Projeto de Lei	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6113/2002	MSC 116/2002		Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6114/2002	MSC 117/2002		Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6221/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6262/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6383/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6590/2002	PLS 409/1999		Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6592/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6599/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6680/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6685/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6755/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6759/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6776/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 6894/2002			Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 7132/2002	PLS 106/2002		Altera o art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre a criação de uma nova cidade no Estado de São Paulo.	Angela Quadragli			22/2/2002	Projeto de Lei	Ordinária	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Fonte: Aplicativo Sileg/CD.

Adotou-se, portanto, a disposição das proposições em fluxogramas contínuos (*timelines*) assemelhadas ao diagrama de Gantt⁶², mediante elaboração de planilha em que se mostram, em colunas sequenciais, as legislaturas e os anos, ao longo das quais foram dispostos os fluxos das proposições, em linhas sequenciadas, por ordem de apresentação, no espaço correspondente ao período de tramitação de cada uma. A adaptação foi efetuada por meio da consignação, na linha do tempo, dos eventos críticos, numerados de 10 a 33 e da quantidade

⁶² Diagrama de Gantt é um gráfico usado para ilustrar o avanço das diferentes etapas de um projeto. Os intervalos de tempo representando o início e fim de cada fase aparecem como barras coloridas sobre o eixo horizontal do gráfico. Fonte: Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Diagrama_de_Gantt>. Acesso em 7 out. 2014.

de discursos proferidos em cada mês, situados cronologicamente, assim como os requerimentos apresentados. A fim de permitir análises temporais mais curtas, geralmente abrangendo uma legislatura (quatro anos), essa planilha, em poder do autor, foi desmembrada nos Apêndices A, B e C, em razão da quantidade de dados.

Para facilitar o trabalho de análise e interpretação dos dados e a percepção do leitor acerca das diversas fases do processo legislativo foi adotada uma palheta de cores significativas para cada fase.

Em vez da tipologia iconográfica utilizada por Gomes (2013), porém, foram identificadas as várias etapas do processo legislativo mediante utilização de cores diversas nos campos pertinentes, como a apresentação da proposição, eventual retirada, arquivamento (temporário ou definitivo), aprovação ou rejeição, considerando-se que o arquivamento definitivo nem sempre importa rejeição, mas pode configurar o fenômeno de não-decisão. Assinalou-se, também, após a aprovação, o encaminhamento ao Senado e eventual transformação em norma jurídica (TNJ).⁶³ Resta implícito que a proposição aprovada e não transformada em norma jurídica continua tramitando no Senado ou foi ali rejeitada ou arquivada. Apenas na hipótese de ser a Câmara dos Deputados a Casa iniciadora e a proposição ter sido alterada no Senado e restituída, o período de sua tramitação naquela Casa é consignado, sem qualificar, porém, as fases da respectiva tramitação.

Dessa forma, foram assinalados os principais momentos da tramitação em cada Comissão e no Plenário, como a apresentação de parecer (pela aprovação ou pela rejeição) e o resultado da apreciação (aprovação ou rejeição). Não foram consignados incidentes dessa fase, como aprovação de destaques, concessão de vista, apresentação de votos em separado, considerados globalmente na fase de apreciação. Não foram registradas situações que configurem obstrução formal ou informal à apreciação da matéria, uma vez que tais situações ora não impedem a tramitação por muito tempo, ora restituem a proposição à situação de tramitação normal, adiante descrita. Considerou-se importante, visando a embasar a análise acerca da repercussão da divulgação midiática dos eventos críticos nas consequentes ações dos parlamentares, a identificação das diversas fases principais, portanto, e não a de cada incidente de influência reduzida no processo legislativo.

Assim, desde a apresentação da proposição a cor indicada é amarela, contínua no fluxo até que outro evento determine a alteração da cor. No espectro cromático a tendência à apro-

⁶³ Essa é a terminologia utilizada pelo Portal da Câmara dos Deputados na internet, abrangendo a sanção de normas sujeitas a esse procedimento ou a promulgação de Emenda Constitucional ou outras normas privativas pela Câmara dos Deputados e ou pelo Senado Federal.

vação será indicada pela aproximação com o violeta e a tendência à rejeição pela aproximação com o vermelho. Desta forma, o avanço ou o retrocesso na apreciação da matéria implica alteração na cor, significando tendência à aprovação ou à rejeição, respectivamente.

Tendendo a avançar, a aprovação da matéria em Comissão é indicada pela cor verde clara, em mais de uma Comissão pela verde escura, a discussão em Plenário pela cor azul clara e a aprovação nessa instância e consequente remessa ao Senado pela cor azul escura. A transformação em norma jurídica é indicada pela cor violeta. No sentido contrário, a cor laranja significa rejeição em Comissão. A cor vermelha indica arquivamento provisório e a preta, arquivamento definitivo, que inclui devolução ao autor e declaração de prejudicialidade. Como o destino das proposições apensadas segue o da principal, aquelas têm o fluxo indicado na cor cinza, a partir da apensação, o que implica consulta à proposição principal, cujo fluxo indicará a tendência da tramitação. Havendo desapensação, o fluxo da proposição é novamente indicado mediante utilização da cor amarela.

Tal conformação gráfica, desdobrada nos Apêndices supracitados, assim como a utilização da palheta de cores, permite visualização individualizada e comparada das diversas proposições e a interação havida ou não em relação aos eventos críticos e discursos elencados, assim como os requerimentos apresentados, pertinentes à temática. A adoção desse formato pretende facilitar ao leitor o acompanhamento da análise, discussão e interpretação dos dados.

3.7 Outras ações

Perpassando os fazeres do processo legislativo, um dos instrumentos comuns de interferência no processo é o requerimento. Dessa forma, foram analisados requerimentos pesquisados no Sileg, associados às proposições e aos eventos críticos, assim como aqueles referidos na própria tramitação das proposições. Nesse caso os requerimentos não foram classificados como ação de baixo, médio ou alto impacto, mas tão-somente ferramenta de caráter instrumental visando à consecução de alguma ação segundo aquela classificação. Assim, ora podem se referir às proposições, ora à realização de audiências públicas e seminários, à criação de comissão externa, de comissões especiais ou temporárias, ou de subcomissões permanentes ou temporárias, além de indicações ao Poder Executivo, dentre outras ações.

No caso das audiências públicas e seminários, são igualmente tabulados e por sua vez comparados com as outras ações.

Interseccionando as unidades e subunidades de análise, tabelas e gráficos buscam extrair da análise e interpretação dos dados, achados que comprovem ou refutem a hipótese aventada.

4 TEMÁTICA DOS CRIMES HEDIONDOS

Crimes hediondos configuram aqueles considerados mais reprováveis pela sociedade. Desde os primórdios da história humana há condutas interditas aos indivíduos, sob pena de repressão no mais alto nível de sofrimento. Assim, antes de a pena de morte ser abolida na maioria dos países era, ao lado das mutilações em geral, aplicada a várias espécies de crime, sobressaindo os crimes contra a religião (ou ‘contra Deus’) e contra o rei, os crimes de lesa-majestade.

Na tradição romano-germânica o período medieval, seguido pela Inquisição, suscitou o surgimento de leis draconianas que na Península Ibérica sucederam-se durante séculos, com as chamadas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, aplicáveis às colônias americanas e africanas e inspiração para as novas legislações dos países recém-libertos.

Segundo Muchembled (2012) apenas os crimes de morte violenta mais extremos, como o assassinato deliberado, por ódio ou vingança e o parricídio eram objeto de perseguição rigorosa a partir do fim do século XII. Eram chamados de ‘casos enormes’ na França, ‘fatos desagradáveis’ nos Países Baixos, *delictos atroces* em Castela, *heinous crimes* na Escócia (MUCHEMBLED, 2012, p. 47).

No Brasil, a Lei de 16 de dezembro de 1830 mandou executar o Código Criminal do Império, substituindo as cominações do Livro V das Ordenações Filipinas que aqui vigiam. Entretanto, mantinha as penas graves de morte por enforcamento para vários crimes graves, equivalentes, grosso modo, aos crimes hediondos atuais. Tais eram os crimes de insurreição, suborno (peita), homicídio qualificado e latrocínio.

Entretanto, apenas na Constituição Federal de 1988 os crimes hediondos foram previstos com essa terminologia, a depender de lei ordinária que os criassem, nos termos do inciso XLIII do art. 5º, *ipsis litteris*:

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Franco, Lira e Felix (2011) supõem que a conceituação dos crimes hediondos surgiu com o Movimento de Lei e Ordem, em decorrência de alguns fatos ocorridos nas décadas de setenta e oitenta do século passado, apontando em especial três deles: a) a percepção do fenômeno da violência como dado integrante do cotidiano; b) o conceito reducionista da violência, fazendo-o coincidir com o de criminalidade; e c) a criação, pelos meios de comunicação social, de um sentimento coletivo e individual de insegurança e o emprego desses mesmos

meios para efeito da dramatização da violência e para seu uso político (FRANCO; LIRA; FELIX, 2011, p. 144).

O primeiro projeto a tentar categorizar os crimes hediondos foi o PL 2334/1989, do Deputado Freire Júnior, que “regula o art. 5º, inciso LI, da Constituição, disciplinando a extradição de brasileiros”, cujo parágrafo único ao art. 1º assim dispunha:

Classifica-se como hediondo o crime que seja considerado pelo juiz como de dolorosa repercussão na comunidade, produzindo grande abalo na opinião pública, em vista dos seus requintes de crueldade ou de traição, ou quando atinja várias pessoas.

Essa tipificação extremamente aberta foi substituída, no PL 2529/1989, por uma tipologia mista, contemplando tipos abertos e outros já existentes na legislação penal. Já o PL 3734/1989, do Poder Executivo, optou pela enumeração, *numerus clausus*, dos crimes já tipificados que seriam considerados hediondos, estabelecendo regras processuais restritivas para tais crimes, além daquelas enunciadas no comando constitucional. Três outros projetos semelhantes foram apresentados até que o PL 5405/1990, originário do PLS 50/1990, do Senado Federal, de autoria do Senador Odacir Soares (PFL/RO), fosse apresentado em 17/05/1990. Sua ementa era a seguinte: “Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de sequestro e extorsão mediante sequestro, e dá outras providências”. Constava como explicação da ementa, a que foi acrescida uma ‘nova ementa’: “Reputando-se hediondo o crime de sequestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal grave ou estupro; aumentando a punição e incluindo multas. Nova ementa: dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo quinto, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências”.

Sujeita à apreciação do Plenário, tramitou em regime ordinário. Por requerimentos dos líderes, foi deferida a urgência urgentíssima, sendo aprovado substitutivo da então Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), restando prejudicados o projeto inicial e os PL 2105/1989, 4252/1989, 5270/1990, 5281/1990 e 5355/1990. Aprovada a redação final a matéria foi encaminhada ao Senado em 28/06/1990, sendo transformada na Lei n. 8.072/1990 (LCH), sem alteração do texto, com veto parcial, o qual foi mantido pelo Senado em sessão de 23/04/1991.

O curto período de tramitação do PL é inusitado na tradição legislativa brasileira. Lício Barbosa *apud* Franco, Lira e Felix (2011) observou que a célere tramitação deveu-se a uma série de sequestros de forte apelo midiático ocorridos durante o Governo Collor, dentre os quais o do empresário Roberto Medina, criador dos festivais de *rock'n roll* denominados

Rock in Rio. O sequestro de Medina foi antecedido pelo sequestro de outro famoso empresário, Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar (FRANCO; LIRA; FELIX, 2011, p. 159-61).

Eis o que dispunha o art. 1º da Lei aprovada:

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*), extorsão qualificada pela morte, (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, *caput* e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, *caput* e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

Essa relação *numerus clausus* da lei, em vez de uma conceituação genérica, como constava do PL 2334/1989, foi objeto de crítica de vários autores, como a externada por Franco, Lira e Félix (2011), nos seguintes termos:

[...] Em vez de fornecer uma noção, tanto quanto explícita, do que entendia ser a hediondez do crime [...], o legislador preferiu adotar um sistema bem mais simples, ou seja, o de etiquetar, com a expressão ‘hediondo’, tipos já descritos no Código Penal ou em leis penais especiais. Dessa forma, não é ‘hediondo’ o delito que se mostre ‘repugnante, asqueroso, sórdido, depravado, abjecto, horroroso, horrível’, por sua gravidade objetiva, ou por seu modo ou meio de execução, ou pela finalidade que presidiu ou iluminou a ação criminosa, ou pela adoção de qualquer outro critério válido, mas sim aquele crime que, por um verdadeiro processo de colagem, foi rotulado como tal pelo legislador (FRANCO; LIRA; FÉLIX, 2011, p. 166-167).

Os demais artigos tratavam de alteração de outros diplomas legais e a instituição de restrições processuais aos condenados por crimes hediondos. Assim, o art. 2º reproduzia o comando constitucional acerca da inafiançabilidade e insuscetibilidade de concessão de anistia e graça, a que a Lei acrescentou o indulto e a liberdade provisória. O art. 3º instituiu os estabelecimentos penais de segurança máxima destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade. Outros dispositivos da lei dispuseram sobre livramento condicional, exasperaram as penas de alguns crimes a partir de então considerados hediondos, previram a delação premiada, além de estipular qualificadoras e dobrar prazos procedimentais para certos crimes relacionados ao narcotráfico.

Os arts. 4º e 11, vetados, dispunham, respectivamente, da aplicação da multa e da progressão da pena, tendo as razões do veto se fundado mais no aspecto de integração dos textos legais pertinentes, a que a redação do projeto não teria se atido adequadamente.

O art. 1º foi alterado pela Lei n. 8.930/1994, que dispôs as hipóteses de crimes hediondos em incisos, acrescentando como tais o homicídio qualificado e o praticado por grupo de extermínio, a extorsão qualificada pela morte e o genocídio. Referido artigo foi objeto de ou-

tras alterações, inseridas pela Lei n. 9.695 de 20 de agosto de 1998, Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009 e Lei n. 12.978, de 21 de maio de 2014.

A Lei n. 9.695/1998 acrescentou como crime hediondo a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Ao dispositivo que tratava dos alimentos acrescentou-se a circunstância de redução do seu valor nutritivo, o que ensejou veto do dispositivo. O mesmo diploma desdobrou produtos alimentícios e terapêuticos/medicinais em incisos distintos, de modo que o segundo foi preservado.

A Lei n. 12.015/2009 atualizou a terminologia legal a partir da nova conceituação de estupro que instituíra, incluindo no conceito o atentado violento ao pudor e inserindo como hediondo o estupro de vulnerável. Incluiu o art. 244-B à Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), tipificando o crime de corrupção de menores, inclusive pela internet, e qualificando o crime se a corrupção envolver crime hediondo.

Posteriormente a Lei n. 12.978/2014, gerada pelo PL 7220/2014 (do Senado Federal, na origem PLS 243/2010, de autoria do Senador Alfredo Nascimento – PR/AM), incluiu como crime hediondo o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

A Lei n. 11.464 de 28 de março de 2007 promoveu as seguintes alterações no art. 2º e seus parágrafos: excluiu a impossibilidade de concessão de liberdade provisória; tornou o regime fechado hipótese de cumprimento inicial da pena e não de toda ela; e em decorrência da alteração anteriormente mencionada, estipulou que a progressão de regime se daria após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário, e de três quintos, se reincidente. Tas alterações atendiam ao reclamo dos juristas acerca da inconstitucionalidade dos dispositivos alterados.

A LCH foi muito criticada pelos juristas, segundo os quais a norma inovou de forma equivocada em vários institutos, razão de suas posteriores alterações. Discute-se, ainda, se o objetivo da lei estaria sendo alcançado depois de decorridas mais de duas décadas de sua aplicação. Não obstante, o volume de proposições que intentam alterá-la demonstra a atualidade da demanda punitiva. Demais disso, os sucessos da delação premiada, a construção de presídios de segurança máxima, inclusive no plano federal e, depois, a criação do regime disciplinar diferenciado (RDD) para os presídios, embora também criticados, podem ter logrado, incrementalmente, frear um pouco a expansão da criminalidade.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Como referido anteriormente, foram listadas 367 proposições relacionados à temática dos crimes hediondos, mediante pesquisa realizada no aplicativo Sileg. Além dos filtros relacionados ao período e tipo de proposição, foi utilizado o argumento textual único ‘hediondo*’, considerado pelo pesquisador o mais apropriado em relação ao tema escolhido.

Não obstante sejam analisadas três espécies de ações parlamentares que poderiam ser induzidas pela divulgação midiática de eventos críticos – quais sejam, proposições legislativas, discursos e audiências públicas – a técnica de extração dos dados se deu de forma variada. Assim, para as proposições utilizou-se o argumento supracitado.

Em relação aos discursos, embora testado o mesmo argumento, verificou-se que aqueles que remetessem aos eventos críticos seriam mais fidedignos em termos de *corpus*. Essa inferência levou em conta que a mera alusão a crimes hediondos pode ocorrer em discursos esparsos não influenciados pela divulgação midiática de eventos críticos, visto que a questão da insegurança pública perpassa as preocupações dos brasileiros há algum tempo, de forma cada vez mais presente no cotidiano. Por essa razão, quanto aos discursos foram utilizados argumentos relacionados aos eventos críticos selecionados.

Já no caso dos requerimentos, igualmente, a utilização do argumento textual único teria o efeito de apresentar expressivo número de dados, cujas ações correspondentes dos parlamentares poderiam configurar diluição não objetiva em relação à temática. Utilizaram-se, nesse caso, dois conjuntos de argumentos para a pesquisa: o referente aos eventos críticos, utilizados para a pesquisa dos discursos e o referente às proposições em si, que podem gerar ações secundárias, no sentido de promover ou instruir a tramitação dessas proposições.

No caso das audiências públicas e eventos afins, buscou-se relacionar aquelas em que houvesse associação com as proposições ou os eventos analisados.

5.1 Mapeamento dos discursos

Foram localizados 531 discursos referentes aos eventos críticos conforme critério preestabelecido, utilizando-se como argumentos palavras ou expressões relacionados aos Eventos.⁶⁴

O mapeamento dos discursos consistiu em identificar os oradores e respectivos partidos e unidades da Federação que representam, o tipo de discurso, que no banco de dados é identificado como ‘fase’, assim como a natureza do discurso.

⁶⁴ Doravante grafado com inicial maiúscula, a fim de destacar essa subunidade de análise.

O Apêndice E apresenta tabulação dos discursos por Evento, relacionando a data, o tipo de discurso, correspondente à fase da sessão em que foi proferido, assim como dados pertinentes ao objeto do discurso. Observa-se que não houve resultado para os argumentos utilizados na pesquisa dos Eventos n. 13 (Cirurgião e amante), 21 (Comandante do Carandiru) e 27 (Engenheira desaparecida).

Em relação aos Eventos, foram utilizados como argumentos o nome da vítima, do autor ou alguma outra circunstância que a eles remetam. Outras características presentes nos discursos foram igualmente verificadas, como a referência ao personagem e se ela teve caráter meramente contextual ou consistia no objeto mesmo do discurso. Sendo objetiva, observou-se a circunstância de a referência ser parcial, ou seja, compartilhada com outros temas, ou exclusiva, isto é, focada no personagem. Outras referências foram analisadas, visando a validar a metodologia proposta, que era a de associação aos crimes hediondos e a menção específica a algum veículo de divulgação. Por fim, foram registrados os apartes solicitados durante os discursos, identificando o aparteante.

‘Personagem’, no caso, tanto pode ser o autor quanto a vítima e mesmo outro dado (o local, por exemplo, como ‘Realengo’), desde que considerado pelo pesquisador mais relevante em relação aos demais em termos de indexação.

No caso da menção a veículo midiático não foram consideradas aquelas feitas à *TV Câmara* e à *Rádio Câmara* quando o orador se dirige aos respectivos telespectadores e ouvintes. Não foi considerada, igualmente, a solicitação do orador para que sua fala conste do programa radiofônico oficial *Voz do Brasil*. As menções a veículos midiáticos fora do contexto igualmente não foram consideradas para efeito de cômputo dos discursos parcialmente alusivos aos Eventos.

A menção a crimes hediondos foi observada como sendo meramente circunstancial, de modo que essa consignação é suficiente para externar a impropriedade da utilização do argumento para a seleção dos discursos pertinentes ao tema. Justifica, portanto, a seleção de referências aos Eventos como argumentos de pesquisa, que resultou numa amostra mais adequada ao objeto de estudo. A mera alusão a crimes hediondos nos discursos ou, ainda, a seleção daqueles que sugerissem alteração na legislação vigente no sentido de incluir crimes ou agravar penas, quanto aos hediondos – recorte temático do qual não se pode afastar – provavelmente não geraria amostra suficiente para a pesquisa.

Na temática dos apartes figurou como presença constante o Deputado Mauro Benevides (PMDB/CE), o qual, não sendo profícuo em discursos próprios quanto à temática, com apenas um, apartou os colegas dezoito vezes ao longo do período considerado.

Observou-se que na maioria dos discursos, embora se refira especificamente ao Evento, a referência é em geral meramente alusiva, entremeada no discurso que trata de tema mais amplo. Nesses casos, houve vários discursos em que foram lembrados mais de um dos Eventos. Boa parte dos discursos gerados pela pesquisa tinha como tema a questão da violência como um todo. Especialmente no calor dos fatos, muitos oradores aproveitam sua fala para lamentar a última tragédia.

Embora não haja fundamentação empírica consistente, visto que não houve tempo suficiente para aprofundamento dessa vertente da pesquisa, é possível fazer algumas observações no tocante ao conjunto dos discursos, observável em análise não exaustiva.

Raríssimos discursos fazem alusão a alguma proposição em particular, não sendo incomum o orador dizer que apresentou alguma proposição sem sequer mencionar seu número.

Fenômeno recorrente é a vinculação do orador com o local do Evento. Assim, o deputado do Rio de Janeiro faz menção a Evento ocorrido naquele Estado, embora seja comum deputados de Estados longínquos se pronunciarem acerca de Eventos ocorridos alhures.

É comum, igualmente, a vinculação afetiva do orador com os atingidos pelo Evento, sendo particularmente perceptível a presença de deputadas no púlpito a lamentar Eventos envolvendo mulheres e crianças.

Eventos com apelo de caráter ideológico tendem a agregar mais discursos de parlamentares ditos de esquerda, assim como, em relação àqueles em que se caracterizou a violência urbana comum, figuram com frequência deputados tidos como mais conservadores.

Especificando, geraram mais discursos os Eventos 18 (Dorothy Stang) e 33 (Massacre de Realengo), com 123 e 121 discursos, respectivamente, seguidos pelos Eventos 10 (Tim Lopes) e 23 (João Hélio), com 81 e 61, respectivamente. Observa-se que em relação a esses Eventos, a maioria dos discursos foi pronunciada no mês e até no dia de divulgação do fato. Daí em diante vão se reduzindo gradativamente, podendo haver ligeiro acréscimo quando do aniversário do Evento, por exemplo, ou em razão de desdobramentos processuais em relação aos acusados, como prisão, denúncia e julgamento.

Uma análise qualitativa permite verificar algumas características comuns aos Eventos que geraram mais discursos. A indignação demonstrada pelo parlamentar nem sempre é proporcional à suposta importância da vítima. Dessa forma, eventos com resultado morte, envolvendo mulher ou criança, tiveram maior apelo midiático. Os quatro Eventos mais comentados resultaram em morte, de mulher e crianças, o que tende a gerar maior indignação, também manifestada pelos parlamentares. A exceção quanto aos demais é a morte do jornalista Tim Lopes, mas eventos envolvendo jornalistas costumam gerar especial mobilização midiática,

em razão da celebrada liberdade de imprensa, então manietada pelo crime. Dos 33 Eventos constantes do banco de dados, três envolvem jornalistas.

Embora a maioria dos Eventos tenham resultado em morte, os não letais tiveram pouca repercussão nos discursos, caso dos Eventos 12 (Pedrinho), 20 (Repórter Portanova), 31 (Incesto no Maranhão) e 24 (Tortura em Goiânia).

A maior quantidade de discursos está relacionada, ainda, à circunstância de o personagem ser ou não pessoa conhecida do público, casos dos Eventos 10 (Tim Lopes) e 32 (Goleiro Bruno), este com 21 discursos.

Eventos envolvendo pessoas anônimas em geral tiveram pouca repercussão, mesmo com resultado morte, salvo se emulado por outra circunstância. É o caso dos eventos com menos de dez discursos: 15 (Meninos do RS), 16 (Parricídio), 17 (Mulher carbonizada), 19 (Ataques do PCC), 22 (Família queimada em SP), 24 (Tortura em Goiânia), 26 (Inglesa espartejada) e 30 (Maníaco de Luziânia). São exceções os Eventos 23 (João Hélio), 28 (Morro da Providência) e 33 (Massacre de Realengo). Entretanto, quanto às exceções alguns aspectos podem ter tido influência: o primeiro teve o apelo referente à diminuição da maioridade penal, pela participação de adolescentes; o segundo teve participação de integrantes do Exército, instituição que desfruta de altos índices de confiança popular; e o último envolveu suposta ligação do autor com a faceta assustadora do terrorismo.

Outra particularidade que parece potencializar os discursos é o envolvimento de pessoas da classe média, mesmo anônimas, como autores ou vítimas. É o caso dos Eventos 11 (Suzane von Richthofen), 14 (Liana e Felipe) e 25 (Isabella Nardoni).

De indiscutível apelo ideológico é o Evento 18 (Dorothy Stang), com 87 discursos de parlamentares de centro-esquerda (71%).⁶⁵ Mesmo excluindo os partidos de centro, conforme tipologia adotada (PMDB e PSDB), restam 70 discursos ideologicamente de esquerda.

Esses discursos apresentam outra característica que é a quantidade de oradores da Região Norte, 51 (41%), vez que envolve conflitos de disputa pela terra, comum na Região. Esse viés regional é comum ao Evento 10, com 26% de representantes do Rio de Janeiro; ao Evento 24, com 100% (quatro discursos da mesma deputada); e Evento 32, com 65% dos discursos (13 em 20) proferidos por deputados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Estados onde se desdobraram os fatos. É o mesmo percentual de oradoras, demonstrando que as parlamentares são mais afetadas por eventos que envolvam mulheres, caso de Eliza Samúdio, namorada as-

⁶⁵ Para a classificação dos partidos no espectro ideológico adotou-se a tipologia de Carreirão (2006).

sassinada do goleiro Bruno. O Evento 33 (Massacre de Realengo) também apresentou substancial quantidade de oradores fluminenses, 34 de 121 (28%).

Na Tabela 1 estão resumidos os dados quantitativos relativos aos 531 discursos, por mês, totais por ano e total geral em relação a cada Evento.

Tabela 1 - Discursos alusivos aos Eventos, proferidos de 2002 a 2013 na CD.⁶⁶

Nº	Evento	Meses e quantidades	Ano	Total parcial	Total geral
10	Tim Lopes	06=33; 08=2; 10=2; 11=1	2002	38	81
		03=2; 04=1; 05=1; 06=22; 09=1	2003	27	
		04=2; 05=1; 06=1; 09=1; 10=2	2004	7	
		03=1; 06=3	2005	4	
		05=1	2007	1	
		04=1	2011	1	
		06=1	2012	1	
		04=1; 05=1	2013	2	
11	Suzane von Richthofen	11=5	2002	5	11
		02=1; 05=1	2006	2	
		02=1; 03=1; 04=1; 05=1	2013	4	
12	Pedrinho	11=1	2002	1	2
		04=1	2006	1	
14	Liana e Felipe	11=7; 12=2	2003	9	20
		05=1; 10=1	2004	2	
		11=1	2006	1	
		02=3; 03=1; 05=1; 11=1	2007	6	
		05=1	2008	1	
		11=1	2013	1	
15	Meninos do RS	01=2	2004	2	2
16	Parricídio	07=1	2005	1	2
		02=1	2013	1	
17	Mulher carbonizada	06=1	2004	1	1
18	Dorothy Stang	02=47; 03=19; 04=3; 06=2; 08=1; 09=2; 12=4	2005	78	123
		02=1; 05=1	2006	2	
		02=2; 05=6; 12=1	2007	9	
		02=1; 05=16; 11=1; 12=1	2008	19	
		02=2; 04=4; 12=1	2009	7	
		04=3	2010	3	
		02=1; 5=1	2011	2	
		02=1; 03=1; 08=1	2012	3	
19	Ataques do PCC	05=13; 06=1; 07=3; 10=1; 11=1	2006	19	20
20	Repórter Portanova	10=1	2007	1	
22	Família queimada	08=1	2006	1	1
23	João Hélio	12=1	2006	1	61
		02=34; 03=12; 04=3; 05=1; 08=1; 09=1; 10=1	2007	53	
		02=1; 03=1; 04=1	2008	3	
		02=3; 03=1	2010	4	
24	Tortura em Goiânia	02=1	2011	1	4
		04=1; 05=1; 06=1; 07=1	2008	4	
25	Isabella Nardoni	04=6; 05=4; 06=4; 07=1; 10=1; 12=1	2008	17	22
		03=1	2009	1	
		04=1	2010	1	
		04=1; 05=	2011	2	
		06=1	2012	1	
26	Inglesa esquartejada	08=1; 09=1	2008	2	2
28	Morro da Providência	06=18; 07=1	2008	19	19
29	Eloá Pimentel	10=8; 11=1	2008	9	10
		03=1	2010	1	
30	Maníaco de Luziânia	04=5; 06=1	2010	6	6
31	Incesto no Maranhão	06=1	2010	1	1
32	Goleiro Bruno	07=9; 08=1; 11=2	2010	12	21
		02=1; 10=1; 11=4	2012	6	
		03=1; 04=1; 12=1	2013	3	
33	Massacre de Realengo	04=79; 05=8; 06=3; 07=4; 08=11; 09=2; 11=1	2011	108	121
		03=1; 04=1; 05=1; 10=1; 12=1	2012	5	
		03=2; 04=4; 06=1; 12=1	2013	8	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do módulo de discursos do Portal/CD.

⁶⁶ Os meses foram indicados no formato ‘mm’, isto é, com dois dígitos.

Na Tabela 2 dispõe-se a quantidade de discursos por ano segundo cada Evento e a totalização por Legislatura. Relembre-se que no caso da 51ª Legislatura apenas o ano de 2002 foi considerado, assim como, na 54ª, na qual constam apenas os três primeiros anos.

Tabela 2 – Quantidade de discursos por ano segundo os Eventos e por legislatura.

Legislatura	Ano	Nº	Evento	Quantidade por evento	Quantidade no ano	Quantidade na Legislatura
51ª	2002	10	Tim Lopes	38	44	44
		11	Suzane von Richthofen	5		
		12	Pedrinho	1		
52ª	2003	10	Tim Lopes	27	36	158
		14	Liana e Felipe	9		
	2004	10	Tim Lopes	7	12	
		14	Liana e Felipe	2		
		15	Meninos do RS	2		
		17	Mulher carbonizada	1		
	2005	10	Tim Lopes	4	83	
		16	Parricídio	1		
		18	Dorothy Stang	78		
	2006	11	Suzane von Richthofen	2	27	
		12	Pedrinho	1		
		14	Liana e Felipe	1		
		18	Dorothy Stang	2		
		19	Ataques do PCC	19		
20		Repórter Portanova	1			
	22	Família queimada em SP	1			
53ª	2007	10	Tim Lopes	1	70	180
		14	Liana e Felipe	6		
		18	Dorothy Stang	9		
		19	Ataques do PCC	1		
		23	João Hélio	53		
	2008	14	Liana e Felipe	1	74	
		18	Dorothy Stang	19		
		23	João Hélio	3		
		24	Tortura em Goiânia	4		
		25	Isabella Nardoni	17		
		26	Inglesa esquarterada	2		
		28	Morro da Providência	19		
		29	Eloá Pimentel	9		
	2009	18	Dorothy Stang	7	8	
			Isabella Nardoni	1		
	2010	18	Dorothy Stang	3	28	
		23	João Hélio	4		
25		Isabella Nardoni	1			
29		Eloá Pimentel	1			
30		Maníaco de Luziânia	6			
31		Incesto no Maranhão	1			
	32	Goleiro Bruno	12			
54ª	2011	10	Tim Lopes	1	114	149
		18	Dorothy Stang	2		
		23	João Hélio	1		
		25	Isabella Nardoni	2		
		33	Massacre de Realengo	108		
	2012	10	Tim Lopes	1	16	
		18	Dorothy Stang	3		
		25	Isabella Nardoni	1		
		32	Goleiro Bruno	6		
		33	Massacre de Realengo	5		
	2013	10	Tim Lopes	2	19	
		11	Suzane von Richthofen	4		
		14	Liana e Felipe	1		
		16	Parricídio	1		
32		Goleiro Bruno	3			
33		Massacre de Realengo	8			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do módulo de discursos do Portal/CD.

Não obstante as considerações volvidas, outras circunstâncias podem ter-se combinado para a apresentação do quadro descrito. Assim, o Evento 10 (Tim Lopes) ocorreu no último ano da legislatura, o que pode denotar interesse do parlamentar em reforçar a conexão eleitoral mediante verbalização de sua indignação contra a violência. Noutro contexto, o próprio Evento 10 teve vários discursos no primeiro ano da legislatura seguinte, assim como os Eventos 23 (João Hélio) e 33 (Massacre de Realengo), ocorridos no início do mandato, o que pode sugerir oportunidade de o parlamentar tomar posição acerca da temática da violência urbana.

Quanto à associação dos discursos às proposições, apenas num deles, de 19/11/2003, referente ao Evento 14 (Liana e Felipe), de autoria do Deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), foi verificada referência a proposição, sem nominá-la, entretanto, tratando-se do PDC 1474/2004, do Deputado Luiz Antonio Fleury (PTB/SP).

Do exposto é possível inferir que a divulgação midiática dos Eventos afeta de forma particularizada cada parlamentar, havendo vários fatores que podem emulá-lo a proferir um discurso. Dentre os fatores observados estão a circunstância de ser início ou final de legislatura, o grau de violência, o fato de os envolvidos serem famosos ou anônimos, de a vítima ser mulher ou criança, e de haver a presença do componente ideológico ou regional. Pode ser que outros fatores afetem o ânimo do parlamentar, mas por meio da metodologia adotada não foi possível detectá-los.

Observa-se a incidência preponderante, em cada ano, do Evento nele ocorrido. Assim, em 2002 destaca-se o Evento 10, cujo destaque, também em 2003, foi efeito de homenagem prestada à vítima por ocasião do aniversário do fato. Os números são impactados pelo Evento 18 em 2005, 19 em 2006, 23 em 2007, 32 em 2010 e 33 em 2011. A exceção é o ano de 2008, com razoável número de discursos relativos a três Eventos: 18, 25 e 28, os dois últimos ocorridos no ano. Apenas em 2009 não houve evento selecionado, razão da baixa incidência de discursos. Entretanto, alguns Eventos geram discursos por vários anos seguidos, que às vezes superam em número o Evento ocorrido no próprio ano. Infere-se, portanto, que pode ter havido algum viés na seleção dos eventos constantes do banco de dados selecionado. Presume-se que essa constatação não invalida, em princípio, os achados sob análise. Ficou demonstrada, portanto, a relação entre a quantidade de discursos pronunciados e a divulgação de eventos críticos, quantidade essa variável presumivelmente em função da repercussão de cada evento.

Resta verificar em que medida os discursos podem ser relacionados aos crimes hediondos. Para tanto foram computados quantos faz essa referência específica, vez que quase todos os Eventos podem ser enquadrados nessa categoria.

O Quadro 1 resume a quantidade de referências a crime hediondo em relação a cada Evento gerador de discursos.

Quadro 1 – Referências a crime hediondo nos discursos.

Evento	Total de discursos	Discursos com referência a crime hediondo	% sobre o total do evento	% sobre o total de referências (60)	% sobre o total de discursos (321)
10 – Tim Lopes	81	3	3,7	5,0	0,56
11 – Suzane von Richthofen	11	1	9,1	1,6	0,18
12 – Pedrinho	2	0	0	0	0
14 – Liana e Felipe	20	7	35,0	11,6	1,32
15 – Meninos do RS	2	1	50,0	1,6	0,18
16 – Parricídio	2	0	0	0	0
17 – Mulher carbonizada	1	1	100,0	1,6	0,18
18 – Dorothy Stang	123	12	9,8	20,0	2,26
19 – Ataques do PCC	20	1	5,0	1,6	0,18
20 – Repórter Portanova	1	0	0	0	0
22 – Família queimada em SP	1	1	100,0	1,6	0,18
23 – João Hélio	61	19	31,1	31,6	3,58
24 – Tortura em Goiânia	4	1	25,0	1,6	0,18
25 – Isabela Nardoni	22	2	9,1	3,3	0,38
26 – Inglesa esquartejada	2	0	0	0	0
28 – Providência	19	0	0	0	0
29 – Eloá Pimentel	10	1	10,0	1,6	0,18
30 – Maníaco de Luziânia	6	3	50,0	5,0	0,56
31 – Incesto no MA	1	0	0	0	0
32 – Goleiro Bruno	21	3	14,3	5,0	0,56
33 – Massacre de Realengo	121	4	3,3	6,6	0,75
Total	531	60	11,3	100	11,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do módulo de discursos do Portal/CD.

Em pouco mais de 11% dos discursos, portanto, houve referência a crime hediondo. Tendo em vista a disparidade dos percentuais, observa-se que os quatro Eventos que mais geraram discursos, 10 (Tim Lopes), 18 (Dorothy Stang), 23 (João Hélio) e 33 (Massacre de Realengo), representam 76% do total (406 de 531), com 81, 123, 61 e 121 discursos, respectivamente. As referências a crime hediondo foram três, doze, dezenove e quatro, correspondendo a 3,7%, 9,8%, 31,1% e 3,3%, respectivamente. Mais uma vez sobressai o Evento 23 (João Hélio), com mais de trinta por cento. Relativamente ao total de discursos, além dos Eventos 18 (2,26%) e 23 (3,58%), destaca-se o Evento 14 (Liana e Felipe), com 1,32% de todas as referências a crimes hediondos. Como característica comum, o envolvimento de adolescentes na condição de autores dos atos infracionais dos Eventos 14 e 23.⁶⁷ Se apenas em relação ao Evento 18 há um componente ideológico, nos três Eventos mencionados ocorreram mortes de mulher, crianças e/ou adolescentes. Como visto anteriormente, eventos com morte desses segmentos da população geraram volume maior de discursos, sendo que a alusão a crimes

⁶⁷ Na linguagem do ECA, ato infracional aplica-se a crianças e adolescentes, equivalendo a infração penal (crime ou contravenção), aplicável a imputáveis, isto é, maiores de dezoito anos.

hediondos, nesses casos, poderia representar quantidade meramente proporcional ao total respectivo.

Dessa forma, a alusão a crime hediondo seria circunstancial e, portanto, não sistemática, podendo ser efeito do forte sentimento de indignação que tais Eventos provocaram no ânimo dos indivíduos. Cuida-se, ainda, que a alusão possa ter sido conotativa, mesmo porque não se pode afirmar que todos os oradores possuíam a noção exata do que configura um crime hediondo e se o evento da vez era um deles.

A relação da reação parlamentar com os crimes hediondos está na circunstância de os Eventos selecionados consistirem em sua maioria absoluta, de crimes classificados nessa categoria. Embora nem sempre aludindo especificamente a ‘crimes hediondos’, ocorre que os parlamentares que reagem à sua notícia, verbalizam a indignação que a sociedade, por intermédio da mídia ou por ela estimulada, faz chegar ao conhecimento do parlamentar externando sua repulsa diante dos fatos. Nesses casos parece ficar evidente que os parlamentares aderem à visão da mídia e dela tiram proveito.

Pode-se especular, porém – e somente especular, frise-se –, que o baixo número de menções a crime hediondo nos demais Eventos profícuos na geração de discursos poderia ser explicada pela aceitação coletiva de que nos Eventos 10 e 33 ocorrera uma espécie de fatalidade. No primeiro, porque a vítima sabia que estava se expondo de forma perigosa. No segundo, porque a espécie de massacre perpetrada pelo autor é típica de pessoas psicóticas ou portadoras de graves transtornos mentais. Nos dois eventos, contudo, o personagem principal é ora vítima, ora autor, o que não induz a uma explicação racional, mesmo de conteúdo especulativo. Estaria o imaginário coletivo, inconscientemente, a repreender a atitude da vítima num caso e a compreender a conduta do autor no outro? Estas seriam ilações temerárias e, acima de tudo, de impossível comprovação no presente estudo.

Ressalte-se, por fim, que os deputados mais presentes nos discursos foram Roberto de Lucena (PV/SP), com vinte discursos; Chico Alencar (PSOL/RJ), com dezesseis; Íris de Araújo (PMDB/GO), com quinze; Zé Geraldo (PT/PA) e Luiz Couto (PT/PB), com sete; Alberto Fraga (PFL/DF) e Domingos Dutra (PT/MA), com seis. Note-se a forte presença dos parlamentares de esquerda. Ressalve-se, todavia, que no caso dos deputados Roberto de Lucena e Íris de Araújo, vários discursos tratavam do mesmo tema e foram pronunciados em dias próximos ou seguidos.

Dos deputados prolíficos mencionados, com exceção do Deputado Zé Geraldo, os demais integraram, durante seus mandatos, as Comissões afins com a temática, isto é, CSPCCO, CCJC, CDHM e CSSF. Ainda que como suplente os Deputados Chico Alencar e Luiz Couto

estavam no terceiro mandato consecutivo na 54ª Legislatura. Contavam com três mandatos, também, os Deputados Domingos Dutra (50ª/53ª/54ª) e Alberto Fraga (51ª/52ª/53ª), estando a Deputada Íris de Araújo no segundo mandato (53ª/54ª) e o Deputado Roberto de Lucena no primeiro (54ª). Observa-se, igualmente, tratando a totalidade dos Eventos da temática atinente à violência, a presença robusta de deputados integrantes dessas Comissões.

5.2 Análise das proposições

Como visto, do total do *corpus* constituído pelas 367 proposições elencadas pela pesquisa no Sileg segundo os argumentos utilizados, a maioria se constitui de PL (338), havendo, ainda, 15 PEC, 7 PDC, 6 PLP e 1 PRC. A quantidade de proposições foi reduzida, entretanto, tendo em vista a delimitação temporal da pesquisa. Nesse caso, foram consideradas apenas as apresentadas no período considerado (2002 a 2013), além daquelas que, embora apresentadas anteriormente, estavam tramitando no início de 2002. Dessa redução resultou um total de 284 proposições, sendo 261 PL, 12 PEC, 5 PDC, 5 PLP e 1 PRC.

Essas 284 proposições foram distribuídas conforme Apêndice D, que configurará doravante a amostra da pesquisa, sendo as proposições selecionadas adotadas como unidades de análise principais.

Das proposições em tramitação há três oriundas da 49ª Legislatura (duas de 1992 e uma de 1993) e nove da 50ª (duas de 1995, quatro de 1996, uma de 1997 e duas de 1998). Isso ocorreu porque das onze proposições pertinentes ao tema apresentadas na 48ª Legislatura, em 1989 e 1990, apenas duas a ultrapassaram, sendo arquivadas em 1991 e 1992, ainda na 49ª. O PL 5405/1990, que originou a LCH tramitou apenas durante três meses, de maio a julho. Na 49ª Legislatura foram apresentadas 29 proposições, das quais 8 foram arquivadas na mesma legislatura, 17 na seguinte e 1 em 1999. Das 37 proposições apresentadas na 50ª Legislatura, 18 foram arquivadas na mesma e 10 na seguinte. Das 73 apresentadas na 51ª Legislatura, apenas 6 foram arquivadas até 2001. O volume da amostra torna-se expressivo, portanto, apenas a partir dessa Legislatura (51ª), precisamente com as 24 proposições de 1999 ainda em tramitação em 2002, início do período em que são analisadas.

Conforme tipologia anteriormente mencionada, as proposições foram classificadas em autônomas e acessórias, estando estas apensadas e subapensadas às principais (autônomas).

A Tabela 3 quantifica os projetos de lei (PL) quanto ao período de apresentação, origem, forma de apreciação, regime de tramitação e situação. As demais espécies de proposição, todas com origem na Câmara dos Deputados, estão resumidas na Tabela 4.

No tocante à origem, verifica-se a preponderância dos projetos oriundos da Câmara dos Deputados, assim como a forma de apreciação pelo Plenário.⁶⁸

Tabela 3 – Projetos de lei sobre crimes hediondos em tramitação de 2002 a 2013 na CD.

Legis- latura	Ano	Origem				Forma de apreciação		Regime de tramitação				Situação			Aces- sória
		CD	SF	PE	Total	Plen	Com	Urg	Esp	Pri	Ord	Arq	Tra	TNJ	
49ª	1992	1	1	-	2	2	-	1	-	-	1	-	2	-	
	1993	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-
50ª	1995	1	-	1	2	2	-	-	-	1	1	1	1	-	-
	1996	2	-	-	2	2	-	1	-	1	-	2	-	-	-
	1997	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1
	1998	2	-	-	2	2	-	-	-	-	2	1	1	-	-
51ª	1999	22	-	-	22	20	2	6	-	3	13	13	4	-	5
	2000	12	-	-	12	12	-	4	-	5	3	9	-	-	3
	2001	8	-	1	9	9	-	4	-	-	5	7	-	1	1
	2002	16	3	2	21	21	-	7	2	5	7	16	3	-	2
52ª	2003	32	-	-	32	31	1	5	-	9	18	23	3	-	6
	2004	15	-	-	15	13	1	2	-	5	7	7 ⁶⁹	1	-	7
	2005	15	1	-	16	16	-	5	-	7	4	10	1	1	4
	2006	9	1	1	11	10	1	1	-	4	6	7	-	1	3
53ª	2007	36	1	-	37	34	1	3	-	10	22	15 ⁷⁰	7	-	15
	2008	7	1	-	8	8	-	-	-	4	4	2	1	-	5
	2009	9	3	1	13	13	-	2	-	4	7	6	4	-	3
	2010	7	1	-	8	8	-	2	-	2	4	5	1	-	2
54ª	2011	19	1	-	20	16	2	4		8	6	6	5	1	8
	2012	8	-	-	8	8	-	2	-	4	2	1	-	-	7
	2013	17	2	-	19	18	1	1	-	8	10	-	8	-	11
Totais parciais		240	15	6	261	248	9	50	2	81	123	131	43	4	83
Totais por categorias		261				257		256				261			

Legenda: CD – Câmara dos Deputados; SF – Senado Federal; PE – Poder Executivo; Plen – Plenário; Com – Comissões; Urg – Urgente; Esp – Especial; Pri – Prioridade; Ord – Ordinária; Arq – Arquivada; Tra – Tramitando; TNJ – Transformada em norma jurídica. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Quanto ao regime de tramitação a maioria tramita de forma ordinária, seguido pela prioritária e pela urgente, nos termos das disposições regimentais a respeito (art. 151 do RICD). Esse último regime pressupõe, porém, a solicitação do Poder Executivo para projetos de sua autoria ou o esforço de líderes dos partidos visando a dar andamento célere a determinada proposição. Com efeito, dos seis projetos oriundos do Poder Executivo, foi solicitada urgência para três deles: 4208/2001, 6113/2002 (mas não o 6114/2002, apresentado na mesma data) e 6793/2006. O protagonismo do Poder Executivo na apresentação de proposições, a celeridade da tramitação de suas propostas e a facilidade com que são transformadas em normas jurídicas foram antevistas nos estudos de Limongi (s/d). O mesmo fenômeno foi obser-

⁶⁸ Embora conste como PL 8077/2011 MESA no Sileg, o mesmo aplicativo consigna como autores dessa proposição os Deputados Robson Tuma (DEM/SP) e Eduardo da Fonte (PP/PE).

⁶⁹ Considerado arquivado o PL 4458/2004, devolvido ao autor.

⁷⁰ Considerados arquivados os PL 189/2007, devolvido ao autor, e 1529/2007, transformado no PLP 87/2007.

vado por Carneiro, Mignozetti e Moreira (2011), que analisaram especificamente proposições sobre segurança pública, além de outros autores.

Praticamente metade dos PL autônomos foi arquivada (131). Computando autônomos e acessórios, 56 foram arquivados definitivamente por término de legislatura, 13 em 2003, 24 em 2007 e 19 em 2011. Os demais foram por prejudicialidade, principalmente (60), quando, apensados, seguiram o destino do principal, seja por aprovação ou rejeição. Da outra metade dos PL autônomos há, portanto, 43 tramitando sobre o tema, além de outros 83 apensados, ou seja, quase o dobro, o que dá uma média de 1,9 projeto apensado para cada autônomo. No período considerado (2002 a 2013) apenas quatro PL foram transformados em norma jurídica: os PL 4208/2001, 4850/2005, 6793/2006 e 2458/2011, que geraram a Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011, as mencionadas Lei n. 12.015/2009 e 11.464/2007 e a Lei n. 12.654, de 28 de maio de 2012, respectivamente.

A Lei n. 12.403/2011, “altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências”, dispondo sobre inafiançabilidade do crime hediondo. A Lei n. 12.015/2009, como visto anteriormente, “altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores”. A Lei n. 11.464/2007, “dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal”. A Lei n. 12.654/2012, “altera as Leis nºs 12.037, de 1º de outubro de 2009, e 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências”, submetendo os condenados por crime hediondo ao procedimento.

Observe-se que dos projetos mencionados, o primeiro e o terceiro são oriundos do Poder Executivo e os demais do Senado, o que pode sugerir certa deferência da Câmara baixa por atender os interesses do Executivo e dar andamento às proposições já filtradas pelo Senado. A tese do presidencialismo de coalizão (MOISÉS, 2011) pode, enfim, explicar o fenômeno, vez que a passagem de uma proposição tem incrementada a probabilidade de contar com apoio das bases de sustentação do governo. No caso de proposição iniciada no Senado, poderia ter havido providencial apropriação do Poder Executivo da ideia de algum aliado que a tenha apresentado. Essa hipótese é factível, vez que as acomodações de interesses na Câmara alta tendem a ser facilitadas até mesmo pelo menor número de parlamentares envolvidos. As-

sim, por exemplo, o PL 4850/2005 foi apresentado pela CPMI da Exploração Sexual, cuja relatora era a Deputada Maria do Rosário (PT/RS), do partido do governo. A autoria do PL 2458/2011 é do Senador Ciro Nogueira (PP/PI), cujo partido integra a base governista.

Das 23 proposições analisadas que não sejam PL, quase metade são PEC, que intentam principalmente alterar o regime de penas e a idade mínima para a imputabilidade penal. Quase todos os PDC propõem a realização de referendo para autorizar o agravamento de penas, como a de morte para os crimes hediondos, consistindo o que se categorizou como proposições conexas. Verifica-se, não obstante, que nenhuma logrou ser transformada em norma jurídica.

Tabela 4 – Outras proposições sobre crimes hediondos em tramitação de 2002 a 2013 na CD.

Legis- latura	Ano	Espécie				Forma de apreciação		Regime de tramitação				Situação			
		PEC	PDC	PLP	PRC	Plen	Com	Urg	Esp	Pri	Ord	Principal			Aces- sória
50ª	1996	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1
51ª	1999	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	-
	2002	-	1*	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
52ª	2004	1	1*	1	-	2	-	1	1	-	-	3	-	-	-
	2005	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	2006	2	-	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	-
53ª	2007	-	1*	1	-	1	-	-	-	1	-	1	1	-	-
	2008	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-
	2009	2	-	2	-	4	-	2	2	-	-	1	1	-	2
	2010	-	1*	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
54ª	2011	1	-	-	1	2	-	1	1	-	-	1	1	-	-
	2012	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-
	2013	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Totais parciais		12	5	5	1	19	-	4	12	2	1	14	5	-	4
Total por categorias		23				19		19				23			

* Não classificado por ter sido devolvido ao autor.

Legenda: PEC – Proposta de Emenda à Constituição; PDC – Projeto de Decreto Legislativo; PLP – Projeto de Lei Complementar; PRC – Projeto de Resolução da Câmara; Plen – Plenário; Com – Comissões; Urg – Urgente; Esp – Especial; Pri – Prioridade; Ord – Ordinária; Arq – Arquivada; Tra – Tramitando; TNJ – Transformada em norma jurídica. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Para efeito de apreensão quantitativa da variedade do objeto das proposições, buscou-se categorizá-las em assuntos abrangentes. Desta forma, criaram-se as seguintes categorias: novas tipificações (T), restrições processuais (R), exasperação de penas, agravantes e qualificadoras (E), medidas benéficas ou protetivas – em relação ao autor e à vítima ou testemunhas, respectivamente – (B), normas integradoras (I) e assuntos conexos (C). A categorização de cada proposição individualmente consta do Apêndice D.

A Tabela 5, na página seguinte, demonstra a quantidade de cada categoria, por tipo de proposição e ano de apresentação.

Tabela 5 – Natureza dos projetos de lei sobre crimes hediondos em tramitação de 2002 a 2013 na CD.

Ano	Tipificadora	Restritiva	Exasperante	Benéfica	Integradora	Conexa	Total
1992	1	1	-	-	-	-	2
1993	-	1	-	-	-	-	1
1995	1	1	-	-	-	-	2
1996	-	1	1	-	-	-	2
1997	-	-	-	1	-	-	1
1998	2	-	-	-	-	-	2
1999	8	10	2	2	-	-	22
2000	6	3	3	-	-	-	12
2001	4	4	-	-	-	1	9
2002	9	8	2	-	1	1	21
2003	20	9	1	-	1	1	32
2004	8	7	-	-	-	-	15
2005	9	5	-	1	1	-	16
2006	3	6	-	-	1	1	11
2007	19	16	1	-	-	1	37
2008	3	5	-	-	-	-	8
2009	9	2	-	1	1	-	13
2010	3	3	2	-	-	-	8
2011	11	7	-	-	-	2	20
2012	6	1	1	-	-	-	8
2013	11	4	1	2	-	1	19
Totais	133	94	14	7	5	8	261

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Observa-se, portanto, que mais da metade dos PL pretendem incluir novos tipos penais como crimes hediondos. Entretanto, muitas dessas proposições têm conteúdo semelhante, de sorte que não sendo poucas as condutas que se querem transformar em hediondas, várias delas possuem conteúdo similar. Assim, cerca de vinte projetos tratam da tipificação de delitos sexuais; uma dezena sobre aborto e eutanásia; outro tanto sobre homicídios contra agentes de segurança pública; pouco menos sobre concussão e corrupção, crimes contra a Administração Pública, redução a condição análoga à de escravo, e adulteração de alimentos e medicamentos. Entre quatro e cinco proposições buscam tipificar tráfico de órgãos, homicídio na direção de veículo automotor sob efeito de narcótico, sequestro relâmpago, e roubo, dentre outros, assim como equiparar aos hediondos os crimes militares congêneres. Dentre as proposições de natureza restritiva e exasperadora, cerca de vinte também tratam da temática menorista, várias aumentando o tempo de internação ou reduzindo a idade para imputabilidade. Outros temas de natureza restritiva ocupam menos proposições, como inaplicabilidade de benefícios aos condenados por crime hediondo, especialmente no caso de progressão de regime, prisão especial, suspensão condicional da pena (*sursis*) e liberdade provisória. Imprescritibilidade, inafiançabilidade e inelegibilidade, dentre outros assuntos menos frequentes, completam o quadro. Não foi elaborada uma tabulação precisa em razão de a mesma proposição poder ser classificada em várias categorias ou tratar de multifários temas.

Somando-se os aplicáveis a imputáveis e adolescentes, considerável número de PL propõe medidas restritivas, especialmente de caráter processual, incluindo as relativas ao processo de execução. Apenas três PL tratam de restrições durante a investigação (1157/1995,

1820/1996 e 432/2007). Residualmente, os de natureza exasperante propõem o aumento de penas para condutas já classificadas como hediondas. Ressalte-se a ínfima quantidade de PL que propõem alguma medida benéfica aos acusados, nas quais estão incluídas aquelas voltadas igualmente para vítimas e testemunhas. Esse viés indica a prevalência da resposta à demanda com vetor punitivo. Os PL de natureza integradora buscam, por exemplo, equiparar os crimes militares congêneres aos comuns em crimes hediondos. Por fim, os de natureza conexa foram considerados apenas por abordarem de forma tangencial o tema dos crimes hediondos, podendo ser considerados o fenômeno de falso-positivo na geração do resultado.

Quanto às demais proposições, todos os PDC e o PRC foram classificados como de natureza conexa. Os PLP têm caráter restritivo, salvo um, conexo. As PEC apresentam maior variedade quanto à natureza, sendo sete restritivas, quatro conexas e uma tipificadora.

Não foi observado, porém, qualquer padrão de apresentação de proposições de natureza semelhante ao longo dos anos e das legislaturas.

A Tabela 6 resume a quantidade de proposições tramitando no início da legislatura, as apresentadas e arquivadas durante a legislatura e as transferidas para a legislatura seguinte, aí consideradas as que foram desarquivadas.

Tabela 6 – Proposições em tramitação, apresentadas, aprovadas, arquivadas e transferidas em cada ano e legislatura.

Legislatura	Ano	Tramitando (+)	Apresentadas (+)	Aprovadas na CD ⁷¹ (-)	Arquivadas (-)	Transferidas
51 ^a	2002	57	22	-	3	76
	2003	76	32	1	21	86
52 ^a	2004	86	18	-	19	85
	2005	85	17	-	3	99
	2006	99	13	-	0	112
	Subtotal	76	80	1	43	112
	2007	112	39	1	39	111
53 ^a	2008	111	9	-	4	116
	2009	116	17	1	7	125
	2010	125	9	-	5	129
	Subtotal	112	74	2	55	129
	2011	129	22	1	23	127
54 ^a	2012	127	9	2	24	110
	2013	110	20	-	1	129
	Subtotal	129	51	3	48	129
	Total	-	227	6	149	-

Subtotais de cada legislatura negritados. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Observa-se apenas ligeiro incremento nas proposições em tramitação no início de cada ano, ressalvadas algumas exceções, o que pode representar o fenômeno da não-decisão, ou seja, as proposições se acumulam mas não são apreciadas.

Há um padrão de apresentação de maior número de proposições no primeiro ano de cada legislatura, decaindo nos demais, salvo ligeiro incremento, menor que o anterior, entretanto, no último ano da legislatura. Esse padrão, verificado para as proposições que tratam dos

⁷¹ Inclui as posteriormente transformadas em norma jurídica e exclui as prejudicadas pela aprovação da principal.

crimes hediondos tende a se repetir quanto às demais proposições de caráter repressivo e à totalidade, conforme observação empírica.

A média de apresentação anual foi de 18,9 proposições para um total de 227. A média por legislatura atinge 56,75 considerando as quatro, mas sobe a 77 se consideradas as duas completas (52ª e 53ª). Aprovou-se na Câmara dos Deputados um PL na 52ª Legislatura, dois na 53ª e três na 54ª.⁷² Esse incremento anual pode denotar algum progresso na tramitação de matérias acumuladas. Arquivaram-se 12,4 proposições em média durante os doze anos de estudo, num total de 149, o que corresponde a 65,6% das apresentadas. É relevante notar o baixo número de arquivamentos nos dois últimos anos da legislatura (2002, 2005/2006, 2009/2010 e 2013) em comparação com o grande número de arquivamentos que ocorrem sistematicamente no primeiro ano da legislatura (2003, 2007 e 2011), por disposição regimental. Fugiu a esse padrão o ano de 2012, o que pode mais uma vez indicar progresso na apreciação das proposições. Houve incremento de 47% nas proposições transferidas da 52ª para a 53ª Legislaturas e de apenas 15% da 53ª para a 54ª, o que pode configurar, novamente, maior produtividade dos deputados.

A fim de verificar se as proposições apresentadas o foram logo após cada Evento ou diluídas durante o ano, foi comparada a quantidade apresentada em cada trimestre e até três meses após cada Evento. O período de três meses foi definido aleatoriamente, pois poderia ser qualquer um, desde que iguais nos dois lados da equação. Entretanto, período muito extenso poderia excluir o viés de influência, tendo em vista o próprio tempo de repercussão imediata de cada Evento, que raramente ultrapassa dois ou três meses, conforme análise dos discursos (Tabela 1). O período adotado levou em conta os recessos parlamentares, que atinge quarenta dias, no final do ano, assim como o próprio processo de eleição da Mesa Diretora e composição das Comissões, que pode transcorrer durante todo o mês de fevereiro.

Assim, foi elaborada a Tabela 7, apresentada na próxima página, que compara a apresentação de proposições por trimestre, em cada ano, com a apresentação no mês de cada Evento e até o terceiro mês seguinte, salvo se houver Evento em algum desses meses, quando as proposições são tabuladas em relação a esse Evento. Foram computadas as apresentações em relação ao mês em que ocorreu o Evento, independentemente da data, mesmo porque nem todos possuem data definida.

⁷² Dos aprovados na Câmara apenas os PL 4208/2001, 4850/2005, 6793/2006 e 2458/2011, foram transformados em norma jurídica, gerando as Leis n. 12.403/2011, 12.015/2009, 11.464/2007 e 12.654/2012, respectivamente.

Tabela 7 – Comparação das proposições apresentadas em cada trimestre e até três meses após cada Evento.

Ano		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
Trimes- tre	1º	7	10	3	5	5	18	1	3	1	6	3	3	65	28,6
	2º	9	12	4	3	4	7	5	3	4	5	0	7	63	27,8
	3º	3	6	3	6	3	7	3	6	0	4	2	7	50	22,0
	4º	3	4	8	3	1	7	0	5	4	7	4	3	49	21,6
Subtotal 1		22	32	18	17	13	39	9	17	9	22	9	20	227	100,0
Eventos	10	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3,33
	11	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3,33
	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	13	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	22,22
	14	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4,44
	15	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00
	16	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5,55
	17	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6,66
	18	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6,66
	19	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	3,33
	20	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1,11
	21	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1,11
	22	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1,11
	23	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	18	20,00
	24	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4	4,44
	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	27	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	2,22
	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	26	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	3,33
	29	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	0	0,00
	30	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4	4,44
	31	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	0	0,00
	32	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	0	0,00
	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	6	6,66
Subtotal 2		6	24	11	6	6	18	9	0	4	6	0	0	90	100,00
% sobre subtotal 1		27	75	61	35	46	46	100	0	44	27	0	0	40	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

A média de proposições apresentadas foi ligeiramente superada em 2002, 2011 e 2013, e mais pronunciadamente em 2003 e 2007. Esses dois últimos anos coincidem com os quantitativos que estão fora da curva de normalidade, ou seja, primeiro e segundo trimestre de 2003 e primeiro de 2007. Ao longo dos trimestres, há uma tendência, não observável em todos os anos, portanto, de o total decrescer durante o ano.

Quanto aos eventos, a maior quantidade de proposições apresentadas ocorreu logo após os Eventos 13 (Cirurgião e amante) e 23 (João Hélio). O Evento 13 sequer gerou discursos, enquanto o Evento 23 obteve a terceira maior concentração. Assim, se a divulgação midiática poderia explicar o volume de proposições apresentadas após o Evento 23, não o explicaria em relação ao Evento 13, cuja causa, então, estaria vinculada a circunstância não detectada ou a outras circunstâncias em conjunto, não se podendo afirmar quais sejam e qual delas tivera caráter preponderante. Mesmo nos anos de 2003 e 2007, há variação percentual considerável dentre as proposições apresentadas com viés de possível influência da mídia em relação ao total, isto é, 75% no primeiro caso e 46% no segundo. Saliente-se a razão do maior percentual (75%) após o primeiro Evento, considerado atípico (13) em relação ao segundo (46%), da ordem de 63%, cuja eventual repercussão na geração de proposições não foi possível explicar.

Em 2008 todas as proposições apresentadas estão incluídas no período ‘de influência’, conforme critério adotado. Vários Eventos, contudo, ocorreram dispersamente durante o ano, isto é, Eventos 24 e 25 em março, 27 e 28 em junho, 26 em julho e 29 em outubro, meses de maior intensidade legislativa, salvo o de julho.⁷³ Das proposições apresentadas, porém, nenhuma foi nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro, sabendo-se que o Evento 29 (Eloá Pimentel) teve considerável repercussão na mídia.

As proposições arquivadas a cada ano tendem a se reduzir ao longo da legislatura. Entretanto, tais padrões parecem ser sazonais e sofrer influência de outros fatores que não a agenda midiática. Embora seja temerário generalizar esses achados pertinentes às proposições sobre crimes hediondos em relação às demais, os fenômenos observados poderiam ser creditados principalmente à produtividade dos novos deputados, no primeiro ano, assim como à influência do ano eleitoral, no último, fatores que então legitimariam a extrapolação dos resultados para as proposições em geral.

No tocante à autoria das proposições, é bastante variada, destacando-se os Deputados Alberto Fraga (PMDB/DF), com oito proposições⁷⁴; Enio Bacci (PDT/RS), com sete; Luiz Antonio Fleury (PTB/SP) e Keiko Ota (PSB/SP), com cinco; José Divino (PMDB/RJ), José Carlos Coutinho (PFL/RJ), Laerte Bessa (PMDB/DF) e Jair Bolsonaro (PP/RJ), com quatro; e Cunha Bueno (PPB/SP), André Luiz (PMDB/RJ), Capitão Wayne (PSDB/GO), Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ), Capitão Assunção (PSB/ES), Dimas Ramalho (PPS/SP), Fernando Francischini (PSDB/PR) e Vital do Rêgo (PMDB/PB), com três. Saliente-se que dos mais profícuos mencionados, quase todos integravam a CSPCCO. Percebe-se, também, talvez pela própria origem desses parlamentares, que a maioria pertence a partidos tidos como de centro ou de direita, conforme a tipologia de Carreirão (2006). Essas duas características evidenciam o caráter conservador das demandas e das respectivas respostas no tocante à apresentação de proposições relativas a crimes hediondos.

É relevante apontar que dos principais autores, três são oriundos da polícia militar (Fraga, Wayne e Assunção), dois foram delegados de polícia (Bessa e Francischini), dois advogados (Bacci e Rêgo), um promotor de Justiça (Biscaia) e um procurador de Justiça (Ramalho), todos ligados ao segmento legal repressivo. Há, ainda, um deputado oriundo do Exército Brasileiro (Bolsonaro), de perfil confessadamente conservador; a única deputada, com histórico familiar de violência que a motivou a seguir a carreira parlamentar (Ota); além de um radialista (Divino), que supostamente representariam protótipos do empreendedor moral.

⁷³ No banco de dados de Eventos há essa inversão de datas, que foi respeitada no presente trabalho.

⁷⁴ Consignou-se o partido ao qual o parlamentar era filiado quando da apresentação da última proposição.

A amostra é suficiente para demonstrar que a experiência profissional é relevante tanto para a composição das Comissões afins com a temática, quanto para o protagonismo das ações parlamentares atinentes à legislação de cunho repressor.

Alerte-se, todavia, que as proposições analisadas são as afeitas à temática dos crimes hediondos, o que não ilide a possibilidade de os Eventos terem suscitado a apresentação de outras proposições voltadas para o controle social estrito, no âmbito da legislação penal e processual penal, o que não foi objeto inicial da pesquisa.

Entretanto, para efeito de aquilatar a possível frequência residual das proposições sobre crimes hediondos, haja vista se caráter mais repressivo, foi compilada a quantidade de proposições em geral cuja apresentação possa ter sido motivada pelos Eventos. A Tabela 8, na página seguinte, apresenta esses números, sendo que as proposições não foram objeto de outras análises.

Tabela 8 – Proposições relacionadas aos Eventos apresentadas na CD no período 2002/2013.

Legis- latura	Ano	Evento	Proposições						Total
			PL		PEC	PDC	PLP	PRC	
			Hedi- ondos	Outros					
51ª	2002	10-Tim Lopes	-	-	-	-	-	1	2
		11-Suzaene von Richthofen	-	1	-	-	-	-	
52ª	2003	10- Tim Lopes	-	2	-	-	-	-	6
		11- Suzaene von Richthofen	-	1	-	-	-	-	
		12- Pedrinho	-	2	-	-	-	-	
		19- Ataques do PCC	-	-	-	-	-	1	
	2004	10- Tim Lopes	-	1	-	-	-	-	4
		12-Pedrinho	-	1	-	-	-	-	
		14-Liana e Felipe	-	-	1	1	-	-	
	2005	11- Suzane von Richthofen	1	1	-	-	-	-	5
		12- Pedrinho	-	1	-	-	-	-	
		18-Dorothy Stang	-	-	-	-	-	2	
	2006	19- Ataques do PCC	2	10	-	-	-	-	12
	53ª	2007	10- Tim Lopes	-	1	-	-	-	-
11- Suzane von Richthofen			-	1	-	-	-	-	
12- Pedrinho			-	1	-	-	-	-	
19-Ataques do PCC			2	2	1	-	-	-	
23-João Hélio			2	2	1	-	-	-	
2008		18- Dorothy Stang	-	-	-	1	-	-	4
		19- Ataques do PCC	-	1	-	-	-	-	
		23- João Hélio	-	1	-	-	-	1	
2009		11- Suzane von Richthofen	-	1	-	-	-	-	5
		18- Dorothy Stang	-	1	-	-	-	-	
		19- Ataques do PCC	-	1	-	-	-	-	
		27-Engenheira desaparecida	-	1	-	-	-	-	
		29-Eloá Pimentel	-	1	-	-	-	-	
2010		19- Ataques do PCC	-	-	1	-	-	-	2
		29- Eloá Pimentel	-	1	-	-	-	-	
54ª	2011	12- Pedrinho	-	1	-	-	-	-	19
		14- Liana e Felipe	-	-	-	1	-	-	
		19- Ataques do PCC	1	1	-	-	1	-	
		23- João Hélio	-	1	-	2	-	-	
		33-Massacre do Realengo	-	11	-	-	-	-	
		12- Pedrinho	-	1	-	-	-	-	
	14- Liana e Felipe	-	-	1	-	-	-		
	19- Ataques do PCC	-	1	-	-	-	-		
	23- João Hélio	-	-	1	-	-	-		
	27-Engenheira desaparecida	1	-	-	-	-	-		
	29- Eloá Pimentel	-	2	-	-	-	-		
	2013	14- Liana e Felipe	-	-	-	2	-	-	4
		32-Goleiro Bruno	1	-	-	-	-	-	
33- Massacre do Realengo		-	1	-	-	-	-		
Total			10	54	6	7	1	5	83

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

A maior quantidade de PL se justifica por ser esse o tipo de proposição mais comum na via ordinária tendente a alterar o ordenamento jurídico de caráter repressivo. O Evento que apresentou efeito mais persistente é o 14 (Liana e Felipe), ocorrido em outubro de 2003, com proposições apresentadas até 2013, dez anos depois. O apelo preponderante, nesse caso, pode ter sido o fato de os sequestradores e assassinos serem adolescentes à época, vez que boa parte das proposições pretendem reduzir a maioria penal. Geraram proposições tratando de crimes hediondos os Eventos 11, 19 (cinco), 23 (dois), 27 e 32. Assim, Eventos que se destacaram no número de discursos como, por exemplo, o 18 (Dorothy Stang) e o 33 (Massacre de Realengo), não geraram qualquer proposição no tocante a crime hediondo, embora se tratassem de crimes dessa espécie. Pode ser que no caso do último Evento isso tenha ocorrido em 2014 – ano excluído da análise – ou ainda venha a ocorrer, dada a relativa recentidade do fato, que teve grande repercussão na mídia e no proferimento de discursos, subunidade de análise em estudo.

Outra análise é procedida quanto ao total de proposições geradas por Evento, objeto da Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 – Proposições geradas pelos Eventos.

Legislatura	51 ^a	52 ^a					53 ^a				54 ^a			Total
Evento/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013		
10	1	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	5
11	1	1	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	6
12	-	2	1	1	-	1	-	-	-	1	1	-	-	7
14	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	6
18	-	-	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	4
19	-	1	-	-	12	5	1	1	1	3	1	-	25	
23	-	-	-	-	-	5	2	-	-	3	1	-	11	
27	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2	
29	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	-	4	
32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	1	12	
Total	2	6	4	5	12	13	4	5	2	19	7	4	83	
Total por Legislatura	2	27					24				30			-

Eventos e totais expressivos negritados e sublinhados. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Verifica-se que dos 24 Eventos selecionados de um total de 33, apenas 11 exerceram motivação direta para apresentação de proposições. O Evento mais profícuo foi o 19 (Ataques do PCC), com 25 proposições no total (30%), sendo 12 (14%) apenas em 2006, ano de sua ocorrência. Essa circunstância pode ter havido em decorrência do chamado pânico moral, que teria afetado igualmente a sociedade e os parlamentares, em razão da indiscriminada onda de ataques que aconteceu naquele ano, sabidamente desencadeada de dentro dos presídios por integrantes do PCC. Por conta das doze proposições mencionadas, o ano de 2006 apresentou a terceira maior incidência dessa relação entre Eventos e proposições. A segunda ocorreu em 2007, com treze proposições, para o qual contribuíram cinco referentes ainda ao Evento 19 e

cinco relativos ao Evento 23 (João Hélio). No total esse Evento foi o segundo mais presente. A maior incidência, entretanto, teve lugar no ano de 2011, quando, além de três proposições de cada um dos Eventos anteriores (19 e 23), foram apresentadas onze relativas ao Evento 33 (Realengo), no mesmo ano em que se passou, tornando-o o segundo Evento mais frequente na geração de proposições. No total por Legislatura, percebe-se expressivo incremento na 54^a, ainda não computada as proposições de 2014 – não-escopo da pesquisa –, quantidade para a qual contribuiu em grande parte as proposições referentes ao Evento 33, que se deu na mesma Legislatura.

Quanto aos crimes hediondos supõe-se regular sua menor incidência, dentre a multifária tipificação penal e complexa regulação processual penal, tornando, portando, residual a inovação legislativa no tocante a esses crimes.

Da análise supra restou evidente que os Eventos tiveram importante influência na apresentação de proposições de caráter repressivo, não tendo sido analisado o total obtido em relação ao total de proposições apresentadas. Restou assente, também, que dado o recorte temático adotado, a influência dos Eventos sobre proposições sobre crimes hediondos é residual devido à especificidade da temática criminal sob análise.

5.2.1 Fluxograma de tramitação das proposições

Os Apêndices A, B e C contêm a relação das proposições tramitadas no período, por ordem de apresentação, divididas em três grupos, correspondendo aos períodos de 2002 a 2005, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2013, respectivamente. Destarte, em cada grupo há o primeiro ano de uma legislatura (2002, 2006 e 2010) e três da legislatura seguinte. Esse formato, de fluxogramas em planilhas, permitiu acomodar em cada apêndice quatro dos doze anos do período sob análise, assim como possibilitar o vislumbre de alguma mudança de rumo de uma legislatura para a seguinte. Fenômeno facilmente observável é a quantidade de proposições arquivadas no início de cada legislatura (2003, 2007 e 2011), no período destacado em vermelho, a maioria das quais podem ser desarquivadas até seis meses depois, conforme permissivo contido no art. 105 do RICD.⁷⁵ Obviamente as proposições arquivadas definitivamente em cada período não são repetidas nos seguintes.

A numeração das proposições é sequencial, por tipo, dentro de cada Legislatura. Assim é que numerações próximas podem referir-se a anos distintos, havendo mesmo numerações idênticas como as dos PL 831 de 1999 e 2003; 925, de 1999 e 2007; 5242, de 2001 e

⁷⁵ Proposição sem qualquer parecer ou com parecer contrário de Comissão está sujeita a arquivamento no final da legislatura, conforme art. 105 do RICD, ressalvada as exceções ali previstas, podendo ser desarquivada em 180 dias mediante requerimento do autor.

2013; 1368, de 2003 e 2007; 4850, de 2005 e 2009; assim como o PL 302/2003 e a PEC 302/2013. Em pelo menos um PL (8077/2011) foi observada a numeração não sequencial vez que apresentada em 27/01/2011, no decorrer da 53ª Legislatura, portanto. Ocorre que a proposição foi arquivada em 22/03/2011, nos termos do art. 105 do RICD, vez que apresentada perante a Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Eventuais proposições apresentadas no último período de recesso parlamentar, isto é, antes do final efetivo da legislatura, ficam sujeitas a arquivamento, tal como ocorreu com o PL 8077/2011.

No cabeçalho das planilhas – repetido no alto de cada página, assim como a legenda, no rodapé – dispuseram-se os designativos ordinais das legislaturas, os anos – separados por linhas verticais contínuas – e dentro desses, doze colunas com as iniciais dos meses, abaixo das quais foram inseridos os números dos Eventos no mês em que ocorreram e, abaixo dessa linha, a quantidade de discursos proferidos no mês em relação a cada Evento, atual ou passado, mesmo aqueles ocorridos antes de 2002. Linha adicional lista os totais dos discursos em cada mês. Na última linha do cabeçalho indica-se o total de requerimentos de cada mês.

A categoria de cada proposição é indicada pela respectiva inicial no início da tramitação de cada período, isto é, no mês de janeiro do primeiro ano de cada Apêndice, assim como aquelas que iniciam o período considerado já em tramitação, ficando eventual anotação referente ao mês de janeiro consignada no mês seguinte.

Proposições apensadas trazem a indicação da proposição a que o foram, no mês da apensação. Fatos processuais considerados relevantes, mesmo para as proposições apensadas, foram destacados na linha do tempo respectiva, de forma a demonstrar a tendência do destino da proposição, vez que dessas, algumas são aprovadas com a principal e outras rejeitadas, ou vice-versa. Mesmo assim, notas de rodapé esclarecem quais proposições foram objeto de ações específicas, as quais são reproduzidas ao longo da planilha quanto às proposições pertinentes à mesma ação, salvo se constarem da mesma página.

Conforme a técnica adotada, as ações consideradas relevantes pelo pesquisador são destacadas mediante palheta de cores cuja legenda consta do rodapé. São tidas como ações relevantes para esse fim a apresentação de pareceres, sua aprovação ou rejeição, discussão da matéria em Plenário, aprovação da matéria na Câmara dos Deputados e transformação da proposição em norma jurídica. Como indicativo de tendência à não-decisão, foi anotada igualmente como relevante a devolução de proposição pelo relator sem manifestação (indicada pela letra D). Ação relevante eventualmente ocorrida no mesmo mês de outra já destacada pode sê-lo a partir do seguinte ou será indicada em nota de rodapé.

O destaque cromático é feito para o mês em que ocorreu, salvo no caso de parecer, cujo destaque engloba o período da sessão legislativa em curso (correspondente ao ano civil) até que o parecer seja apreciado.⁷⁶ Esta opção é justificável uma vez que qualquer parecer proferido em Comissão pode ser discutido e votado na sessão legislativa em curso e mesmo nas seguintes, desde que o relator continue ou volte a integrar a Comissão. Entretanto, a não apreciação na sessão legislativa em curso foi considerada, como outras circunstâncias, indicativo do fenômeno da não-decisão, isto é, desinteresse em apreciá-la. Mesmo na hipótese de não inclusão em pauta, em que sobressai o poder de agenda do presidente da instância decisória, os parlamentares interessados poderiam requerer a inclusão, formal ou informalmente.

A fim de reduzir o número de notas, as proposições objeto de mesmo resultado da ação (apensadas e subapensadas) são indicadas, em sequência, nos meses seguintes da sessão legislativa, salvo se forem em número maior que o de meses, quando o resultado é indicado na nota de rodapé. Ressalte-se que afora essa exceção, qualquer proposição será indicada em amarelo no início da sessão legislativa seguinte, salvo outra indicação prevalecente, como o arquivamento. A proposição é destacada na cor verde escura no mês em que for considerada ‘pronta para pauta’ e daí em diante na cor amarela, o que indica eventual desinteresse em discuti-la.

Outras ações, tidas como aceleradoras ou retardadoras do processo legislativo, foram indicadas por letras maiúsculas, assim como a apresentação de requerimentos, em letras minúsculas, conforme legenda disponível na última página de cada Apêndice A, B e C. A designação de relator (com a letra R) não foi considerada como ação relevante, visto ser decorrência da inclusão da proposição na pauta da Comissão. Além disso, a não indicação de relator sinaliza, ao invés de tendência de não-decisão pelo colegiado, exercício singular do poder de agenda do coordenador da instância de decisão. Visando a manter-se a mesma altura para cada linha, ações ocorridas no mesmo mês podem estar destacadas no(s) seguinte(s) mediante utilização dos sinais - (hífen), = (igual) ou os símbolos \equiv e \square , associados a cada letra que a simbolize, significando que o evento ocorreu um, dois, três ou quatro meses antes, respectivamente. Alguns casos foram anotados com o sinal + (mais), em que o fato se deu no mês seguinte.

Na linha final de cada Apêndice A, B e C é indicada a soma das ações relevantes do processo legislativo nos respectivos meses dos anos considerados, em relação a todas as pro-

⁷⁶ A sessão legislativa ocorre de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, entremeada por um recesso parlamentar que vigora de 18 a 31 de julho. No presente trabalho foi considerada, para efeito prático, como coincidente com o ano civil.

posições que estavam tramitando naquele mês. São excluídas dessa contagem as apensações e desapensações, computadas apenas na análise dos requerimentos, se houver registro dessa ação na tramitação da proposição. Essa exclusão leva em conta que apensações são promovidas pela Secretaria Geral da Mesa (SGM) e determinadas pelo Presidente segundo critérios técnicos, estando todas as proposições a ela sujeitas. Mesmo desapensações requeridas por parlamentares nem sempre são atendidas, segundo a discricionariedade da Mesa Diretora, conforme os critérios adotados.

São computadas, porém, as anotações lançadas em proposições apensadas, vez que tal circunstância indica que a ação atingiu várias situações, ou seja, houve apreciação específica para aquela proposição apensada. Um parecer, por exemplo, pode ter sido favorável a algumas proposições apensadas e contrário a outras.

Arquivamentos, temporários ou definitivos, porém, não são computados, vez que derivam de disposições regimentais. Desarquivamentos não o são, igualmente, porquanto se dão em virtude de requerimentos dos autores das proposições, que se utilizam sistematicamente dessa prerrogativa. O fato de determinada proposição não ter sido desarquivada no prazo regimental, contudo, nem sempre indica desinteresse do autor pela continuidade da tramitação, mas a circunstância de ele não ter sido reeleito. Outro fenômeno observado é que muitos requerimentos de desarquivamento contemplam proposições que não foram arquivadas, o que denota o grau de automaticidade dessas solicitações, as quais não teriam qualquer motivação adicional que não o interesse do autor por manter a proposição ativa. Disso decorre que muitas proposições são arquivadas ao final da legislatura e desarquivadas no início da seguinte, repetidamente, até por várias legislaturas, sem que o autor logre promover sua apreciação. A circunstância de haver ou não esse esforço no sentido da apreciação da proposição não pôde ser aferida, vez que inclusão da matéria em pauta se submete à decisão discricionária do presidente do colegiado em que deva ser apreciada, não ficando registro de eventuais gestões informais a respeito. As proposições prontas para pauta no Plenário são ordinariamente objeto de requerimentos de inclusão na ordem do dia, que foram devidamente consignados.

A finalidade do cômputo das ações é que seu total pode ser comparado com o de discursos e de requerimentos havidos no mês considerado e nos imediatamente próximos, visando a relacionar tais ações entre si, assim como elas próprias aos Eventos então atuais ou proximamente passados. Observa-se, aí, um padrão de ausência de ações nos meses de janeiro e, em menor grau, em julho e dezembro. Isso ocorre porque são meses em que ainda não se iniciou a sessão legislativa ou nos quais ela dura parcialmente, em razão do recesso parlamen-

tar.⁷⁷ O padrão repete-se no ano inicial das legislaturas quanto ao mês de fevereiro, vez que nesses anos a composição das Comissões ocorre mais tardiamente, em função da prévia eleição da Mesa Diretora.

Observa-se, igualmente, certa redução da atividade nos meses que antecedem os pleitos eleitorais, isto é, agosto e setembro dos anos pares, quando há eleições em todo o país – apenas no nível municipal nos anos de 2004, 2008 e 2012 –, ocasião em que os parlamentares se envolvem com a campanha eleitoral mais proximamente de suas bases. Essa tendência é menos pronunciada mas ainda existente no mês de outubro, uma vez que em alguns Estados e Municípios e mesmo em nível nacional pode haver o segundo turno das eleições, que ocorre no final do mês. A tendência é mais notória nos anos de 2002, 2006 e 2010, finais das legislaturas, quando a maioria dos deputados demanda a reeleição ou concorre a outros cargos eletivos. Nesses anos verifica-se, porém, o fenômeno de apresentação de proposições ou tentativa de acelerar sua tramitação nos meses finais, como uma forma de o parlamentar dar vazão às suas ideias ou andamento às proposições, buscando, assim, reforçar a conexão eleitoral visando o novo mandato ou concluir sua passagem pelo Congresso, se concorre a outro cargo. Tal particularidade parece tender a equilibrar a suposta desatenção dos parlamentares ao processo legislativo no final da legislatura.

Não se observou alteração palpável em momentos políticos específicos ocorridos durante o período sob análise. Um desses momentos foi a campanha pelo referendo para proibição das armas de fogo de 2005, quando integrantes da CSPCCO e da CDHM, principalmente, se engajaram na campanha eleitoral em defesa dos argumentos contrários e favoráveis, respectivamente. Outro momento foi a mudança política no governo federal, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em substituição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, filiados ao PSDB e PT, partidos considerados de centro e de esquerda do espectro ideológico, respectivamente (Carreirão, 2006). Nesse particular, apenas o ano de 2002 corresponde ao Governo Cardoso, de forma que qualquer comparação entre os governos restaria prejudicada. Quanto à 54ª Legislatura, coetânea com o Governo Dilma Vana Rousseff, também não foi possível observar qualquer mudança significativa, mesmo porque se trata de continuidade do mesmo partido no poder.

⁷⁷ “Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro” (BRASIL, 1988). Os recessos parlamentares ocorrem, então, de 18 a 31 de julho e de 23 de dezembro a 1º de fevereiro.

5.3 Ligação entre os eventos críticos e as proposições

Analisa-se, a seguir, algumas situações envolvendo proposições no sentido de demonstrar a pouca influência que os Eventos exerceram na tramitação.

Inicialmente verifica-se a existência de dez projetos de lei antigos prontos para pauta no Plenário, desde a data indicada entre parênteses, além do recente PL 5900/2013: 2826/1992 (18/12/95), 3616/1993 (19/06/96), 1157/1995 (05/03/04), 1353/1999 (26/03/13), 7132/2002 (18/09/02), 7133/2002 (18/09/02), 307/2003 (20/06/06), 679/2003 (07/06/06), 106/2007 (05/11/08) e 1405/2007 (16/04/09). Observa-se que alguns estavam nessa situação havia muito tempo, não obstante a antiguidade de tramitação e da situação inalterada. Mesmo considerando-se os mais recentes, sequer tramitaram na 54ª Legislatura (2011/2014).

Das proposições autônomas em tramitação em janeiro de 2002 foram arquivadas sem qualquer ação legislativa, além da PEC 113/1999, os seguintes PL: 833/1995, 4755/1998, 185/1999, 244/1999, 1802/1999, 1837/1999, 3328/2000 e 3368/2000. O mesmo destino tiveram algumas apresentadas ao longo do período sob análise: PL 6221/2002, 7318/2002, 368/2003, 4458/2004, 6150/2005, 4/2007, 67/2007, 189/2007, 1529/2007, 2535/2007, 6984/2010 (foi designado relator), 7208/2010 (foi designado relator), 8077/2011 e 2489/2011, além dos PDC 1896/2002, 1474/2004, 7/2007 e 2994/2010 e da PEC 421/2009.⁷⁸ Algumas dessas proposições tiveram tramitação efêmera de dois ou três meses. Outras sequer tramitaram propriamente, como o PL 1529/2007, renumerado como PLP 87/2007, e o PL 2535/2007, apensado ao PL 2307/07 e retirado a requerimento do autor dez dias depois de apresentado. Assim, foram devolvidos ao autor os PDC 1896/2002, 1474/2004, 7/2007 e 2994/2010, bem como os PL 189/2007 e 2217/2011, tendo sido retirados pelos respectivos autores os PL 4342/2001, 6114/2002 e 4324/2012 e o PLP 404/2008.

A devolução da proposição ao autor quase sempre se dá em razão de não observância do rito processual legislativo, notadamente quanto à espécie de proposição adequada ao objeto. Já a retirada é comum quando o autor não concorda que sua proposição tramite apensada a outra, qualquer ou específica. É o que ocorreu com o PLP mencionado, cujo autor requereu a tramitação conjunta de várias proposições, não sendo atendido e, ao contrário, gerando a apensação de outro PLP ao seu. Depois requereu a desapensação daquela à qual estava apensada e, não sendo novamente atendido, retirou a proposição. O fato demonstra que há situações em que o autor prefere reapresentar a proposição noutro momento a deixá-la seguir o destino previsível de outra proposição à qual estiver apensada.

⁷⁸ Deixou-se de consignar as proposições apresentadas em 2013 devido à relativa recentidade.

Algumas proposições apensadas não tiveram melhor destino, vez que as principais igualmente não foram objeto de qualquer ação legislativa. Nesse caso estão a PEC 386/1996, o PLP 404/2008 e os PL 3509/2000, 3961/2000, 5112/2001, 792/2003, 823/2003, 1597/2003, 2309/2003, 1368/2003, 1597/2003, 2309/2003, 3166/2004, 3946/2004, 4611/2004, 4623/2004, 4942/2005, 5771/2005, 6311/2005, 6714/2006, 7179/2006, 7342/2006, 7443/2006, 67/2007, 183/2007, 1613/2007, 1655/2007, 3188/2008, 4850/2009, 5121/2009, 5838/2009, 5853/2009, 7823/2010, 7906/2010, 308/2011, 1071/2011, 1133/2011, 2423/2011, 2455/2011, 2624/2011, 2642/2011, 3238/2012, 3506/2012, 3573/2012, 4324/2012, 4553/2012, 4629/2012, 4463/2012, 4735/2012, 5193/2013, 5645/2013, 6195/2013, 6248/2013 e 6288/2013.

Todas as proposições mencionadas anteriormente serão objeto de análise, portanto, apenas circunstancialmente, se for o caso.

Quanto às demais serão analisadas por grupos, conforme os Apêndices A, B e C, na ordem numérica crescente dentro de cada Legislatura. Para efeito de acompanhamento dos dados dos apêndices mencionados, tais proposições tenderão a ser analisadas nos respectivos períodos correspondentes, com atenção para a proximidade dos Eventos e da quantidade de outras ações parlamentares selecionadas, os discursos e requerimentos.

Padrões observados quanto aos elementos sob análise e mesmo a eventual interação percebida entre eles serão devidamente consignados.

5.3.1 Análise das proposições por período

A análise das proposições não demonstrou, em princípio, o que se sugeriu como hipótese principal, ou seja, a influência que a divulgação de eventos críticos pela mídia exerceria sobre a ação parlamentar legislativa. Não obstante a relativa influência no tocante à apresentação de proposições, ocorrida de forma não sistemática em relação aos Eventos, tal influência em relação à tramitação das proposições novas ou antigas foi praticamente inexistente.

Inferre-se essa não-ação ao se analisar os Apêndices A, B e C, mesmo considerando as datas de ocorrência dos Eventos em particular. É certo que Eventos que antecedem recessos parlamentares ou neles ocorrem, têm baixa possibilidade de ser repercutidos de imediato na atividade parlamentar.

5.3.1.1 Proposições em tramitação e apresentadas no período 2002/2005

Adiante-se que algumas observações desta subseção aplicam-se aos demais períodos. Verifica-se, inicialmente, que proposições mais antigas não foram objeto de ações no ano de 2002, último daquela legislatura, não obstante a ocorrência dos Eventos 10, em junho e 11 e 12, em outubro. Percebe-se maior atividade em 2003, primeiro ano da 52ª Legislatura, o que

pode ser verificado pelo somatório das ações, ao final da planilha. O padrão se repete nas demais legislaturas, tanto em volume de proposições apresentadas, como de atividade parlamentar legislativa, provavelmente devido à alta taxa de renovação do parlamento (BACKES, 2010), o que levaria os novos deputados a se darem a conhecer. Em decorrência dessa maior atividade, várias proposições foram rejeitadas e arquivadas no ano seguinte.

Fenômeno que se observa desde já e aplicável às demais proposições é a quantidade de pareceres apresentados e não apreciados. Outro fenômeno observável em relação a todos os períodos é a tendência de a matéria ser aprovada ou rejeitada uniformemente nas várias Comissões em que tramita, havendo exceções, naturalmente. Essa circunstância pode tanto significar eivas de caráter constitucional, jurídico ou de técnica legislativa, quando tramitam apenas pela CCJC, ou insuficiência de mérito, que as tornam inservíveis para integrar o ordenamento jurídico. Pode significar, ainda, esforço da maioria num ou noutro sentido ou mesmo o consenso apaziguado pela relativa *expertise* dos integrantes dos colegiados que deliberam a matéria, que nela veem qualidades para prosperar ou defeitos que a inquinam.

Não se vislumbrou no período, entretanto, esforço perceptível em relação a alguma proposição em particular como decorrência de impacto de algum dos Eventos. Não se verifica sequer aumento das ações logo em seguida a algum Evento de maior repercussão como o 18 (Dorothy Stang), que gerou o maior número de discursos dentre os Eventos selecionados.

Das proposições em tramitação duas foram discutidas em Plenário em 2002 (PL 925/1999 e 4208/2001); três em 2003 (PL 1353/1999, 2751/2000 e 3825/2000); e uma em 2005 (4208/2001).

Percebem-se particularidades em relação à tramitação de algumas proposições. Assim, o PL 4208/2001 teve acelerada tramitação no início de 2002, mas logo foi apensada, até 2004, quedando no período e voltando a ser discutida em Plenário apenas em 2005.

Das apresentadas no período, uma proposição foi discutida em Plenário em 2002 (PL 6776/2002), uma em 2003 (PL 6680/2002) e outra em 2005 (PL 1400/2003). O PL 6680/2002, apresentado em maio, foi aprovado em julho de 2003, tendo tramitação bastante célere. Essa celeridade pode ter sido motivada pelos Eventos 11 e 12, de outubro de 2002 e pelo Evento 13, de janeiro de 2003, mas não foi localizada evidência quanto a isso.

5.3.1.2 Proposições em tramitação e apresentadas no período 2006/2009

Contrariamente à expectativa, o primeiro ano da 53ª Legislatura (2007) não foi o que apresentou mais ações – especificamente quanto aos crimes hediondos –, mas o segundo, enquanto o último da legislatura anterior (2006) apresentou o menor número de ações. Das apresentadas, uma das proposições (PL 4208/2001) foi discutida em Plenário todos os anos. O

mesmo se deu com o PL 4850/2005, transformado em norma jurídica no último ano (Lei n. 12.015/2009). Um projeto foi discutido em 2006 e 2007 (PL 1400/2003) e outro em 2007 e 2008 (PL 5613/2005) e, ainda, outros dois em 2008 (PL 3623/2004 e 5661/2005).

O PL 6793/2006, apresentado em março de 2006 foi discutido em Plenário e transformado em norma jurídica em março do ano seguinte, apresentando tramitação bastante célere (Lei n. 11.464/2007). Três outros projetos apresentados no período foram discutidos em Plenário em 2008 (PL 1525/2007, 1765/2007 e 3364/2008).

Igualmente nesse período não é aparente a incidência de mais ações em decorrência da divulgação de Eventos. O Evento 23, ocorrido em janeiro de 2007 gerou 34 discursos em fevereiro e 12 em março, mas sem correspondência com outras ações proativas no âmbito do processo legislativo.

5.3.1.3 Proposições em tramitação e apresentadas no período 2010/2013

A quantidade de ações se equivaleu no último ano da legislatura e nos dois primeiros da seguinte, reduzindo-se pouco no último ano considerado.

Dentre as proposições em tramitação houve discussão em Plenário do PL 4208/2001, em 2010 e 2011, o qual foi aprovado e transformado em norma jurídica nesse último ano (Lei n. 12.403/2011). Em 2012 foi discutido e aprovado o PL 5658/2009. No último ano discutiram-se os PL 1353/1999 e 2751/2000.

Das proposições apresentadas no período, o PL 2458/2011, apresentado em outubro, foi transformado em norma jurídica em maio de 2012, configurando, das proposições sob análise, a que obteve sucesso tramitando em menor tempo (Lei n. 12.654/2012).

Igualmente parece não ter havido influência direta na tramitação das proposições em decorrência dos Eventos, visto que o último deles (33 – Massacre Realengo) ocorreu em abril de 2011, tendo sido um dos de maior repercussão, pois gerou 85 discursos no mês.

5.4 Requerimentos e outras ações

Requerimento é outra espécie de ação típica dos parlamentares em resposta à demanda da sociedade, os quais, no presente trabalho não foi classificada em razão de seu impacto, em função de sua natureza meramente instrumental. Requerimentos figuram como espécie de proposição no Sileg, embora não seja objeto de tratamento sistemático pela estrutura informacional da Câmara dos Deputados.

Vários requerimentos podem ser formulados verbalmente (art. 114 do RICD) e, nesse caso, não integram o banco de dados, pois obviamente não são numerados, embora alguns sejam registrados na tramitação das proposições.

Outros requerimentos devem ser escritos e são passíveis de despacho ou parecer, como os de Indicação ao Poder Executivo, outra espécie de proposição que é formulada mediante requerimento ao Presidente da Casa.

Requerimentos podem, portanto, entre outros objetos, referir-se a determinada proposição ou conjunto de proposições ou fase de sua tramitação, destinar-se a encaminhar Indicação e, ainda, requerer outra ação ao Presidente da Casa ou de Comissão. Nesse tocante relevam os que requerem a criação de subinstâncias das Comissões, que são as subcomissões, permanentes ou temporárias; a criação de frente parlamentar; e a realização de audiência pública, fórum ou seminário. Requerimentos há que tratam especificamente de medidas de caráter administrativo, não obstante a maioria delas poder ser solicitada via formulários impressos ou informatizados, estando, por isso, fora do escopo da pesquisa.

Dificuldade inusitada houve com a pesquisa de requerimentos, vez que nem todos, mesmo os escritos, estão registrados nos repositórios informacionais pertinentes e quanto a alguns, não constam número ou data e nem mesmo o autor.

Destarte, a amostra de requerimentos é fragmentária e sabidamente não exaustiva. Outras espécies de inconsistências em relação a requerimentos são: a ação de requerer algo por meio de ofício; a utilização de ofício no âmbito interno da Casa – quando o correto seria memorando –, o que gera certo tumulto documental; assim como a numeração fragmentada da documentação, por setor. Nesse último caso, numeração sequencial única e informatizada geraria banco único de dados agregados de fácil utilização pelos interessados. Tais inconsistências, ainda que não comprometendo o escopo da pesquisa, impedem compilação fidedigna e completa.

No Apêndice F são tabulados os requerimentos conforme pesquisa no Sileg, no módulo de tramitação das proposições, utilizando os argumentos referentes a estas – no formato ‘tipo e número da proposição/ano’ –, a maioria dos quais consta do histórico de tramitação de cada proposição. Foram pesquisados requerimentos mediante utilização de argumentos associados com Eventos, gerando quantidade expressiva. Utilizando-se o argumento ‘hediondo’, obtiveram-se 90 requerimentos, 35 dos quais já constavam da listagem daqueles envolvendo a tramitação das proposições e outros 10 referiam-se a desarquivamento ou não eram afins com as proposições selecionadas.

A Tabela 10 resume os quantitativos dos requerimentos por ano e por relação às proposições, aos Eventos, aos crimes hediondos quando não incluídos nas outras categorias e aqueles relativos às Indicações ao Poder Executivo. Priorizou-se a referência na ordem apresentada na tabela, isto é, primeiro às proposições, depois aos Eventos e, por fim, a crimes he-

diondos genericamente, restando os referentes à Indicação, acessoriamente, desde que vinculados a uma das três categorias anteriores.

Tabela 10 – Distribuição dos requerimentos por ano e vinculação.

Vinculação / Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001	2012	2013	Total
Proposições	2	10	2	10	3	17	12	12	18	16	8	15	125
Eventos	1	10	1	7	11	12	11	4	3	10	-	4	74
Crimes hediondos	1	8	3	7	2	6	1	1	1	2	4	8	44
Indicação	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	5	9
Total	4	29	6	24	16	35	24	17	22	31	12	32	252

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

A distribuição dos requerimentos por si não oferece qualquer dado sobre tendência, uma vez que a variação ao longo do período não sofre bruscas alterações ao se considerar o total apresentado.

Não obstante a quantidade de requerimentos tabulados e ainda que alguns deles possam ter sido ofertados sob influência da divulgação midiática, não foi possível estabelecer essa conexão de forma segura em relação às proposições. A quase totalidade dos requerimentos alusivos às proposições está consignada nas planilhas constantes dos Apêndices A, B e C.

Verifica-se, porém, que quanto aos requerimentos que tiveram por base os próprios Eventos, nenhum se referiu especificamente a alguma proposição. Dos 74 requerimentos relativos aos Eventos, 24 (32%) são oriundos de CPI (do Sistema Carcerário, da Biopirataria, das Armas, dos Desaparecidos, da Escuta Telefônica, e da Violência Urbana). Do restante, a maioria deles está vinculada a alguma Comissão. Vários solicitam audiência, com a presença de autoridades ou testemunhas, ou o convite a especialistas, a fim de tratarem de temas específicos relacionados à segurança pública, ao crime, à violência e à desordem. Outros propõem a criação de Comissão Externa para fiscalização, *in loco*, das providências relativas aos Eventos. Não obstante quase todos estarem voltados para a discussão de problemas afetos à segurança pública, em muitos casos os Eventos são utilizados apenas como mote para justificar o objeto do requerimento.

Resta averiguar, ainda, a repercussão da divulgação midiática dos Eventos na promoção de ações classificadas como de médio impacto. Os dados das audiências públicas, seminários e fóruns, não estão uniformemente registrados, podendo ser localizadas nas páginas das Comissões no Portal da Câmara dos Deputados na internet. Entretanto, algumas Comissões não as registram sistematicamente, enquanto outras, mesmo as registrando, não consignam os requerimentos que as hajam originado. Dessa forma, a listagem dessas ações, constantes do

Quadro 2, foi utilizada como base para comparação das demais ações mencionadas e sua eventual associação com os Eventos. Obteve-se o registro de 174 audiências, 19 seminários e 3 fóruns, a grande maioria realizada pela CSPCCO, e ainda pela CDHM, CCJC e CSSF – alguns em conjunto entre essas ou outras Comissões –, as quais possuíam certa relevância sob o ponto de vista da segurança pública, a criminalidade e a violência. Entretanto, foram listadas apenas duas audiências e um seminário, que podem ser considerados associados aos Eventos e proposições.

Quadro 2 – Audiências e seminário associados aos Eventos e proposições.

Data	Comissão	Espécie	Tema	Requerimento
16/08/05	CSSF, CDHM, CCJC, CFT, CSPCCO e CLP	Seminário	Violência contra a Mulher: um ponto final.	Não consta.
03/07/08	CREDN, CSPCCO	Audiência pública	Esclarecer as razões da presença das tropas do Exército no Morro da Providência, no Rio de Janeiro; como foi feito o convênio para essa operação e qual a política geral da atuação militar nos morros do Rio de Janeiro.	114/2008 (CSPCCO), 195/2008 e 197/2008 (CREDN), Raul Jungmann (PPS/PE), Fernando Gabeira (PV/RJ) e Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP).
16/08/11	CSPCCO	Audiência pública	Debate sobre o Projeto de Lei nº 6.041, de 2009, que “Acréscita artigo ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para tipificar como crime o atentado contra repartição pública, bem como inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterado pelas Leis nº 8.930, de 06 de setembro de 1964, e 9.695 de 20 de agosto de 1998, para incluir o referido atentado entre crimes hediondos.	12/2011, Alberto Filho (PMDB/MA)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal/CD.

O seminário de 16/08/2005 pode ter alguma ligação com o Evento 18 (Dorothy Stang), ocorrido em fevereiro. Considerou-se relevante sua consignação pela participação de várias Comissões. A audiência pública de 03/07/2008 faz expressa menção aos fatos atinentes ao Evento 28 (Providência). Já a audiência pública de 16/08/2011 foi realizada para discutir proposição constante da amostra da pesquisa.

O acervo das bases compiladas pode servir para análises futuras ou mais especificamente aprofundadas, podendo ser consideradas úteis sob esse ponto de vista.

Por fim, a Tabela 11 a seguir, reúne os dados anuais sobre as unidades e subunidades de análise, comparando a movimentação das proposições ao longo do período pesquisado, assim como o número de discursos e requerimentos havidos em cada ano.

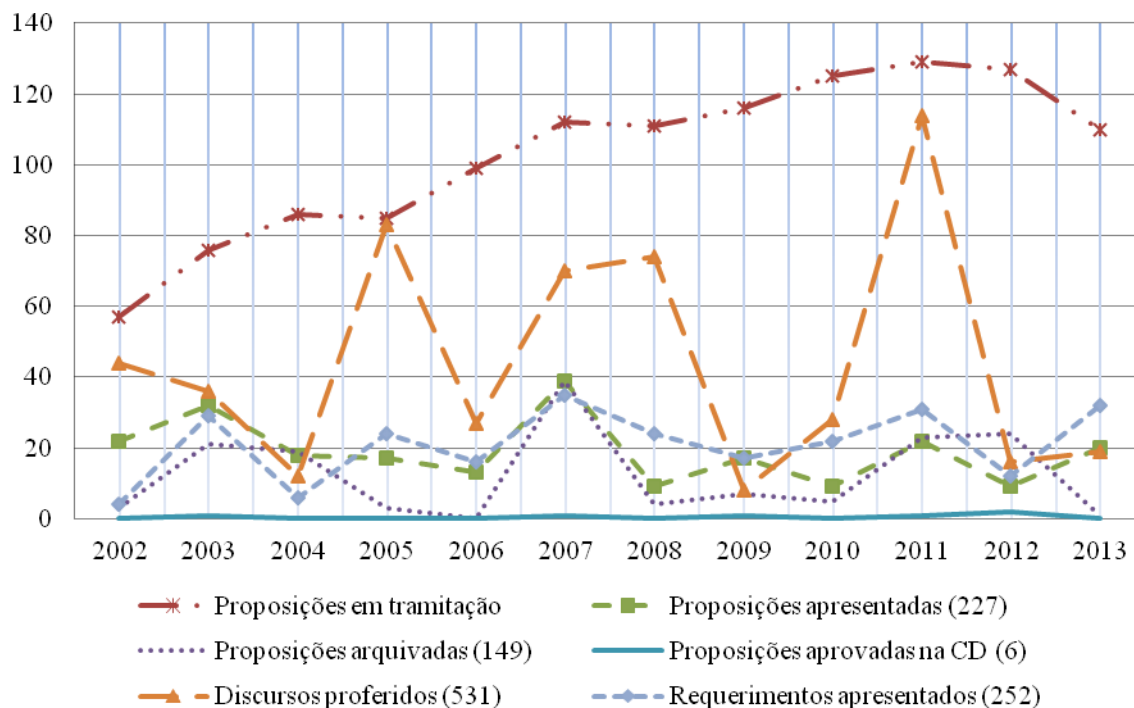
Tabela 11 – Quantidade de proposições, discursos e requerimentos analisados ao longo do período 2002/2013.

Unidades de análise/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Proposições em tramitação	57	76	86	85	99	112	111	116	125	129	127	110
Proposições apresentadas (227)	22	32	18	17	13	39	9	17	9	22	9	20
Proposições arquivadas (149)	3	21	19	3	0	39	4	7	5	23	24	1
Proposições aprovadas na CD (6)	-	1	-	-	-	1	-	1	-	1	2	-
Discursos proferidos (531)	44	36	12	83	27	70	74	8	28	114	16	19
Requerimentos apresentados (252)	4	29	6	24	16	35	24	17	22	31	12	32

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal/CD.

Melhor visualização das relações entre as unidades e subunidades de análise constantes da Tabela 11 pode ser obtida por meio do Gráfico 1, abaixo, que permite sua comparação espacial agregadamente.

Gráfico 1 – Quantidade de proposições, discursos e requerimentos analisados ao longo do período 2002/2013.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Analisando comparativamente o Gráfico 1 verifica-se que as proposições em tramitação cresceram tendencialmente ao longo do tempo, com queda expressiva apenas nos dois últimos anos, o que pode significar, nesse caso, maior efetividade decisória do processo legislativo. Essa inferência leva em conta que não houve arquivamento por término de legislatura no período, o que significa serem os arquivamentos havidos decorrentes de decisão, ainda que pela rejeição da proposição.

O incremento nas proposições apresentadas coincidiu com anos de maior atividade, representada por picos de discursos proferidos, requerimentos apresentados e mesmo proposições arquivadas, como os anos de 2003, 2005, 2007, 2011 e, em menor grau, 2009. Observa-se um movimento cíclico coincidindo com os primeiro e terceiro anos de cada Legislatura. Da mesma forma e em sentido contrário, os segundo e quarto anos de cada Legislatura apresentam atividade reduzida.

A visualização gráfica permite confirmar a afirmação anterior quanto aos fatores que interferem no processo legislativo e sua relatividade na geração dos ciclos de produtividade observados, cuja causa, todavia, não foi possível estabelecer.

Essa constatação permite vislumbrar tais ciclos como variáveis determinantes na quantidade de proposições apresentadas e a celeridade de tramitação das existentes, com a consequente definição de seu destino, como arquivamento ou aprovação da matéria na Câmara dos Deputados.

Dessa forma, os anos de 2003, 2007 e 2011, recordistas de proposições apresentadas e arquivadas em cada legislatura, poderiam ter sofrido o mencionado impacto dos ciclos de produtividade e não dos Eventos ocorridos nesses anos.

Não obstante a observação do fenômeno, aliás, pode-se admitir como mera coincidência a existência de tais ciclos, mormente pela existência de um *outlier*, representado pelo ano de 2009. Talvez adotando-se uma série histórica expressiva se pudesse afirmar, com segurança, não se tratar de coincidência. Entretanto, admitindo-se sua existência, somente uma pesquisa específica acerca da causa dos ciclos de produtividade, ausente dos objetivos deste trabalho, poderia esclarecer o fenômeno.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa confirmou resultado parcial obtido com o estudo do Evento 10, realizado para a qualificação. Isto é, não houve como relacionar de forma inequívoca ações parlamentares sistematicamente orquestradas em função da divulgação midiática de eventos críticos.

A constatação da parcial influência que a divulgação midiática provoca na apresentação e quase inexistente no tocante à tramitação de proposições não ilide a perspectiva de que a influência se dê em maior grau no âmbito de outras ações parlamentares, como as manifestações por meio da própria mídia, as entrevistas e os discursos, ações que foram classificadas, para efeito da pesquisa, como de baixo impacto.

Suspeita-se que as mesmas análises levadas a efeito quanto às proposições de caráter repressivo em geral pudessem gerar resultados diversos, no sentido de maior influência quanto à tramitação e, certamente quanto à apresentação de proposições, o que foi constatado em levantamento parcial realizado.

Ao contrário do que se esperava, portanto, os resultados sugerem que a ação legislativa dos deputados segue uma dinâmica própria, não totalmente alheia ao conteúdo midiático, mas segundo um ritmo processual peculiar. Embora a influência midiática tenha sido passível de mensuração quanto à apresentação de proposições, não ficou clara com respeito à eventual tentativa de acelerar sua tramitação. Tal constatação significa, afinal, contrariando o senso comum de que ‘a mídia pauta a política’, que essa noção não se aplica, em sua totalidade ou de forma inexorável, às ações parlamentares, mormente quanto às de caráter legislativo, que foram classificadas, para efeito da pesquisa, como ações de alto impacto.

A classificação prévia das ações parlamentares, pelo pesquisador, como de baixo, médio e alto impacto foi elaborada segundo critérios razoavelmente lógicos, conforme já explicado. Pode-se elocubrar, contudo, sobre a existência de outra possível categorização teórica alternativa. Ao se considerar eventual ponto de vista divergente, do próprio deputado, por exemplo, que ao utilizar como ação parlamentar preferencial a que configure tomada de posição (*position taking*), possa classificar esse tipo de ação como de alto impacto e não a ação vinculada ao processo legislativo, a depender de qual seja seu interesse.

A análise permitiu comparar, também, os autores dos discursos com os das proposições apresentadas em datas próximas, sendo raras as coincidências. Essa percepção pode significar que um grupo de parlamentares opta por ações de baixo impacto – ou, ainda, de médio impacto –, conforme a classificação adotada, de forma quase exclusiva, das quais o discurso é exemplo comum. Os efeitos de tais ações, embora efêmeros, como assinalado, são imediatos, o que pressupõe ação parlamentar mais adequada ao chamado modelo distributivo de atuação.

O modelo de atuação verificado se enquadra na estratégia de publicização da reputação pessoal (*advertising*) combinada com certa tomada de posição (*position-taking*) por parte dos deputados acerca da violência, o que corrobora a tese mayhewiana da conexão eleitoral (CARVALHO, 2003, p. 25). O próprio Carvalho, porém, sugere que a apresentação de proposições também integra a vertente distributivista do comportamento parlamentar, nesse caso, não como forma de reivindicar créditos por benefícios particularizados, mas como tomada de posição em relação a temas caros aos eleitores (CARVALHO, 2003, p. 183).

Noutra óptica, a atuação segundo um modelo informacional pressuporia instância adequada para sua formulação. Essa instância, até 2002, consistia apenas na CCJC, no tocante à legislação de controle social repressivo, à qual estão vinculadas as normas de caráter penal e processual penal, e especificamente quanto à temática em apreço, aquelas relacionadas aos crimes hediondos. Apenas em 2002, com a criação da CSPCCOVN, depois renomeada para a CSPCCO, foi propiciada instância em que o conteúdo informacional é, nesse tocante, mais específico que aquele veiculado na CCJC, por onde tramitam todas as matérias.

Percebeu-se movimentação imediata dos parlamentares em relação às divulgações de eventos críticos apenas com respeito aos discursos, que são proferidos no mesmo dia ou no dia seguinte à divulgação do fato, podendo durar por alguns dias após, conforme sua repercussão. Os discursos configuram, portanto, a ação parlamentar típica, embora de efeitos efêmeros, de tomada de posição (*position taking*) em relação a algum tema de interesse da sociedade.

No caso da temática selecionada para a pesquisa, o que desperta interesse é a questão da insegurança, dos conflitos, da violência, da criminalidade e da desordem. Em relação a essa temática, portanto, parece haver uma compreensão disseminada entre os parlamentares – e provavelmente assimilada pelos eleitores – de que a indignação manifestada pelo parlamentar é suficiente para ‘espantar as bruxas’, tornando o discurso pronunciado e compartilhado uma espécie de catarse coletiva.

Parece haver uma compreensão por parte do eleitor de que ‘uma andorinha só não faz verão’, isto é, o seu deputado sozinho não pode fazer nada para alterar o *status quo*. É o que se constata empiricamente, quando os próprios deputados de primeiro mandato confessam sua ingenuidade inicial de supor que fariam diferença num universo de 513 colegas ávidos por notoriedade. Muitos deles mostram-se céticos e sequer pleiteiam a reeleição ou, no mais das vezes, buscam a eleição a cargo eletivo no âmbito regional ou local, às vezes o cargo anterior, de deputado estadual ou prefeito (CARVALHO, 2003). Especialmente em relação à temática sob análise, uma das vertentes de controle social em seu nível máximo, sobressai a noção de

que mudanças são morosas e requerem detida reflexão, pois inúmeros interesses contrapostos estão em jogo.

É notório o perfil nitidamente conservador da maioria dos integrantes da CSPCCO – e em menor medida, da CDHM –, por onde tramita boa parte das proposições referentes à temática. Não obstante a busca do equilíbrio na composição de tais Comissões por parlamentares de perfil mais liberal, que em geral prevalece na CDHM, resta que a maioria conservadora acaba preponderando na CSPCCO. Essa circunstância que aparentemente favoreceria o atendimento da demanda punitiva e o recrudescimento da repressão parece conformar-se, aliás, ao que Coutinho (2014) vislumbrou ao abordar as ideias conservadoras. Segundo esse autor “para um agente conservador, é tão importante saber reformar (e o que reformar) como saber *não* reformar (e o que *não* reformar)”, sendo seus os destaques (COUTINHO, 2014, p. 77). Prosseguindo, o autor lembra Burke, segundo o qual as reformas atempadas “são feitas ‘com o sangue frio’, e não precipitadas por ‘estados de inflamação’ típicos da mentalidade revolucionária e destrutiva” (COUTINHO, 2014, p. 78).⁷⁹

Entretanto, Franco, Lira e Felix (2001), citando Zaffaroni, lembram que

A máquina repressora do Estado, utilizando-se do poder midiático, torna-se um instrumento, não dispendioso, de sensibilização popular, inocorrendo, em sua relação, resistência política. Não há, em verdade, sob o prisma dessa política repressiva, nenhuma diferença substancial de comportamento entre as forças políticas tradicionais: “conservadores e progressistas, reacionários e liberais compartilham das mesmas regras. Progressistas e liberais procuram neutralizar as acusações dos conservadores e reacionários com leis mais repressivas do que as que foram por estes sancionadas. Direita e esquerda perdem sentido quanto às suas definições tradicionais”⁸⁰ (FRANCO; LIRA; FELIX, 2001, p. 805).

Do exposto se infere que as proposições que podem afetar de forma decisiva a vida das pessoas, mesmo de odiáveis criminosos, merecem discussão pormenorizada e atempada ou tempestiva. É que as bruxas mencionadas anteriormente estão vigilantes: é o sistema carcerário que lembra masmorras medievais; são as estruturas inadequadas ou insuficientes das polícias e do Poder Judiciário; são as disputas de poder entre as agências encarregadas da aplicação da lei e no interior delas; é a vaidade de alguns aplicadores da lei que se julgam pairar acima dela; enfim, é a própria cordialidade tupiniquim que permite a convivência de sentimentos contraditórios de indignação e condescendência, de que a impunidade e a corrupção, presentes em todos os níveis e esferas de poder, são corolários inafastáveis.

⁷⁹ Burke, “Reflections on the Revolution in France”. In: *Works*, v. 3, p. 280 (COUTINHO, 2014). [nota do original]

⁸⁰ Eugenio Raúl Zaffaroni. La globalización y las actuales orientaciones de la política criminal. **Nueva Doctrina Penal**. Buenos Aires, 1999, p. XV [nota bibliográfica no original].

Noutra perspectiva, enfim, suspeita-se que as próprias estruturas institucionais não estejam preparadas para mudanças drásticas ou constantes, ainda que incrementais (SONTAG, 2007, p. 50). Nesse aspecto, bastante relevante é a constatação de que no trato com a maioria dos crimes, o sistema policial e repressivo em geral, como as instâncias do Poder Judiciário e do Ministério Público, são de caráter estadual e, portanto, infensos a regulações de origem federal. Isso poderia gerar o relativo insucesso e mesmo a morosidade na tramitação de muitas proposições. Algumas dessas proposições, no entanto, cujo conteúdo seria sabidamente inconstitucional ou injurídico, propiciariam aos parlamentares oportunidade para discutir assuntos que de outra forma não viriam à tona. Dentre esses figurariam sistematicamente os tendentes a reformar o arcabouço repressivo constitucional que, todavia, esbarrariam em cláusulas pétreas de difícil superação. Como exemplo, a redução da maioria penal, a extinção da progressão de regime de cumprimento de pena e outras garantias como o *sursis*, o livramento condicional, o caráter temporário da pena, a proibição da pena de morte e outros, temas recorrentes de várias proposições da amostra analisada.

Tais circunstâncias seriam suficientes para explicar, portanto, porque medidas de impacto não sejam aprovadas no calor dos acontecimentos. Elas são anunciadas, na forma de discursos ou por entrevistas e às vezes até com estardalhaço, configurando excelente oportunidade para reforço da conexão eleitoral. Quando muito é iniciado o processo legislativo respectivo, com a apresentação de alguma proposição polêmica ou a criação de uma frente parlamentar. Logo, porém, os ânimos se acalmam e as ações voltam ao normal.

Parece haver, no âmbito das Comissões, uma dinâmica própria, um fluxo de trabalho que segue uma velocidade inercial historicamente construída ao longo das legislaturas, vez que formalmente regulada pela estrutura parlamentar e pelas disposições regimentais. Essa dinâmica se refletiria, também, no Plenário. Mesmo as regras informais que perpassam o fazer legislativo não logram alterar esse estado de coisas, senão adaptar-se a ele conforme a lógica de interesses em disputa segundo as regras do jogo.

Entretanto, as características observadas podem ter relação com a explicação teórica proposta para o modelo de atuação parlamentar, ou seja, o neoinstitucionalismo histórico. Com efeito, não fossem os constrangimentos impostos regimentalmente para o processo legislativo, provavelmente a ação preferida pelos parlamentares, mesmo em circunstâncias episódicas, poderia ser a apresentação de proposições legislativas e a adoção de ações tendentes a acelerar – e em menor grau retardar – o respectivo processo. Noutro compasso, não obstante as diferenças dos sistemas eleitorais brasileiro e estadunidense – este sendo o que gerou os estudos mais conhecidos a respeito – ações levadas a efeito na arena eleitoral repercutem na

arena parlamentar e vice-versa. Interesses particularistas e o objetivo primordial de alavancar a carreira política, segundo a lógica da conexão eleitoral, sem dúvida interferem na formulação de políticas públicas que significam escolhas sociais feitas consoante as preferências de cada parlamentar. Não obstante, os constrangimentos impostos pela estrutura e organização legislativas construídas desde o arcabouço constitucional parecem dotar o corpo legislativo do tempo necessário para a ponderada reflexão acerca da alteração do ordenamento jurídico.

Especificamente quanto à ação legislativa tendente a alterar o ordenamento jurídico de natureza repressiva, em seu nível mais crítico, tido neste trabalho como o referente aos crimes hediondos, pode-se sugerir, ainda, a explicação do comportamento parlamentar a partir dos pressupostos da teoria da escolha pública, oriunda da teoria da escolha racional.

Afigura-se, portanto, nessa perspectiva, que o comportamento parlamentar em relação às ações legislativas é permeado por ações de outra natureza, mais afetas aos mecanismos de reforço da conexão eleitoral. Tais mecanismos são empoderados por arranjos encetados quanto à própria organização estrutural da Casa legislativa e suas regras regimentais. Esses arranjos configurariam certa associação do institucionalismo – que garante a permanência do hermetismo das estruturas institucionais – com a teoria da escolha racional, que revelaria a tendência individualista à maximização dos ganhos e minimização dos custos visando sempre e mais uma vez, não apenas a reeleição, como observou Carvalho (2003), mas à carreira eletiva, dentro da lógica da conexão eleitoral. Tal associação, que pode ser observada empiricamente, leva o pesquisador a correr o risco de afirmar que o sistema de funcionamento e padrão decisório no âmbito da Câmara dos Deputados, sob a óptica da arena parlamentar, pode ser explicada por duas abordagens que possuem pontos em comum: o neoinstitucionalismo da escolha racional, em sua versão da escolha pública no atinente aos resultados; e o neoinstitucionalismo histórico em relação ao processo em si.

Por fim, observou-se uma espécie de aparente paradoxo, que envolve conservadorismo e liberalismo, assumindo-se que correspondam, em termos de controle social repressivo, a punitivismo e abolicionismo, respectivamente. Sendo os legisladores voltados para a legislação repressiva, no âmbito das Comissões temáticas afins, de perfil predominantemente conservador, e admitindo-se que esse perfil tende a ser mais punitivista, a resposta parlamentar à demanda punitiva pende para decisões mais refletidas e mudanças mais episódicas. Seria a face comportamental conservadora prevalecendo sobre o lado atitudinal conservador, ao buscar atender às demandas de parcela conservadora da sociedade, quando o esperado seria um comportamento progressista, no sentido da celeridade das mudanças no atendimento a tais demandas.

Como principal limitação da pesquisa cita-se a diversidade de bases de dados que foi necessário consultar e a consequente dificuldade de coleta, compilação, tabulação e análise adequada, especialmente no tocante a requerimentos e audiências públicas e afins.

Outra limitação enfrentada pelo pesquisador foi a indisponibilidade de ferramenta que facilitasse a tabulação e análise dos dados. A extensão do recorte temporal escolhida pelo pesquisador e, portanto, só a ele imputável, tornou-se dificuldade adicional que limitou a análise mais aprofundada dos fenômenos em estudo.

Tendo em conta as limitações mencionadas e a título de sugestão para que incursões futuras na mesma temática da pesquisa resultem mais robustas, relaciona-se a seguir medidas salutaras para esse desiderato. Tais sugestões levam em conta, ainda, o caráter do programa de pós-graduação em que se desenvolveu a pesquisa, pois, tratando-se de um mestrado profissional e não meramente acadêmico, espera-se que se apontem ações tendentes a aperfeiçoar métodos e processos no âmbito da instituição patrocinadora, a Câmara dos Deputados.

Assim, seria interessante a unificação dos bancos de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por exemplo, num só aplicativo disponível para ambas as Casas e passíveis de consulta pelo público. Tal integração poderia incluir as informações disponíveis na base de dados do portal governamental <www.lexml.gov.br>. A integração paulatina com outros bancos de dados existentes tenderia a propiciar ferramental essencial para que mais pesquisadores se debruçassem sobre os temas relevantes da ciência política investigada desde o interior do parlamento.

Dentre outras providências, a informatização efetiva de todos os requerimentos – e mais além, de todos os documentos – que tramitem pela Câmara dos Deputados é igualmente medida simpática a tornar menos penoso o trabalho do pesquisador. Nesse aspecto, como já salientado, a numeração sequencial e unificada de cada espécie propositiva ou documental torna-se fundamental para tanto, ainda que se adote o critério de categorizar de forma inequívoca o requerimento, por exemplo, que seja considerado proposição, isto é, sujeito a deliberação de colegiado, em relação àquele sujeito a despacho monocrático.

Outra medida importante seria a disponibilização, na página de cada Comissão no Portal da Câmara dos Deputados na internet, da relação de todos os integrantes da Comissão ao longo do tempo, assim como os relatórios anuais das Comissões, que englobam as ações correspondentes em cada sessão legislativa. Melhor ainda que tais informações fossem passíveis de informações cruzadas, de modo a se poder obtê-las de forma agregada ou desagregada, conforme o interesse do pesquisador. Tais dados estão disponíveis ainda de forma esparsa, fragmentária e incompleta, a depender da Comissão de interesse do pesquisador.

No tocante aos deputados, a pesquisa no módulo respectivo poderia incluir informações completas dos ex-parlamentares, assim como a pesquisa por fragmento do nome. Outra medida interessante seria a disposição, em *timeline*, dos mandatos que o parlamentar exerceu ou períodos das legislaturas em que tenha assumido como suplente, assim como sua experiência pretérita quanto a cargos eletivos, tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo e em todos os níveis da federação. Esse histórico do parlamentar pode facilitar investigações acerca do acervo informacional que o mesmo possui, o que induz à correta avaliação da *expertise* do parlamentar no âmbito das Comissões em que atue.

Com relação às proposições, aquelas anteriores a 2001 não dispõem de informações completas, o que dificulta sobremaneira a atividade de pesquisa. As remissões a ‘inteiro teor’, especialmente das proposições mais antigas, nem sempre acessam documentos em plataformas amigáveis, como PDF (copiável) ou Word, a título de exemplo. Muitos documentos de ‘inteiro teor’ são reproduções do *Diário Oficial da União (DOU)*, *Diário do Congresso Nacional (DCN)* ou *Diário da Câmara dos Deputados (DCD)*. Os *links* para tais publicações nem sempre remetem à página respectiva, às vezes consistindo em reprodução da imagem da página ou do documento em si. Esse formato impede que se copie para eventual transcrição, por exemplo, pois nem sempre os aplicativos do tipo OCR (*Optical Character Recognition* – Reconhecimento Óptico de Caracteres) são capazes de recuperar o conteúdo a contento. Outros *links* remetem a todo um exemplar do órgão, gerando *download* ‘pesado’ e demorado, o que compromete o funcionamento e otimização dos serviços da rede informatizada como um todo.

No tocante à tramitação das proposições, ainda há muitas inconsistências, as quais não são sistematicamente refinadas, exigindo-se que o usuário se reporte ao Comitê Gestor do Portal da Câmara dos Deputados visando a escoimá-las, mediante trâmites burocráticos. Isto é, mesmo que o Sileg seja um ótimo aplicativo para agregação de dados das proposições, ele absorve as inconsistências, que são replicadas nas pesquisas, induzindo o pesquisador a aceitá-las como fidedignas.

Com relação à indexação dos documentos, seria necessária a existência de um Thesaurus suficientemente amplo, de forma a contemplar critérios unívocos de categorização. Essa necessidade se faz sentir, igualmente, na atividade de distribuição e apensação de proposições, cujos critérios não são totalmente adequados, dada a multiplicidade de redistribuições e apensações e desapensações efetivadas mediante requerimentos dos parlamentares. Os deferimentos de tais requerimentos denotam adoção de critérios ligeiramente discricionários na execução de tais atividades.

Percebe-se que, não obstante o ingente esforço do Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados para dotar os consulentes de bases de dados confiáveis, é possível avançar ainda mais, especialmente se se considerarem as imposições democratizantes da recente Lei de Acesso à Informação (Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011). Sendo o parlamento brasileiro um dos mais abertos à sociedade, especialmente a Câmara dos Deputados, afigura-se necessário, porém, ainda mais robusta sistematização e amigável disponibilização da informação e do conhecimento produzido nessa Casa de Leis, para a utilização efetiva pela população interessada, visando ao desenvolvimento societal pleno.

Por fim se reconhece que a presente pesquisa não consistiu em estudo de fôlego suficiente para exaurir as possibilidades de obtenção de respostas e, menos ainda, de serem definitivas as obtidas. Espera-se que a inquietação que inspirou a realização da presente pesquisa, aliada à singela demonstração dos resultados alcançados, sirva de estímulo para novas investigações ou aprofundamento das análises ora empreendidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Pedro Vieira; BATISTA, Vera Malaguti (Org.). **Depois do grande encarceramento**. Seminário. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2010.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANDREWS, Christina W. Implicações teóricas do novo institucionalismo: uma abordagem habermasiana. In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, pp. 271-299.

ANIYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2005. (Pensamento criminológico; 10).

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octavio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

BACKES, Ana Luíza. **Câmara dos Deputados - Composição da 54ª Legislatura (2011-2015)**. [2010]. Seção 'Fique por Dentro' do sítio da Câmara dos Deputados na internet. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/nova_composicao_cd/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1>. Acesso em 28 mar. 2014.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico; 1).

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos sediciosos**, Rio de Janeiro, n. 12, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Medo líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 11. ed., 1998.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEVIDES FILHO, Maurício. **A sanção premial no Direito**. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 10. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Pensamento crítico, 63).

BOBROW, Davis B.; DRYZEK, John. **Policy Analysis by Design**. (Pitt Series in Policy and Institutional Studies). Pittsburg, Pa.: University of Pittsburgh Press, 1987.

BORGES, André. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 53, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 abr. 2013.

BORSANI, Hugo. Relações entre política e economia: Teoria da Escolha Pública. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, pp. 103-25.

BOURDIEU, Pierre. O mistério do ministério: das vontades particulares à “vontade geral”. Trad. Herculano Vilas-Boas. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, pp. 23-33.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portal da internet. Atividade Legislativa/Legislação. **Resolução n. 17, de 22 de setembro de 1989**. At. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. Presidência da República. Portal da internet/Legislação/Leis Ordinárias. **Lei n. 9.437, de 20 de fevereiro de 1997** – Lei das Armas de Fogo. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9437.htm>. Acesso em 10 maio 2013.

_____. **Glossário de defesa civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1998.

_____. Presidência da República. Portal da internet/Legislação/Leis Ordinárias. **Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003** – Estatuto do Desarmamento. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10826.htm>. Acesso em 10 maio 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

_____. Subsecretaria de Direitos Humanos. **Plano de ação para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa**. Brasília: Subsecretaria de Direitos Humanos. 2005.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições/Plebiscitos e referendos/Quadro geral referendo 2005. **Quadro geral de consultas eleitorais**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/quadro-geral-referendo-2005>>. Acesso em 26 maio 2013.

_____. Câmara dos Deputados. Portal da internet. Módulo de consulta. **Proposições**. Disponível em <<http://www.camara2.leg.br>> Acesso em 26 maio 2014.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídia e controle social**: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. Frank de Oliveira, Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, abr.-maio 2006.

CARNEIRO, Leandro Piquet; MIGNOZZETTI, Umberto Guarnier; MOREIRA, Rafael. O poder ausente: o Congresso Nacional e segurança pública no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. p. 60-74.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura ; v. 1).

_____. **Fim de milênio**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. (A era da informação: economia, sociedade e cultura ; v. 3).

CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Trad., apres., e notas André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2011. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011. (Pensamento criminológico; 17).

CINTRA, Antônio Octavio. Reforma política: mudando os termos da “conexão eleitoral”. In: MULHOLLAND, Timothy; RENNÓ, Lúcio R. (Org.). **Reforma política em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CODATO, Adriano. **O neo-institucionalismo histórico: uma definição e uma explicação**. Post de 6 fev. 2009. Disponível em: < <http://adrianocodato.blogspot.com.br/2009/02/o-neo-institucionalismo-historico-uma.html> >. Acesso em 29 out. 2014.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**. Londres: Mac Gibbon e Kee, 1972.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma**. 10. ed. Trad. e glossário de Fernando de Aguiar. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1971.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DAHL, Robert. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: Yale University, 1971.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Edusp, 1999.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungmann. Rev. e apres. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. *Path dependency* e os estudos históricos comparados.

BIB, São Paulo, n. 53, 1. Sem 2002, pp. 79-102.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito** – Técnica, Decisão e Dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. Mudança constitucional, desempenho do legislativo e consolidação institucional. **RBCS**, n. 29, 1994, p. 175-200.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio Teixeira de (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRADE, Laura. **Quem mandamos para a prisão?** Visões do parlamento brasileiro sobre a criminalidade. Brasília: Liber Livro, 2008.

FRANCO, Alberto Silva; LIRA, Rafael; FELIX, Yuri. **Crimes hediondos**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GARAPON, Antoine; PAPAPOULOS, Ioannis. **Julgar nos Estados Unidos e na França: cultura jurídica francesa e Common Law em uma perspectiva comparada**. Trad. Regina Vasconcelos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GARLAND, David. **Punishment and Modern Society: a Study in Social Theory**. Chicago: Chicago University, 1990.

_____. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 13, nov. 1999, p. 59-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 mar. 2014.

_____. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Trad. apres. e notas André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008. (Pensamento criminológico; 16).

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência**. Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Edusp, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOMES, Fábio de Barros Correia. **Produção legislativa no Brasil: visão sistêmica e estratégica no presidencialismo de coalizão**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. – (Série Temas de interesse do Legislativo ; n. 23).

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003.

HALL, Stuart; *et alii*. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-48.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa das origens das mudanças culturais. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

JUSTEN, Carlos Eduardo; MORETTO NETO, Luís; GARRIDO, Paulo Otolini; RODRIGUES, Leonel Cezar. Semeando o antropofagismo na produção acadêmica institucionalista brasileira em Administração a partir de abordagem interdisciplinar. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 34, dez. 2012, p. 9-23.

LARRAURI, Elena. **La herencia de la criminología crítica**. Madri: Siglo Veintiuno de España, 2000.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 37, 1. sem. 1994, pp. 3-38.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Estudos legislativos**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. s/d. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Estudos_Legislativos.pdf>. Acesso em 10 out. 2014.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Trad. Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **O Poder Legislativo e as políticas públicas educacionais no período 1995-2010**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

MAYHEW, David. **Congress, Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MERTON, Robert. **Social Theory and Social Structure**. Trad. italiana: Teoria e struttura sociale. Bologna: Glencoe, 1974.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.

MOISÉS, José Álvaro (Org.). **O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coallizão**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. p. 60-74.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Editora FGV, 2004b.

_____; BRAGA, Ricardo de João. **Para além das urnas**: reflexões sobre a Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

OLSON JR., Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Trad. Fabio Fernandez. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012. - (Clássicos ; 16)

OMS. **Relatório mundial sobre a violência e saúde**. Genebra, 2002.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1987.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? In: **Análise Social**, v. XXXII (141), 1997 (2º), 419-442.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **RBCS**, v. 23, n. 68, out. 2008, p. 53-71.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência**: do conceito às representações sociais. Brasília: Francis, 2010.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RHODES, Ron A. W. Old Institutionalisms. In: **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Edited by Sarah A. Binder, R. A. W. Rhodes, and Bert A. Rockman. Oxford, GB, Oxford University Press, 90-108.

RICCI, Paolo; LEMOS, Leany Barreiro. Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. **RBCS**, v. 19, n. 55, jun. 2004, p. 107-129.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações. **Civitas**, v. 5, n. 1, Porto Alegre, jan.-jun. 2005, p. 11-28.

ROCHA, Marta Mendes da. Representação, deliberação e estudos legislativos. **RBCS**, v. 25, n. 74, out. 2010, p. 121-137.

RODRIGUES, Malena Rehbein. **Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a política**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

RUSCHE, George; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Tradução, revisão técnica e nota introdutória Gizlene Neder. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. (Pensamento criminológico; 3).

SANTOS, Manoel Leonardo. **Teoria e método nos estudos sobre o legislativo brasileiro**: uma revisão da literatura no período 1994/2005. [2008] Disponível em: <<http://neic.iesp.uerj.br/textos2/Manoel%20Santos.pdf>>. Acesso em 7 out. 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Schwarcz, 2006.

SONTAG, Ricardo. O excesso como medida: os projetos de enrijecimento penal após os “ataques do PCC” e a cultura punitiva contemporânea. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2007.

SOUZA, Márcia Teixeira de. James Buchanan e a construção do consenso social. **Perspectivas** (São Paulo), v. 19, p. 11-32, 1996.

SZNICK, Valdir. **Comentários a Lei dos Crimes Hediondos**: terrorismo, genocídio, tortura, prisão temporária. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1993.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n. 58, 2003, pp. 225-254.

TONRY, Michael H. **Thinking About Crime**: Sense and Sensibility in American Penal Culture. USA: Oxford University Press, 2004.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Economia do Crime**: uma explicação para a formação do criminoso. Porto Alegre: AGE, 2006.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2003. 3. ed. rev. ampl. ago. 2007. (Pensamento criminológico; 6).

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WHITAKER, Francisco. Iniciativa popular de lei: limites e alternativas. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 182-200.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico; 7).

ZALUAR, Alba. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 75-85.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (continua)

Legislatura	51 ^a												52 ^a																																						
Ano	2002												2003												2004												2005														
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
Eventos						10				11 12			13												14			15	16		17							18													
Discursos		4:1	7:1	7:1		10:33	10:2		10:2	10:1 11:5 12:1				1:1 8:1	10:2	10:1	10:1	10:22		10:1	1:1	14:7	14:2	15:2			7:1 10:2	10:1 14:1	10:1 17:1			10:1	10:2 14:1 18:1	8:1	2:1		18:47	2:1 6:1 10:1 18:19	18:3		10:3 18:2	16:1	18:1	18:2		11:2	18:				
Total		1	1	1		33	2		2	7			2	2	1	1	22		1	1	7	2	2			3	2	2			1	4	1	1		47	22	3		5	1	1	2		2	4					
Requerimentos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	2	1			
PL 2826/92	T																																																		
PL 3106/92	R			6776 /02																																															
PL 3616/93	R																																																		
PL 833/95	T																																																		
PL 1157/95	R			6776 /02															81																																
PL 1769/96	E			6776 /02																																															
PL 1820/96	R																			R		D																													
PEC 372/96	R																			R																															
PEC 386/96	R	91 /95																																																	
PL 3577/97	B	2856 /97	6361 /09																																																
PL 4703/98	T	1135 /91																																																	
PL 4755/98	T																																																		
PL 130/99	T																			R																															
PL 185/99	T																																																		
PL 244/99	B																																																		

⁸¹ Parecer pela rejeição dos PL 1157/95, 1769/96, 305/99, 666/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02 e 7247/02.

⁸² Parecer pela rejeição dos PL 3106/92, 1769/96, 305/99, 666/99, 1237/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02, 6262/02, 6776/02 e 166/03.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (continuação)

Legislatura	51 ^a												52 ^a																																						
Ano	2002												2003												2004												2005														
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
Eventos						10				11 12			13											14			15		16		17								18												
Discursos		4:1	7:1	7:1		10:33		10:2		10:2	10:1 11:5 12:1			1:1 8:1	10:2	10:1	10:1	10:22		10:1	1:1	14:7	14:2	15:2			7:1 10:2	10:1 14:1	10:1 17:1			10:1	10:2 14:1 18:1	8:1	2:1		18:47	2:1 6:1 10:1 18:19	18:3		10:3 18:2	16:1	18:1	18:2		11:2	18:				
Total		1	1	1		33		2		2	7			2	2	1	1	22		1	1	7	2	2			3	2	2			1	4	1	1		47	22	3		5	1	1	2		2	4				
Requerimentos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	2	1	
PL 305/99	R	3106/92																		83		84																													
PL 306/99	E																			R																															
PL 311/99	R	289/99																																																	
PL 438/99	T							438/99	1080/99	4483/01										R						438/99	1080/99	4483/01											85												
PL 586/99	T	3012/97																																																	
PL 666/99	R		86	3106/92	-rt																																														
PL 718/99	E																																																		
PL 831/99	T																																																		
PL 925/99	T																																																		
PL 1080/99	T	438/99						438/99	1080/99	4483/01																438/99	1080/99	4483/01																							
PL 1119/99	B	87																																																	
PL 1226/99	R				6390/02			1226/99	2502/00																																										
PL 1237/99	R	666/99	666/99	1237/99													88		89																																

⁸³ Parecer pela rejeição dos PL 1157/95, 1769/96, 305/99, 666/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02 e 7247/02.

⁸⁴ Parecer pela rejeição dos PL 3106/92, 1769/96, 305/99, 666/99, 1237/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02, 6262/02, 6776/02 e 166/03.

⁸⁵ Retirada do parecer pelo relator.

⁸⁶ Parecer pela aprovação dos PL 666/99 e 1237/99.

⁸⁷ Constava como apensado ao PL 3600/97, desde 09/09/99, mas foi encaminhado à CCJR em 22/03/00 e ali designado relator, prosseguindo a tramitação como se autônomo fosse.

⁸⁸ Parecer pela aprovação dos PL 1237/99, 6262/02 e 6776/02.

⁸⁹ Parecer pela aprovação dos PL 1157/95, 305/99, 1237/99, 6262/02 e 6776/02.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (continuação)

Legislatura	51 ^a												52 ^a																																				
Ano	2002												2003												2004												2005												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Evento						10				11 12			13												14			15	16		17								18										
Discursos		4:1	7:1	7:1		10:33		10:2		10:2	10:1 11:5 12:1			1:1 8:1	10:2	10:1	10:1	10:22			10:1	1:1	14:7 14:2	15:2			7:1 10:2	10:1 14:1	10:1 17:1			10:1 14:1 18:1	8:1	2:1		18:47	2:1 6:1 10:1 18:19	18:3		10:3 18:2	16:1	18:1	18:2		11:2	18:4			
Total		1	1	1		33		2		2	7			2	2	1	1	22			1	1	7	2	2			3	2	2			1	4	1	1	47	22	3		5	1	1	2		2	4		
Requerimentos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	2	1
PL 1353/99	R																rp																																
PL 1508/99	R	20/99																				1508/99	1768/99																										
PEC 113/99	C																																																
PL 1768/99	R	20/99																				1508/99	1768/99																										
PL 1802/99	T																																																
PL 1837/99	R																																																
PL 2027/99	R																				R																												
PEC 176/99	C																																																
PL 2338/00	T	438/99								2338/00	3917/00	6599/02	6894/02															2338/00	3917/00	6599/02	6894/02	1962/03																	
PL 2502/00	R	37/99								1226/99	2502/00																																						
PL 2511/00	E	1938/99																			R																												
PL 2751/00	T	1353/99																																															
PL 3176/00	R	666/99	3176/00	4389/01	5026/01													90																															
PL 3328/00	T																																																
PL 3368/00	E																																																

⁹⁰ Parecer pela rejeição dos PL 1157/95, 1769/96, 305/99, 666/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02 e 7247/02.

⁹¹ Parecer pela rejeição dos PL 3106/92, 1769/96, 305/99, 666/99, 1237/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02, 6262/02, 6776/02 e 166/03.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (continuação)

Legislatura	51 ^a												52 ^a																																					
Ano	2002												2003												2004												2005													
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Eventos						10				11 12			13										14			15	16		17								18													
Discursos		4:1	7:1	7:1		10:33		10:2		10:2	10:11:5 12:1			1:18:1	10:2	10:1	10:1	10:22			10:1	1:1	14:7	14:2	15:2		7:110:2	10:114:1	10:117:1			10:1	10:214:1 18:1	8:1	2:1		18:47	2:16:1 10:118:19	18:3		10:318:2	16:1	18:1	18:2		11:2	18:4			
Total		1	1	1		33		2		2	7			2	2	1	1	22			1	1	7	2	2		3	2	2			1	4	1	1		47	22	3		5	1	1	2		2	4			
Requerimentos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	2	1	
PL 6114/02	R			R																																														
PL 6221/02	T			R									-D																																					
PL 6262/02	T			5568 /01	3106 /92												94		95		96																													
PL 6383/02	E			R															R																							ri	D	-R						
PL 6390/02	R							1226 /09	2502 /00	6390 /02				rt		P		P	P	1226 /09	2502 /00	6390 /02																												
PL 6562/02	P			4449 /98																																														
PL 6599/02	T			4483 /01	438 /99			2338 /00	3917 /00	6599 /02	6894 /02															2338 /00	3917 /00	6599 /02	6894 /02	1962 /03																				
PL 6680/02	C				R								R		ro	-ru	-R	-ro	ri																															
PL 6685/02	I															R	t	R							R	-D	R																							
PL 6755/02	T										833 /95																																							
PL 6759/02	T				R																																													
PL 6776/02	T																ru	ri		P																														
PDC 1896/02	C																																																	
PL 6894/02	T					4483 /01	438 /99	2338 /00	3917 /00	6599 /02	6894 /02															2338 /00	3917 /00	6599 /02	6894 /02	1962 /03																				
PL 7132/02	E																																																	

⁹⁴ Parecer pela aprovação dos PL 1237/99, 6262/02 e 6776/02.

⁹⁵ Parecer pela aprovação dos PL 1157/95, 305/99, 1237/99, 6262/02 e 6776/02.

⁹⁶ Parecer pela rejeição dos PL 3106/92, 1769/96, 305/99, 666/99, 1237/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02, 6262/02, 6776/02 e 166/03.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (continuação)

[illegible]

⁹⁷ Parecer pela rejeição dos PL 1157/95, 1769/96, 305/99, 666/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02 e 7247/02.

⁹⁸ Parecer pela rejeição dos PL 3106/92, 1769/96, 305/99, 666/99, 1237/99, 3176/00, 4389/01, 5026/01, 6113/02, 6262/02, 6776/02 e 166/03.

⁹⁹ Parecer pela rejeição dos PL 194/03, 368/03 e 736/03.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (continuação)

[illegible]

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (continuação)

Legislatura	51 ^a												52 ^a																																			
Ano	2002												2003												2004												2005											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D												
Eventos						10				11 12			13									14			15	16		17							18													
Discursos		4:1	7:1	7:1		10:33		10:2		10:2	10:1 11:5 12:1			1:1 8:1	10:2	10:1	10:1	10:22			10:1	1:1	14:7	14:2	15:2		7:1 10:2	10:1 14:1	10:1 17:1			10:1	10:2 14:1 18:1	8:1	2:1	18:47	2:1 6:1 10:1 18:19	18:3		10:3 18:2	16:1	18:1	18:2		11:2	18:		
Total		1	1	1		33		2		2	7			2	2	1	1	22			1	1	7	2	2		3	2	2			1	4	1	1	47	22	3		5	1	1	2		2	4		
Requerimentos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	2	1		
PDC 1474/04	C																																															
PL 4581/04	T																																															
PL 4611/04	T																																															
PL 4641/04	T																																															
PL 4766/05	T																																															
PL 4850/05	I																																															
PL 4911/05	R																																															
PDC 1579/05	C																																															
PL 4942/05	T																																															
PL 5058/05	T																																															
PL 5558/05	T																																															
PL 5562/05	R																																															
PL 5613/05	R																																															
PL 5661/05	T																																															
PL 5771/05	T																																															
PL 5784/05	T																																															

¹⁰⁰ Parecer pela rejeição dos PL 7279/2002, 4766/2005 e 5558/2005.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE A – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2002/2005 (conclusão)

Legislatura	51 ^a												52 ^a																																				
Ano	2002												2003												2004												2005												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos						10				11 12			13									14			15	16		17								18													
Discursos		4:1	7:1	7:1		10:33		10:2		10:2	10:1 11:5 12:1			1:1 8:1	10:2	10:1	10:1	10:22		10:1	1:1	14:7	14:2	15:2			7:1 10:2	10:1 14:1	10:1 17:1			10:1	10:2 14:1 18:1	8:1	2:1	18:47	2:1 6:1 10:1 18:19	18:3		10:3 18:2	16:1	18:1	18:2		11:2	18:			
Total		1	1	1		33		2		2	7			2	2	1	1	22		1	1	7	2	2			3	2	2			1	4	1	1	47	22	3		5	1	1	2		2	4			
Requerimentos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	1	-	-	-	2	1	
PL 5818/05	R																																																
PL 5843/05	R																																																
PL 6150/05	T																																																
PL 6239/05	T																																																
PL 6311/05	B																																																
Ações	-	1	7	3	2	3	-	10	-	-	2	3	-	5	10	4	7	13	3	10	1	14	1	1	8	-	2	2	3	2	-	1	-	4	2	1	-	1	1	2	3	4	3	5	-	1	2	1	
Total		31												69												25												23											

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Legenda:

Requerimentos: ra – audiência pública; rc – redistribuição/inclusão de Comissão; ri – incidente processual; ro – inclusão na ordem do dia; rp – retirada de pauta; rr – retirada de proposição; rt – tramitação conjunta, apensação ou desapensação; ru – urgência.

Outros: D – proposição devolvida sem manifestação; R – designação de relator; vs – voto em separado.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																				
Ano	2006												2007												2008												2009												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos					19			20	21			22	23															24	25		27	28	26			29													
Discursos		11:1 18:1		12:1 8:1 10:1 11:1 18:1 19:13	19:1 19:3	20:1		19:1 19:1	22:1				14:3 18:2 23:34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1 23:1	19:1 23:1	14:1 18:1			5:12 18:1 23:1	23:1 24:1 25:7	14:1 18:1 25:4 24:1 25:4	24:1 25:1 28:1	26:1 26:1	25:1 29:8	18:1 29:1	18:1 25:1		5:3 18:2	25:1 18:4						2:1					18:1				
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1		39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5					1			1	
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3	
PL 1508/99	R	20/99																																															
PL 1768/99	R	20/99																																															
PL 2027/99	R												D						R																														
PEC 176/99	C																																																
PL 2338/00	T	438/99																																															
PL 2511/00	E	1938/99																																															
PL 2751/00	T	1353/99																																															
PL 3735/00	R																																																
PL 3917/00	T	438/99																																															
PL 4208/01	R																		R	-ri																													
PL 4483/01	T	438/99																																															
PL 4917/01	T	1135/91																																															
PL 5531/01	C																																																
PL 6084/02	R																																																
PL 6383/02			D	R																																													
PL 6562/02	P	4449/98																																															

¹⁰⁴ Parecer pela aprovação dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07 e 1803/07.

¹⁰⁵ Desapensado do PL 1135/91 e apensado ao 4703/98.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																					
Ano	2006												2007												2008												2009													
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Eventos					19			20	21			22	23															24	25			27	28	26		29														
Discursos		11:1 18:1		12:1	8:1 10:1 11:1 18:1 19:13	19:1	19:3	20:1		19:1	14:1 19:1	22:1		14:3 18:2 23:34	14:1 12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1	23:1	19:1 23:1	14:1 18:1			5:12 18:1 23:1	23:1	23:1 24:1 18:25:7	14:1 18:16 28:24:1 25:4	24:1 24:1 26:1	24:1 25:1 26:1	26:1	25:1 29:8	18:1 29:1	18:1 25:1		5:3 18:2	25:1 18:4	8:1					2:1					18:	
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1		39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5					1			1		
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3		
PL 6599/02	T	4483 /01	438 /99																											106																				
PL 6685/02	I																																																	
PL 6894/02	T	4483 /01	438 /99																																															
PL 7132/02	E																																																	
PL 7133/02	R																																																	
PL 7175/02	T																																																	
PL 7279/02	T									D																																								
PL 138/03	T		D	R																																														
PL 148/03	I			D	-R												R																																	
PL 302/03	T				ri																																													
PL 307/03	T																																																	
PL 513/03	C																																																	
PL 565/03	T																																																	
PL 578/03	E	4862 /01															R				R																													
PL 596/03	R	577 /03	6413 /05																																															
PL 679/03	T																																																	
PL 792/03	R	6138 /02	4500 /01																																															

¹⁰⁶ Parecer pela aprovação dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07 e 1803/07.

¹⁰⁷ Parecer pela rejeição dos PL 7279/02, 4766/05, 5558/05, 7390/06 e 7625/06 e pela aprovação do PL 4684/09.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																					
Ano	2006												2007												2008												2009													
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Eventos					19			20	21			22	23															24	25			27	28	26		29														
Discursos		11:1 18:1		12:1	8:1 10:1 11:1 18:1 19:13	19:1	19:3	20:1		19:1	14:1 19:1	22:1		14:3 18:2 23:34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1	23:1	19:1 23:1	14:1 18:1			5:12 18:1 23:1	23:1	23:1 24:1 25:7 16 24:1 25:4	14:1 18:1 25:4 28:1	24:1 25:1 28:1	26:1	26:1	25:1 29:8	18:1 29:1	18:1 25:1		5:3 18:2	25:1 18:4	8:1					2:1				18:1		
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1		39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5					1			1		
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3		
PL 823/03	R	125 /99	704 /95																																															
PL 824/03	T																																																	
PL 831/03	T																																																	
PL 854/03	T	797 /03																																																
PL 866/03	R	577 /03	6413 /05																																															
PL 1019/03	T	831 /03																																																
PL 1321/03	R																																																	
PL 1400/03	R	4203 /01																																																
PL 1570/03	T																																																	
PL 1597/03	T	6555 /02																																																
PL 1920/03	T																																																	
PL 1962/03	T	438 /99																																																
PL 2309/03	R	125 /99	704 /95																																															
PL 2575/03	R																																																	
PL 2588/03	R	2847 /00																																																
PL 2667/03	T	5016 /05																																																
PL 3110/04	R																																																	

¹⁰⁸ Parecer pela aprovação dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07 e 1803/07.

¹⁰⁹ Aprovado parecer favorável aos PL 2588/03, 165/07, 322/07, 719/07 e 2215/07.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																						
Ano	2006												2007												2008												2009														
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
Eventos					19			20	21			22	23															24	25		27	28	26		29																
Discursos		11:1 18:1		12:1 8:1 10:1 11:1 18:1 19:13	19:1 19:3	20:1		19:1 14:1 19:1	22:1			14:3 18:2 23:12 34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1	23:1	19:1 23:1	14:1 18:1			5:12 18:1 23:1	23:1 23:1	14:1 24:1 18:16 24:118 25:4	24:1 24:1 25:1 25:1	26:1 26:1	25:1 29:8	18:1 29:1	18:1 25:1		5:3 18:2	25:1 18:4	8:1				2:1						18:1						
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1	39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5				1			1					
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3			
PL 3166/04	T	3075 /04																																																	
PL 3283/04	T	2667 /03	5016 /05																																																
PL 3357/04	R	6338 /02																																																	
PL 3623/04	R	678 /03																																																	
PL 3760/04	T																																																	112	
PL 3817/04	T																																																		
PL 3924/04	R		D																																																
PL 3946/04	T	6685 /02	6691 /09																																																
PLP 203/04	R																																																		
PL 4232/04	R																																																		
PL 4263/04	R	3623 /04	678 /03																																																
PEC 327/04	R		D																																																
PL 4581/04	T	831 /99	403 /07																																																
PL 4611/04	T	4483 /01	438 /99																																																
PL 4641/04	T																																																		

¹¹⁰ Rejeitado parecer pela aprovação dos PL 3760/2004, 5784/2005 e 1368/2007.

¹¹¹ Três requerimentos.

¹¹² Passou a tramitar em regime de prioridade, pela apensação do PL 6616/2009.

¹¹³ Parecer pela aprovação dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07 e 1803/07.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

[illegible]

¹¹⁴ Parecer pela aprovação do PL 4684/09, com substitutivo e rejeição dos PL 7279/02, 4766/05, 5558/05, 7390/06 e 7625/06.

¹¹⁵ Parecer pela rejeição dos PL 4911/05, 5843/05 e 7053/06. No mês seguinte houve aprovação de quatro requerimentos de retirada de pauta.

¹¹⁶ Aprovado parecer pela aprovação dos PL 4911/05, 5843/05 e 7053/06, com substitutivo.

¹¹⁷ Parecer pela aprovação dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07 e 1803/07.

¹¹⁸ Parecer pela aprovação do PL 4684/09, com substitutivo e rejeição dos PL 7279/02, 4766/05, 5558/05, 7390/06 e 7625/06.

¹¹⁹ Rejeitado o parecer pela aprovação dos PL 3760/04, 5784/05 e 1368/07.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																						
Ano	2006												2007												2008												2009														
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
Eventos					19			20	21			22	23															24	25		27	28	26			29															
Discursos		11:1 18:1		12:1 8:1 10:1 11:1 18:1 19:13	19:1 19:3	20:1		19:1 14:1 19:1	22:1				14:3 18:2 23:12 34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1	23:1 19:1 23:1	14:1 18:1			5:12 18:1 23:1	23:1 24:1 25:7 16 24:1 25:4	23:1 18:1 25:1 28:1	24:1 25:1 26:1 26:1 25:1 18:1 18:1	26:1 26:1 29:8 29:1 25:1	25:1 18:2	18:1 25:1 8:4						2:1												18:			
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1	39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5				1				1				
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3			
PL 7625/06	T										7279 /02																																								
PL 4/07	R																																																		
PL 67/07	T															789 /07																																			
PL 106/07	T																R																																		
PL 109/07	R												2847 /00																																						
PL 116/07	R														R		rc		R								D	R	R																						
PL 137/07	T														R		124			125	rc			3716 /04	6132 /02	3131 /08																									
PDC 7/07	C																																																		
PL 165/07	R												ru	2847 /00											126																										
PL 173/07	R													2847 /00				rr																																	
PL 183/07	T													67 /07	789 /07																																				
PL 186/07	T														R									ri																											
PL 189/07	R																																																		
PL 322/07	R												2847 /00																																						
PL 379/07	T														R												R																								
PL 432/07	R													1258 /95						P		P																													

¹²⁴ Parecer pela aprovação dos PL 137/2007 e 456/2007, apensado.

¹²⁵ Parecer pela aprovação do PL 137/2007 e pela prejudicialidade do PL 456/2007, apensado.

¹²⁶ Aprovado parecer favorável aos PL 2588/2003, 165/2007, 322/2007, 719/2007 e 2215/2007.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																					
Ano	2006												2007												2008												2009													
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Eventos					19			20	21			22	23															24	25			27	28	26		29														
Discursos		11:1 18:1		12:1 8:1 10:1 11:1 18:1 19:13		19:1 19:3	20:1			19:1 19:1	22:1		14:3 18:2 23:34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1	23:1	19:1 23:1	14:1	18:1		5:12 18:1 23:1	23:1	23:1 24:1 25:7 24:1 25:4	14:1 18:1 25:4 25:1 28:1	24:1 24:1 26:1	26:1	25:1 29:8	18:1 29:1	18:1 25:1		5:3 18:2	25:1 18:4	8:1				2:1						18:			
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1	39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5					1			1			
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3		
PL 456/07	T														137 /07												3716 /04	6132 /02	3131 /08																					
PL 478/07	T																R																														127			
PL 489/07	T														478 /07																																			
PL 719/07	R															2847 /07								128																										
PL 925/07	T																4483 /01	438 /99												129																				
PL 1182/07	R																	94 /07	-rt						130						P		P																	
PL 1216/07	R																R										R																							
PL 1304/07	R																124 /03																																	
PL 1368/07	T																	3760 /04												131																				
PL 1405/07	R																R							R						D	R																			
PL 1525/07	R																	4500 /01																																
PL 1529/07	C																	132																																
PLP 87/07	C																		R										vs	rp	-vs																			
PL 1613/07	E																			3716 /04	6132 /02	3131 /08	=rt																											

¹²⁷ Parecer pela aprovação do PL 478/2007, com substitutivo, e pela rejeição do PL 489/2007, apensado.

¹²⁸ Aprovado parecer favorável aos PL 2588/2003, 165/2007, 322/2007, 719/2007 e 2215/2007.

¹²⁹ Parecer pela aprovação dos PL 438/1999, 1080/1999, 2338/2000, 3917/2000, 4483/2001, 6599/2002, 6894/2002, 1962/2003, 4611/2004, 4942/2005, 5771/2005, 6239/2005, 925/2007 e 1803/2007.

¹³⁰ Aprovado parecer pela rejeição, contra o voto de um deputado e voto em separado de dois.

¹³¹ Rejeitado o parecer pela aprovação provação dos PL 3760/2004, 5784/05 e 1368/07.

¹³² Renumerado como Projeto de Lei Complementar n. 87, de 2007.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																					
Ano	2006												2007												2008												2009													
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Eventos					19			20	21			22	23															24	25		27	28	26			29														
Discursos		11:1 18:1		12:1 8:1 10:1 11:1 18:1 19:13	19:1 19:3	20:1				19:1 14:1 22:1		14:3 18:2 23:12 34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1 23:1	19:1 23:1	14:1 18:1					5:12 18:1 23:1	23:1 23:1	14:1 24:1 18:16 25:4 24:1 25:4	24:1 24:1 26:1	26:1 25:1 29:8 29:1	18:1 25:1	18:1 25:1			5:3 18:2	25:1 18:4							2:1						18:		
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1		39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5					1			1		
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3		
PL 1655/07	T																			7622 /06	2751 /00	1353 /99																												
PL 1765/07	R																			4500 /01																														
PL 1803/07	T																			4483 /01	438 /99	rc							133																					
PL 2215/07	R																				2847 /00																													
PL 2283/07	T																																																	
PL 2307/07	T																																																	
PL 2535/07	T																																																	
PL 2546/07	T																																																	
PL 2604/07	T																																																	
PL 2681/07	T																																																	
PL 3131/08	T																																																	
PL 3188/08	R																																																	
PL 3207/08	T																																																	
PL 3364/08	T																																																	
PL 3564/08	R																																																	
PL 3622/08	R																																																	

¹³³ Parecer pela aprovação dos PL 438/1999, 1080/1999, 2338/2000, 3917/2000, 4483/2001, 6599/2002, 6894/2002, 1962/2003, 4611/2004, 4942/2005, 5771/2005, 6239/2005, 925/2007 e 1803/2007.

¹³⁴ Apensado ao PL 2307/2007 e retirado a requerimento do autor.

¹³⁵ Parecer pela rejeição dos PL 3131/2008, 3716/2004, 243/2007, 4493/2004, 7400/2006, 137/2007, 1613/2007, 1852/2007, 7094/2006, 456/2007, 1963/2007 e 6132/2002, apensados.

¹³⁶ Aprovado o parecer pela rejeição dos PL 3131/2008, 3716/2004, 243/2007, 4493/2004, 7400/2006, 137/2007, 1613/2007, 1852/2007, 7094/2006, 456/2007, 1963/2007 e 6132/2002, apensados.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (continuação)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																				
Ano	2006												2007												2008												2009												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos					19			20	21			22	23															24	25		27	28	26			29													
Discursos		11:1 18:1		12:1 10:1 11:1 18:1 19:1 13	8:1 19:1	19:3	20:1		19:1	14:1 19:1	22:1		14:3 18:2 23:1 34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1	23:1	19:1 23:1	14:1	18:1		5:12 18:1 23:1	23:1	23:1 24:1 18:25:4	14:1 18:16 24:1 25:4	24:1 25:1 28:1	26:1	26:1	25:1 29:8	18:1 29:1	18:1 25:1		5:3 18:2	25:1 18:4	8:1					2:1				18:		
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1		39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5					1			1	
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3	
PL 3787/08	R																																4500 /01																
PL 3930/08	R																																																
PLP 404/08	R																																																
PL 4684/09	T																																																
PL 4793/09	B																																																
PL 4850/09	T																																																
PL 5121/09	T																																																
PEC 364/09	R																																																
PL 5490/09	R																																																
PL 5658/09	T																																																
PL 5838/09	R																																																
PL 5853/09	T																																																
PL 6041/09	T																																																
PLP 518/09	R																																																
PLP 519/09	R																																																
PEC 421/09	T																																																
PL 6331/09	T																																																

¹³⁷ Parecer pela aprovação do PL 4684/09, com substitutivo e rejeição dos PL 7279/02, 4766/05, 5558/05, 7390/06 e 7625/06.

¹³⁸ Pela aprovação do PL 5658/00 e rejeição dos PL 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 1962/03, 6239/05, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7232/10, 438/99, 5821/09 e 7099/10.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE B – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2006/2009 (conclusão)

Legislatura	52 ^a												53 ^a																																			
Ano	2006												2007												2008												2009											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Eventos					19			20	21		22	23															24			27	26			29														
Discursos		11:1 18:1		12:1 8:1 10:1 11:1 18:1 19:13	19:1	19:3	20:1		19:1	14:1 19:1	22:1		14:3 18:2 23:34	14:1 23:12	6:12 23:3	10:1 14:1 18:6 23:1			23:1	23:1	19:1 23:1	14:1	18:1		5:12 18:1 23:1	23:1	23:1	14:1 24:1 16 24:1 25:4	24:1 25:1 28:1	26:1	26:1	25:1 29:8	18:1 29:1	18:1 25:1		5:3 18:2	25:1	8:1 18:4					2:1				18:	
Total		2		1	17	1	3	1		1	2	1		39	13	15	9			1	1	2	1	1		14	1	9	22	23	3	1	1	9	2	2		5	1	5					1			1
Requerimentos	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2	-	-	3	1	1	3	3	-	-	-	-	1	2	-	1	1	2	2	1	1	2	-	1	1	-	2	-	3	1	-	2	2	3
PL 6344/09	T																																												2681 /07	13		
PL 6616/09	T																																													376 /04		
PL 6691/09	I																																															
Ações	1	1	7	4	2	4	1	2	1	-	7	5	-	4	3	1	5	4	3	4	4	4	2	8	-	-	6	7	11	16	5	5	-	4	9	4	-	-	11	5	3	1	8	7	2	5	7	5
Total	35												42												67												54											

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Legenda:

Requerimentos: ra - audiência pública; rc - redistribuição/inclusão de Comissão; ri - incidente processual; ro - inclusão na ordem do dia; rp - retirada de pauta; rr - retirada de proposição; rt - tramitação conjunta, apensação ou desapensação; ru - urgência.

Outros: D - proposição devolvida sem manifestação; R - designação de relator; vs - voto em separado.

¹³⁹ Parecer, em 11/2009, pela rejeição dos PL 2681/2007 e 6344/2009.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continua)

Legislatura	53ª												54ª																																				
Ano	2010												2011												2012												2013												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos	30				31	32										33																																	
Discursos		23:3 23:1 29:1	8:12 25:1 30:5	18:3	2:1 30:1 31:1	32:9	32:1				32:2			18:1 23:1		10:1 25:1 33:79	3:1 18:1 25:1 33:8	8:13 33:3	33:4 11	33:2		33:1				18:1 32:1	18:1 33:1	33:1	33:1	10:1 25:1		18:1		32:1 33:1	1:13 32:4	33:1		11:1 16:1	11:1 32:1 33:2	10:1 11:1 32:1 33:4	10:1 11:1	33:1		3:1				3:11 14:1	32:33
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2	
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1	
PL 2826/92	T																																																
PL 3616/93	R																																																
PL 1157/95	R																																																
PL 1820/96	R		D																									140																					
PEC 386/96	R	91/95																																															
PL 3577/97	B	2857/97																																															
PL 4703/98	T		D														R			4703/98	7443/06	3207/08																											r
PL 130/99	T																																																
PL 306/99	E																													R																			
PL 311/99	R	289/99																																															
PL 438/99	T	5658/09									141						142												143								144												
																													P								P												
PL 586/99	T	3012/97																																															
PL 831/99	T	403/07																																															
PL 1080/99	T	438/99																																															
PL 1353/99	R																																																

¹⁴⁰ Aprovado parecer favorável ao PL 2458/2011 e pela rejeição dos PL 1820/1996 e 2624/2011.

¹⁴¹ Pela aprovação do PL 5658/09 e pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁴² Pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7232/10 e 7099/10 e aprovação do PL 5658/09.

¹⁴³ Parecer idêntico ao da Nota 3.

¹⁴⁴ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/10 e 7232/10.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continuação)

Legislatura	53 ^a												54 ^a																																						
Ano	2010												2011												2012												2013														
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
Eventos	30				31	32									33																																				
Discursos		23:3 23:1	8:12 25:1	18:3 30:5	2:1 31:1	30:1 32:9	32:1				32:2			18:1 23:1	10:1 25:1	3:1 18:1	8:13 33:3	33:4 33:1	33:2 11				33:1				18:1 32:1	18:1 33:1	33:1	33:1	10:1 25:1		18:1		32:1 33:1	1:13 32:4	33:1			11:1 16:1	11:1 32:1	10:1 11:1	10:1 11:1	33:1		3:1			3:11 14:1	32:1 33	
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2			
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1			
PL 1508/99	R	20/99																																																	
PL 1768/99	R	20/99																																																	
PL 2027/99	R											D																R																							
PL 2338/00	T	438/99																																																	
PL 2511/00	E	1938/99																																																	
PL 2751/00	T	1353/99																																																	
PL 3735/00	R									5490/09	145																																								
PL 3917/00	T	438/99																	ru																																
PL 4208/01	R																		ro	ri																															
PL 4483/01	T	438/99																																																	
PL 4917/01	T	4703/98																																																	
PL 6562/02	P	4449/98																																																	
PL 6599/02	T	4483/01	438/99																																																
PL 6685/02	I	6691/09																																																	
PL 6894/02	T	4483/01	438/99																																																
PL 7132/02	E																																																		
PL 7133/02	R																																																		

¹⁴⁵ Em razão de o PL 3735/00 já ter sido apreciado pela CCJC, toda a matéria deverá ficar pronta para a pauta do Plenário, conforme despacho de 04/10/10.

¹⁴⁶ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/10 e 7232/10.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continuação)

Legislatura	53ª												54ª																																				
Ano	2010												2011												2012												2013												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos	30				31	32										33																																	
Discursos		23:3	8:12	18:3	2:1	30:1	32:9	32:1			32:2			18:1	10:1	3:1	8:13	33:4	33:11	33:2		33:1				18:1	18:1	33:1	33:1	10:1		18:1		32:1	1:13	33:1			11:1	11:1	10:1	10:1	33:1	3:1			3:11	32:14:1	32:33
			23:1	25:1	29:1	30:5	31:1							23:1	25:1	18:1	33:3		11							32:1	33:1			25:1				33:1	32:4			16:1	32:1	11:1	11:1								
															79	33:8																					33:2	32:1	33:4										
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2	
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1	
PL 7279/02	T																																																
PL 148/03	I																																																
PL 302/03	T																																																
PL 307/03	T																																																
PL 578/03	E	4862/01																																															
PL 679/03	T																																																
PL 792/03	R	6138/02																																															
PL 823/03	R	125/99																																															
PL 1321/03	R		147																																														
PL 1597/03	T	6555/02																																															
PL 1962/03	T	438/99									148					149												150							151														
PL 2309/03	R	125/99																																															
PL 2667/03	T	5016/05																																															
PL 3283/04	T	2667/03																																															
PL 3623/04	R	678/03																																															

¹⁴⁷ Parecer pela rejeição dos PL 1321/03, 2937/04, 3028/08, 6283/09 e 6794/10.

¹⁴⁸ Pela aprovação do PL 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁴⁹ Pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7232/10 e 7099/10 e aprovação do PL 5658/09.

¹⁵⁰ Parecer idêntico ao anterior.

¹⁵¹ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/10 e 7232/10.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continuação)

Legislatura	53ª												54ª																																				
Ano	2010												2011												2012												2013												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos	30				31	32										33																																	
Discursos		23:3	8:12	18:3	2:1	30:1	32:9	32:1			32:2			18:1	23:1	10:1	3:1	8:13	33:4	33:11	33:2		33:1			18:1	18:1	33:1	33:1	10:1	25:1	18:1		32:1	1:13	33:1		11:1	11:1	10:1	10:1	33:1		3:1			3:11	32:1	
			23:1	25:1	29:1	30:5	31:1									25:1	18:1	33:3	33:4	33:11	33:2		33:1				32:1	33:1		10:1	25:1			32:1	1:13	33:1		11:1	16:1	32:1	10:1	10:1	33:1				3:11	32:1	
																33:79	33:8																						33:2	32:1	33:4								
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2	
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1	
PL 3760/04	T																		ro	ro				152	-ro	ro							ro	ro						5900/13+	153	-ru=ri							
PL 3924/04	R																																																
PL 3946/04	T	6685/02																																															
PL 4232/04	R	7224/06																																															
PL 4263/04	R	3623/04	678/03																																														
PL 4581/04	T	831/99																																															
PL 4611/04	T	4483/01	438/99													154												155							156														
PL 4641/04	T																																																
PL 4766/05	T	7279/02																																															
PL 4911/05	R																																																
PDC 1579/05	C	1002/03																																															
PL 4942/05	T	4483/01	438/99									157																																					
PL 5558/05	T	7279/02																																															
PL 5613/05	R	4500/01																																															
PL 5661/05	T	2632/03																																															

¹⁵² Apresentação de três requerimentos para inclusão na Ordem do Dia.

¹⁵³ Alterado regime de tramitação para urgência, em razão da alteração do regime do PL 6616/09, apensado..

¹⁵⁴ Pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7232/10 e 7099/10 e aprovação do PL 5658/09.

¹⁵⁵ Parecer idêntico ao anterior.

¹⁵⁶ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/2010 e 7232/10.

¹⁵⁷ Pela aprovação do PL 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continuação)

Legislatura	53 ^a												54 ^a																																				
Ano	2010												2011												2012												2013												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos	30				31	32										33																																	
Discursos		23:3	8:12	18:3	2:1	30:1	32:9	32:1			32:2			18:1	10:1	3:1	8:13	33:4	33:1	33:2			33:1				18:1	18:1	33:1	33:1	10:1	18:1			32:1	1:13	33:1		11:1	11:1	10:1	10:1	33:1		3:1			3:11	32:1
		23:1	25:1	30:5	31:1								23:1	25:1	33:79	33:25:1	33:38	33:11								32:1	33:1				25:1			33:1	32:4			16:1	32:1	11:1	11:1	33:2	32:1	33:4			14:1	33:1	
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2	
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1	
PL 478/07	T	rp+	159	rp		-rp=ra=R										D	R	rt	ri					D	-R	D	R	478/07	489/07										160	-rc=ri									
PL 489/07	T	478/07																																															
PL 925/07	T	4483/01	438/99								161						162											163																					
PL 1182/07	R	94/07																																															
PL 1216/07	R																						R																										
PL 1304/07	R	124/03																																															
PL 1368/07	T	3760/04																		ro																				5900/13									
PL 1405/07	R																																																
PL 1525/07	R	4500/01																				ro																											
PLP 87/07	C																																																
PL 1613/07	E	3716/04	6132/02	3131/08																																													
PL 1655/07	T	7622/06	2751/00	1353/99																																													
PL 1765/07	R	4500/01																																															
PL 1803/07	T	4483/01	438/99																																														
PL 2283/07	T																																																

¹⁵⁹ Parecer pela aprovação dos PL 478/2007, 489/2007, 1763/2007 e PL 3748/2008, aprovado em maio, contra votos de sete deputados, tendo um deles apresentado voto em separado.

¹⁶⁰ Aprovado o parecer favorável contra os votos de seis deputados, tendo um deles apresentado voto em separado.

¹⁶¹ Pela aprovação do PL 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁶² Pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7232/10 e 7099/10 e aprovação do PL 5658/09.

¹⁶³ Parecer de teor idêntico ao anterior.

¹⁶⁴ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/10 e 7232/10.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continuação)

Legislatura	53 ^a												54 ^a																																			
Ano	2010												2011												2012												2013											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Eventos	30				31	32										33																																
Discursos		23:3	8:12	18:3	2:1	30:1	32:9	32:1			32:2			18:1	23:1	10:1	3:1	8:13	33:4	33:1	33:2		33:1			18:1	18:1	33:1	33:1	10:1	18:1		32:1	1:13	33:1		11:1	11:1	10:1	10:1	33:1	3:1			3:11	32:1		
		23:1	25:1	30:5	31:1									25:1	33:79	25:1	33:8			11						32:1	33:1			25:1				33:1	32:4		16:1	32:1	11:1	11:1	33:2	32:1			14:1	33		
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1
PL 2307/07	T																																															
PL 2546/07	T	2307/07																																														
PL 2604/07	T	2307/07																																														
PL 2681/07	T																																															
PL 3131/08	T										D					R																																
PL 3188/08	R	704/95																																														
PL 3207/08	T	4703/98														R																																
PL 3364/08	T	2632/03																																														
PL 3564/08	R	3388/08																																														
PL 3622/08	R																																															
PL 3787/08	R	4500/01																																														
PL 3930/08	R																																															
PLP 404/08	R	35/03			=rt	=rr																																										
PL 4684/09	T	5558/05	7279/02		-rp																																											
PL 4793/09	B		rp																																													
PL 4850/09	T	1803/07	4483/01	438/99	5658/09						165					166											167							168														

¹⁶⁵ Pela aprovação do PL 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁶⁶ Pela rejeição dos PL 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 1962/03, 6239/05, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7232/10, 438/99, 5821/09 e 7099/10 e aprovação dos PL 5658/09 e 2406/11.

¹⁶⁷ Pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7232/10 e 7099/10 e aprovação do PL 5658/09.

¹⁶⁸ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/10 e 7232/10.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

¹⁶⁹ Pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7232/10 e 7099/10 e aprovação do PL 5658/09.

¹⁷⁰ Pela aprovação do PL 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁷¹ Pela rejeição dos PL 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 1962/03, 6239/05, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7232/10, 438/99, 5821/09 e 7099/10 e aprovação dos PL 5658/09 e 2406/11.

¹⁷² Parecer de teor idêntico.

¹⁷³ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁷⁴ Aprovado parecer pela aprovação dos PL 6691/2009, 3946/2004 e 6685/2002, apensados, com substitutivo.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: transição no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continuação)

Legislatura	53ª												54ª																																									
Ano	2010												2011												2012												2013																	
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D						
Eventos	30				31	32									33																																							
Discursos		23:3	8:12	18:3	2:1	30:1	32:9	32:1			32:2			18:1	10:1	3:1	8:13	33:4	33:1	33:2		33:1					18:1	18:1	33:1	33:1	10:1	18:1		32:1	1:13	33:1			11:1	11:1	10:1	10:1	33:1	3:1			3:11	32:1						
		23:1	25:1	30:5	31:1									23:1	25:1	18:1	33:3	33:4	11		33:2						32:1	33:1			25:1				33:1	32:4			16:1	32:1	11:1	11:1	33:2	32:1			14:1	33:1						
		29:1	30:5												79	33:8																					33:2	32:1	33:4															
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2						
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1						
PL 6984/10	R			R																																																		
PL 7099/10	T			5658/09							175																	176							177																			
PL 7208/10	E				R																																																	
PL 7232/10	T			5658/09												178																																						
PL 7398/10	E				7008/10																																																	
PL 7823/10	R									7224/06	rc																																											
PL 7906/10	R										5490/09																																											
PDC 2994/10	C																																																					
PL 8006/10	T																																																					
PL 8077/11	T																																																					
PL 308/11	T															3131/08		R																																				
PL 344/11	R															3787/08	4500/01																																					
PL 347/11	R																	R		rp	rt																																	
PL 627/11	T																																																					
PRC 36/11	C															33/11																																						
PL 1071/11	T																308/11	3131/08																																				

¹⁷⁵ Pela aprovação do PL 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁷⁶ Pela rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 3917/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 1962/03, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 4850/09, 5121/09, 7099/10 e 7232/10 e aprovação do PL 5658/09.

¹⁷⁷ Pela aprovação dos PL 3917/00, 1962/03, 5658/09 e rejeição dos PL 438/99, 1080/99, 2338/00, 4483/01, 6599/02, 6894/02, 4611/04, 4942/05, 5771/05, 6239/05, 925/07, 1803/07, 5121/09, 4850/09, 7099/10 e 7232/10.

¹⁷⁸ Parecer de teor idêntico ao da Nota 37.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

¹⁸⁰ Transformado na Lei Ordinária 12654/2012. Prejudicados os PL 1.820/1996 e 2.624/2011.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (continuação)

Legislatura	53 ^a												54 ^a																																				
Ano	2010												2011												2012												2013												
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Eventos	30				31	32										33																																	
Discursos		23:3	8:12	18:3	2:1	30:1	32:9	32:1			32:2			18:1	23:1	10:1	3:1	8:13	33:4	33:1	33:2		33:1			18:1	32:1	1:13	33:1	11:1	11:1	10:1	10:1	33:1	3:1				3:11	32:1									
		23:1	25:1	30:5	31:1									23:1		25:1	18:1	33:3		11							32:1	33:1	32:4			16:1	32:1	11:1				14:1	33:1										
																33:79	25:1	33:8													33:2																		
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2	
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1	
PL 3573/12	R																																																
PL 4324/12	T																																																
PL 4463/12	T																																																
PL 4553/12	T																																																
PL 4629/12	T																																																
PL 4735/12	E																																																
PEC 229/12	R																																																
PL 5132/13	T																																																
PL 5193/13	R																																																
PL 5242/13	T																																																
PL 5317/13	T																																																
PL 5398/13	R																																																
PL 5524/13	E																																																
PL 5527/13	T																																																
PL 5561/13	C																																																
PL 5645/13	T																																																
PL 5766/13	R																																																
PL 5900/13	T																																																
PL 6145/13	B																																																
PL 6195/13	T																																																

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE C – PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO E APRESENTADAS NO PERÍODO 2010/2013 (conclusão)

Legislatura	53 ^a												54 ^a																																			
Ano	2010												2011												2012												2013											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Nº do Evento	30				31	32									33																																	
Discursos		23:3	8:12	18:3	2:1	30:1	32:9	32:1			32:2			18:1	10:1	3:1	8:13	33:4	33:1	33:2		33:1				18:1	18:1	33:1	33:1	10:1	18:1		32:1	1:13	33:1		11:1	11:1	10:1	10:1	33:1	3:1			3:11	32:1		
		23:1	25:1	29:1	30:5	31:1								23:1	25:1	18:1	33:3	11								32:1	33:1			25:1			33:1	32:4		16:1	32:1	11:1	11:1					14:1	33:1			
															33:79	25:1	33:8																			33:2	32:1	33:4										
Total	-	3	14	9	1	2	9	1	-	-	2	-	-	2	-	81	11	16	4	11	2	-	1	-	-	2	2	1	1	2	-	1	-	2	17	1	-	2	4	7	2	1	-	1	-	-	12	2
Requerimentos	-	3	7	3	2	3	-	-	-	-	1	1	-	2	1	2	-	2	2	5	2	1	1	1	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	-	3	1	-	-	-	4	3	5	5	3	4	1	1
PEC 302/13	C																																															
PL 6240/13	T																																															
PL 6248/13	T																																															
PL 6288/13	R																																															
PL 6622/13	T																																															
PL 6934/13	T																																															
PL 6975/13	B																																															
Ações	-	-	11	1	4	2	1	-	-	-	-	20	1	-	1	3	19	1	-	5	4	2	1	2	-	-	24	5	4	3	-	-	1	2	-	1	-	-	4	-	3	7	3	2	1	1	7	2
Total	39												39												40												30											

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD.

Legenda:

Requerimentos: ra - audiência pública; rc - redistribuição/inclusão de Comissão; ri - incidente processual; ro - inclusão na ordem do dia; rp - retirada de pauta; rr - retirada de proposição; rt - tramitação conjunta, apensação ou desapensação; ru - urgência.

Outros: D - proposição devolvida sem manifestação; R - designação de relator; vs - voto em separado.

¹⁸¹ O PL 5853/09 é apensado ao PL 2307/07.

Legenda = violeta: transformado em norma jurídica; azul escuro: aprovado na Câmara dos Deputados; azul claro: discussão em Plenário; verde escuro: aprovação de parecer favorável em mais de uma comissão; verde claro: aprovação de parecer favorável; verde hachurado escuro: parecer pela aprovação; verde hachurado claro: ação aceleratória; amarelo: tramitação normal; alaranjado hachurado claro: ação retardatória; alaranjado hachurado escuro: parecer pela rejeição; vermelho: arquivamento temporário; preto: arquivamento definitivo; cinza: apensado; hachurado em preto: tramitação no Senado. Obs.: Consignaram-se nas primeiras colunas as proposições a que estão apensados sucessivamente as das respectivas linhas.

APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continua)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 2826/92	Maurílio Ferreira Lima – PMDB/PE	07/05/92	P	O	T	Crimes contra a Administração pública
PL 3106/92	Senado Federal - Marco Maciel – PFL/PE	24/08/92	P	U	R	Imprescritibilidade
PL 3616/93	Jackson Pereira – PSDB/CE	10/03/93	P	O	R	Proibição de prisão especial, sursis e livramento condicional
PL 833/95	Zaire Rezende – PMDB/MG	22/08/95	P	O	T	Tráfico de órgãos
PL 1157/95	Poder Executivo	31/10/95	P	P	R	Normas especiais de investigação
PL 1769/96	Max Rosenmann – PMDB/PR	16/04/96	P	U	E	Policiais em quadrilha praticando crime hediondo
PL 1820/96	Max Rosenmann – PMDB/PR	24/04/96	P	P	R	Identificação criminal de indiciados
PEC 372/96	Feu Rosa – PSDB/ES e outros	16/05/96	P	E	R	Transação processual não extensiva a crimes hediondos
PEC 386/96	Pedrinho Abrão – PTB/GO e outros	11/06/96	P	E	R	Imputabilidade aos 16 anos para crimes hediondos
PL 3577/97	Tuga Angerami – PSDB/SP	03/09/97	P	P	B	Proibição divulgação nomes autores, vítimas, testemunhas
PL 4703/98	Francisco Silva – PPB/RJ	11/08/98	P	O	T	Aborto
PL 4755/98	Paulo Paim – PT/RS	25/08/98	P	O	T	Crimes contra a saúde pública
PL 130/99	Enio Bacci – PDT/RS	02/03/99	P	O	T	Transmissão deliberada do vírus da Aids
PL 185/99	Magno Malta – PTB/ES	04/03/99	P	O	T	Homicídio culposo dirigindo veículo sob efeito de drogas
PL 244/99	José Machado – PT/SP	10/03/99	P	O	B	Proibição divulgação nomes autores, vítimas, testemunhas
PL 305/99	Enio Bacci – PDT/RS	17/03/99	P	U	R	Imprescritibilidade
PL 306/99	Enio Bacci – PDT/RS	17/03/99	P	O	E	Homicídio qualificado o praticado por grupo de extermínio
PL 311/99	Enio Bacci – PDT/RS	17/03/99	C	O	R	Prisão domiciliar para detentos com Aids, exceto hediondo
PL 438/99	Rubens Bueno – PTB/PR	25/03/99	P	U	T	Tráfico pessoas, rufianismo e similares
PL 586/99	Regis Cavalcante – PPS/AL	08/04/99	P	O	T	Tortura
PL 666/99	Glycon Terra Pinto – PL/MG	20/04/99	P	U	R	Proíve apelação e fiança sem recolhimento à prisão
PL 718/99	Bispo Rodrigues – PFL/RJ	27/04/99	P	O	E	Qualifica homicídio de maiores de 65 anos
PL 831/99	Alberto Fraga – PMDB/DF	05/05/99	P	P	T	Retirada de órgãos
PL 925/99	Sérgio Novais – PSB/CE	13/05/99	P	U	T	Concussão e corrupção

APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 1080/99	José Chaves – PMDB/PE	02/06/99	P	U	T	Tráfico pessoas, rufianismo e similares
PL 1119/99	Valdemar Costa Neto – PL/SP	09/06/99	P	O	B	Não aplicação da delação premiada aos hediondos
PL 1226/99	Luiz Antonio Fleury – PTB/SP	17/06/99	P	P	R	Remissão da pena pelo trabalho proporção 1/15 dias
PL 1237/99	Luiz Antonio Fleury – PTB/SP	17/06/99	P	U	R	Proíbe substituição pena restritiva direitos ou multa; obriga decretação prisão preventiva na denúncia
PL 1353/99	Luiz Antonio Fleury – PTB/SP	30/06/99	P	P	R	Prisão processual integralmente no regime fechado
PL 1508/99	Lino Rossi – PSDB/MT	17/08/99	P	O	R	Substituição de prisão por pena restritiva de direito nos crimes apenados com menos de 4 anos, exceto hediondos
PEC 113/99	Luciano Bivar – PSL/PE e outros	22/09/99	P	E	C	Referendo para pena de morte nos crimes hediondos
PL 1768/99	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	29/09/99	P	O	R	Inaplicável pena restritiva de direitos para crime insuscetível de liberdade provisória
PL 1802/99	Oscar Andrade – PFL/RO	05/10/99	P	O	T	Roubo de carga
PL 1837/99	Damião Feliciano – PTB/PB	07/10/99	P	O	R	Prisão distinta dos demais para condenados por hediondo
PL 2027/99	Lincoln Portela – PST/MG	10/11/99	C	O	R	Autor ou suspeito deve responder perante imprensa
PEC 176/99	Gilberto Kassab – PFL/SP e outros	08/12/99	P	E	C	Sequestro e utilização de menores para crime e prostituição
PL 2338/00	Freire Júnior – PMDB/TO	20/01/00	P	U	T	Tráfico pessoas, rufianismo e similares
PL 2502/00	Cornélio Ribeiro – PDT/RJ	23/02/00	P	P	R	Remição de pena não beneficia autor de crime hediondo
PL 2511/00	Alberto Fraga – PMDB/DF	24/02/00	P	P	E	Internação por mais de 3 anos - ato infracional equiparável a hediondo
PL 2751/00	Alberto Fraga – PMDB/DF	04/04/00	P	P	T	Crime organizado
PL 3176/00	Marçal Filho – PMDB/MS	06/06/00	P	U	R	Proíbe prisão especial, sursis, livramento condicional
PL 3328/00	CPI dos Medicamentos	28/06/00	P	P	T	Roubo e receptação de carga de medicamentos
PL 3368/00	Cunha Bueno – PPB/SP	29/06/00	P	O	E	Prisão até 60 anos, regime fechado sem benefícios nem progressão para condenado que cometa crime hediondo
PL 3509/00	Cunha Bueno – PPB/SP	23/08/00	P	O	E	Reclusão de 60 anos, sem progressão, a quem forneça drogas em escolas
PL 3735/00	Dr. Hélio – PDT/SP	09/11/00	P	P	R	Permite prisão autor hediondo 5 dias antes e 48 h depois do pleito eleitoral
PL 3825/00	Cabo Júlio – PL/MG	28/11/00	P	U	T	Homicídio de policiais em atividade ou em razão da função

APÊNDICE D - PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 3917/00	Lincoln Portela – PSL/MG	12/12/00	P	U	T	Tráfico de mulheres, crianças e órgãos humanos
PL 3961/00	Babá – PT/PA	14/12/00	P	O	T	Corrupção que gere grande vantagem ou grave dano
PL 4208/01	Poder Executivo	12/03/01	P	U	R	Não concessão de fiança
PL 4342/01	Marcus Vicente – PSDB/ES	21/03/01	P	O	R	Veda monitoramento eletrônico para crimes hediondos
PL 4389/01	Bispo Wanderval – PL/SP	28/03/01	P	U	R	Veda prisão especial para acusados de crimes hediondos
PL 4483/01	José Carlos Coutinho – PFL/RJ	10/04/01	P	U	T	Crimes sexuais contra criança e adolescente
PL 4917/01	Givaldo Carimbão – PSB/AL	26/06/01	P	O	T	Aborto
PL 5026/01	José Carlos Coutinho – PFL/RJ	08/08/01	P	U	R	Prisão integral regime fechado, veda prisão especial, sursis e livramento condicional para crimes hediondos
PL 5112/01	Paulo Baltazar – PSB/RJ	15/08/01	P	O	T	Atos contra a Administração pública
PL 5242/01	Luiz Ribeiro – PSDB/RJ	29/08/01	P	O	T	Posse e porte ilegal de arma de fogo
PL 5531/01	Feu Rosa – PSDB/ES	16/10/01	P	O	C	Aumento pena falso testemunho e falsa perícia que beneficie réu de crime hediondo
PL 6084/02	Angela Guadagnin – PT/SP	20/02/02	P	O	R	Crime político o hediondo contra detentor mandato eletivo ou integrante de órgão nacional de direção partidária
PL 6113/02	Poder Executivo	22/02/02	P	U	R	Decisão condenatória, réu aguardará recurso na prisão
PL 6114/02	Poder Executivo	22/02/02	P	P	R	Não aplicação da Parte Geral do CP aos crimes hediondos
PL 6221/02	Wagner Salustiano - PPB/SP	06/03/02	P	O	T	Estupro simples
PL 6262/02	Augusto Franco - PSDB/SE	12/03/02	P	U	T	Sequestro relâmpago
PL 6383/02	Laura Carneiro - PFL/RJ	21/03/02	P	O	E	Novas qualificadoras do homicídio
PL 6390/02	Senado Federal – Maguito Vilela – PMDB/GO	25/03/02	P	P	R	Impede remissão de pena pelo estudo para crimes hediondos
PL 6562/02	José Carlos Coutinho – PFL/RJ	16/04/02	P	P	P	Ofendido não ficará junto réu em audiência e será indicado nos autos pelas iniciais do nome
PL 6599/02	Eni Voltolini – PPB/SC	18/04/02	P	U	T	Crimes contra criança e adolescente e genocídio
PL 6680/02	Eduardo Campos – PSB/PE	07/05/02	P	U	C	Inclusão de crimes hediondos nos dados estatísticos do mapa da exclusão social da PR ao Congresso Nacional
PL 6685/02	Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS	07/05/02	P	P	I	Crimes militares congêneres

APÊNDICE D - PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 6755/02	Nair Xavier Lobo – PMDB/GO	08/05/02	P	O	T	Tráfico de órgãos
PL 6759/02	Nair Xavier Lobo – PMDB/GO	08/05/02	P	O	T	Redução à condição análoga à de escravo
PL 6776/02	Comissão Mista Temporária	15/04/02	P	U	T	Sequestro em transporte coletivo e sequestro relâmpago
PDC 1896/02	Cunha Bueno – PPB/SP	29/05/02	¹⁸²	-	C	Plebiscito para instituir pena de morte e prisão perpétua
PL 6894/02	José Carlos Coutinho – PFL/RJ	04/06/02	P	U	T	Corrupção de menor, genocídio e pedofilia
PL 7132/02	Senado Federal (Comissão Mista)	21/08/02	P	E	E	Qualifica homicídio contra agente de segurança e da Justiça
PL 7133/02	Senado Federal (Comissão Mista)	21/08/02	P	E	R	Inaplicação de penas restritivas de direito a hediondos
PL 7175/02	Robson Tuma – PFL/SP	28/08/02	P	O	T	Genocídio
PL 7247/02	Odelmo Leão – PPB/MG	29/10/02	P	U	R	Proibição de pena substituta e benefícios; trabalho só em regime fechado, parte para reparar dano a vítima
PL 7279/02	Ronaldo Vasconcellos – PL/MG	05/11/02	P	O	T	Crime contra policial em serviço ou em razão do serviço
PL 7318/02	CSPCCO	08/11/02	P	P	R	Permite divulgar dados de adolescenete autor de hediondo
PL 138/03	Dimas Ramalho – PPS/SP	20/02/03	P	O	T	Exploração sexual de criança e adolescente
PL 148/03	Alberto Fraga – PMDB/DF	24/02/03	P	O	I	Crimes militares congêneres
PL 166/03	Alberto Fraga – PMDB/DF	25/02/03	P	U	T	Tortura, narcotráfico, terrorismo, insuscetíveis de concessão de prisão especial e livramento condicional
PL 194/03	Wasny de Roure – PT/DF	25/02/03	P	P	T	Redução a condição análoga à de escravo
PL 302/03	Chico da Princesa – PL/PR	12/03/03	P	O	T	Roubo e incêndio no interior de transporte coletivo
PL 307/03	Zenaldo Coutinho – PSDB/PA	12/03/03	P	O	T	Subtração de criança para colocação em lar substituto
PL 353/03	Alberto Fraga – PMDB/DF	17/03/03	P	U	T	Homicídio doloso contra agente de segurança pública ou administração da Justiça
PL 368/03	Rogério Silva – PPS/MT	18/03/03	P	P	T	Redução a condição análoga à de escravo
PL 513/03	Custódio Mattos – PSDB/MG	26/03/03	C	O	C	Gratuidade de interceptação telefônica
PL 565/03	Rogério Silva – PPS/MT	31/03/03	P	O	T	Tráfico de órgãos

¹⁸² Devolvida ao autor.

APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 578/03	Alberto Fraga – PMDB/DF	01/04/03	P	P	E	Aumento de pena crime contra ou por responsável por segurança pública ou jurisdicional
PL 596/03	Luiz Antonio Fleury – PTB/SP	01/04/03	P	P	R	Comprovação de origem lícita de recursos para pagamento de honorários advocatícios
PL 679/03	Wladimir Costa – PMDB/PA	08/04/03	P	O	T	Homicídio praticado por organização criminosa
PL 736/03	Wagner Lago – PDT/MA	10/04/03	P	P	T	Redução a condição análoga à de escravo
PL 792/03	Inaldo Leitão – PSDB/PB	22/04/03	P	P	R	Exige 2/3 de pena cumprida para progressão de regime
PL 823/03	José Divino – PMDB/RJ	23/04/03	P	O	R	Trabalho do preso para indenizar danos e ressarcir despesas
PL 824/03	José Divino – PMDB/RJ	23/04/03	P	O	T	Homicídio contra políticos do Legislativo e Executivo
PL 831/03	José Divino – PMDB/RJ	23/04/03	P	O	T	Receptação
PL 854/03	José Divino – PMDB/RJ	29/04/03	P	O	T	Quadrilha ou bando
PL 866/03	André Luiz – PMDB/RJ	30/04/03	P	P	R	Indiciados por crime inafiançável ou insuscetível de graça e anistia só poderão ser defendidos pela Defensoria Pública
PL 1019/03	Carlos Nader – PFL/RJ	20/05/03	P	O	T	Receptação de cargas roubadas
PL 1321/03	Valdemar Costa Neto - PL/SP	25/06/03	P	O	R	Admite doar órgãos para reduzir pena, exceto hediondos
PL 1368/03	Iriny Lopes - PT/ES	01/07/03	P	U	T	Contrabando de armas
PL 1400/03	Paulo Baltazar - PSB/RJ	03/07/03	P	U	R	Proíbe protesto por novo júri - hediondo
PL 1570/03	Carlos Nader - PFL/RJ	30/07/03	P	O	T	Adulteração de produtos alimentícios, terapêuticos e medicinais
PL 1597/03	Gastão Vieira - PMDB/MA	31/07/03	P	P	T	Exploração sexual de menor de 14 anos
PL 1920/03	Wilson Santos - PSDB/MT	09/09/03	P	O	T	Utilização de menor em delitos
PL 1962/03	Marinha Raupp - PMDB/RO	10/09/03	P	U	T	Tráfico de mulheres
PL 2309/03	Severino Cavalcanti - PP/PE	16/10/03	P	O	R	Proibição de trabalho externo - hediondo
PL 2575/03	Ronaldo Vasconcellos - PTB/MG	25/11/03	P	O	R	Permite divulgar nome de adolescente infrator hediondo
PL 2588/03	Vicente Cascione - PTB/SP	25/11/03	P	O	R	Internação até 5 anos; tempos mínimo, médio e máximo; reiteração
PL 2667/03	Paulo Marinho - PL/MA	03/12/03	P	P	T	Redução a condição análoga à de escravo, aliciamento
PL 3110/04	Severino Cavalcanti - PP/PE	10/03/04	P	O	R	Exclui o prazo de limitação do regime disciplinar diferenciado - hediondos

APÊNDICE D - PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 3166/04	Carlos Rodrigues - PL/RJ	17/03/04	P	P	T	Sequestro relâmpago
PL 3283/04	Marcos Abramo - PFL/SP	31/03/04	P	P	T	Trabalho escravo
PL 3357/04	Iriny Lopes - PT/ES	13/04/04	C	O	R	Exclui direito ao trabalho externo - hediondo
PL 3623/04	André Luiz - PMDB/RJ	20/05/04	P	O	R	Exclui direito à prisão especial
PL 3760/04	Wilson Santos - PSDB/MT	09/06/04	P	U	T	Crimes contra a Administração pública
PL 3817/04	Maninha - PT/DF	16/06/04	P	O	T	Homofobia
PL 3924/04	Carlos Souza - PP/AM	07/07/04	P	O	R	Proíbe apelação liberdade - hediondo
PL 3946/04	Takayama - PMDB/PR	08/07/04	P	P	T	Crimes militares congêneres
PLP 203/04	Chico Alencar - PT/RJ e outro	15/09/04	P	U	R	Inelegibilidade
PL 4232/04	Carlos Souza - PP/AM	07/10/04	P	P	R	Livramento condicional
PL 4263/04	André Luiz - PMDB/RJ	19/10/04	P	O	R	Prisão especial
PEC 327/04	Amauri Gasques - PL/SP e outros	27/10/04	P	E	R	Imputabilidade avaliada por psiquiatras forenses
PL 4458/04	Enio Bacci - PDT/RS	17/11/04	¹⁸³	-	R	Imprescritibilidade
PDC 1474/04	Luiz Antonio Fleury - PTB/SP	01/12/04	¹⁸⁴	-	C	Redução da maioridade penal para 16 anos e alteração LCH
PL 4581/04	CPI Org Crim	07/12/04	P	P	T	Tráfico de órgãos
PL 4611/04	Marcos de Jesus - PL/PE	09/12/04	P	U	T	Exploração sexual infantil
PL 4641/04	Babá - S.P/PA e outros	14/12/04	P	O	T	Corrupção
PL 4766/05	Neucimar Fraga - PL/ES	16/02/05	P	O	T	Homicídio contra autoridade policial
PL 4850/05	Senado Federal - CPMI - Exploração Sexual	03/03/05	P	U	I	Nova tipologia do estupro
PL 4911/05	Alberto Fraga - PTB/DF	16/03/05	P	P	R	Apelação em liberdade
PDC 1579/05	Luiz Antonio Fleury - PTB/SP	17/03/05	P	O	C	Redução da maioridade penal para 16 anos e alteração LCH
PL 4942/05	Pastor Frankembergen - PTB/RR	23/03/05	P	U	T	Exploração sexual infantil

¹⁸³ Devolvida ao autor.

¹⁸⁴ Devolvida ao autor.

APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 5058/05	Osmânio Pereira - PTB/MG	13/04/05	P	P	T	Eutanásia
PL 5558/05	Capitão Wayne - PSDB/GO	30/06/05	P	O	T	Homicídio contra agente de controle social
PL 5562/05	Capitão Wayne - PSDB/GO	30/06/05	P	P	R	Comprovação de origem lícita de recursos para pagamento de honorários advocatícios
PL 5613/05	Nelson Proença - PPS/RS	06/07/05	P	P	R	Exame criminológico para progressão e livramento
PL 5661/05	Medeiros - PL/SP	20/07/05	P	P	T	Homicídio qualificado contra ascendentes ou descendentes
PL 5771/05	Paulo Lima - PMDB/SP	18/08/05	P	U	T	Exploração sexual infantil
PL 5784/05	Júlio Delgado - PSB/MG	22/08/05	P	U	T	Crimes contra a Administração pública
PL 5818/05	Capitão Wayne - PSDB/GO	25/08/05	P	O	R	Aumenta duração da prisão temporária
PL 5843/05	Paulo Lima - PMDB/SP	31/08/05	P	P	R	Exclui crime continuado e apelação em liberdade; critérios para o livramento condicional
PL 6150/05	Osmânio Pereira - PTB/MG e outro	01/11/05	P	O	T	Aborto
PL 6239/05	Sandra Rosado - PSB/RN	23/11/05	P	U	T	Corrupção de menores; exploração sexual infantil
PL 6311/05	Inaldo Leitão - PL/PB	01/12/05	P	P	B	Restringe interceptação telefônica - narcotráfico e hediondo
PL 6482/06	Celso Russomanno - PP/SP	16/01/06	C	O	I	Altera denominação de estupro para assalto sexual
PL 6714/06	Colbert Martins - PPS/BA	09/03/06	P	P	R	Progressão de regime de 1/6 para 1/3 da pena cumprida
PEC 521/06	Ciro Nogueira - PP/PI e outros	15/03/06	P	E	R	Proíbe progressão de regime - hediondo
PEC 525/06	Luiz Antonio Fleury - PTB/SP e outros	22/03/06	P	E	R	Regime fechado; sem direito a sursis ou substituição da pena
PL 6793/06	Poder Executivo	23/03/06	P	U	R	Regime inicial fechado; progressão com 1/3 da pena
PL 6842/06	Betinho Rosado - PFL/RN	03/04/06	P	P	R	Progressão de regime de 1/6 para 1/3 da pena cumprida
PL 6844/06	Betinho Rosado - PFL/RN	04/04/06	P	O	R	Impede substituição da prisão por pena restritiva de direitos
PL 7053/06	Antonio Carlos Biscaia - PT/RJ e outros	17/05/06	P	P	R	Exclui crime continuado e apelação em liberdade
PL 7179/06	Carlos Nader - PL/RJ	06/06/06	P	O	C	Presídios de segurança máxima
PL 7342/06	Senado Federal - Demóstenes Torres - PFL/GO	11/07/06	P	P	R	Regime inicial fechado; progressão com 1/2 ou 2/3 da pena
PL 7390/06	José Chaves - PTB/PE	02/08/06	P	O	T	Crimes contra policiais militares

APÊNDICE D - PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 7443/06	Eduardo Cunha - PMDB/RJ	05/09/06	P	O	T	Aborto
PL 7625/06	CPI Armas	06/12/06	P	O	T	Homicídio de policiais e agentes penitenciários
PL 4/07	Carlos Lapa - PSB/PE	05/02/07	P	O	R	Revoga regulação de uso de algemas por decreto
PL 67/07	Eliene Lima - PP/MT	07/02/07	P	P	T	Uso de menor em delitos
PL 106/07	Jair Bolsonaro - PP/RJ	12/02/07	P	O	T	Roubo de veículos automotores
PL 109/07	Solange Amaral - PFL/RJ	12/02/07	P	O	R	Aumenta internação para até 9 anos; impede atividades externas e remissão - hediondo
PL 116/07	Neilton Mulim - PR/RJ	12/02/07	P	O	R	Aumento do prazo da prisão preventiva
PL 137/07	Neucimar Fraga - PR/ES	13/02/07	P	P	T	Homicídio de policiais e agentes penitenciários
PDC 7/07	Ademir Camilo - PDT/MG	14/02/07	¹⁸⁵	-	C	Plebiscito para pena de morte e prisão perpétua
PL 165/07	Perpétua Almeida - PCdoB/AC e outro	14/02/07	P	O	R	Aumento internação para até 10 anos; medida especial e local diferenciado para maior 16 - hediondo
PL 173/07	Onyx Lorenzoni - PFL/RS	14/02/07	P	O	R	Veda remissão a ato infracional grave ou gravíssimo
PL 183/07	Reginaldo Lopes-PT/MG e outro	15/02/07	P	P	T	Uso de menores em delitos dolosos contra a vida e outros
PL 186/07	Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO	15/02/07	P	O	T	Crimes contra a Administração pública
PL 189/07	Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO	15/02/07	¹⁸⁶	-	R	Imputabilidade do menor de 18 anos - hediondo
PL 322/07	Vieira da Cunha - PDT/RS	07/03/07	P	O	R	Aumenta internação para até 5 anos; hediondo, 10
PL 379/07	Paulo Rubem Santiago - PT/PE	13/03/07	P	O	T	Corrupção contra vários órgãos específicos
PL 432/07	William Woo - PSDB/SP	14/03/07	P	O	R	Autoridade policial determina escuta telefônica - hediondo
PL 456/07	Paulo Pimenta - PT/RS	15/03/07	P	P	T	Homicídio de policiais e agentes penitenciários
PL 478/07	Luiz Bassuma - PT/BA e outro	19/03/07	P	O	T	Aborto
PL 489/07	Odair Cunha - PT/MG	20/03/07	P	O	T	Aborto
PL 719/07	Léo Alcântara - PR/CE	12/04/07	P	O	R	Aumento da internação para 6 anos - hediondo

¹⁸⁵ Devolvida ao autor.

¹⁸⁶ Devolvida ao autor.

APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 925/07	Uldurico Pinto - PMN/BA	02/05/07	P	U	T	Exploração sexual infantil
PL 1182/07	Laerte Bessa - PMDB/DF	29/05/07	P	O	R	Proíbe conversão de prisão em pena restritiva de direitos
PL 1216/07	Senado Federal - Aloizio Mercadante - PT/SP	31/05/07	C	P	R	Critérios para separação de presos
PL 1304/07	Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP	12/06/07	P	O	R	Restringe aplicação da prisão temporária, exceto hediondo
PL 1368/07	Humberto Souto - PPS/MG	19/06/07	P	U	T	Concussão e corrupção
PL 1405/07	Rodvalho - DEM/DF	26/06/07	P	P	R	Retira o limite de fixação das penas a casos específicos
PL 1525/07	SUG 141/2005 CLP	05/07/07	P	P	R	Aumenta para 1/3 e 2/3 prazo de progressão; veda indulto coletivo
PL 1529/07	Leonardo Picciani - PMDB/RJ	05/07/07	¹⁸⁷	-	C	Autoriza os Estados a legislaem sobre crimes, exceto hediondos
PLP 87/07	Leonardo Picciani - PMDB/RJ	05/07/07	P	P	C	Autoriza os Estados a legislaem sobre crimes, exceto hediondos
PL 1613/07	Bruno Araújo - PSDB/PE	12/07/07	P	P	E	Homicídio contra agente público
PL 1655/07	Geraldo Resende - PPS/MS	01/08/07	P	P	T	Organização criminosa
PL 1765/07	Vieira da Cunha - PDT/RS	14/08/07	P	P	R	Exige exame criminológico para progressão e livramento
PL 1803/07	Cláudio Magrão - PPS/SP	21/08/07	P	U	T	Exploração sexual infantil
PL 2215/07	Laerte Bessa - PMDB/DF	16/10/07	P	O	R	Internação de menor infrator - hediondo
PL 2283/07	Dr. Talmir - PV/SP	25/10/07	P	O	T	Eutanásia
PL 2307/07	Otavio Leite - PSDB/RJ	30/10/07	P	O	T	Adulteração de alimentos
PL 2535/07	Vander Loubet - PT/MS	04/12/07	P	O	T	Adulteração de alimentos e medicamentos
PL 2546/07	Valdir Colatto - PMDB/SC	05/12/07	P	O	T	Adulteração de alimentos tornando-os nocivos à saúde
PL 2604/07	Vander Loubet - PT/MS	12/12/07	P	O	T	Adulteração de alimentos
PL 2681/07	Cristiano Matheus - PMDB/AL	19/12/07	P	O	T	Abandono de incapaz
PL 3131/08	Senado Federal - Alvaro Dias - PSDB/PR	27/03/08	P	P	T	Agrava a pena se vítima ou autor for agente do Estado
PL 3188/08	Laerte Bessa - PMDB/DF	08/04/08	P	O	R	Saída temporária para trabalho externo - hediondo

¹⁸⁷ Transformada no PLP 87/2007.

APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 3207/08	Miguel Martini - PHS/MG	08/04/08	P	O	T	Eutanásia e aborto
PL 3364/08	Laerte Bessa - PMDB/DF	06/05/08	P	P	T	Homicídio qualificado abusando do pátrio poder
PL 3564/08	Íris de Araújo - PMDB/GO	11/06/08	P	O	R	Celeridade e rigor nos procedimentos crimes contra criança, adolescente, idoso ou deficiente
PL 3622/08	Vital do Rêgo Filho - PMDB/PB	25/06/08	P	O	R	Imprescritibilidade
PL 3787/08	Marcelo Guimarães Filho - PMDB/BA	05/08/08	P	P	R	Progressão regime: 1/2 para crimes comuns e 3/4 para hediondos
PL 3930/08	Roberto Magalhães - DEM/PE	21/08/08	P	P	R	Responsabilidade solidária de partidos e dirigentes pela improbidade dos agentes políticos - hediondo
PLP 404/08	Indio da Costa - DEM/RJ	03/09/08	P	P	R	Inelegibilidade
PL 4684/09	Capitão Assunção - PSB/ES	18/02/09	P	O	T	Homicídio contra agente de controle social
PL 4793/09	Vital do Rêgo Filho - PMDB/PB	04/03/09	P	O	B	Revoga proibição de apelar em liberdade
PL 4850/09	Dimas Ramalho - PPS/SP	11/03/09	P	O	T	Exploração sexual infantil
PL 5121/09	Capitão Assunção - PSB/ES	28/04/09	P	U	T	Exploração sexual infantil
PEC 364/09	Valtenir Pereira - PSB/MT e outros	14/05/09	P	E	R	Cumprimento de pena integralmente no regime fechado
PL 5490/09	Senado Federal - Serys Shessarenko - PT/MT	26/06/09	P	P	R	Prisão de eleitor 5 dias antes até 48 horas depois do pleito
PL 5658/09	Senado Federal - CPI Pedofilia	21/07/09	P	U	T	Exploração sexual infantil
PL 5838/09	Dimas Ramalho - PPS/SP	20/08/09	P	P	R	Reincidente específico: 4/5 da pena para livramento condicional
PL 5853/09	Damião Feliciano - PDT/PB	25/08/09	P	O	T	Adulteração de medicamento
PL 6041/09	Carlos Bezerra - PMDB/MT	15/09/09	P	O	T	Atentado contra repartição pública
PLP 518/09	Antonio Carlos Biscaia - PT/RJ e outros	29/09/09	P	U	R	Inelegibilidade - hediondo
PLP 519/09	Marcelo Itagiba - PMDB/RJ	30/09/09	P	U	R	Inelegibilidade - hediondo
PEC 421/09	Sabino Castelo Branco - PTB/AM e outros	28/10/09	P	E	T	Prisão perpétua
PL 6331/09	Marcelo Itagiba - PMDB/RJ	03/11/09	P	O	T	Posse ou porte de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal e tráfico internacional
PL 6344/09	Solange Amaral - DEM/RJ	04/11/09	P	O	T	Abandono cruel de incapaz
PL 6616/09	Poder Executivo	14/12/09	P	P	T	Peculato, concussão, corrupção, sujeitos a prisão temporária

APÊNDICE D – PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 6691/09	Senado Federal - Magno Malta - PR/ES	21/12/09	P	P	I	Crimes militares congêneres
PL 6984/10	Nelson Goetten - PR/SC	17/03/10	P	O	R	Extinção da redução da pena por delação
PL 7099/10	Eduardo Cunha - PMDB/RJ	07/04/10	P	U	T	Pedofilia por sacerdote
PL 7208/10	William Woo - PPS/SP	28/04/10	P	O	E	Internação de adolescentes até 10 anos ou mais
PL 7232/10	SUG 152/2009 CLP	29/04/10	P	U	T	Pedofilia
PL 7398/10	Rita Camata - PSDB/ES	26/05/10	P	O	E	Internação de adolescente até 5 anos - hediondo
PL 7823/10	Senado Federal - Hélio Costa - PMDB/MG	07/10/10	P	P	R	Cumprimento de 4/5 da pena para livramento condicional
PL 7906/10	Felipe Bornier - PHS/RJ	16/11/10	P	P	R	Prisão de eleitor 5 dias antes e 48 horas depois do pleito
PDC 2994/10	Paulo Piau - PMDB/MG	30/11/10	¹⁸⁸	-	C	Plebiscito sobre prisão perpétua - hediondo
PL 8006/10	Jair Bolsonaro - PP/RJ	14/12/10	P	O	T	Tráfico de drogas, genocídio
PL 8077/11	Robson Tuma - DEM/SP e outro	27/01/11	¹⁸⁹	-	T	Adulteração de alimentos
PL 308/11	Marcio Bittar - PSDB/AC	09/02/11	P	P	T	Crimes contra agentes de segurança ou da Justiça ou seus parentes
PL 344/11	Hugo Leal - PSC/RJ	09/02/11	P	P	R	Regime inicial fechado e progressão após 2/3 ou 4/5 da pena
PL 347/11	Hugo Leal - PSC/RJ	09/02/11	P	P	R	Internação de criança ou adolescente
PL 627/11	Otávio Leite - PSDB/RJ	01/03/11	P	O	T	Roubo ou furto de medicamento
PRC 36/11	Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP e outros	15/03/11	P	U	C	Código de ética da CD, processo disciplinar - hediondo
PL 1071/11	Paulo Pimenta - PT/RS	13/04/11	P	P	T	Homicídio contra policiais e agentes penitenciários
PL 1133/11	Alberto Filho - PMDB/MA	20/04/11	P	P	T	Crime doloso contra agente de segurança pública, do Judiciário ou de órgãos essenciais à Justiça
PL 1235/11	Ratinho Junior - PSC/PR	04/05/11	P	O	T	Abandono de incapaz de forma definitiva
PEC 30/11	Fernando Francischini - PSDB/PR e outros	18/05/11	P	E	C	Exclusão do benefício do auxílio reclusão - hediondo
PL 1520/11	Jonas Donizette - PSB/SP	07/06/11	P	O	R	Recorrer somente preso

¹⁸⁸ Devolvida ao autor.

¹⁸⁹ Consta na numeração como PL 8077/11-MESA. Arquivada pela Mesa.

APÊNDICE D - PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (continuação)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 1811/11	Amauri Teixeira - PT/BA	11/07/11	P	O	T	Descuido com agrotóxicos
PL 2217/11	Luiz Couto - PT/PB	05/09/11	¹⁹⁰	-	C	Promoção de integrantes de órgãos de segurança pública <i>sub judice</i>
PL 2255/11	Edivaldo Holanda Junior - PTC/MA	13/09/11	P	U	T	Morte ou lesão grave dirigindo veículo
PL 2423/11	Audifax - PSB/ES	28/09/11	P	U	T	Homicídio dirigindo automóvel sob efeito de droga
PL 2458/11	Senado Federal - Ciro Nogueira - PP/PI	04/10/11	P	U	R	Identificação do perfil genético por DNA
PL 2489/11	Roberto de Lucena - PV/SP	05/10/11	P	P	T	Corrupção
PL 2624/11	Fernando Francischini - PSDB/PR e outro	31/10/11	P	P	C	Cadastro nacional de pedófilos
PL 2642/11	Otoniel Lima - PRB/SP	08/11/11	P	U	T	Homicídio dirigindo automóvel sob efeito de droga
PL 2839/11	Keiko Ota - PSB/SP	01/12/11	C	O	R	Prioridade na tramitação processual
PL 2840/11	Keiko Ota - PSB/SP	01/12/11	C	P	R	Proíbe prisão especial
PL 2994/11	Aguinaldo Ribeiro - PP/PB	15/12/11	P	O	R	Impede pena substitutiva e qualquer benefício
PL 3238/12	Fernando Francischini - PSDB/PR	15/02/12	P	U	T	Corrupção
PL 3506/12	João Campos - PSDB/GO	22/03/12	P	U	T	Peculato, concussão, corrupção; recompensa para delação de crimes contra a Administração pública
PL 3573/12	João Campos - PSDB/GO	29/03/12	P	P	R	Tempo máximo de pena em 50 anos; progressão com 4/5
PL 4324/12	Fabio Trad - PMDB/MS	22/08/12	P	O	T	Peculato, concussão, corrupção; pena proporcional ao alcance
PL 4463/12	William Dib - PSDB/SP	19/09/12	P	P	T	Homicídio contra agentes públicos
PL 4553/12	Valdir Colatto - PMDB/SC	17/10/12	P	O	T	Alimentos ou medicamentos
PL 4629/12	Alexandre Leite - DEM/SP	31/10/12	P	P	T	Atentado contra autoridade de segurança pública
PL 4735/12	Mendonça Prado - DEM/SE	20/11/12	P	P	E	Agente do Estado como vítima
PEC 229/12	Keiko Ota - PSB/SP e outros	12/12/12	P	E	R	Imprescritibilidade e inafiançabilidade
PL 5132/13	Keiko Ota - PSB/SP	13/03/13	P	O	T	Sequestro relâmpago
PL 5193/13	Fabio Trad - PMDB/MS	20/03/13	P	P	R	Progressão com 3/5 da pena para reincidente específico

¹⁹⁰ Devolvida ao autor.

APÊNDICE D - PROPOSIÇÕES SELECIONADAS (conclusão)

Proposição	Autor	Data	FA	RT	CT	Assunto
PL 5242/13	Jair Bolsonaro - PP/RJ	26/03/13	P	O	T	Homicídio passional
PL 5317/13	Giroto - PMDB/MS	04/04/13	P	O	T	Tráfico interno e internacional de pessoas
PL 5398/13	Jair Bolsonaro - PP/RJ	17/04/13	P	O	R	Aumenta pena para estupro; tratamento químico para livramento e progressão de regime, com 2/5 e 3/5 da pena
PL 5524/13	Eduardo da Fonte - PP/PE	07/05/13	P	P	E	Define o tempo de internação conforme a idade
PL 5527/13	Laercio Oliveira - PR/SE	08/05/13	P	P	T	Depredação de bem público
PL 5561/13	Jutahy Junior - PSDB/BA	13/05/13	P	P	C	Ato infracional gravíssimo equivalente aos da LCH
PL 5645/13	Jorginho Mello - PR/SC	23/05/13	P	P	T	Corrupção de menores
PL 5766/13	Vieira da Cunha - PDT/RS	12/06/13	C	O	R	Prioridade nos procedimentos relativos a crimes hediondos
PL 5900/13	Senado Federal - Pedro Taques - PDT/MT	05/07/13	P	U	T	Crimes contra a Administração pública; homicídio simples
PL 6145/13	Enio Bacci - PDT/RS	21/08/13	P	O	B	Homicídio tentado que resulte lesão gravíssima
PL 6195/13	Leopoldo Meyer - PSB/PR	27/08/13	P	O	T	Lesão ou maus tratos contra idoso
PEC 302/13	Jorginho Mello -PR/SC e outros	28/08/13	P	E	C	Imputabilidade de adolescentes para crimes hediondos
PL 6240/13	Senado Federal - Vital do Rêgo - PMDB/PB	30/08/13	P	P	T	Desaparecimento forçado de pessoa
PL 6248/13	Keiko Ota - PSB/SP	03/09/13	P	O	T	Produtos alimentícios, passível de prisão temporária
PL 6288/13	Raul Henry - PMDB/PE	05/09/13	P	P	R	Progressão de regime cumpridos 4/5 da pena - hediondo
PL 6622/13	Carlos Sampaio - PSDB/SP	23/10/13	P	O	T	Feminicídio
PL 6934/13	CPI Tráfico Pessoas	11/12/13	P	P	T	Redução a condição análoga à de escravo; tráfico de pessoas
PL 6975/13	Enio Bacci - PDT/RS	17/12/13	P	O	B	Exige dano à saúde para caracteriza crime hediondo no caso de adulteração de medicamentos

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continua)

Quadro E.1 – Discursos relacionados ao evento 10 – Tim Lopes (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedio- ndo	
					Parcial	Exclu- siva			
11/06/2002	HO	Luiz Sérgio	PT-RJ		X				
11/06/2002	PE	Simão Sessim	PPB-RJ			X	X		
11/06/2002	GE	Zenaldo Coutinho	PSDB-PA		X		X		Dr. Hélio, Ronaldo César Coelho, Moroni Torgan
11/06/2002	GE	Jandira Feghali	PCdoB-RJ		X			X	Socorro Gomes, Eber Silva
11/06/2002	GE	Beto Albuquerque	PSB-RS		X				
11/06/2002	GE	Dr. Rosinha	PT-PR		X				
11/06/2002	OD	Aécio Neves (Presidente)	PSDB-MG			X			
11/06/2002	OD	Aécio Neves (Presidente)	PSDB-MG			X			
11/06/2002	PR	Arnaldo Faria de Sá	PTB-SP		X				
11/06/2002	PR	Beto Albuquerque	PSB-RS		X				
11/06/2002	OD	Fernando Gabeira	PT-RJ			X			
11/06/2002	PR	José Carlos Coutinho	PFL-RJ		X				
11/06/2002	OD	Miro Teixeira	PDT-RJ			X	X		
11/06/2002	PR	Nelson Pellegrino	PT-BA		X				
11/06/2002	PR	Ricardo Berzoini	PT-SP		X				
11/06/2002	OD	Walter Pinheiro	PT-BA		X				
11/06/2002	CP	José de Abreu	PTN-SP			X			
11/06/2002	CP	Miriam Reid	PSB-RJ		X				
11/06/2002	CP	Sérgio Novais	PSB-CE		X				
12/06/2002	PE	Dr. Heleno	PSDB-RJ		X				
12/06/2002	GE	Eurípedes Miranda	PDT-RO		X				
12/06/2002	GE	José Roberto Batochio	PDT-SP		X		X	X	
12/06/2002	GE	Wellington Dias	PT-PI		X				
12/06/2002	CP	Nelson Pellegrino	PT-BA		X				
12/06/2002	CP	Socorro Gomes	PCDOB- PA		X				
13/06/2002	HO	Celcita Pinheiro	PFL-MT		X				
13/06/2002	HO	Wilson Santos (Presidente)	PSDB-MT		X		X		
18/06/2002	PE	Gonzaga Patriota	PSB-PE		X				
19/06/2002	GE	Luiz Eduardo Greenhalgh	PT-SP						
20/06/2002	BC	Luiz Antonio Fleury	PTB-SP		X			X	
25/06/2002	HO	Elcione Barbalho	PMDB-PA		X		X		
25/06/2002	GE	Enio Bacci	PDT-RS		X				
28/06/2002	GE	Ronaldo Vasconcellos	PL-MG		X				
06/08/2002	OD	Pompeo de Mattos	PDT-RS				X		
21/08/2002	PE	Arnon Bezerra	PSDB-CE		X				
27/08/2002	GE	Simão Sessim	PPB-RJ		X				
09/10/2002	GE	Wilson Santos	PSDB-MT		X		X		
30/10/2002	CP	Wilson Santos	PSDB-MT		X		X		
20/11/2002	BC	João Mendes	PFL-RJ		X				

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.1 – Discursos relacionados ao evento 10 – Tim Lopes (continuação).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedio- ndo	
					Parcial	Exclu- siva			
24/03/2003	GE	Neucimar Fraga	PL-ES		X				
31/03/2003	GE	João Campos	PSDB-GO		X				Costa Ferreira, Zequi- nha Marinho, Darci Coelho
07/04/2003	PE	Selma Schons	PT-PR		X				
21/05/2003	PE	Juíza Denise Frossard	PSDB-RJ		X				
04/06/2003	HO	João Paulo Cu- nha (Presidente)	PT-SP		X				
04/06/2003	HO	João Paulo Cu- nha (Presidente)	PT-SP			X			
04/06/2003	HO	Daniel Almeida	PCdoB-BA		X				Mauro Benevides
04/06/2003	HO	Chico Alencar	PT-RJ		X				
04/06/2003	HO	Laura Carneiro	PFL-RJ		X		X		
04/06/2003	HO	Inaldo Leitão	PSDB-PB		X				
04/06/2003	HO	Paulo Baltazar	PSB-RJ		X				
04/06/2003	HO	Wilson Santos	PSDB-MT		X		X		
04/06/2003	HO	Wladimir Costa	PMDB-PA		X				
04/06/2003	HO	Júlio Lopes	PP-RJ		X		X		
04/06/2003	HO	Maurício Rabelo	PL-TO		X		X		
04/06/2003	HO	Laura Carneiro	PFL-RJ			X			
04/06/2003	HO	Neiva Moreira	PDT-MA		X				
04/06/2003	HO	Daniel Almeida (Presidente)	PCdoB-BA		X				
04/06/2003	HO	Sandra Quintella	(*)			X	X		
04/06/2003	HO	Marcelo Ortiz	PV-SP		X				
04/06/2003	HO	Selma Schons	PT-PR		X				
04/06/2003	HO	Daniel Almeida (Presidente)	PCdoB-BA		X				
04/06/2003	PE	Vignatti	PT-SC		X				
04/06/2003	PE	Serafim Venzon	Sem Parti- do-SC		X				
05/06/2003	GE	Fernando de Fabinho	PFL-BA	X					
10/06/2003	PE	Eunício Olivei- ra	PMDB-CE		X		X		
18/09/2003	PE	Alberto Fraga	PMDB-DF		X		X		
07/04/2004	GE	Sandro Mabel	PL-GO		X				
14/04/2004	PE	Chico Alencar	PT-RJ		X		X		
27/05/2004	GE	Laura Carneiro	PFL-RJ		X				
16/06/2004	BC	Chico Alencar	PT-RJ		X				
21/09/2004	PE	José Divino	PMDB-RJ		X				
14/10/2004	PE	José Divino	PMDB-RJ		X		X		
15/10/2004	GE	Perpétua Al- meida	PCdoB-AC		X		X		
10/03/2005	GE	José Divino	PMDB-RJ		X				Zé Geraldo, Augusto Nardes, Coriolano Sales, Carlos Mota
01/06/2005	BC	Daniel Almeida	PCdoB-BA		X				
22/06/2005	HO	Marcos de Jesus	PL-PE		X				
22/06/2005	PE	André Figueire- do	PDT-CE		X				
03/05/2007	OD	Maria Lúcia Cardoso	PMDB-MG		X				
14/04/2011	PE	Delegado Protógenes	PCdoB-SP		X				
06/06/2012	BC	Keiko Ota	PSB-SP		X				
04/04/2013	PE	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
23/05/2013	OD	Alfredo Sirkis	PV-RJ		X				

(*) Representante da família de Tim Lopes que falou da tribuna mediante quebra do protocolo autorizada pelo Presidente da Sessão.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.2 – Discursos relacionados ao evento 11 – Suzane von Richthofen.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
12/11/2002	OD	Magno Malta	PL-ES		X			X	
13/11/2002	PE	Almerinda de Carvalho	PPB-RJ		X				
20/11/2002	BC	Jovair Arantes	PSDB-GO			X			
10/11/2005	PE	João Batista	PP-SP		X				
10/11/2005	PE	Alberto Fraga	PFL-DF		X				
22/02/2006	CP	Medeiros	PL-SP		X				
30/05/2006	OD	Nelson Mar- quezeli	PTB-SP		X				
27/02/2013	PE	Keiko Ota	PSB-SP		X				191
01/03/2013	GE	Osmar Terra	PMDB-RS		X				Mauro Mariani, Renan Filho, Edinho Bez, Manoel Júnior, Edinho Araújo
25/04/2013	CP	Lincoln Portela	PR-MG		X				Osmar Terra
31/05/2013	PE	Osmar Terra	PMDB-RS		X				Mauro Benevides (Presidente)

Quadro E.3 – Discursos relacionados ao evento 12 – Pedrinho.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Vef- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
19/11/2002	PR	Moroni Torgan	PFL-CE		X				
27/04/2006	BC	Sandra Rosado	PSB-RN		X				

Quadro E.4 – Discursos relacionados ao evento 14 – Liana Friedenbach e Felipe Caffé (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
12/11/2003	OD	Vicentinho	PT-SP			X	X		
17/11/2003	PE	Feu Rosa	PP-ES		X		X		
18/11/2003	OD	Ivan Valente	PT-SP	X			X		
19/11/2003	PE	Jair Bolsonaro	PTB-RJ		X		X		
20/11/2003	PE	Nelson Mar- quezelli	PTB-SP		X			X	
27/11/2003	PE	Carlos Nader	PL-RJ		X		X	X	
27/11/2003	PE	Vieira Reis	PMDB-RJ		X				
03/12/2003	PE	Jair Bolsonaro	PTB-RJ		X				
17/12/2003	PE	Léo Alcântara	PSDB-CE		X		X		
12/05/2004	PE	Pedro Corrêa	PP-PE		X			X	
05/10/2004	OD	Luiz Antônio Fleury	PTB-SP		X				
13/11/2006	GE	Alberto Fraga	PFL-DF				X		¹⁹² Colbert Martins
12/02/2007	OD	Arnaldo Faria de Sá	PTB-SP		X				¹⁹³
14/02/2007	PE	Fábio Souto	PFL-BA	X				X	¹⁹⁴
28/02/2007	PE	Jair Bolsonaro	PTB-RJ	X					¹⁹⁵

¹⁹¹ Alusão ao evento 16 – Gil Rugai.

¹⁹² Alusão ao evento 19 – Ataques do PCC.

¹⁹³ Alusão ao evento 23 – João Hélio.

¹⁹⁴ Alusão ao evento 23 – João Hélio.

¹⁹⁵ Alusão ao evento 23 – João Hélio.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.4 – Discursos relacionados ao evento 14 – Liana Friedenbach e Felipe Caffé (conclusão).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Vef- culos mi diá- ticos	Crime hed- i- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
07/03/2007	GE	Paulo Teixeira	PT-SP	X				X	Paulo Maluf, Domingos Dutra, Mauro Benevides, Vicentinho, João Oliveira
03/05/2007	GE	Abelardo Camarinha	PSB-SP	X			X	X	Urzeni Rocha, Damião Feliciano, Vanessa Graziottin
21/11/2007	PE	Alfredo Kaefer	PSDB -PR		X			X	
14/05/2008	OD	Márcio França	PSB-SP	X					
07/11/2013	BC	Keiko Ota	PSB-SP		X		X		

Quadro E.5 – Discursos relacionados ao evento 15 – Assassinato de doze crianças no RS.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Vef- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
19/01/2004	PE	Beto Albuquerque	PSB-RS		X			X	
22/01/2004	PE	Francisco Appio	PP-RS		X				

Quadro E.6 – Discursos relacionados ao evento 16 – Gil Rugai.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
07/07/2005	GE	Pastor Fran- kembergen	PTB-RR		X				Mauro Benevides, Neucimar Fraga, Or- lando Fantazzini, Viei- ra Reis, Heleno Silva
27/02/2013	PE	Keiko Ota	PSB-SP		X				196

Quadro E.7 – Discurso relacionado ao evento 17 – Sanfelice.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
23/06/2004	BC	Francisco Turra	PP-RS	X				X	

¹⁹⁶ Alusão ao evento 11 – Suzane von Richthofen.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.8 – Discursos relacionados ao evento 18 – Dorothy Stang (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
14/02/2005	AB	Edson Duarte	PV-BA		X				
16/02/2005	OD	Adão Pretto	PT-RS		X				
16/02/2005	OD	Babá	S/P-PA		X				
16/02/2005	OD	Carlos Nader	PL-RJ		X				
16/02/2005	OD	Jackson Barreto	PTB-SE		X				
16/02/2005	OD	João Grandão	PT-MS			X	X		
16/02/2005	OD	Luci Choinacki	PT-SC		X				
16/02/2005	OD	Nelson Pelle- grino	PT-BA		X				
16/02/2005	OD	Nilson Mourão	PT-AC		X				
16/02/2005	OD	Selma Schons	PT-PR		X				
16/02/2005	OD	Zenaldo Couti- nho	PSDB-PA		X				
17/02/2005	PE	Jamil Murad	PCdoB-SP		X				
17/02/2005	PE	Janete Capibe- ribe	PSB-AP		X				
17/02/2005	PE	Chico Alencar	PT-RJ	X					
17/02/2005	PE	Luiz Couto	PT-PB		X				
17/02/2005	PE	Humberto Michiles	PL-AM		X				
17/02/2005	PE	Luiz Sérgio	PT-RJ		X				
17/02/2005	GE	João Alfredo	PT-CE		X				Zé Geraldo
17/02/2005	GE	Anivaldo Vale	PSDB-PA		X				
17/02/2005	CP	Zé Geraldo	PT-PA		X				
17/02/2005	CP	Raul Jungmann	PPS-PE		X				
17/02/2005	CP	Nícias Ribeiro	PSDB-PA		X				
17/02/2005	CP	Maria do Rosá- rio	PT-RS		X				
17/02/2005	CP	Ann Pontes	PMDB-PA		X				
17/02/2005	CP	Fernando Ferro	PT-PE		X				
21/02/2005	GE	Babá	S/P-PA		X		X		Mauro Benevides
21/02/2005	GE	Zé Geraldo	PT-PA	X					
21/02/2005	GE	Nilson Pinto	PSDB-PA		X		X		Mauro Benevides, Zé Geraldo, Sebastião Madeira, Rodolfo Pereira
21/02/2005	GE	Feu Rosa	PP-ES		X				
21/02/2005	GE	Zé Geraldo	PT-PA		X				
21/02/2005	GE	Eduardo Val- verde	PT-RO		X				Hamilton Casara, Orlando Desconsi
21/02/2005	GE	Zé Geraldo	PT-PA		X				
22/02/2005	PE	Vicentinho	PT-SP		X				
22/02/2005	GE	Iriny Lopes	PT-ES		X				Neucimar Fraga, Luiz Couto, Daniel Almei- da, Luciana Genro
22/02/2005	GE	Dr. Rosinha	PT-PR		X				
22/02/2005	GE	João Magno	PT-MG		X				
22/02/2005	CP	Wladimir Costa	PMDB-PA		X		X		
23/02/2005	PE	Zé Lima	PP-PA		X				
23/02/2005	PE	Josué Bengtson	PTB-PA		X			X	
23/02/2005	OD	Carlos Souza	PP-AM	X					
25/02/2005	GE	Samery Filho	PV-MA		X				
25/02/2005	GE	Babá	S/P-PA		X		X		
28/02/2005	PE	Wasny de Roure	PT-DF		X				
28/02/2005	PE	Chicão Brígido	PMDB-AC		X			X	
28/02/2005	GE	Paes Landim	PTB-PI		X		X		
28/02/2005	GE	Wagner Lago	PP-MA		X		X		Luiz Couto
28/02/2005	GE	Edson Duarte	PV-BA		X				Hamilton Casara, Eduardo Valverde
01/03/2005	PE	Babá	S/P-PA		X				

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.8 – Discursos relacionados ao evento 18 – Dorothy Stang (continuação).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Vef- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
01/03/2005	OD	Eduardo Val- verde	PT-RO	X					
01/03/2005	OD	Luciana Genro	S/P-RS		X				
02/03/2005	PE	Luiz Couto	PT-PB	X					
02/03/2005	GE	Beto Albuquer- que	PSB-RS		X				Zé Geraldo, Carlos Souza, Anivaldo Vale
02/03/2005	PE	Raimundo Santos	PL-PA		X		X		
03/03/2005	OD	Gilberto Nas- cimento	PMDB-SP			X	X	X	
07/03/2005	GE	Rose de Freitas	PMDB-ES		X				
08/03/2005	PE	Chico Alencar	PT-RJ		X				
08/03/2005	OD	Ivo José	PT-MG	X					
08/03/2005	OD	Zé Lima	PP-PA		X				
09/03/2005	PE	João Campos	PSDB-GO		X				
10/03/2005	PE	Asdrúbal Ben- tes	PMDB-PA		X				
15/03/2005	PE	Zequinha Marinho	S/P-PA		X				
16/03/2005	PE	Zé Lima	PP-PA		X		X		
17/03/2005	OD	Josué Bengtson	PTB-PA	X					
22/03/2005	OD	Feu Rosa	PP-ES			X		X	
28/03/2005	PE	Valdir Colatto	PMDB-SC		X				
	GE	Nilson Mourão	PT-AC		X				
29/03/2005	PE	Zonta	PP-SC		X			X	
08/04/2005	GE	César Medeiros	PT-MG		X		X		
14/04/2005	HO	Wasny de Roure	PT-DF		X				
19/04/2005	GE	Nícias Ribeiro	PSDB-PA		X		X		Eduardo Gomes, Al- berto Fraga, Coriolano Sales, Jair Bolsonaro
02/06/2005	PE	Zé Lima	PP-PA		X				
08/06/2005	PE	Zé Geraldo	PT-PA		X				
08/08/2005	HO	Luci Choinacki	PT-SC		X				
14/09/2005	PE	Zé Geraldo	PT-PA			X			
27/09/2005	PE	Zé Geraldo	PT-PA		X				
06/12/2005	PE	Max Rosen- mann	PMDB-PR		X				
07/12/2005	PE	Socorro Gomes	PCdoB-PA		X			X	
08/12/2005	PE	Max Rosen- mann	PMDB-PR		X				
14/12/2005	OD	Socorro Gomes	PCdoB-PA		X				
03/02/2006	PE	Carlos Nader	PL-RJ		X			X	
17/05/2006	PE	Laura Carneiro	PFL-RJ		X				
12/02/2007	GE	Adão Pretto	PT-RS			X			
13/02/2007	BC	Paulo Rocha	PT-PA			X			
15/05/2007	OD	Adão Pretto	PT-RS			X	X		
16/05/2007	BC	José Genoíno	PT-SP		X		X		
16/05/2007	BC	Dr. Rosinha	PT-PR		X				
16/05/2007		Paulo Rocha	PT-BA			X			
17/05/2007	BC	Flaviano Melo	PMDB-AC		X			X	
18/05/2007	PE	Nilson Mourão	PT-AC			X			
13/12/2007	PE	Janete Cabibe- ribe	PSB-AC			X			
12/02/2008	PE	Paulo Rocha	PT-PA		X				
07/05/2008	PE	Adão Pretto	PT-RS			X			
07/05/2008	PE	Chico Alencar	PSol-RJ		X				
07/05/2008	PE	Domingos Dutra	PT-MA	X					
07/05/2008	PE	Paulo Rocha	PT-PA		X				
07/05/2008	PE	Perpétua Al- meida	PCdoB-AC		X				

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.8 – Discursos relacionados ao evento 18 – Dorothy Stang (conclusão).

07/05/2008	OD	Maurício Rands	PT-PE		X			
08/05/2008	BC	Domingos Dutra	PT-MA		X			
08/05/2008	BC	Ivan Valente	PSol-SP		X		X	
08/05/2008	OD	Luiz Couto	PT-PB		X			
08/05/2008	OD	Neucimar Fraga	PR-ES		X			
08/05/2008	OD	Nilson Mourão	PT-AC			X		X
08/05/2008	OD	Raul Jungmann	PPS-PE		X			
13/05/2008	PE	Beto Faro	PT-PA		X			X
15/05/2008	OD	Luiz Bassuma	PT-BA		X			
15/05/2008	PE	Paulo Rocha	PT-PA		X			
28/05/2008	PE	Luiz Bittencourt	PMDB-GO		X			
12/11/2008	BC	Sebastião Bala Rocha	PDT-AP		X			
02/12/2008	BC	Adão Pretto	PT-RS			X		
12/02/2009	BC	Chico Alencar	PSol-RJ			X		X
12/02/2009	BC	Pedro Wilson	PT-GO		X			
08/04/2009	BC	Luiz Couto	PT-PB			X		
08/04/2009	PE	Chico Alencar	PSol-RJ		X			
23/04/2009	BC	Ivan Valente	PSol-SP		X		X	
23/04/2009	PE	Pedro Wilson	PT-GO		X		X	
14/12/2009	CP	Pedro Wilson	PT-GO		X			
13/04/2010	PE	Pedro Wilson	PT-GO		X			
14/04/2010	PE	Pedro Wilson	PT-GO		X			
14/04/2010	PE	Paulo Rocha	PT-PA		X			
16/02/2011	BC	Ivan Valente	PSol-SP		X			
26/05/2011	PE	Amauri Teixeira	PT-BA		X			X
13/02/2012	CP	Domingos Dutra	PT-MA		X			
07/03/2012	GE	Miriquinho Batista	PT-PA		X			
22/08/2012	PE	Marcon	PT-RS			X		

Quadro E.9 – Discursos relacionados ao evento 19 – Ataques do PCC (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos miδιά- ticos	Crime hedio- ndo	
					Parcial	Exclu- siva			
15/05/2006	GE	Mariângela Duarte	PT-SP		X		X		Vanessa Grazziotin
16/05/2006	PE	Reinaldo Betão	PL-RJ			X			
16/05/2006	GE	José Carlos Aleluia	PFL-BA	X					
17/05/2006	GE	Paulo Lima	PMDB-SP		X				
18/05/2006	PE	João Matos	PMDB-SC		X		X		
18/05/2006	PE	Fernando Gabeira	PV-RJ		X		X		
18/05/2006	GE	Carlos Abicalil	PT-MT		X		X		Marcondes Gadelha, Zé Geraldo, Inácio Arruda
18/05/2006	OD	Jovino Cândido	PV-SP		X		X		
22/05/2006	GE	João Campos	PSDB-GO		X		X		
22/05/2006	GE	Luiz Couto	PT-PB		X		X		
24/05/2006	PE	Paulo Lima	PMDB-SP		X				
24/05/2006	PE	Eunício Oliveira	PMDB-CE		X				
29/05/2006	GE	Osório Adriano	PFL-DF		X		X		Mauro Benevides, Vieira Reis, Francisco Escórcio
07/06/2006	PE	Lael Varella	PFL-MG		X		X		
04/07/2006	PE	Geraldo Resende	PPS-MS		X			X	

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.9 – Discursos relacionados ao evento 19 – Ataques do PCC (conclusão).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
12/07/2006	BC	Tarcísio Zimmermann	PT-RS		X				
12/07/2006	PE	Alberto Fraga	PFL-DF			X			
04/10/2006	PE	Lincoln Portela	PL-MG		X				
21/11/2006	GE	Lincoln Portela	PL-MG		X				
02/10/2007	PE	William Woo	PSDB-SP		X		X		

Quadro E.10 – Discurso relacionado ao evento 20 – Portanova.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
15/08/2006	GE	Colbert Martins	PPS-BA	X			X		

Quadro E.11 – Discurso relacionado ao evento 22 – Família queimada em SP.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
22/12/2006	PE	Alberto Fraga	PFL-DF					X	

Quadro E.12 – Discursos relacionados ao evento 23 – João Hélio (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
08/02/2007	PE	Vinícius Carva- lho	PTdoB-RJ			X			
08/02/2007	OD	João Campos	PSDB-GO	X				X	
09/02/2007	CP	Pastor Manoel Ferreira	PTB-RJ	X					
12/02/2007	PE	Neucimar Fraga	PR-ES		X				
12/02/2007	OD	Maurício Rands	PT-PE		X				
12/02/2007	OD	Arnaldo Faria de Sá	PTB-SP		X				197
13/02/2007	OD	Íris de Araújo	PMDB-GO		X				
14/02/2007	PE	Chico Alencar	PSol-RJ		X				
14/02/2007	PE	Pompeo de Mattos	PDT-RS		X			X	
14/02/2007	PE	Rita Camata	PMDB-ES		X		X		
14/02/2007	PE	Barbosa Neto	PDT-PR		X				
14/02/2007	PE	Sandes Júnior	PP-GO		X				
14/02/2007	PE	Alexandre Santos	PMDB-RJ		X				
14/02/2007	PE	Eduardo da Fonte	PP-PE		X			X	
14/02/2007	PE	Iran Barbosa	PT-SE		X				
14/02/2007	OD	Miro Teixeira	PDT-RJ		X		X	X	
14/02/2007	OD	Abelardo Camarinha	PSB-SP		X			X	198

¹⁹⁷ Alusão ao evento 14 – Liana Friedenbach e Felipe Caffé (consta do evento).

¹⁹⁸ Alusão ao evento 14 – Liana Friedenbach e Felipe Caffé (consta do evento).

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.12 – Discursos relacionados ao evento 23 – João Hélio (continuação).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
14/02/2007	OD	Edmilson Valentim	PCdoB-RJ		X			X	
15/02/2007	BC	Elene Lima	PP-MT		X				
15/02/2007	BC	Vanessa Graz- ziotin	PCdoB-AM		X			X	
15/02/2007	BC	Ademir Camilo	PDT-MG		X			X	
15/02/2007	PE	Wellington Fagundes	PR-MT		X			X	
15/02/2007	PE	Manuela D'Ávi- la	PCdoB-RS		X				
15/02/2007	PE	Ivan Valente	PSol-SP		X				
15/02/2007	PE	Frank Aguiar	PTB-SP		X			X	
15/02/2007	GE	Colbert Martins	PMDB-BA		X				Domingos Dutra, Waldir Maranhão, Geraldo Pudim
15/02/2007	OD	Jusmari Olivei- ra	PFL-BA		X				
15/02/2007	OD	Alexandre Silveira	PPS-MG		X			X	
16/02/2007	PE	Rodvalho	PFL-DF		X		X		
22/02/2007	GE	Paes Landim	PTB-PI		X				Flávio Dino, Rodrigo Rollemberg
23/02/2007	PE	Alberto Fraga	PFL-DF		X			X	
26/02/2007	PE	Marcelo Sera- fim	PSB-AM		X				
27/02/2007	GE	Nelson Pelle- grino	PT-BA		X			X	Mauro Benevides, Vanessa Grazziotin, Carlos Souza, Max Rosenmann, Jorginho Maluly
28/02/2007	BC	Eunício Olivei- ra	PMDB-CE		X			X	
01/03/2007	GE	Raul Henry	PMDB-PE		X				Edgar Moury, Leonardo Quintão, Albano Franco, Ciro Gomes, Roberto Magalhães, João Oliveira, Waldir Maranhão, Mauro Benevides, Sílvio Costa
01/03/2007	OD	Gervásio Silva	PFL-SC		X				
02/03/2007	GE	Rose de Freitas	PMDB-ES		X		X	X	
06/03/2007	PE	Arnaldo Vianna	PDT-RJ		X			X	
06/03/2007	GE	Valtenir Luiz Pereira	PSB-MT		X		X		Mauro Benevides, Eliene Lima, Zé Geraldo
07/03/2007	HO	Marina Maggessi	PPS-RJ		X				
07/03/2007	GE	Paulo Teixeira	PT-SP		X			X	Paulo Maluf, Domingos Dutra, Mauro Benevides, Vicentinho, João Oliveira ¹⁹⁹
19/03/2007	GE	Reinaldo No- gueira	PDT-SP		X				
19/03/2007	GE	Luiz Bassuma	PT-BA		X				
22/03/2007	GE	Affonso Ca- margo	PSDB-PR		X				Dr. Ubiali, Celso Maldaner, Luiz Carlos Setim, Nilmar Ruiz, Lobbe Neto

¹⁹⁹ Alusão aos eventos 14 – Liana Friedenbach e Felipe Caffé e 19 – Ataques do PCC.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.12 – Discursos relacionados ao evento 23 – João Hélio (conclusão).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
26/03/2007	PE	Alceni Guerra	PFL-PR		X		X		
28/03/2007	PE	Sandes Júnior	PP-GO		X		X		
02/04/2007	PE	Humberto Souto	PPS-MG		X				
03/04/2007	PE	Décio Lima	PT-SC		X		X		
23/04/2007	GE	Marcelo Melo	PMDB-GO		X				Mauro Benevides
29/05/2007	OD	William Woo	PSDB-SP		X				
29/08/2007	GE	Paulo Pimenta	PT-RS		X				Bruno Araújo
18/09/2007	BC	Alexandre Santos	PMDB-RJ		X				
04/10/2007	PE	Iriny Lopes	PT-ES		X				
08/02/2008	GE	Flávio Dino	PCdoB-MA		X				Domingos Dutra ²⁰⁰
18/03/2008	OD	José Aníbal	PSDB-SP		X				
29/04/2008	OD	Zenaldo Coutinho	PSDB-PA		X			X	
22/02/2010	GE	Laerte Bessa	PSC-DF		X		X		
24/02/2010	BC	Marçal Filho	PMDB-MS		X				
24/02/2010	BC	Vinícius Carvalho	PTdoB-RJ		X				
02/03/2010	PE	Edinho Bez	PMDB-SC		X				
14/02/2011	GE	João Rodrigues	DEM-SC		X		X	X	Marçal Filho, Sibá Machado, Heuler Cruvinel

Quadro E.13 – Discursos relacionados ao evento 24 – Menina torturada em Goiânia.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
22/04/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X		X		201
06/05/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X		X		202
11/06/2008	BC	Íris de Araújo	PMDB-GO		X			X	203
07/07/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X				Mauro Benevides, Átila Lins 204

Quadro E.14 – Discursos relacionados ao evento 25 – Isabella Nardoni (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
10/04/2008	PE	Aline Corrêa	PP-SP		X		X		
10/04/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X		X		205
11/04/2008	GE	Nilson Mourão	PT-AC		X				206
18/04/2008	CP	Veloso	PMDB-BA		X			X	
22/04/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X				207
24/04/2008	PE	Marcelo Melo	PMDB-GO		X		X		
06/05/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X				208
08/05/2008	BC	William Woo	PSDB-SP		X				

²⁰⁰ Como presidente da sessão, não pôde apartear, mas fez extenso comentário ao final.

²⁰¹ Alusão ao evento 25 – Isabella Nardoni.

²⁰² Alusão ao evento 25 – Isabella Nardoni.

²⁰³ Alusão ao evento 25 – Isabella Nardoni.

²⁰⁴ Alusão ao evento 25 – Isabella Nardoni.

²⁰⁵ Alusão aos eventos 24 – Menina torturada em Goiânia, e 23 – João Hélio.

²⁰⁶ Alusão contextual aos eventos 11 – Richthofen, 23 – João Hélio, e 6 (universitário atira a esmo em cinema).

²⁰⁷ Mesmo discurso do evento 24 – Menina torturada em Goiânia.

²⁰⁸ Mesmo discurso do evento 24 – Menina torturada em Goiânia.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.14 – Discursos relacionados ao evento 25 – Isabella Nardoni (conclusão).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
08/05/2008	PE	Ciro Nogueira	PP-PI		X				
20/05/2008	PE	Barbosa Neto	PDT-PR		X				209
02/06/2008	GE	Walter Brito Neto	PRB-PB		X				
03/06/2008	PE	Jefferson Cam- pos	PTB-SP		X				
11/06/2008	BC	Íris de Araújo	PMDB-GO		X			X	210
18/06/2008	BC	Rebecca Garcia	PP-AM		X				
07/07/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X				211
28/10/2008	PE	Domingos Dutra	PT-MA		X				212
16/12/2008	BC	Mário de Oli- veira	PSC-MG		X				
25/03/2009	PE	Mário de Oli- veira	PSC-MG		X				
08/04/2010	BC	Jefferson Cam- pos	PTB-SP		X				
19/04/2011	BC	Fábio Trad	PMDB-MS		X				
25/05/2011	BC	Iracema Portella	PP-PI		X				
26/06/2012	OD	Stefano Aguiar	PSC-MG		X				

Quadro E.15 – Discursos relacionados ao evento 26 – Inglesa esquartejada.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Vef- culos mediá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
04/08/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO			X			
02/09/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO			X			

Quadro E.16 – Discursos relacionados ao evento 28 – Militares entregam rivais a traficantes (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
17/06/2008	PE	Carlos Santana	PT-RJ			X			
17/06/2008	GE	Duarte Noguei- ra	PSDB-SP			X			
17/06/2008	OD	Solange Amaral	DEM-RJ			X			
17/06/2008	OD	Luiz Couto	PT-PB		X				
17/06/2008	OD	Chico Alencar	PSol-RJ			X			
17/06/2008	OD	Lelo Coimbra	PMDB-ES			X			
17/06/2008	OD	Henrique Fontana	PT-RS			X			Inocência Oliveira ²¹³
17/06/2008	OD	Pedro Eugênio	PT-PE			X			
17/06/2008	OD	Filipe Pereira	PSC-RJ			X			
17/06/2008	OD	Dr. Talmir	PV-SP			X			
17/06/2008	OD	Sarney Filho	PV-MA			X			
18/06/2008	OD	Fernando Ferro	PT-PE			X			
18/06/2008	OD	José Genóino	PT-SP			X			
18/06/2008	OD	Vanderlei Macris	PSDB-SP			X			

²⁰⁹ Alusão ao evento 18 – Dorothy Stang.

²¹⁰ Mesmo discurso do evento 24 – Menina torturada em Goiânia.

²¹¹ Mesmo discurso do evento 24 – Menina torturada em Goiânia.

²¹² Alusão aos eventos 29 – Eloá Pimentel, e 23 – João Hélio.

²¹³ Como presidente da sessão, não pôde apartear, mas fez comentário alusivo ao tema do discurso ao final.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.16 – Discursos relacionados ao evento 28 – Militares entregam rivais a traficantes (conclusão).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos mi diá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
18/06/2008	BC	Marcelo Gui- marães Filho	PMDB-BA		X				214
18/06/2008	OD	Chico Alencar	PSol-RJ		X				
19/06/2008	BC	Raul Jungmann	PPS-PE		X				
19/06/2008	BC	Felipe Bornier	PHS-RJ			X			
07/07/2008	GE	Íris de Araújo	PMDB-GO			X			215

Quadro E.17 – Discursos relacionados ao evento 29 – Eloá Pimentel.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
16/10/2008	CP	Nilson Mourão	PT-AC		X				
20/10/2008	PE	Alceni Guerra	DEM-PR		X				
20/10/2008	PE	José Fernando Aparecido de Oliveira	PV-MG		X				
20/10/2008	PE	José Edmar	PR-DF		X				
20/10/2008	GE	Vicentinho Alves	PR-TO		X				
22/10/2008	PE	William Woo	PSDB-SP		X				
22/10/2008	PE	Rita Camata	PMDB-ES		X	X			
29/10/2008	OD	William Woo	PSDB-SP						
05/11/2008	PE	Lael Varella	DEM-MG		X	X			
05/03/2010	GE	Veloso	PMDB-BA		X		X		

Quadro E.18 – Discursos relacionados ao evento 30 – Assassinato de sete jovens em Luziânia.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
12/04/2010	GE	Rodrigo Rollemberg	PSB-DF			X			
13/04/2010	PE	Geraldo Pudim	PR-RJ			X			
13/04/2010	PE	Íris de Araújo	PMDB-GO			X		X	
14/04/2010	PE	Germano Bonow	DEM-RS			X	X	X	
15/04/2010	BC	Domingos Dutra	PT-MA			X			
02/06/2010	OD	Carlos Alberto Leréia	PSDB-GO			X		X	

Quadro E.19 – Discursos relacionados ao evento 31 – Incesto no Maranhão.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Vef- culos mediá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
16/06/2010	BC	Antônio Bu- lhões	PRB-SP			X			

²¹⁴ Alusão ao evento 10 – Tim Lopes.

²¹⁵ Mesmo discurso do evento 24 – Menina torturada em Goiânia.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.20 – Discursos relacionados ao evento 32 – Goleiro Bruno.

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos mi diá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
06/07/2010	OD	Jô Moraes	PCdoB-MG			X			
07/07/2010	PE	Solange Amaral	DEM-RJ		X				
07/07/2010	OD	Luiz Couto	PT-PB			X			
13/07/2010	PE	Laerte Bessa	PSC-DF		X			X	216
13/07/2010	GE	Domingos Dutra	PT-MA			X			
13/07/2010	GE	Cida Diogo	PT-RJ		X				
13/07/2010	CP	Alceni Guerra	DEM-PR			X			
14/07/2010	PE	Cida Diogo	PT-RJ			X			
14/07/2010	GE	Veloso	PMDB-BA		X			X	Nilson Mourão, Rose de Freitas, Jorginho Maluly, Dalva Figueiredo
03/08/2010	GE	Paulo Delgado	PT-MG		X				
11/11/2010	BC	Mário de Oliveira	PSC-MG		X				
24/11/2010	PE	Janete Rocha Pietá	PT-SP		X				
07/02/2012	PE	Janete Rocha Pietá	PT-SP		X				
31/10/2012	OD	Janete Rocha Pietá	PT-SP		X				
14/11/2012	BC	Jô Moraes	PCdoB-MG		X				
20/11/2012	PE	Janete Rocha Pietá	PT-SP		X			X	
21/11/2012	BC	Jô Moraes	PCdoB-MG		X				
21/11/2012	OD	Aline Corrêa	PP-SP		X				
06/03/2013	PE	George Hilton	PRB-MG		X				
23/04/2013	OD	Jô Moraes	PCdoB-MG		X				
04/12/2013	CG	Rosângela Gomes	-	-	-	-	-	-	Dep. estadual do RJ, discursando durante Comissão Geral

Quadro E.21 – Discursos relacionados ao evento 33 – Massacre em escola do Realengo (continua).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos miδιά- ticos	Crime hedio- ndo	
					Parcial	Exclu- siva			
07/04/2011	BC	Hugo Leal	PSC-RJ			X			
07/04/2011	BC	Benedita da Silva	PT-RJ			X			
07/04/2011	BC	Gabriel Chalita	PSB-SP		X				
07/04/2011	BC	Chico Alencar	PSol-RJ			X			
07/04/2011	BC	Miro Teixeira	PDT-RJ			X			
07/04/2011	BC	Eduardo Cunha	PMDB-RJ			X			
07/04/2011	BC	Alessandro Molon	PT-RJ		X				
07/04/2011	BC	Bruno Araújo	PSDB-PE			X			
07/04/2011	BC	Liliam Sá	PR-RJ			X			
07/04/2011	BC	Anthony Garo- tinho	PR-RJ			X			
07/04/2011	BC	Ricardo Quirino	PRB-DF			X			
07/04/2011	BC	Delegado Protógenes	PCdoB-SP		X		X		
07/04/2011	OD	Rubens Bueno	PPS-PR		X				
07/04/2011	PE	Carmen Zanotto	PPS-SC			X			
07/04/2011	PE	Chico Alencar	PSol-RJ			X			
07/04/2011	PE	Glauber Braga	PSB-RJ			X			

²¹⁶ Alusão ao evento 30 – Assassinato de sete jovens em Luziânia.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.21 – Discursos relacionados ao evento 33 – Massacre em escola do Realengo (continuação).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos mi- diá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
07/04/2011	PE	Weliton Prado	PT-MG		X				
07/04/2011	PE	Cláudio Puty	PT-PA		X				
07/04/2011	PE	Mendonça Prado	DEM-SE			X			
07/04/2011	PE	Vicente Cândi- do	PT-SP			X			
07/04/2011	PE	Dr. Aluízio	PV-RJ			X			
07/04/2011	PE	Roberto de Lucena	PV-SP			X			
07/04/2011	PE	Vicentinho	PT-SP		X				
07/04/2011	PE	Marllos Sam- paio	PMDB-PI		X			X	
07/04/2011	PE	Delegado Protógenes	PCdoB-SP		X				
07/04/2011	PE	Fernando Marroni	PT-RS		X				
07/04/2011	PE	Keiko Ota	PSB-SP			X			
07/04/2011	PE	Jandira Feghali	PCdoB-RJ			X			
07/04/2011	PE	Áureo	PRTB-RJ		X				
07/04/2011	GE	Salvador Zim- baldi	PDT-SP		X				Sibá Machado
07/04/2011	CP	Ronaldo Bene- det	PMDB-SC		X			X	
07/04/2011	CP	Paulo Teixeira	PT-SP		X				
07/04/2011	CP	Adrian	PMDB-RJ		X				
07/04/2011	CP	Jonas Donizette	PSB-SP		X				
07/04/2011	CP	Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB-SP		X				
07/04/2011	CP	Wilson Filho	PMDB-PB		X				
11/04/2011	CP	Ricardo Quirino	PRB-DF		X				
11/04/2011	GE	Célia Rocha	PTB-AL		X				Mauro Benevides, Raimundão, Fábio Trad, Celso Maldaner
11/04/2011	CP	Janete Rocha Pietá	PT-SP			X			
12/04/2011	PE	Washington Reis	PMDB-RJ			X			
12/04/2011	PE	Sebastião Bala Rocha	PDT-AP			X			
12/04/2011	PE	Sérgio Barradas Carneiro	PT-BA		X				
12/04/2011	PE	Fernando Ferro	PT-PE		X				
12/04/2011	PE	Benedita da Silva	PT-RJ			X			Inocêncio Oliveira (Presidente)
12/04/2011	PE	Stefano Aguiar	PSC-MG			X			
12/04/2011	PE	Antônio Bu- lhões	PRB-SP			X			
12/04/2011	GE	Pastor Marco Feliciano	PSC-SP		X				Mauro Benevides, Ronaldo Fonseca, An- derson Ferreira, Nilton Capixaba, Takayama, Lilíam Sá, Jair Bolso- naro, Luiz Alberto, Paulo Freire ²¹⁷
12/04/2011	GE	Lilíam Sá	PR-RJ		X				
12/04/2011	GE	Ratinho Júnior	PSC-PR		X				
12/04/2011	GE	Nazareno Fonteles	PT-PI		X				
12/04/2011	GE	Esdon Silva	PSB-CE		X				
12/04/2011	GE	Otoniel Lima	PRB-SP		X				

²¹⁷ O presidente da sessão, Deputado Inocêncio Oliveira, concede cinco minutos a mais e depois mais um minuto, para atender aos apartes e conclusão do orador.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (continuação)

Quadro E.21 – Discursos relacionados ao evento 33 – Massacre em escola do Realengo (continuação).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos midiá- ticos	Crime hedio- ndo	
					Parcial	Exclu- siva			
12/04/2011	GE	Chico Alencar	PSol-RJ		X			X	
13/04/2011	BC	Vítor Paulo	PRB-RJ		X				
13/04/2011	BC	Newton Lima	PT-SP		X				
13/04/2011	BC	Dr. Ubiali	PSB-SP		X				
13/04/2011	BC	Dr. Carlos Alberto	PMN-RJ		X				
13/04/2011	BC	Lael Varella	DEM-MG		X				
13/04/2011	BC	Nelson Bornier	PMDB-RJ		X				
13/04/2011	BC	Domingos Neto	PSB -CE		X				
14/04/2011	BC	Jefferson Cam- pos	PSB-SP		X				
14/04/2011	BC	Zoinho	PR-RJ		X				
14/04/2011	CP	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
14/04/2011	CP	Augusto Carva- lho	PPS-DF		X				
18/04/2011	PE	Augusto Carva- lho	PPS-DF		X				
18/04/2011	GE	Marçal Filho	PMDB-MS		X				
18/04/2011	CP	Osmar Terra	PMDB-RS		X				218
19/04/2011	GE	Rebecca Garcia	PP-AM		X				Mauro Benevides, Amauri Teixeira, Márcio Macêdo, Luci Choinacki
19/04/2011	GE	Zonta	PP-SC			X			
19/04/2011	OD	Benedita da Silva	PT-RJ			X			
19/04/2011	OD	Raimundo Gomes de Matos	PSDB-CE		X				
19/04/2011	BC	Eliane Rolim	PT-RJ		X				
20/04/2011	OD	Alessandro Molon	PT-RJ		X				
20/04/2011	GE	Mauro Benevi- des	PMDB-CE		X				
20/04/2011	GE	Roberto Teixei- ra	PP-PE		X		X		Mauro Benevides
26/04/2011	PE	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
26/04/2011	PE	Fábio Faria	PMN-RN		X				
26/04/2011	GE	Delegado Waldir	PSDB-GO		X				
26/04/2011	GE	Liliam Sá	PR-RJ		X				
03/05/2011	GE	Manato	PDT-ES		X				Mauro Benevides, Arnaldo Faria de Sá
03/05/2011	GE	André Moura	PSC-SE		X				
05/05/2011	PE	Márcio Marinho	PRB-BA		X				
05/05/2011	PE	Rogério Carva- lho	PT-SE		X				
09/05/2011	GE	Liliam Sá	PR-RJ		X				Janete Rocha Pietá
11/05/2011	BC	Benedita da Silva	PT-RJ		X				
18/05/2011	OD	Décio Lima	PT-SC		X				
24/05/2011	BC	Sandes Júnior	PP-GO		X				
08/06/2011	BC	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
14/06/2011	PE	Junji Abe	DEM-SP		X				
30/06/2011	BC	Zoinho	PR-RJ	X					

²¹⁸ Alusão ao evento 30 – Assassinato de sete jovens em Luziânia.

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE E – DISCURSOS RELACIONADOS AOS EVENTOS (conclusão)

Quadro E.21 – Discursos relacionados ao evento 33 – Massacre em escola do Realengo (conclusão).

Data	Tipo	Deputado	Partido UF	Referência ao personagem			Outras referências		Apartes
				Con- textual	Objetiva		Veí- culos mi- diá- ticos	Crime hedi- ondo	
					Parcial	Exclu- siva			
05/07/2011	GE	Sandro Mabel	PR-GO	X					Maurício Quintella Lessa, Cida Borghetti, Jovair Arantes, Átila Lins, Vilson Covatti
07/07/2011	PE	Roberto de Lucena	PV-SP			X			
12/07/2011	PE	Roberto de Lucena	PV-SP			X			
13/07/2011	CP	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
04/08/2011	BC	Roberto de Lucena	PV-SP			X			
04/08/2011	OD	Liliam Sá	PR-RJ			X			
04/08/2011	PE	Íris de Araújo	PMDB-GO		X				
04/08/2011	CP	Roberto de Lucena	PV-SP			X			
09/08/2011	PE	Roberto de Lucena	PV-SP			X			
10/08/2011	PE	Lael Varella	DEM-MG		X				
10/08/2011	GE	Chico Alencar	PSol-RJ		X				
10/08/2011	GE	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
11/08/2011	CP	Érika Kokay	PT-DF		X				
16/08/2011	PE	Sandro Mabel	PR-GO		X				
23/08/2011	PE	Iracema Portella	PP-PI		X				
27/09/2011	PE	Sandro Mabel	PR-GO		X				
28/09/2011	PE	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
18/11/2011	PE	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
20/03/2012	GE	Mendonça Prado	DEM-SE		X				
04/04/2012	CP	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
15/05/2012	OD	Sandro Mabel	PMDB-GO		X				
10/10/2012	CP	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
18/12/2012	OD	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
01/03/2013	CP	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
08/03/2013	CP	Jean Wyllys	PSol-RJ		X				
04/04/2013	BC	Chico Alencar	PSol-RJ		X				
04/04/2013	BC	Roberto de Lucena	PV-SP		X				
04/04/2013	PE	Roberto de Lucena	PV-SP			X			
09/04/2013	OD	Áureo	PRTB-RJ		X				
06/06/2013	BC	Júlio Campos	DEM-MT		X				
02/12/2013	GE	Keiko Ota	PSB-SP		X			X	

Legenda - BC: Breves Comunicações; CP: Comunicações Parlamentares; GE: Grande Expediente; HO: Homenagem; OD: Ordem do Dia; PE: Pequeno Expediente; PR: Proposições. Fonte: Elaboração própria a partir do banco de discursos e notas taquigráficas do Portal da Câmara dos Deputados/Sileg.

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continua)

(Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sileg/CD).

Quadro F.1 – Requerimentos referentes a proposições (continua)

Nº	Data	Autor	Proposição	Finalidade	Resultado	Data	Consequência/Observação
	28/02/02	Inocêncio Oliveira – PFL/PE	PL 4208/01	Urgência	Aprovado	13/03/02	
	09/04/02	Moroni Torgan – PSDB/CE	PL 666/99	Apensação ao 3106/92	Deferido	09/04/02	
365	11/03/03	Eduardo Campos – PSB/PE	PL 6680/02	Urgência	Aprovado	02/04/03	
438	18/03/03	CCJR	PL 6390/02	Desapensação do PL 5073/01 do 37/99			
	07/05/03	Júlio Delgado – PT/MG	PL 368/03	Apensação ao 7429/02			
770	15/05/03	Laura Carneiro – PFL/RJ	PL 6776/02	Urgência	Aprovado		
	28/05/03	Eduardo Campos – PSB/PE	PL 6680/02	Inclusão na Ordem do Dia			
862	05/06/03	Rogério Silva – PPS/MT	PL 368/03	Urgência			
	17/06/03	Rubinelli – PT/SP	PL 578/03	Apensação dos PL 512/03, 5617/01 e 4862/01			
	24/06/03	Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS	PL 6776/02	Adiamento de discussão	Aprovado		
	26/06/03	Luiz Sérgio – PT/RJ	PL 1353/99	Retirada de pauta	Aprovado	26/06/03	
	02/07/03	Relatores em Plenário	PL 6680/02	Destaque Emenda Substitutiva Global de Plenário	Aprovado		Apr. ESGP, prejud. demais, vot. e apres. da redação final
1990	30/06/04	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	PL 3357/04	Apensação ao 6338/02	Deferido	15/07/04	
107	17/09/04	Juíza Denise Frossard – PSDB/RJ	PL 3110/04	Restituição p complementação			
2747	13/04/05	Maria do Rosário – PT/RS	PL 4850/05	Urgência	Aprovado	31/05/07	
2522	25/04/05	Enio Bacci – PDT/RS	PL 148/03	Retirada do PL 4457/04	Deferido		
2813	03/05/05	CCJC	PL 148/03	Redistrib. CREDN e CSPCCO	Deferido	25/05/05	
2820	04/05/05	Luiz Antonio Fleury – PDT/SP	PDC 1579/05	Desapens. deste do 1002/03	Indeferido	09/05/05	
2858	12/05/05	CSPCCO	PL 6383/02	Reconstituição	Deferido	03/06/05	
2872	2005	CCJC	PL 1820/96	Apensação do PL 417/03	Deferido	27/05/05	
3035	28/06/05	Marcus Vicente – PTB/ES	PL 4342/01	Retirada da proposição	Deferido	07/07/05	
3064	04/07/05	Iriny Lopes – PT/ES	PL 5058/05	Redistribuição à CDHM			
3437			PL 4703/98	Desapensação	Indeferido	29/11/05	
3445			PL 4917/01	Desapensação	Indeferido	29/11/05	
3845	05/04/06	CSPCCO	PL 6793/06	Redistribuição à CSPCCO	Deferido	26/04/06	

ANEXO F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.1 – Requerimentos referentes a proposições (continuação)

Nº	Data	Autor	Proposição	Finalidade	Resultado	Data	Consequência/Observação
	17/05/06	Luciano Zica – PT/SP	PL 302/03	Adiam. discussão 5 sessões	Aprovado		
	02/08/06	Luiz Couto – PT/PB	PEC 521/06	Adiam. discussão 5 sessões	Aprovado		Contra voto Robson Ruma
282	14/02/07	Perpétua Almeida – PCdoB/AC	PL 165/07	Urgência			
291	14/02/07	Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP	PL 6793/06	Urgência			
370	28/02/07	Luiza Erundina – PSB/SP	PL 4850/05	Inclusão na Ordem do Dia			
456	12/03/07	Maria do Rosário – PT/RS	PL 4850/05	Urgência			
604	26/03/07	João Campos – PSDB/GO	PL 4911/05 PL 7053/06	Redistribuição à CSPCCO			
892	08/05/07	Onyx Lorenzoni – PFL/RS	PL 173/07	Retirada da proposição	Deferido	23/05/07	
51	06/06/07	Laerte Bessa – PMDB/DF	PL 1182/07	Apensação ao PL 94/07	Aprovado	20/06/07	
1247	27/06/07	João Campos – PSDB/GO	PL 116/07	Redistribuição à CSPCCO			
1248	27/06/07	CSPCCO	PL 1182/07	Apensação ao PL 94/07	Deferido	05/07/07	
	03/07/07	Cláudio Cajado – DEM/BA	PL 4208/01	Adiamento da votação	Ret p autor		Adiada vot. acordo líderes
1420	08/08/07	Jorge Tadeu Mudalen – PFL/SP	PL 4703/98	Redistribuição à CSSF	Deferido	14/08/07	
1675	14/09/07	Jorge Tadeu Mudalen – PFL/SP	PL 4703/98	Prorrog. prazo aprec. na CSSF			
1698	19/09/07	João Campos – PSDB/GO	PL 137/07 e PL 1613/07	Tramitação conjunta dos PL 137/07 e 1613/07	Deferido	24/09/07	
1854	16/10/07	João Campos – PSDB/GO	PL 3760/04	Redistribuição à CSPCCO	Deferido	29/10/07	
1857	16/10/07	João Campos – PSDB/GO	PL 1803/07	Redistribuição à CSPCCO			
	24/10/07	Antonio Carlos Magalhães Neto-DEM/BA	PL 186/07	Adiamento da discussão por cinco sessões			
2091	05/12/07	Vander Loubet – PT/MS	PL 2535/07	Retirada da proposição	Deferido	14/12/07	
2465	26/03/08	Sandro Mabel – PMDB/GO	PL 2667/03	Redistribuição à CAPADR	Deferido	07/04/08	
	01/04/08	Carlos Willian – PTC/MG	PL PLP 87/07	Retirada de pauta			
	02/04/08	Guilherme Campos – DEM/SP, Major Fábio – DEM/PB	PL 4911/05	Retirada de pauta	Aprovado		
	09/04/08	Guilherme Campos – DEM/SP	PL 4911/05	Retirada de pauta	Aprovado		
	16/04/08	Guilherme Campos – DEM/SP	PL 4911/05	Retirada de pauta	Aprovado		
	29/04/08	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	PL 4911/05	Retirada de pauta	Aprovado		
	25/06/08	Antonio Carlos Pannunzio – PSDB/SP	PL 4208/01	Destaque apreciac. Emd Substitut. Global de Plenário n. 1	Aprovado		Aprov. ESGP, prejud. demais, votação e redação final
2969	02/07/08	Raul Jungmann – PPS/PE	PL 1353/99	Redistribuição à CSPCCO	Deferido	16/07/08	
	20/08/08	João Campos – PSDB/GO	PL 3131/08	Retirada de pauta	Aprovado		

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.1 – Requerimentos referentes a proposições (continuação)

Nº	Data	Autor	Proposição	Finalidade	Resultado	Data	Consequência/Observação
	03/09/08	Guilherme Campos – DEM/SP	PL 3131/08	Retirada de pauta	Aprovado		
	08/10/08	William Woo – PSDB/SP	PL 3131/08	Retirada de pauta	Aprovado		
84	02/12/08	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	PLP 203/04	Designação de relator			
4123	16/02/09	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	PLP 203/04	Tramit. conj. com PLP 446/09	Deferido	09/03/09	
4229	04/03/09	Índio da Costa – DEM/RJ	PLP 404/08	Tramit. conjunta c/ PLP 35/03			
142	05/05/09	Alexandre Silveira – PPS/MG	PL 1353/99	Audiência pública			
4877	27/05/09	Alexandre Silveira – PPS/MG	PL 4208/01	Redistribuição à CSPCCO	Deferido	08/06/09	Plenário, Urgência
5169	08/07/09	Alexandre Silveira – PPS/MG	PL 4793/09	Redistribuição à CSPCCO			
	08/07/09	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	PL 4208/01	Retirada de pauta	Aprovado		
	05/08/09	João Campos – PSDB/GO	PL 4208/01	Retirada de pauta	Aprovado		
5727	21/10/09	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	PLP 519/09	Inclusão na Ordem do Dia			
5774	28/10/09	Paulo Rubem Santiago – PDT/PE	PLP 518/09	Inclusão na Ordem do Dia			
5848	11/11/09	Chico Alencar – PSOL/RJ	PLP 518/09	Inclusão na Ordem do Dia			
	25/11/09	Luiz Couto – PT/PB	PL 3622/08	Retirada de pauta			Contra voto Marcelo Itagiba
	16/12/09	Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ	PL 4793/09	Retirada de pauta			
6281	23/02/10	Índio da Costa – DEM/RJ	PLP 404/08	Desapens. do 404/08 do 35/03	Indeferido	02/03/10	
1	23/02/10	Índio da Costa – DEM/RJ	PLP 518/09	Seminário			Origem: GTFICHA
6304	24/02/10	Roberto Magalhães – DEM/PE	PLP 518/09	Inclusão na Ordem do Dia			
6324	25/02/10	Paes de Lira – PTC/SP	PL 6691/09	Redistribuição à CSPCCO	Deferido	05/03/10	
6332	02/03/10	Índio da Costa – DEM/RJ	PLP 404/08	Retirada da proposição	Deferido	15/03/10	
6340	02/03/10	Marcelo Itagiba – PSDB/RJ	PL 432/07	Apensação ao PL 3272/08	Deferido	16/03/10	
6381	04/03/10	André de Paula – DEM/ PE	PLP 518/09	Inclusão na Ordem do Dia			
	10/03/10	William Woo – PSDB/SP	PL 4793/09	Retirada de pauta			
	17/03/10	Sueli Vidigal – PDT/ES	PL 478/07	Retirada de pauta	Aprovado		
6656	14/04/10	Sandra Rosado – PSB/RN	PLP 518/09	Ret. Emenda Plenário n. 28	Deferido	22/04/10	
	14/04/10	José Linhares – PP/CE	PL 478/07	Retirada de pauta	Aprovado		
6709	27/04/10	Odair Cunha – PT/MG	PLP 518/09	Inclusão na Ordem do Dia			
	05/05/10	Jô Moraes – PcdB/MG, Darcísio Perondi – PMDB/RS	PL 478/07	Retirada de pauta	Aprovado		
357	18/05/10	Jô Moraes – PcdB/MG	PL 478/07	Audiência pública			
7406	16/06/10	Fábio Faria – PSD/RN	PL 6691/09	Inclusão na Ordem do Dia			

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.1 – Requerimentos referentes a proposições (continuação)

Nº	Data	Autor	Proposição	Finalidade	Resultado	Data	Consequência/Observação
	23/06/10	Marcelo Itagiba – PSDB/RJ	PL 6331/09	Retirada de pauta	Aprovado		
7406	05/11/10	CDHM	PL 7823/10	Redistribuição à CDHM	Indeferido	19/11/10	
	08/12/10	Mauro Nazif – PSB/RO	PL 5658/09	Retirada de pauta			
604	01/03/11	Ana Arraes – PSB/PE	PL 4208/01	Inclusão na Ordem do Dia			
12	05/04/11	Alberto Filho – PMDB/MA	PL 6041/09	Audiência pública	Aprovado	06/04/11	
	07/04/11	Roberto Freire – PPS/PE	PL 4208/01	Retirada de pauta	Rejeitado		
	07/04/11	Eduardo Cunha – PMDB/RJ	PL 4208/01	Adiam discussão duas sessões	Ret. p/ autor		
2165	15/06/11	Lincoln Portela – PR/MG	PL 3917/00	Urgência	Aprovado	21/11/12	Alt. Reg. tramit. PL 5658/09
2271	28/06/11	Eros Biondini – PTB/MG	PL 478/07	TC 1763/07, ap. PL 797/11	Ret. p/ autor	28/07/11	Req. 2487, de 11/07/11
	13/07/11	Benedita da Silva – PT/RJ	PL 347/11	Retirada de pauta			
2774	10/08/11	Francisco Praciano – PT/AM	PL 3760/04, 5784/05, PL 1368/07 e 6616/09	Inclusão na Ordem do Dia			
2863	17/08/11	Alexandre Leite – DEM/SP	PL 347/11	Desapensação do PL 347/11 do PL 1895/11	Indeferido	30/11/11	
3089	01/09/11	Francisco Praciano – PT/AM	PL 1525/07	Inclusão na Ordem do Dia			
3114	06/09/11	Amauri Teixeira – PT/BA	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			
3621	27/10/11	Fernando Francischini – PSDB/PR	PL 6616/09	Inclusão na Ordem do Dia			
3654	01/11/11	Hugo Leal – PSC/RJ	PL 2255/11 e 2423/11	Desapensação de proposição do PL 7671/06 e apensação a outro	Deferido	10/04/12	Desap. PL 2789/11 (ao qual 2255 e 2423 estão ap.) do 7671/06 e ap. ao 2788/11
4036	13/12/11	Onofre Santo Agostini – PSD/SC	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			
4061	14/12/11	Rosane Ferreira – PV/PR	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			
4127	21/12/11	João Campos – PSDB/GO	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			
3506	22/03/12	João Campos – PSDB/GO	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			
4742	27/03/12	Otoniel Lima – PRB/SP	PL 2614/11	Apensação ao PL 2788/11			
4459	01/03/12	João Campos – PSDB/GO	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			
5063	25/04/12	Arthur Lira – PP/AL e outros	PL 2458/11	Urgência	Aprovado	02/05/12	Origem: Líderes
	02/05/12	Décio Lima – PT/SC	PL 2458/11	Inversão de pauta	Aprovado		
	02/05/12	Alexandre Leite – DEM/SP	PL 2458/11	Retirada de pauta	Ret. p/ autor		
6152	19/09/12	Francisco Praciano – PT/AM	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			
6416	27/11/12	Fernando Francischini – PEN/PR	PL 3760/04	Inclusão na Ordem do Dia			

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.1 – Requerimentos referentes a proposições (conclusão)

Nº	Data	Autor	Proposição	Finalidade	Resultado	Data	Consequência/Observação
7779	14/05/13	Vieira da Cunha – PDT/RS	PL 347/11, 5524/ 13 e 5645/13	Tramit. conjunta PL 7197/02 e criação Comissão Especial	Deferido	27/05/13	Criada Comissão Especial
7989	14/06/13	Pastor Marco Feliciano – PSC/SP	PL 478/07	Redistribuição à CDHM	Ret. p/ autor	25/06/13	Req. 8008
8079	28/06/13	José Guimarães – PT/CE e outros	PL 6616/09	Urgência	Aprovado	02/07/13	Autores: Líderes
8079	02/07/13		PL 3760/04	Alt. reg. tram. PL 6616/09 ap.			
8149	03/07/13	Fábio Trad – PMDB/MS	PL 4324/12	Retirada da proposição	Deferido	08/07/13	
8149	08/07/13		PL 3760/04	Retirada do PL 4324/12			
8226	11/07/13	CDHM	PL 67/07	Redistribuição à CDHM	Deferido	05/08/13	
8401	21/08/13	Vieira da Cunha – PDT/RS	PL 2839/11 e 5766/13	Tramitação conjunta	Indeferido	03/09/13	
	21/08/13	Sandra Rosado – PSB/RN	PL 2839/11	Retirada de pauta	Deferido		
8517	04/09/13	Fernando Francischini – PEN/PR	PL 5900/13	Inclusão na Ordem do Dia			
8788	08/10/13	Jorginho Mello – PR/SC e outros	PEC 302/13	Desap. PEC 302/13 da 345/04	Deferido	22/10/13	
8798	09/10/13	Renzo Braz – PP/MG	PL 5900/13	Inclusão na Ordem do Dia			
8557	10/09/13	Jair Bolsonaro – PP/RJ	PL 6240/13	Redistribuição à CREDN	Indeferido	18/09/13	
8557	10/09/13	Jair Bolsonaro – PP/RJ	PL 6240/13	Redistribuição à CDHM	Deferido	01/10/13	
9198	10/12/13	Pastor Marco Feliciano – PSC/SP	PL 4703/98	Redistribuição à CDHM			

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (continua)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Consequência
101	11/06/02	Fernando Gabeira – PT/RJ	10 – Tim Lopes	Sessão solene em homenagem a Tim Lopes	Deferido	28/06/12	Sessão realizada
725	08/05/03	Daniel Almeida – PCdoB/BA	10 – Tim Lopes	Sessão solene pelo Dia Nacional da Imprensa e em homenagem a Tim Lopes	Deferido	12/01/11	Sessão realizada
91	14/08/03	Daniel Almeida–PCdoB/BA CDH	10 – Tim Lopes	Audiência pública sobre violência contra profissionais da imprensa	Aprovado	03/09/03	
103	11/09/03	Mariângela Duarte – PT/SP CCTCI	19 – Ataques do PCC	Convite ao apresentador Gugu Liberato para prestar esclarecimentos a respeito de apologia à violência em entrevista a supostos membros do PCC.	Aprovado	17/09/03	

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (continuação)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
108	17/09/03	Enio Bacci – PDT/RS CDH	19 – Ataques do PCC	Audiência pública em parceria com a CCTCI, com a presença do apresentador Gugu Liberato para prestar esclarecimentos a respeito de apologia à violência em entrevista a supostos membros do PCC.	Aprovado	17/09/03	
224	23/09/03	Ivan Valente – PT/SP CDCMAM	19 – Ataques do PCC	Convite ao apresentador Gugu Augusto Liberato para prestar esclarecimentos a respeito de apologia à violência em entrevista a supostos membros do PCC.	Aprovado por unanimidade	24/09/03	
144	24/09/03	Carlos Sampaio–PSDB/SP CSPCCOVN	19 – Ataques do PCC	Convite ao apresentador Gugu Augusto Liberato para prestar esclarecimentos a respeito de apologia à violência em entrevista a supostos membros do PCC.	Aprovado	24/09/03	
1236	25/09/03	Luiz Couto – PT/PB	19 – Ataques do PCC	Registro nos Anais de instauração DE inquérito civil para ouvir os responsáveis pela entrevista com supostos membros do PCC no programa do apresentador Gugu Liberato do SBT	Deferido,	01/10/03	<i>Ad referendum.</i>
1237	25/09/03	Luiz Couto – PT/PB	19 – Ataques do PCC	Registro nos Anais de artigo publicado no Jornal <i>Folha de São Paulo</i> , 21 de setembro de 2003, intitulado "Medo do novo deixa TV ruim"	Deferido,	01/10/03	<i>Ad referendum.</i>
112	02/10/03	Walter Pinheiro – PT/BA CCTCI	19 – Ataques do PCC	Audiência pública com a presença do apresentador Gugu Liberato para prestar esclarecimentos a respeito de apologia à violência em entrevista a supostos membros do PCC.	Aprovado	01/10/03	
1448	03/12/03	Walter Feldman-PSDB/SP	14 – Liana e Felipe	Voto de louvor a delegado.	Publicado	12/01/11	
174	25/03/04	Juíza Denise Frossard – PSDB/RJ CSPCCO	10 – Tim Lopes	Criação de Subcomissão Especial na CSPCCO para acompanhar processos sobre balas perdidas e administração do Complexo Penitenciário de Bangu.	Aprovado, com alterações.	31/03/04	
2435	16/02/05	Zé Geraldo – PT/PA	18 – Dorothy Stang	Instalação de Comissão Externa para averiguar apuração do assassinato de Dorothy Stang.	-	-	
41	20/04/05	Perpétua Almeida – PCdoB/AC CAINDR	18 – Dorothy Stang	Audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre assentamentos na Amazônia.	Aprovado	27/04/05	
47	09/05/05	Maria Helena – PPS/RR CAINDR	18 – Dorothy Stang	Convite a representante do Ministério do Meio Ambiente para discutir o Pacote Verde do Governo Federal (MP 239).	Aprovado	11/05/05	Unanimidade

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (continuação)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
60	09/06/05	Zequinha Marinho–PSC/PA CAINDR	18 – Dorothy Stang	Convite a autoridades para esclarecem em audiência pública a situação fundiária da Região Norte.	Aprovado	21/06/05	
108	05/07/05	Sarney Filho – PV/MA CPIBIOPI	18 – Dorothy Stang	Convocação a analista do Ibama para esclarecer sobre desaparecimento de madeira apreendida na Operação Anapu.	Aprovado	07/07/05	
113	13/07/05	Colbert Martins – PPS/BA CPIARMAS	19 – Ataques do PCC	Convocado na qualidade de testemunha o senhor Hélio Garcia Ortiz.	Aprovado	02/08/05	
RIC 3258	13/09/05	Maurício Rabelo – PL/TO	18 – Dorothy Stang	Solicita ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre as terras na Amazônia Legal que integram o Patrimônio da União.		17/01/07	
303	16/05/06	Zulaiê Cobra – PSDB/SP CSPCCO	19 – Ataques do PCC	Convocação do Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre a situação do SUSP e do FUNPEN e providências tomadas para prevenir e investigar atuação do crime organizado desde 13 de maio de 2006, nos Estados de SP, MT, PR e BA.	-	-	
202	17/05/06	Fernando Gabeira – PV/RJ CREDN	19 – Ataques do PCC	Convite ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo para expor sobre o combate ao PCC.	Aprovado	17/05/06	
222	17/05/06	Neucimar Fraga – PL/ES CPIARMAS	19 – Ataques do PCC	Acareação entre advogados e funcionário terceirizado da Câmara dos Deputados.		17/05/06	Aprovado para oitiva e acareação.
229	25/05/06	Neucimar Fraga – PL/ES CPIARMAS	19 – Ataques do PCC	Solicitação de informações à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.	Aprovado	25/05/06	
232	30/05/06	Neucimar Fraga – PL/ES CPIARMAS	19 – Ataques do PCC	Convocação de suspeito de fornecer armas para os ataques do PCC.	Aprovado	31/05/06	
236	31/05/06	Colbert Martins – PPS/BA CPIARMAS	19 – Ataques do PCC	Convite ao Sr. Nagashi Furukawa para prestar esclarecimentos sobre as negociações do Governo de São Paulo com o PCC.	Aprovado	01/06/06	
311	31/05/06	Raul Jungmann – PPS/PE CSPCCO	19 – Ataques do PCC	Audiência pública com autoridades da Defensoria Pública, do MP, do IML e do CRM, de SP, a fim de esclarecerem as supostas 160 execuções sumárias ocorridas entre 12 e 19 de maio.	-	-	
241	07/06/06	Neucimar Fraga – PL/ES CPIARMAS	19 – Ataques do PCC	Solicitação de quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal nos anos de 2005 e 2006 da entidade Nova Ordem do Brasil.	Aprovado	07/06/06	

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (continuação)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
313	29/06/06	Arnaldo Faria de Sá-PTB/SP CSPCCO	19 – Ataques do PCC	Convite ao titular da Delegacia Seccional de São Bernardo para que detalhe o confronto entre a seccional e o PCC.	Aprovado.	08/11/06	
255	10/08/06	Alberto Fraga – PFL/DF CPIARMAS	19 – Ataques do PCC	Requisição, degravação e disponibilidade das escutas telefônicas realizadas pelo MP e pela Polícia de SP relativas ao PCC.	Aprovado	05/09/06	
4433	29/11/06	Nelson Pellegrino – PT/BA	18 – Dorothy Stang	Sessão Solene em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2007, cujo tema é “Fraternidade e Amazônia”.		03/07/12	
84	07/02/07	Nelson Pellegrino – PT/BA	18 – Dorothy Stang	Sessão Solene em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2007, cujo tema é “Fraternidade e Amazônia”.		04/07/12	
1	14/02/07	Arnaldo Faria de Sá-PTB/SP CSPCCO	23 – João Hélio	Criação de Subcomissão Especial para acompanhar investigações relativas à morte de João Hélio Fernandes Vieites, no RJ.	Aprovado	14/02/07	Alteração para Grupo de Trabalho.
9	27/02/07	Adão Pretto – PT/RS CDHM	18 – Dorothy Stang	Criação, na CDHM, de Subcomissão Permanente para acompanhamento dos conflitos pela posse da terra urbana e rural neste ano de 2007.	Aprovado	07/03/07	Alteração para Subcomissão Especial, conforme combinado em reunião informal da Comissão.
504	13/03/07	Affonso Camargo – PSDB/PR	23 – João Hélio	Sessão Solene para homenagear a memória do menor João Hélio Fernandes Vieites.		04/07/12	
32	17/04/07	William Woo – PSDB/SP CSPCCO	19 – Ataques do PCC	Visita à Penitenciária Federal de Catanduvas-PR por membros da Comissão para verificar in loco a real situação da unidade.	Aprovado.	25/04/07	
RIC 272	17/04/07	William Woo – PSDB/SP	19 – Ataques do PCC	Solicitação de informações ao Ministro da Justiça sobre irregularidades na Penitenciária Federal de Catanduvas-PR.	Aprovado	09/05/07	
10	28/08/07	Jorginho Maluly – DEM/SP CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Audiência pública para debater a atuação do crime organizado dentro das Penitenciárias.	Aprovado.	28/08/07	
19	30/08/07	Raul Jungmann – PPS/PE CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Oitiva de líderes de organizações criminais, a fim de se precisar os problemas vivenciados no sistema carcerário brasileiro.	Aprovado.	11/09/07	

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (continuação)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
56	04/09/07	Ayrton Xerez – DEM/RJ CPICARCE	10 – Tim Lopes	Convite ao Secretário de Administração Penitenciária do RJ para esclarecer critérios para progressão de regime.	Aprovado	11/09/07	
84	26/09/07	Neucimar Fraga – PR/ES CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Intimação de agente penitenciário para prestar depoimento.	Aprovado.	27/09/07	
128	27/11/07	Domingos Dutra – PT/MA CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Convite a autora do livro “PCC A facção”, para prestar esclarecimentos, em audiência.	Aprovado.	04/12/07	
148	05/12/07	Rebecca Garcia – PP/AM CMADS	18 – Dorothy Stang	Audiência pública com autoridades para discutir a articulação entre os órgãos em decorrência da divisão do IBAMA.	Aprovado.	12/12/07	
164	03/03/08	Arnaldo Faria de Sá-PTB/SP CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Transferência de dados do Relatório do COAF, referente às 686 contas bancárias ligadas ao crime organizado.	Aprovado	04/03/08	
175	18/03/08	Carlos Sampaio – PSDB/SP CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Requisição ao COAF de relatório das movimentações financeiras realizadas pelo PCC.	Retirado de Pauta.	25/03/08	
181	03/04/08	Arnaldo Faria de Sá-PTB/SP CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Convocação para audiência, de advogado do PCC.	Aprovado	08/04/08	
182	04/04/08	Domingos Dutra – PT/MA CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Convocação para depor, de advogado do PCC.	Aprovado	08/04/08	
186	04/04/08	Domingos Dutra – PT/MA CPICARCE	19 – Ataques do PCC	Convocação de detento ex-dirigente do PCC, para prestar informações a respeito das organizações criminosas que atuam nos presídios do Brasil.	-	-	
80	29/04/08	Nelson Pellegrino – PT/BA CPIESCU	19 – Ataques do PCC	Convite a testemunha para depor.	Aprovado	07/05/08	
81	29/04/08	Nelson Pellegrino – PT/BA CPIESCU	19 – Ataques do PCC	Convocação para depor o porta-voz do líder do PCC.	Aprovado	07/05/08	
83	05/05/08	Nelson Pellegrino – PT/BA CPIESCU	19 – Ataques do PCC	Convocação para depor do Secretário-adjunto da Segurança Pública do Estado de São Paulo.	Retirado pelo autor.	07/05/08	
85	06/05/08	Nelson Pellegrino – PT/BA CPIESCU	19 – Ataques do PCC	Convocação para depor, de promotores do Gaerco.	Aprovado	07/05/08	

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (continuação)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
134	24/10/08	Ivan Valente – PSOL/SP CDC	29 – Eloá Pimentel	Audiência Pública para discutir a espetacularização promovida pelas redes de televisão na cobertura de sequestro em Santo André/SP.	Aprovado.	29/10/08	
146	29/10/08	Ivan Valente – PSOL/SP CCTCI	29 – Eloá Pimentel	Audiência Pública para discutir a espetacularização promovida pelas redes de televisão na cobertura de sequestro em Santo André/SP.	Aprovado	05/11/08	Conjunta com a CDC.
100	22/09/09	Pedro Wilson – PT/GO CDHM	18 – Dorothy Stang	Deslocamento de representantes da CDHM a Belém, para participar da Conferência Internacional de Direitos Humanos, promovida pela OAB, manter audiências com autoridades sobre casos acompanhados pela Comissão (incluindo assassinato de Dorothy Stang).	Aprovado	23/09/09	
37	28/09/09	William Woo – PSDB/SP CPI-VIOL	10 – Tim Lopes	Convite ao Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos para esclarecer sobre artigo "Nova política para drogas", publicado no jornal <i>O Globo</i> .	Arquivado	29/06/10	
169	29/09/09	William Woo – PSDB/SP CSPCCO	10 – Tim Lopes	Convite ao Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos para esclarecer sobre artigo "Nova política para drogas", publicado no jornal <i>O Globo</i> .	Arquivado	31/12/09	
67	08/12/09	Sandra Rosado – PSB/RN CPI-DESA	12 – Pedrinho	Convocação dos pais de Pedrinho para esclarecerem sobre situação das famílias de crianças desaparecidas.	Aprovado	15/12/09	
115	24/03/10	Paulo Pimenta – PT/RS CLP	18 – Dorothy Stang	Audiência pública para discutir a criminalização dos movimentos sociais, as causas da violência no campo, e as medidas legislativas cabíveis.	Arquivado	15/04/10	
203	13/07/10	Laerte Bessa – PSC/DF CSPCCO	32 – Goleiro Bruno	Fórum de debates para discutir as técnicas utilizadas pelas polícias na elucidação de crimes.	Arquivado	17/03/11	
RCP 19	17/08/10	George Hilton – PRB/MG	32 – Goleiro Bruno	Criação de CPI com a finalidade de investigar o abuso e a violência cometida contra as mulheres no território nacional.	Arquivado	12/01/11	Resposta à Questão de Ordem n. 3, de 2003, proferida na Sessão Plenária do dia 18/03/03.

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (continuação)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
21	12/04/11	Keiko Ota – PSB/SP CSPCCO	33 – Massacre em Realengo	Audiência pública, para debater sobre o <i>bullying</i> escolar.	Arquivado	19/10/11	
25	13/04/11	João Campos – PSDB/GO CSPCCO	33 – Massacre em Realengo	Convite ao Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre o controle e fiscalização da entrada ilegal de armas através das fronteiras.	Arquivado	19/05/11	
27	14/04/11	Perpétua Almeida – PCdoB/AC CSPCCO	33 – Massacre em Realengo	Audiência pública para debater a proposta de realização do referendo sobre proibição do porte de armas.		14/04/11	
27	18/04/11	Fátima Bezerra – PT/RN CEC	33 – Massacre em Realengo	Audiência pública com o tema “Preconceitos e discriminações na educação brasileira”.	Arquivada	08/03/12	Encerramento do ano legislativo
32	02/05/11	Delegado Waldir – PSDB/GO CSPCCO		Convite ao Ministro da Educação para falar sobre Violências nas Escolas e <i>Bullying</i> , e a tragédia ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira, no RJ.	Arquivado.	09/06/11	
RIC 655	08/06/11	Rosane Ferreira – PV/PR	18 – Dorothy Stang	Solicita informações à Ministra do Meio Ambiente sobre a eventual redução de sete unidades de conservação na Amazônia para permitir a construção de seis usinas hidrelétricas.		12/07/11	
114	03/08/11	Liliam Sá – PR/RJ CDHM	33 – Massacre em Realengo	Convite para audiência pública aos responsáveis pelas vítimas da chacina na escola Tasso da Silveira, e solicita informações à Prefeitura do Rio acerca de ações realizadas em benefício das crianças e famílias.		11/08/11	Audiência realizada em 10/08/11.
20	04/08/11	Fábio Faria – PMN/RN CCJC	33 – Massacre em Realengo	Audiência pública, para debater sobre o <i>bullying</i> .	Arquivada	20/03/13	PL 5369/2009
123	16/08/11	Domingos Dutra – PT/MA CDHM	19 – Ataques do PCC	Audiência pública da CDHM e CSPCCO para debater sobre ameaças de morte, tentativas e assassinatos de membros do Poder Judiciário e Legislativo.	Aprovado	05/04/13	Audiência realizada no dia 30/08/11.

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.2 – Requerimentos referentes aos eventos (conclusão)

Nº	Data	Autor	Evento	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
37	01/09/11	Gabriel Chalita–PMDB/SP CCJC PL 5369/2009	33 – Massacre em Realengo	Audiência pública, para debater sobre o <i>bullying</i> , com a presença de psiquiatra, educadora e promotor de Justiça.	Arquivado	20/03/13	
204	26/03/13	Nelson Pellegrino – PT/BA CSPCCO	19 – Ataques do PCC	Convite ao Secretário de Segurança Pública de SP para esclarecer acerca da situação da segurança pública e a atuação do PCC e sua ramificação nos demais Estados.	Aprovado	24/04/13	Inclusão dos Secretários de Segurança Pública do Paraná e de Santa Catarina
219	26/03/13	Luiz Nishimori – PSDB/PR CREDN	19 – Ataques do PCC	Convite ao Ministro das Relações Exteriores, para, em audiência pública, explicitar o posicionamento do governo acerca das eleições do Paraguai e Venezuela e da não concessão pela Bolívia de salvo conduto a senador que se encontra desde maio de 2012 na Embaixada do Brasil em La Paz.	Arquivado	20/03/14	
19	09/07/13	Abelardo Camarinha – PSB/SP	14 – Liana e Felipe 23 – João Hélio	Audiência pública com presença dos familiares das vítimas.	Aprovado	14/08/13	PL 7197/02
56	05/08/13	Antônia Lúcia – PSC/AC CDHM	19 – Ataques do PCC	Convite a autoridades e servidores do Acre para, em audiência pública, esclarecerem sobre as acusações de tortura, maus tratos e violência.	Aprovado	21/08/13	

Quadro F.3 – Outros requerimentos referentes a crimes hediondos (continua)

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
20	11/06/02	Ronaldo Vasconcellos – PL/MG CSPCCOVN	Solicita apreciação do Anteprojeto de Lei de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente.	Aprovado	12/06/02	
25	24/03/03	Neucimar Fraga – PL/ES CSPCCOVN	Criação de GT para acompanhar trabalho do Grupo de Repressão ao Crime Organizado do MP e da missão especial da PF no Espírito Santo e as investigações do assassinato de juiz.	Aprovado	25/03/03	

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.3 – Outros requerimentos referentes a crimes hediondos (continuação)

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
80	30/07/03	Eduardo Campos – PSB/PE CDH	Audiência pública para debater o assassinato de Maria Eduarda Dourado e Tar-cila Gusmão.	Aprovado	03/09/03	
110	05/08/03	Darci Coelho – PFL/TO CSPCCOVN	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei n. 797, de 2003, e 854, de 2003.	Aprovado	06/08/03	
119	27/08/03	Neucimar Fraga – PL/ES CSPCCOVN	Informações do MPF referente a andamento de processo sobre crime hediondo e triplamente qualificado, ocorrido na BA em 21/03/2001.	Aprovado	02/09/03	
142	23/09/03	Nelson Marquezelli – PTB/SP CSPCCOVN	A Comissão requeira ao Congresso Nacional a convocação de plebiscito sobre a pena de morte.	Arquivado.	24/09/03	Não delibera- do por anti- jurídico.
150	07/10/03	Neucimar Fraga – PL/ES CSPCCOVN	Informações junto ao Tribunal de Justiça do estado da Bahia.	Aprovado	15/10/03	
21	07/04/04	Pastor Reinaldo – PTB/RS CDHM	Designação de Parlamentares para audiência pública com o Ministro da Justiça e o Secretário Especial dos Direitos Humanos para obter informações sobre o Tribunal do Júri do caso das crianças de Altamira/PA.	Aprovado	14/04/04	
60	23/08/04	Orlando Fantazzini – PT/SP CDHM	Designação de parlamentares membros da CDHM para acompanharem investi-gações sobre sucessivas agressões, seguidas de mortes, praticadas contra mora-dores de rua na cidade de São Paulo.	Retirado pelo Autor	25/08/04	
2113	24/08/04	Orlando Fantazzini – PT/SP	Constituição de Comissão Externa para acompanhar investigações sobre suces-sivos ataques de agressões, seguidos de mortes, praticados contra moradores de rua na cidade de São Paulo.		24/08/04	
44	29/04/05	Luiz Couto – PT/PB CDHM	Designação de deputados para visitar o município de Breves, para averiguar denúncias de que meninos e meninas estão sendo explorados sexualmente, em portos e percursos fluviais Belém-Macapá-Manaus e rios do interior a exemplo do rio Tajapurá, naquele município.	Aprovado	18/05/05	
46	29/04/05	Ana Guerra – PT/MG CDHM	Informações do Governo de MG sobre a ocupação pelo MST, em Felisbur-go/MG, e acompanhamento desta Comissão com relação à situação de tensão instalada naquele local.	Aprovado	18/05/05	
108	06/04/05	Aroldo Cedraz – PFL/BA CREDN	Moção em apoio à libertação do Engenheiro João José de Vasconcelos Júnior, sequestrado no Iraque em 19 de janeiro de 2005.	Aprovado	06/04/05	
136	19/01/05	Bosco Costa – PSDB/SE CCJC	PL nº 417-A de 2003 - Altera o artigo 1º da Lei nº 10054, de 07 de dezembro de 2000, inserindo o DNA para a identificação criminal.	-	-	

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.3 – Outros requerimentos referentes a crimes hediondos (continuação)

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
2542	03/03/05	Alberto Fraga – PTB/DF	Criação de comissão externa para apurar o elevado número de mortes de policiais civis e militares no Rio de Janeiro e São Paulo.	-	-	
2729	07/04/05	CREDN	Moção em apoio à libertação do Engenheiro João José de Vasconcellos Júnior, sequestrado no Iraque em 19/01/05.	Arquivado	28/01/11	-
294	04/04/06	José Militão – PTB/MG CSPCCO	Redistribuição do PL n. 6.793, de 2006, de autoria do Poder Executivo.	Aprovado	05/04/06	
3596	25/01/06	Adão Pretto – PT/RS	Convocação de Sessão Solene para 17/04/2006, em homenagem ao Dia Internacional da Luta Camponesa.	Arquivado	12/01/11	Por fim da legislatura.
5	27/02/07	João Campos – PSDB/GO CSPCCO	Seminário para discutir o tema “Redução da Maioridade Penal e Medidas Socioeducativas”.	Devolvido	24/05/07	Por perda da oportunidade.
37	06/02/07	Lincoln Portela – PR/MG	Requer o desarquivamento de proposições	-	-	
52	12/06/07	Carlos Sampaio – PSDB/SP CSPCCO	Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei nº 2.847/00 e seus apensados.	Aprovado	20/06/07	
117	06/11/07	João Campos – PSDB/GO CPICARCE	Solicita informações ao DEPEN a respeito de presos condenados por crimes federais	Aprovado	13/11/07	
127	26/11/07	Neucimar Fraga – PR/ES CPICARCE	Diligência na cidade de Belém, Estado do Pará, para tomar depoimentos.	Aprovado	27/11/07	
386	28/02/07	Adão Pretto – PT/RS	Convocação de Sessão Solene para 17/04/2006, em homenagem ao Dia Internacional da Luta Camponesa.		04/07/12	
38	01/04/08	Veloso – PMDB/BA CDHM	Acompanhar investigações a respeito do caso da menina Isabela Nardoni.	Aprovado	02/04/08	
142	05/05/09	Alexandre Silveira – PPS/MG CSPCCO	Audiência Pública para debater o PL 1353/99 e apensados.	Arquivada	06/05/09	
6913	19/05/10	Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM	Voto de Louvor ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 18 de maio.	Arquivado	27/05/10	
152	25/10/11	Erika Kokay – PT/DF CDHM	Diligência para apurar denúncias de atentados e assassinatos contra indígenas do MS, atribuída a produtores rurais e a milícias armadas, em disputa de terras.	Aprovado	05/04/13	
153	25/10/11	Erika Kokay – PT/DF CDHM	Diligência para apurar denúncias de atentados e assassinatos contra indígenas do MS, atribuída a produtores rurais e a milícias armadas, em disputa de terras.	Aprovado	05/04/13	
63	24/05/12	Geraldo Resende – PMDB/MS CPICRIAN	Audiência Pública em Campo Grande/MS, para discutir “A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.	Aprovado	29/05/12	

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (continuação)

Quadro F.3 – Outros requerimentos referentes a crimes hediondos (conclusão)

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado	Data	Conseq/Obs
110	20/03/12	Chico Lopes – PCdoB/CE CTASP	Audiência Pública para debater a unificação das polícias civil e militar.	Aprovado	28/03/12	
177	06/11/12	Vanderlei Siraque – PT/SP CSPCCO	Audiência Pública, para discutir o aumento dos de índices violência, em especial homicídios de policiais e civis, no Estado de São Paulo.	Aprovado	07/11/12	
5513	13/06/12	Lourival Mendes – PTdoB/MA	Voto de Louvor em homenagem ao Secretário de Estado de Segurança do Maranhão e sua Equipe.	Arquivado	20/06/12	
5	12/03/13	Pastor Marco Feliciano – PSC/SP CDHM	Audiência pública para debater casos de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.	Aprovado	13/03/13	
69	11/06/13	Paulão – PT/AL CLP	Audiência pública para discutir a Sugestão 52/2012, da Anamatra.	Aprovado	06/08/13	
143	29/04/13	Flávia Moraes – PDT/GO CPITRAPE	Audiência pública com peritos criminais do laboratório de genética forense, do INC/PF, para apresentar o Banco Nacional de Perfis Genéticos no combate ao tráfico de pessoas.	Aprovado	14/05/13	
205	01/04/13	Fernando Francischini – PEN/PR CSPCCO	Audiência Pública para discutir o apoio do Presidente do CFM quanto à proposta por aquele Conselho para descriminalizar o aborto.		01/04/13	
7111	20/03/13	Cláudio Puty – PT/PA	Comissão Externa para apurar as denúncias de tortura nos presídios do Estado do Pará.	-	-	
8013	18/06/13	Jorginho Mello – PR/SC	Análise do PL 5645/2013 pela Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao PL 7197/2002.		25/06/13	
8431	27/08/13	Fernando Francischini – PEN/PR	Registro da Frente Parlamentar da Redução da Maioridade Penal.	-	-	
RIC 735	28/08/03	Pastor Reinaldo – PTB/RS	Solicita informações ao Ministro da Educação acerca da distribuição de preservativos para adolescentes em escolas.		17/01/07	
RIC 736	28/08/03	Pastor Reinaldo – PTB/RS	Solicita informações ao Ministro da Saúde acerca da distribuição de preservativos para adolescentes em escolas.		17/01/07	
RIC 2992	24/06/05	Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP	Solicita informações ao Ministro da Justiça sobre o número e local em que cumprem penas condenados que por crimes hediondos, especialmente sequestro.		17/01/07	
RIC 2773	27/02/13	Arolde de Oliveira – PSD/RJ	Requeremos informações do Ministro da Justiça sobre contrabando e comercialização ilegal do medicamento misoprostol.	Ratificado o parecer	09/07/13	Ad referendum.

RIC – Requerimento de Informação.

APÊNDICE F – REQUERIMENTOS (conclusão)

Quadro F.4 – Requerimentos de Indicação

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado	Data
INC 489	15/05/03	Perpétua Almeida – PCdoB/AC	Sugere ao Ministério da Justiça a fixação do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, no presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, Estado de São Paulo.		29/07/03
INC 1796	10/10/11	Luiz Couto – PT/PB	Sugere ao Ministério da Justiça encaminhar a Câmara dos Deputados Projeto de Lei de autoria do Executivo, com a finalidade de não promover os integrantes de órgãos de segurança pública, que estejam <i>sub judice</i> e/ou indiciados pela prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e crimes hediondos.	Remetido à Casa Civil da Presidência da República	08/11/11
INC 1916	09/11/11	Neilton Mulim – PR/RJ	Sugere aos Ministros da Educação e da Justiça, a criação de campanha para erradicação da prática neonazista contra negros, nordestinos, judeus e todas as etnias.		-
INC 2112	07/12/11	Francisco Praciano – PT/AM	Sugere à Presidente da República o lançamento em conjunto com o Poder Judiciário e o Congresso Nacional, do Pacto de combate à corrupção e à impunidade.	Remetido à Casa Civil da Presidência da República	10/02/12
INC 3585	28/02/13	Assis Carvalho – PT/PI	Solicita ao Ministério da Justiça atenção aos casos da violência contra mulheres no Piauí e o agendamento de audiência do Ministro com entidades piauienses de defesa dos direitos das mulheres.	Remetido à Casa Civil da Presidência da República	15/03/13
INC 3586	28/02/13	Assis Carvalho – PT/PI	Solicita à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República atenção aos casos da violência contra mulheres no Piauí e o agendamento de audiência da ministra com entidades piauienses de defesa dos direitos das mulheres.	Remetido à Casa Civil da Presidência da República	15/03/13
INC 3587	28/02/13	Assis Carvalho – PT/PI	Solicita à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República atenção aos casos da violência contra mulheres no Piauí e o agendamento de audiência da ministra com entidades piauienses de defesa dos direitos das mulheres.		-
INC 3588	28/02/13	Assis Carvalho – PT/PI	Solicita ao Governador do Piauí atenção aos casos da violência contra mulheres no Estado e o agendamento de audiência do governador com entidades piauienses de defesa dos direitos das mulheres.		-
INC 4358	18/04/13	Flávia Moraes – PDT/GO	Sugere ao Ministro da Justiça a adoção das providências necessárias ao encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional visando à ampliação dos cargos de Perito Criminal Federal da Carreira Policial Federal.	Remetido à Casa Civil da Presidência da República	08/05/13

INC – Indicação.

ANEXO

CRIMES QUE ABALARAM O BRASIL

1 – ATRIZ É ASSASSINADA POR COLEGA DE NOVELA

Em 1992, a atriz Daniella Perez – filha da novelista Glória Perez –, então com 22 anos e famosa pelo papel da personagem Yasmin na novela *De Corpo e Alma*, da *TV Globo*, foi assassinada com 18 golpes de tesoura, no Rio de Janeiro. Os autores do crime foram o ator Guilherme de Pádua, que na mesma novela vivia Bira, personagem apaixonado por Yasmin, e Paula Thomaz, mulher de Guilherme à época, que estava grávida de quatro meses. Guilherme alegou que Daniela o assediava e que matou a colega acidentalmente, ao apertar o braço em torno de seu pescoço para apartar uma briga da atriz com sua mulher, que levou ao encontro para provar que era perseguido. Segundo ele, foi de Paula Thomaz a ideia de desferir tesouradas em Daniella para que o assassinato se parecesse com “um crime praticado por um fã alucinado”. Ela sempre negou envolvimento no caso. Ele cumpriu um terço dos 19 anos de prisão a que foi condenado por homicídio duplamente qualificado, por motivo torpe e sem dar à vítima condições de defesa. A ex-mulher foi condenada a 18 anos e, mais tarde, teve a pena reduzida para 15 anos, mas ficou apenas sete na cadeia.

Argumentos de pesquisa: **Daniella Perez**, Guilherme de Pádua, Bira, Yasmin, Paula Thomaz.

2 – EX-DEPUTADO TORTURA VÍTIMA COM MOTOSSERRA

Em 1996, Agílson Santos, o Baiano, foi torturado, morto e seus restos mortais jogados em uma avenida de Rio Branco (AC). A vítima teve braços, pernas e genitália amputados com uma motosserra, além de ter os olhos perfurados. Baiano teria sido executado por suposto envolvimento no assassinato de Itamar Pascoal, irmão do então coronel Hildebrando Pascoal. O militar e também ex-deputado federal foi apontado como líder de um grupo de extermínio que agia no Acre. Condenado por duas mortes de testemunhas do caso, por tráfico de drogas e por trocar votos por cocaína, o ex-deputado foi preso em 1999. Em 2009, Hildebrando foi condenado a mais 18 anos de prisão pelo que ficou conhecido como “crime da motosserra”.

Argumentos de pesquisa: **Hildebrando Pascoal**, motosserra, coronel, deputado, Agílson Santos, Baiano, Itamar Pascoal.

3 – MENINO É MORTO ANTES DE PEDIDO DE RESGATE

Em agosto de 1997, Ives Ota, então com 8 anos, foi sequestrado por três homens na cidade de São Paulo. O menino foi sedado e assassinado com dois tiros no rosto antes de qualquer contato dos sequestradores com a família. Ele foi morto porque reconheceu um de seus raptos, um policial militar que fazia segurança particular nas lojas de seu pai, o comerciante Massataka Ota. Mesmo após a execução do menino, os sequestradores continuaram negociando o resgate com a família. A extorsão terminou com a prisão do motoboy Adelino Donizete Esteves, depois que a polícia rastreou uma ligação para os pais de Ives. Ele denunciou como comparas os então PMs Tarso Dantas e Sérgio Eduardo Pereira. Os três foram condenados a penas entre 43 e 45 anos de prisão.

Argumentos de pesquisa: **Ives Ota**, Massataka Ota, sequestr*.

4 – MANÍACO ESTUPRA E MATA NO PARQUE DO ESTADO

Entre 1997 e 1998, o motoboy Francisco de Assis Pereira, que ficou conhecido como Maníaco do Parque, estuprou e matou pelo menos oito mulheres no Parque do Estado, na divisão de São Paulo e Diadema. Ele seduzia as vítimas com falsas promessas de emprego em uma agência de modelos. O motoboy foi condenado pelas mortes e ainda pelo estupro de outras nove mulheres, que sobreviveram aos ataques. Somadas, as penas chegam a 270 anos de prisão. A defesa do motoboy alegou que ele sofre de desequilíbrio mental e tentou que ele fosse levado a um manicômio judiciário, mas o pedido não foi aceito.

Argumentos de pesquisa: **Maníaco do Parque**, motoboy, Francisco de Assis Pereira.

5 – CALOURO MORRE AFOGADO EM TROTE NA USP

Em fevereiro de 1999, o calouro de Medicina da Universidade de São Paulo Edison Tsung Chi Hsueh, então com 22 anos, morreu afogado em uma piscina da instituição durante uma festa de confraternização com trote. Cerca de 200 estudantes participaram do evento. Em cartas, os estudantes relataram que havia muitos alunos alcoolizados e que veteranos atiraram vários deles na piscina. Um dos calouros disse que os colegas pisavam nas mãos dos jovens para que eles não conseguissem sair da piscina. Em 2001, os médicos Frederico Carlos Jana Neto, o Ceará, e Guilherme Novita Garcia, apontados como os veteranos que lideraram o trote violento, foram indiciados por homicídio qualificado, junto com os estudantes de Medicina Luís Eduardo Passareli Tirico e Ari de Azevedo Marques Neto. Em 2006, o caso foi arquivado. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que não havia elementos para justificar as acusações.

Argumentos de pesquisa: **Edison Tsung Chi Hsueh**, calouro, trote.

6 – UNIVERSITÁRIO ATIRA A ESMO EM CINEMA

Em novembro de 1999, o estudante do 6º semestre do curso de Medicina Mateus da Costa Meira, 24 anos, invadiu armado uma sala de cinema do Morumbi Shopping, em São Paulo, e disparou a esmo contra a plateia. Três pessoas morreram e cinco ficaram feridas. O ex-estudante disse que na época ouvia vozes e se sentia perseguido, se identificando com o personagem do filme *Clube da Luta*, que era exibido na sala no momento em que cometeu os crimes. Ele foi condenado a 120 anos de reclusão, mas, em 2007, a pena foi revisada e reduzida para 48 anos e nove meses.

Argumentos de pesquisa: **Mateus da Costa Meira**, universitário, cinema, Clube da Luta.

7 – SOBREVIVENTE DE CHACINA SEQUESTRA ÔNIBUS

Em 12 de junho de 2000, Sandro do Nascimento, sobrevivente da chacina da Candelária, sequestrou um ônibus da Linha 174, no Rio de Janeiro. Ele manteve os passageiros reféns por mais de quatro horas, enquanto toda a negociação era transmitida ao vivo pela televisão. Após a libertação de alguns reféns, Nascimento desceu do coletivo usando a professora Geisa Gonçalves como escudo. Ao tentar atingir o sequestrador, um policial baleou a refém de raspão. Nascimento disparou mais três tiros contra a professora, que morreu no hospital. Preso, ele foi retirado do local com vida dentro de um camburão, mas chegou morto por asfixia ao hospital. Os policiais apontados como assassinos de Sandro foram absolvidos. O episódio virou o documentário *Ônibus 174*, de José Padilha e Felipe Lacerda, que ganhou prêmios internacionais.

Argumentos de pesquisa: *Ônibus 174*, Sandro do Nascimento, sequestro, professora, **Geisa Gonçalves**.

8 – JORNALISTA MATA EX EM HARAS DE SÃO PAULO

A jornalista Sandra Gomide, 33 anos, foi morta com dois tiros em um haras em Ibiúna, no interior de São Paulo, em agosto de 2000. O ex-namorado de Sandra, então diretor de redação do jornal O Estado de S. Paulo, Antônio Pimenta Neves, confessou o crime, alegando que a colega o traía. Os dois se conheceram em 1997 e tiveram um relacionamento por cerca de três anos. Ele chegou a ficar preso por sete meses enquanto respondia ao processo, mas conseguiu habeas-corpus para aguardar a sentença em liberdade. Em 2006, Pimenta Neves foi condenado a 19 anos e dois meses de reclusão em regime fechado, mas o juiz de Ibiúna concedeu ao jornalista o direito de recorrer em liberdade. Alegando que a confissão espontânea é atenuante de pena, a defesa conseguiu no Tribunal de Justiça de São Paulo a redução da pena para 18 anos e, depois, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), para 15 anos. Os advogados do jornalista continuaram recorrendo até que, em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou o último recurso e determinou que a pena fosse imediatamente cumprida. Em seguida, policiais cercaram a casa de Pimenta Neves, na capital paulista, e ele se entregou.

Argumentos de pesquisa: **Sandra Gomide, Pimenta Neves**, jornalista.

9 – HOMEM FAZ SILVIO SANTOS E FILHA REFÊNS

Em agosto de 2001, Patrícia Abravanel, filha do apresentador Sílvio Santos, foi rendida na garagem de casa e levada por sequestradores. Uma semana depois, ela foi solta, e a polícia foi atrás do mentor do crime, Fernando Dutra Pinto, em um flat em Barueri. O suspeito, no entanto, escapou do cerco, em que teria matado dois policiais. Em fuga, Dutra Pinto invadiu a casa de Sílvio Santos e só se rendeu após negociações que envolveram o próprio governador do Estado à época, Geraldo Alckmin, que lhe garantiu que não seria morto. O homem estava em um centro de detenção provisória, aguardando julgamento, quando morreu, em janeiro de 2002. As circunstâncias da morte foram questionadas na época por entidades de direitos humanos e pela Corregedoria da Polícia.

Argumentos de pesquisa: **Patrícia Abravanel, Sílvio Santos**, sequestr*, Fernando Dutra Pinto.

10 – JORNALISTA É TORTURADO E MORTO PELO TRÁFICO

Produtor da *Rede Globo*, o jornalista Tim Lopes foi capturado por traficantes na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, em junho de 2002, quando fazia reportagens investigativas sobre bailes funk financiados por traficantes da favela. Ele foi torturado antes da execução. Seu corpo foi esquartejado e incinerado para dificultar a identificação, que foi possível somente após a realização de exame de DNA. A morte do jornalista foi ordenada por um dos líderes do grupo criminoso Comando Vermelho, o traficante Elias Maluco. Ele foi sentenciado em 2005 a 28 anos e seis meses de regime totalmente fechado pelo assassinato de Lopes. Outros seis homens foram condenados por envolvimento no crime.

Argumentos de pesquisa: *Rede Globo*, jornalista, **Tim Lopes**, funk, **Elias Maluco**, microondas.

11 – JOVEM MATA PAIS PARA FICAR COM HERANÇA

Em outubro de 2002, o casal Manfred e Marísia von Richtofen foi encontrado morto em sua mansão em São Paulo. Uma semana depois, a filha do casal, Suzane von Richthofen, na época com 18 anos, confessou envolvimento no crime. Pouco tempo depois, o namorado de Suzane na época, Daniel Cravinhos, e o irmão dele, Christian, também foram presos e confessaram terem matado o casal com golpes de barra de ferro. Os três planejaram o assassinato para que Suzane ficasse com a herança dos pais. Em 2006, após quase 56 horas de julgamento, os três

foram condenados por duplo homicídio triplamente qualificado em regime fechado. A soma total das penas chegou a 115 anos de reclusão.

Argumentos de pesquisa: Suzane von Richthofen, **Daniel Cravinhos, irmão, Christian Cravinhos.**

12 – MULHER SEQUESTRA BEBÊS EM MATERNIDADES

Em 1986, o recém-nascido Pedro Rosalino Braule Pinto, o Pedrinho, foi sequestrado por Vilma Martins da Costa na maternidade, em Brasília. Os pais biológicos do menino, Jayro e Maria Auxiliadora Tapajós, fizeram buscas pelo filho raptado, mas somente 16 anos depois o caso começou a ser elucidado. Em outubro de 2002, a neta do pai adotivo de Pedrinho acessou a imagem do garoto, ainda bebê, no site SOS Criança e reconheceu as semelhanças do adolescente com Jayro, que também teve sua imagem publicada na internet. Foram feitos exames de DNA que comprovaram a paternidade de Pedrinho. A partir de suspeitas de que a irmã adotiva do menino, Roberta Jamilly, também não fosse filha de Vilma, a polícia fez testes a partir de uma ponta de cigarro deixada por Roberta na delegacia após depoimento. O exame comprovou que Roberta, na verdade Aparecida Fernandes Ribeiro da Silva, era filha de Francisca Maria da Silva, que teve seu bebê raptado da maternidade em Goiânia em 1979. Vilma foi condenada a 19 anos e 9 meses de prisão pelos sequestros e também por falsificação de documentos e estelionato. Ela fingiu estar grávida e registrou os filhos como legítimos para solicitar benefícios. Pedrinho conheceu os pais biológicos em novembro de 2002. Roberta Jamilly, em fevereiro de 2003.

Argumentos de pesquisa: Pedro Rosalino Braule Pinto, **Pedrinho**, sequestro, Vilma Martins da Costa, Roberta Jamilly.

13 – CIRURGIÃO MATA E ESQUARTEJA AMANTE

Em janeiro de 2003, o cirurgião plástico Farah Jorge Farah matou e esquartejou a ex-paciente e amante Maria do Carmo Alves após uma discussão em seu consultório, em São Paulo. O médico a esfaqueou no pescoço, ferimento que teria causado sua morte. Farah deixou o local e retornou quatro horas depois, quando esquartejou o corpo da mulher em nove pedaços. Para dificultar a identificação, foram removidas também as digitais dos pés e das mãos, além da pele do peito e do rosto. Segundo a investigação, o médico ainda limpou seu consultório, colocou as partes do corpo de Maria do Carmo em sacos e os guardou no porta-malas de seu carro. Dois dias depois, a polícia encontrou os pedaços no veículo. Farah confessou o crime, mas afirmou que era perseguido pela vítima e agiu em legítima defesa. Em 2008, o cirurgião foi condenado a 13 anos de prisão, mas ganhou o direito de aguardar todas as possibilidades de recurso em liberdade.

Argumentos de pesquisa: **cirurgião plástico**, Farah Jorge Farah, **esquartej***, **amante**, **Maria do Carmo Alves.**

14 – NAMORADOS SÃO TORTURADOS E MORTOS EM SÍTIO

Em outubro de 2003, o casal Liana Friedenbach, 16 anos, e Felipe Silva Caffé, 19 anos, foi acampar, sem o consentimento dos pais, em um sítio abandonado na Grande São Paulo. Eles foram capturados por um grupo de criminosos que os manteve em cativeiro por vários dias. As famílias não foram contatadas para qualquer tipo de resgate. Felipe foi o primeiro a ser morto, com um tiro na nuca. Liana foi torturada, estuprada e morta três dias depois. Roberto Aparecido Alves Cardoso, conhecido como Champinha, na época com 16 anos, foi apontado como idealizador do crime e líder do grupo. A intenção inicial era roubar o casal. Durante a abordagem, Liana teria tentado negociar, dizendo que seu pai tinha bastante dinheiro. O menor então decidiu raptar a adolescente e matar Felipe, mas dias depois percebeu que não pode-

ria levar o sequestro adiante. À polícia, Champinha disse que assassinou Liana porque “deu vontade”. Além dele, Paulo César da Silva Marques, o Pernambuco, Antônio Caetano, Antônio Matias e Agnaldo Pires foram condenados pela morte do casal.

Argumentos de pesquisa: Liana Friedenbach, Felipe Silva Caffé, **sítio, Roberto Aparecido Alves Cardoso**, Champinha.

15 – HOMEM ESTUPRA E MATA MENINOS NO RS

Em janeiro de 2004, Adriano da Silva foi preso suspeito de matar crianças no norte do Rio Grande do Sul. Ele confessou o assassinato de 12 meninos entre 2003 e 2004. O homem, que tem transtornos psiquiátricos, também abusou sexualmente das vítimas. Uma das crianças mortas era um vendedor de rapaduras de 14 anos, que teria sido atraído pela promessa de vender todos os doces se fosse à casa de Silva. O homem foi indiciado por oito mortes. Em 2006, ele começou a ser condenado em diversas cidades do Estado onde cometeu os crimes. As penas superaram os 120 anos de prisão. Silva está preso na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

Argumentos de pesquisa: Adriano da Silva, **estupro, meninos, Rio Grande do Sul**.

16 – EX-SEMINARISTA É SUSPEITO DE MATAR PAI

Em março de 2004, o publicitário Luiz Carlos Rugai, e a mulher, Alessandra de Fátima Troitiño, foram assassinados a tiros em casa, na zona oeste de São Paulo. O ex-seminarista Gil Rugai foi preso dias depois, como principal suspeito da morte do pai e da madrasta. Ele havia sido expulso de casa cinco dias antes do crime, pouco depois de o pai descobrir um desfalque de R\$ 100 mil em sua produtora. Na época, ele negou os crimes. Gil Rugai ficou detido até 2006, quando recebeu o benefício de responder ao processo em liberdade. Em 2009, no entanto, o acusado foi novamente preso porque se mudou para a cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, sem avisar à Justiça. Ele foi liberado dias depois devido a um habeas-corpus no Supremo Tribunal Federal (STF).

Argumentos de pesquisa: **publicitário, ex-seminarista**, Luiz Carlos Rugai, **Alessandra de Fátima Troitiño**, Gil Rugai.

17 – EMPRESÁRIO MATA MULHER CARBONIZADA NO RS

No dia 12 de junho de 2004, a jornalista Beatriz Helena de Oliveira Rodrigues foi encontrada carbonizada dentro do carro do marido, o empresário Luiz Henrique Sanfelice, em Novo Hamburgo (RS). O executivo, ex-diretor comercial de uma das maiores indústrias de calçados do País, foi preso e, em 2006, condenado a 19 anos pela morte da mulher. Para a polícia, os motivos eram passionais - ele diz que a jornalista o traía - e materiais - Beatriz havia feito um seguro de vida de R\$ 350 mil. Sanfelice foi para o regime semiaberto três meses após a condenação. Em abril de 2008, ele deixou de se apresentar no presídio onde passava as noites e tornou-se foragido da Justiça. Em 2010, o executivo foi preso na Espanha, país onde tem cidadania. No início de 2011, ele foi extraditado para o Brasil e levado à Penitenciária Modular de Montenegro, onde ficou preso.

Argumentos de pesquisa: **jornalista**, Beatriz Helena de Oliveira Rodrigues, Luiz Henrique Sanfelice, **Novo Hamburgo**.

18 – MISSIONÁRIA É MORTA POR DISPUTA DE TERRAS

A missionária americana Dorothy Stang, 73 anos, foi morta com sete tiros em fevereiro de 2005, na cidade de Anapu, no sudeste do Pará. Dorothy era defensora dos direitos de pequenos produtores rurais da região paraense de Altamira, área de intenso conflito fundiário. O

homicídio ganhou repercussão entre as entidades ligadas aos direitos humanos em todo o mundo. Cinco pessoas foram condenadas pelo crime: os fazendeiros Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, e Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, que teriam pago R\$ 50 mil pela execução; Rayfran das Neves, o Fogoió, que confessou ter matado a missionária; Clodoaldo Batista, que seria comparsa de Rayfran; e Amair Feijoli da Cunha, o Tato, que confessou ter contratado os pistoleiros.

Argumentos de pesquisa: Missionária, americana, **Dorothy Stang, Anapu**, Altamira, Regivaldo Pereira Galvão, Taradão, Vitalmiro Bastos de Moura, Bida, Rayfran das Neves, Fogoió, Clodoaldo Batista, Amair Feijoli da Cunha, Tato.

19 – ATAQUES DE FACÇÃO CRIMINOSA MATAM MAIS DE 100

Em maio de 2006, a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) promoveu uma série de ataques durante três dias no Estado São Paulo. A ação foi motivada pela transferência de presos, entre eles o líder do grupo, e começou com motins em dezenas de penitenciárias. Bases da polícia e delegacias foram alvos de atentados. Com boatos de ataques a universidades, escolas e comércio, aulas foram suspensas e lojistas fecharam as portas na capital paulista. Seis dias após o início dos atentados, a Secretaria da Segurança Pública divulgou um balanço de 152 mortos, entre policiais, cidadãos e suspeitos, em 239 ataques em todo o Estado.

Argumentos de pesquisa: Primeiro Comando da Capital, **PCC**, São Paulo, ataques.

20 – REPÓRTER É SEQUESTRADO PARA DAR RECADO

Em agosto de 2006, o repórter da *TV Globo* Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Calado foram sequestrados em uma padaria próxima à sede da emissora na capital paulista. Os sequestradores, que se diziam da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), ameaçavam matar o jornalista caso um vídeo de um homem encapuzado criticando o isolamento de líderes do grupo presos não fosse veiculado. O auxiliar foi libertado no mesmo dia, com a incumbência de entregar as imagens para a emissora. Com a exibição do material na *TV Globo*, Portanova foi libertado após 40 horas de sequestro. A polícia divulgou o retrato falado dos três suspeitos de participarem da ação, mas ninguém foi preso.

Argumentos de pesquisa: *TV Globo*, Guilherme Portanova, **Alexandre Calado, sequestro, Primeiro Comando da Capital, PCC**.

21 – COMANDANTE DO MASSACRE NO CARANDIRU É MORTO

O coronel da reserva Ubiratan Guimarães, 63 anos, então deputado estadual, foi encontrado morto com um tiro no abdome em setembro de 2006, em seu apartamento, na capital paulista. O militar ficou conhecido como o homem que, em 1992, ordenou a invasão do Carandiru durante uma rebelião, episódio que terminou com 111 presos mortos. Ele chegou a ser condenado a 632 anos de prisão pelo massacre, mas foi absolvido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo. A única suspeita é a namorada de Ubiratan, a advogada Carla Cepollina. Ela foi a última pessoa a deixar o apartamento na noite do crime, quando o casal teria discutido por causa de um telefonema de uma mulher para o celular do coronel. O processo contra Cepollina chegou a ser arquivado, mas a Justiça de São Paulo determinou, em junho deste ano, que a advogada seja levada a júri popular. Ela nega a acusação.

Argumentos de pesquisa: **coronel**, Ubiratan Guimarães, **Carandiru, advogada**, Carla Cepollina.

22 – FAMÍLIA É QUEIMADA EM ASSALTO EM SP

Em dezembro de 2006, após assaltar um estabelecimento comercial em Bragança Paulista, interior de São Paulo, dois homens colocaram a gerente do local, o marido dela, o filho e uma funcionária em um carro, amarrados, e atearam fogo ao veículo. Eliana Faria da Silva e seu marido, Leandro Donizete de Oliveira, morreram carbonizados no local. O filho do casal, Vinicius Faria de Oliveira, 5 anos, foi resgatado do veículo pela outra vítima, a operadora de caixa Luciana Michele Dorta. Mesmo com 90% do corpo queimado, a criança conseguiu mostrar à polícia o local onde os pais foram mortos. O menino morreu na manhã seguinte. Luciana, com queimaduras em 80% do corpo, prestou depoimento e reconheceu um suspeito, preso após procurar atendimento médico por queimaduras. No entanto, ela não resistiu e morreu dias depois. O homem delatou um comparsa e os dois foram condenados pelo crime. Joabe Severino Ribeiro e Luis Fernando Pereira pegaram 60 anos de prisão em regime fechado.

Argumentos de pesquisa: Bragança Paulista, família queimada, **Eliana Faria da Silva**, Leandro Donizete de Oliveira, Vinicius Faria de Oliveira, Luciana Michele Dorta, Joabe Severino Ribeiro, Luis Fernando Pereira.

23 – MENINO MORRE ARRASTADO EM CARRO ROUBADO

O menino João Hélio Fernandes, 6 anos, morreu ao ser arrastado por 7 km do lado de fora de um carro, no Rio de Janeiro, em 2007. Após o anúncio do assalto, a mãe e a irmã da criança desceram do carro, mas João Hélio ficou preso pelo cinto de segurança. Pessoas nas ruas tentaram avisar os ocupantes do veículo que o menino estava pendurado no carro, mas eles teriam ironizado dizendo que era um “boneco de Judas”. O veículo foi abandonado no subúrbio do Rio, com o menino já morto. Carlos Eduardo Toledo de Lima, Diego Nascimento da Silva, Carlos Roberto da Silva e Tiago de Abreu Mattos foram condenados pelo crime e cumprem penas de até 45 anos de prisão. Ezequiel Toledo de Lima, que na época era menor de idade, cumpriu três anos de medidas socioeducativas e foi solto em 2010, quando recebeu proteção do governo. Devido à forte reação da opinião pública, o benefício foi revogado e a Justiça decidiu que ele deixaria a unidade de internação apenas para ir à escola. Um ano depois, ele recebeu o benefício da liberdade assistida e passou a ser acompanhado por assistentes sociais e psicólogos.

Argumentos de pesquisa: menino, **João Hélio Fernandes**, arrastado, Carlos Eduardo Toledo de Lima, Diego Nascimento da Silva, Carlos Roberto da Silva, Tiago de Abreu Mattos, Ezequiel Toledo de Lima.

24 – EMPRESÁRIA TORTURA MENINA COM ALICATE E FERRO

Após denúncia anônima, a menina Lucélia Rodrigues da Silva, então com 12 anos, foi encontrada acorrentada em uma escada, amordaçada e com vários ferimentos pelo corpo, no apartamento da empresária Silvia Calabresi de Lima, em um setor nobre de Goiânia (GO), em março de 2008. Com a promessa de melhores condições de vida, ela criava a jovem havia dois anos, com autorização da mãe biológica. Segundo a polícia, a empresária feria Lucélia com alicate nos dedos das mãos e dos pés, na língua e no corpo. A mulher também apertava os dedos da criança em portas e a queimava com ferro de passar roupa. Sílvia e a empregada, Vanice Novais, foram presas e condenadas a 14 e sete anos de prisão, respectivamente.

Argumentos de pesquisa: menina, **Lucélia Rodrigues da Silva**, empresária, **Silvia Calabresi de Lima**, Goiânia, Vanice Novais.

25 – MENINA É JOGADA DO 6º ANDAR POR PAI E MADRASTA

A menina Isabella Nardoni, 5 anos, morreu após cair da janela do prédio em que moravam seu pai, Alexandre Nardoni, e sua madrasta, Anna Carolina Jatobá, em São Paulo, em março de 2008. Segundo a perícia, a criança foi agredida dentro do automóvel da família e depois estrangulada no apartamento por sua madrasta. O pai, acreditando que ela estivesse morta, atirou-a pela janela para simular um ataque cometido por uma terceira pessoa. O casal Nardoni negou as acusações e disse que o crime foi cometido por uma terceira pessoa que entrou no apartamento enquanto os dois estavam na garagem do prédio. Dois anos depois da morte de Isabella, o casal foi condenado a mais de 20 anos de prisão cada um pelo assassinato.

Argumentos de pesquisa: **menina**, Isabella Nardoni, Alexandre Nardoni, **madrasta**, Anna Carolina Jatobá.

26 – INGLESA É ESQUARTEJADA E POSTA EM MALA

Em julho de 2008, a inglesa Cara Marie Burke, 17 anos, foi morta a facadas e esquartejada em no apartamento onde morava, no Setor Leste Universitário, em Goiânia (GO). Dias depois, parte do corpo da adolescente foi encontrada em uma mala às margens da BR-153. A cabeça, duas pernas e dois antebraços foram achados em um rio a 33 km da capital goiana. Cara veio ao Brasil a convite de Mohammed D Ali Carvalho dos Santos, 20 anos na época, que confessou o crime. Eles haviam se conhecido em Londres, onde a mãe do brasileiro vive. Segundo testemunhas, após matar a inglesa, ele tirou uma foto com o celular e mostrou a amigos em uma festa. No dia seguinte, ele esquartejou Cara Marie e novamente fotografou o corpo. Mohammed matou a adolescente sob efeito de drogas e após uma discussão em que ela teria ameaçado contar à família dele sobre o vício. Ele foi condenado a 21 anos de prisão pelo crime.

Argumentos de pesquisa: **inglesa**, Cara Marie Burke, **esquartejada**, **Setor Leste Universitário**, **Goiânia**, **Mohammed D Ali Carvalho dos Santos**.

27 – ENGENHEIRA DESAPARECE APÓS SUPOSTO ACIDENTE

A engenheira de produção Patrícia Franco, 24 anos, desapareceu em 14 de junho de 2008, quando o carro que dirigia caiu em um canal na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. No início, o caso foi tratado como um acidente, mas, dias depois, familiares encontraram marcas de tiros no veículo, que estava em uma oficina. O corpo da jovem nunca foi encontrado. O Instituto de Criminalística, da Polícia Civil, confirmou que o carro foi atingido por disparos de calibres usados por policiais militares. Segundo a investigação policial, PMs perseguiram o carro e atiraram porque ela se recusou a parar. Ao verem a ocupante do veículo, teriam decidido ocultar o corpo. Os acusados afirmaram que ela se acidentou e que o corpo desapareceu na água. Um Inquérito Policial Militar (IPM) concluiu, por falta de provas, pela inocência dos quatro PMs. O caso, entretanto, segue na Justiça. Os policiais Willian Luis do Nascimento e Marcos Paulo Nogueira Maranhão respondem por homicídio e ocultação de cadáver, e Fábio da Silveira Santana e Márcio Oliveira dos Santos, por ocultação. Eles aguardam o processo em liberdade. Três anos após o desaparecimento da engenheira, a Justiça do Rio de Janeiro declarou a morte presumida da engenheira em junho de 2011, a pedido do pai de Patrícia.

Argumentos de pesquisa: engenheira de produção, **Patrícia Franco**, desaparec*, canal, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Willian Luis do Nascimento, Marcos Paulo Nogueira Maranhão, Fábio da Silveira Santana, Márcio Oliveira dos Santos.

28 – MILITARES SÃO ACUSADOS DE ENTREGAR JOVENS PARA TRAFICANTES RIVAIS

Em junho de 2008, um grupo de 11 militares teria entregue Marcos Paulo da Silva, 17 anos, Wellington Gonzaga Costa, 19 anos, e David Wilson Florêncio da Silva, 24 anos, que moravam no morro da Providência, a traficantes de uma facção rival, no morro da Mineira, no Rio de Janeiro. A motivação seria um desacato cometido pelas vítimas ao serem abordadas quando voltavam de um baile funk. O trio foi torturado e morto com 46 tiros. Segundo testemunhas, além de entregarem os homens dizendo ser “um presentinho da Provi(dência)”, os soldados do Exército dançaram funk em “homenagem” à facção criminosa Terceiro Comando Puro (TCP) após o crime. Os 11 suspeitos foram presos e denunciados por homicídio triplamente qualificado. O tenente Vinícius Ghidetti de Moraes Andrade e o sargento Leandro Maia Bueno aguardavam presos para ir a júri popular. Em agosto de 2011, porém, a justiça decidiu que eles podiam esperar o julgamento em liberdade. Na época do crime, os militares ocupavam o morro para participar de um projeto social destinado à reforma de casas populares. A Justiça Federal chegou a determinar a retirada dos militares, mas o governo recorreu e manteve as tropas nas ruas. Pouco depois, as obras foram paralisadas pela Justiça Eleitoral e o Exército deixou o morro.

Argumentos de pesquisa: militares, Marcos Paulo da Silva, Wellington Gonzaga Costa, David Wilson Florêncio da Silva, **morro da Providência**, traficantes, facção rival, **morro da Mineira**, Rio de Janeiro.

29 – CÁRCERE DE 100 HORAS ACABA EM MORTE EM SP

Em outubro de 2008, Eloá Cristina Pimentel, 15 anos, foi mantida refém por 101 horas pelo ex-namorado Lindemberg Alves, 22 anos, em Santo André, no Grande ABC Paulista. Foi o mais longo caso de cárcere privado no Estado de São Paulo. Inconformado com o fim do relacionamento, o motoboy invadiu o apartamento em que Eloá morava com a família e rendeu a adolescente e sua melhor amiga, Nayara Rodrigues da Silva. Após quatro dias de negociações e trapalhadas - Nayara retornou ao cativeiro para negociar com Lindemberg mesmo após ter sido libertada -, a polícia invadiu o apartamento. Segundo os agentes, a ação aconteceu depois de um disparo ter sido ouvido no local. Eloá foi resgatada baleada na cabeça e Nayara, atingida no rosto. Eloá morreu no hospital, no dia seguinte ao desfecho. A amiga sobreviveu aos disparos feitos por Lindemberg no momento da invasão. Ele está preso e aguarda julgamento.

Argumentos de pesquisa: **Eloá Cristina Pimentel**, refém, **Lindemberg Alves**, Santo André, cárcere privado, motoboy, Nayara Rodrigues da Silva.

30 – CONDENADO SOLTO MATA 7 JOVENS EM GO

Entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, sete jovens com idades entre 13 e 19 anos desapareceram em Luziânia (GO). O mistério terminou apenas em abril, quando o pedreiro Ademar Jesus da Silva foi preso acusado de abusar sexualmente e matar os rapazes. Ele, que estava em liberdade depois de cumprir parte de uma pena por atentado violento ao pudor, confessou os crimes e se disse arrependido. Pouco mais de uma semana após a prisão, o pedreiro foi encontrado morto na cadeia. Segundo a polícia, ele improvisou uma corda com uma tira do tecido que revestia o colchão e se enforcou quando estava sozinho na cela.

Argumentos de pesquisa: Luziânia, pedreiro, **Ademar Jesus da Silva**.

31 – LAVRADOR TEM OITO FILHOS-NETOS COM DUAS FILHAS

Em junho de 2010, o lavrador José Agostinho Bispo Pereira, 54 anos, foi preso acusado de ter relações sexuais com a filha ao longo de 17 anos e gerar sete filhos com ela, em uma ilha onde moravam isolados próximo a Pinheiro, no interior do Maranhão. Exames de DNA e laudos comprovaram os abusos e a paternidade das crianças. Uma delas, de 5 anos, também foi vítima do pai-avô, segundo a investigação. Pouco tempo depois, ficou comprovado que, além da jovem que viveu em cárcere, Pereira teve mais um filho-neto com outra filha, mais velha, que conseguiu sair da casa do pai. No primeiro depoimento, o lavrador confirmou ser o pai de seis crianças e alegou não saber que ter relações com as próprias filhas e filhas-netas é crime. O caso teve repercussão na imprensa internacional pelas semelhanças com o do austríaco Joseph Fritzl, que manteve a filha presa por 24 anos e teve sete filhos com ela. Em dezembro, ele foi condenado a 63 anos de prisão pela Justiça do Maranhão. Pouco mais de um mês depois, no entanto, ele foi um dos seis detentos mortos em uma rebelião na carceragem de Pinheiro.

Argumentos de pesquisa: **lavrador**, José Agostinho Bispo Pereira, **incesto**, **ilha**, **Pinheiro**, **Maranhão**.

32 – GOLEIRO É PRESO POR SEQUESTRO E MORTE DE EX-AMANTE

O goleiro Bruno Souza, então atleta do Flamengo, foi preso no início de julho de 2010, suspeito de envolvimento no desaparecimento de Eliza Samudio, uma ex-amante que pedia na Justiça o reconhecimento de paternidade do filho que alegava ser do jogador. Em 2009, a paranaense já havia procurado a polícia para dizer que estava grávida e que Bruno a havia agredido para que ela tomasse substâncias abortivas. A Justiça, porém, negou proteção a Eliza. A jovem de 25 anos sumiu em 4 de junho. Pouco depois, a polícia recebeu denúncias anônimas que levaram ao paradeiro do bebê, então com 4 meses, e às primeiras pistas de que Eliza teria sido levada para uma propriedade de Bruno, em Minas Gerais, e morta com crueldade. Segundo o inquérito policial, que indiciou Bruno e mais oito pessoas por até seis crimes, Eliza foi levada à força do Rio de Janeiro para Minas Gerais, mantida em cativeiro, executada e esquartejada a mando de Bruno, num plano que teria sido traçado meses antes. O ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, é apontado como o homem que matou Eliza enforcada, cortou o corpo e jogou partes aos cães. No entanto, os restos mortais da jovem não foram encontrados. Além de Bruno e Bola, respondem na Justiça a atual mulher do atleta, seu melhor amigo, uma amante e um primo do jogador. Outro primo de Bruno, menor de idade, foi condenado em 9 de agosto pela Vara da Infância e Juventude de Contagem (MG) a cumprir medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado por participar do crime. Todos negam envolvimento na morte de Eliza.

Argumentos de pesquisa: **goleiro**, **Bruno**, Flamengo, desaparec*, Eliza Samudio, amante, Minas Gerais, mort*, cativeiro, executa*, esquartej*, ex-policial, Marcos Aparecido dos Santos, Bola, Macarrão.

33 – EX-ALUNO CAUSA MASSACRE EM ESCOLA NO RIO

Um tipo de crime que se via apenas em noticiários internacionais chocou o País no dia 7 de abril de 2011. Em uma manhã de quinta-feira, quando centenas de jovens assistiam aulas na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro, o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, 24 anos, invadiu a instituição, abriu fogo contra adolescentes e matou 12 estudantes entre 12 e 14 anos. A ação foi interrompida com a chegada de um policial que estava nas proximidades da escola e feriu o atirador, que se suicidou. Apesar de Wellington ter deixado instruções sobre como deveria ser seu sepultamento, seu corpo ficou

15 dias no Instituto Médico Legal (IML) sem que algum familiar fosse ao local assinar a liberação. Ele, então, foi enterrado como indigente. O atirador de Realengo deixou cartas, fotos e vídeos com o registro do planejamento do atentado. Nos documentos, ele fala de religiões, demonstra fixação pelo atentado de 11 de setembro de 2001 e alega ter sofrido bullying na escola. Para a polícia, no entanto, ele tinha distúrbios mentais.

Argumentos de pesquisa: Escola Municipal Tasso da Silveira, **Realengo**, Rio de Janeiro, ex-aluno, **Wellington Menezes de Oliveira**, bullying.

Fonte: Terra, portal noticioso da internet (<www.terra.com.br>). Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/crimes-que-abalaram-o-brasil/>>. Acesso em 25 abr. 2013. Argumentos de pesquisa definidos pelo pesquisador. Fotografias constante do original foram omitidas.